



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM
ENSINO – PPGEN**

ARTUR DE OLIVEIRA NETO

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE
LGBTTQIA+FOBIA NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EM BIOSAÚDE E SEGURANÇA, SUL DA BAHIA**

Vitória da Conquista – BA

2022

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO – PPGEN**

ARTUR DE OLIVEIRA NETO

**PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE
LGBTQIA+FOBIA NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EM BIOSAÚDE E SEGURANÇA, SUL DA BAHIA**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação Mestrado em Ensino (PPGEN), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Ensino.

Linha de pesquisa 1: Ensino, Linguagens e Diversidades.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima de Andrade Ferreira

**Vitória da Conquista – BA
2022**

ARTUR DE OLIVEIRA NETO

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE LGBTQIA+FOBIA NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM BIOSAÚDE E SEGURANÇA, SUL DA BAHIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino (PPGEN), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino.

Linha de pesquisa 1: Ensino, Linguagens e Diversidades.

Aprovado em: 15 de maio de 2023.

Autor(a): Artur de Oliveira Neto

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima de Andrade Ferreira

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Artur de Oliveira Neto e aprovada pela Comissão Julgadora

COMISSÃO JULGADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima de Andrade Ferreira - Orientadora.

Prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana Suplente/Examinador Interno -
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/ Vitória da
Conquista.

Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza (UESB) Examinador interno –
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB/Jequié

Vitória da Conquista – BA
2023

O45p

Oliveira Neto, Artur de.

Percepção de professores e alunos do ensino médio sobre LGBTQIA+fobia no Centro Estadual de Educação Profissional em Biosaúde e segurança, Sul da Bahia. / Artur de Oliveira Neto, 2022.

291f. il.

Orientador (a): Dr^a. Maria de Fátima de Andrade Ferreira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação em Ensino – PPGEn, Vitória da Conquista, 2022.
Inclui referência F. 259 – 263.

1. Violência de gênero - Percepção de professor. 2. Homossexualidade. 3.

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

“Percepção de professores e alunos do ensino médio sobre LGBTQIA+fobia no Centro Estadual de Educação Profissional em Biosaúde e Segurança, Sul da Bahia”

Autor: Artur de Oliveira Neto

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima de Andrade Ferreira

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por **Artur de Oliveira Neto** e aprovada pela Comissão Avaliadora.

Data: 15/05/2023

COMISSÃO AVALIADORA



Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima de Andrade Ferreira (UESB)
Presidente da Banca Examinadora/Orientador



Prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana (UESB)
Examinador interno



Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza (UESB)
Examinador interno

À memória dos meus grandes amores, meus PAIS que me conceberam pelo amor à vida! A minha MÃE, que na falta do meu pai aos doze (12) anos, me incentivou desde os primeiros estudos a crescer. As minhas irmãs Maria da Conceição (CONÇA) e Maria D'ajuda (DAJA) e ao meu grande amor NELVI, que partiram prematuramente, em meio à pesquisa, eles que tanto me incentivaram a buscar, perseguir e conseguir meu tão sonhado mestrado, MINHA GRATIDÃO!

AGRADECIMENTOS

Gratidão para toda vida!...

Ao pensar na defesa do meu tão sonhado Mestrado em Ensino, jamais poderia esquecer o percurso no qual caminhei, quem esteve ao meu lado, quem sorriu, chorou, quem esteve nas minhas alegrias e, também, nas minhas tristezas, perdas, quedas e tropeços. Mas também, no reerguimento e motivação para voltar a caminhar, pesquisar, descobrir e deixar-me ser descoberto.

Foram dois anos intensos de muita dedicação, envolvimento e compromisso, mesmo passando pela avaliação de alguns que não seria para mim este momento de crescimento. Dois anos que abandonei o melhor da vida, os amigos, as viagens, as farras, pois queria terminar, concluir com louvor esse Mestrado. Com mais de quinze anos fora da academia, me coloquei na disposição de caminhar com muitos colegas em busca do crescimento pessoal e coletivo. Encontrei grandes amigos, muitos parceiros, mestres e doutores que nunca mais quero me distanciar, quero ser irmão, amigo, colaborador, orientando de todos, pois cada um plantou em mim um grande ânimo para seguir, não desistir.

Neste momento muito especial da minha vida acadêmica, onde eu preciso dedicar palavras de agradecimentos a todos que estiveram ao meu lado durante esse tempo. Agradeço pelas motivações, incentivos, bem como gestos, palavras, abraços que me deram força em momentos tão desesperadores diante da pandemia *COVID 19*, quando perder parte dos meus grandes amores e me tiraram por muito tempo a alegria e o ânimo, voltando só com a pesquisa, nestes momentos me enchia de força. Por isso preciso agradecer ao meu infinito, começando por...

Meu bom Deus e toda Santíssima Trindade, minha Mãe Maria Santíssima, que sempre passou à frente e não permitiram que nada trancasse as possibilidades para que eu pudesse concluir com bom êxito meu projeto de pesquisa. As energias existentes em cada ponto da natureza, ao sagrado do Axé, dos caboclos, dos deuses indígenas, que mesmo não sendo minha religião de seguimento, sei que não me deixaram só, que nunca estarei só; a todos o meu respeito, devoção e admiração.

Aos meus pais Silvino de Oliveira Freitas e Raymunda de Souza Mendes (*in memória*), pelos ensinamentos, pelo amor, carinho, dedicação, sem eles não seria o que sou e não teria os VALORES que tenho, a vocês minha infinita gratidão. Você me iluminaram e iluminam com a LUZ do saber, do incentivo, da música, da arte de ser e ser bom, assim vocês me ensinaram a amar e ser amado. Obrigado Pai e Mãe, vou levá-los à eternidade!

À minha FAMÍLIA, principalmente aos amores da minha vida que sempre disseram que estariam comigo, minhas irmãs “Conça e Daja”, ao meu grande amor Nelvi, pois sei que estarão comigo até o fim. Meus irmãos que me incentivaram, aplaudiram, motivaram, apoiaram. Aos meus filhos Diego e Pablo, e aqui posso incluir Alisson também, pois nunca me deixam só, aos meus sobrinhos queridos e amados que também são parceiros, amigos, companheiros e motivadores. A minha segunda FAMÍLIA, a que me abraçou, me adotou, me ama pelo amor de meu amor com Nelvi, especialmente Anália, Francisca, Sandra, Marilene, Marli e Marcão, amigos que quero por toda minha vida. À minha FAMÍLIA

CEEP, escola que me acolheu, me apoiou, e que me abriu as portas para ser o campo da pesquisa, onde encontrei e conservarei muitos amigos, a qual me presenteou com alunos (parceiros incríveis) e professores que embarcaram comigo neste caminhar da pesquisa e da ciência, especialmente Jô Marinho, Dina, Teca, Suse, Floro, Gean, Adriana, Marisete, Matheus, Robson, Lilian, Veronica, Walter e Luiz, toda Equipe Administrativa (apoio e secretaria) e todos que me respeitam como sou.

À minha ORIENTADORA, Professora Mestra e Doutora Maria de Fátima de Andrade Ferreira, mulher linda, guerreira, potente, que me ensinou a todo momento os caminhos para uma pesquisa limpa, potente e forte, que me ensinou com muito carinho, às vezes precisando de uma palavra mais forte, sem perder o respeito e a ternura, a querer fazer bem o nosso percurso de busca, da análise, da leitura e quantas leituras, desta forma nos ensinou a ter orgulho do que defenderíamos, a ela toda minha homenagem.

Aos meus Professores Mestres Doutores Benedito Gonçalves Eugênio, José Valdir Jesus de Santana, Sandra Marcia Campos Pereira, Tânia Cristina Rocha Silva Gusmão, Danuza, a vocês o meu muito obrigado por tudo, por tantos ensinamentos, conteúdos, amizade, por me compreender e apoiar, por me fazerem melhor do que era, minha gratidão!

Aos meus colegas do Programa, pessoas iluminadas que muito me apoiaram, colaboraram, foram parceiros e amigos em todos os momentos difíceis que passei. Amo e quero vocês para toda minha vida, especialmente Dea, Lafa, Reni, Miro, Shirley, Selma, Cris, Manue, Marina, Priscila, Cida, Gledson, Delza, Jeania, Taninha, Jesuina, Alexandre, Giane, esses que nunca deixaram que eu caísse, parasse, trancasse as possibilidades que a mim foram confiadas e permitidas, a vocês minha amizade e parceria sempre. Aos queridos colegas de outros programas e turmas, Everton S'antana dos Santos e Tânia Lúcia dos Santos Souza, meus amores do caminho, vocês que entraram no percurso e nunca mais nos separamos e não vamos nos separar, a vocês minha amizade, carinho, parceria para sempre.

Aos amigos queridos: Celia Maria Souza Fonseca, Inalda Muniz, Antônio Batista, Lívia Meireles, Vitória Meireles, Alex e Sayonara, Milena Rosa, Luciana e Nildo que mesmo estando na pesquisa, distante deles, souberam me incentivar e esperar para comemorar.

Aos professores, mestres e doutores que aceitaram estar na minha BANCA EXAMINADORA no momento da minha defesa deste mestrado, José Valdir Jesus de Santana, Maria de Fátima de Andrade Ferreira e Marcos de Souza Lopes, meu respeito, gratidão, carinho e dedicação, de vocês levarei a honra das muitas instruções, esclarecimentos, ajuda construtiva no texto da Qualificação e na Defesa, minha eterna gratidão.

Por fim, e não menos merecida a minha gratidão e respeito a UESB. Dedico a UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e ao PPGEN- Programa de Pós Graduação em Ensino essa dissertação de mestrado, essa instituição, que eu aprendi a admirar imensamente, tanto a metodologia como as pessoas que a frequentam.

Aos Interlocutores da Pesquisa, alunos/as e professores/as, vocês que confiaram em mim e a mim muitas confissões, falas, depoimentos, verdades e que puseram nesta pesquisa a força da resitência em buscar novos dias, mais justos, de respeito e

Dedico essa dissertação de mestrado a todos os homossexuais (masculinos e femininos) que sofrem e são discriminados, sofrem preconceitos, à comunidade LGBTQIA+ do Brasil, principalmente aos que precisaram e precisarão passar pelo processo de transição e se descobrirem no melhor corpo, sexo e ter a sexualidade desejada para conquistar FELICIDADE. A vocês toda minha GRATIDÃO e o desejo de dias mais seguros, justos e prazerosos.

Somos todos iguais ou somos todos diferentes? Queremos ser iguais ou queremos ser diferentes? Houve um tempo em que a resposta se abrigava, segura de si, no primeiro termo da disjuntiva. [...] A começar da segunda metade dos anos 70, passamos a nos ver envoltos numa atmosfera cultural e ideológica inteiramente nova, na qual parece generalizar-se em ritmo acelerado e perturbador a consciência de que nós, os humanos, somos diferentes de *fato*, porquanto temos cores diferentes na pele e nos olhos, temos sexo e gênero diferentes além de preferências sexuais diferentes, somos diferentes na origem familiar e regional, nas tradições e nas lealdades, temos deuses diferentes, diferentes hábitos e gostos, diferentes estilos ou falta de estilo; em suma, somos portadores de pertenças culturais diferentes. Mas somos também diferentes de direito. É o chamado “direito à diferença”, o direito à diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente. *Tha right be different!*, é como se diz em inglês o direito à diferença. Não queremos mais a igualdade, parece. Ou a queremos menos. Motiva-nos muito mais, em nossas demandas, em nossa conduta, em nossas expectativas de futuro e projetos de vida compartilhada, o direito de sermos pessoal e coletivamente diferentes uns dos outros.

Antônio Flávio Pierucci (1999, p. 7).

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE LGBTQIA+FOBIA NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM BIOSAÚDE E SEGURANÇA, SUL DA BAHIA

RESUMO

O combate à violência de gênero, com recorte para a LGBTQIA+fobia é o foco principal desta dissertação de mestrado que analisou a percepção de professores e alunos do ensino médio do Centro Estadual de Educação Profissional em Biosaúde e Segurança, sediado no Sul da Bahia, sobre violência de gênero, tendo como recorte, a LGBTQIA+fobia nas relações de interações e sociabilidades entre alunos no cotidiano escolar, observando o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa (professores e alunos) sobre os termos homossexualidade, gênero, sexualidade, preconceitos, discriminação e brincadeiras em torno de alunos que são ou parecem ser homossexuais/transsexuais, além de observar de que modo a escola busca (ou não) combater a LGBTQIA+fobia no espaço escolar. Para tanto, recorreu-se a Bourdieu (2003), Borillo (2001), Castro, Abramovay e Silva (2004), Louro (2000), Foucault (1999), Lerner (2019), Saffioti (1987), dentre outros referenciais para tratar de conceitos principais da pesquisa e que se encontram entrelaçados formando teias de violências das categorias de análise. A violência de gênero acometida por LGBTQIA+fobia é uma aversão irreprimível, repugnante, que causa medo e ódio, produzidos por pessoas/grupos contra homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais. A pesquisa descritiva foi realizada em ambiente natural, tendo o pesquisador como um instrumento fundamental, utilizando-se de múltiplas fontes de dados e empregando diferentes estratégias de investigação, métodos de coleta, análise e interpretação de dados, recorrendo à abordagem quali-quantitativa, através da observação *in loco*, direta, assistemática e sistemática, entrevistas semiestruturadas, conversas informais e análise das percepções de professores e alunos, interlocutores da pesquisa. Os resultados indicam que é necessário maior atenção da escola com relação à violência de gênero, especificamente com a LGBTQIA+fobia, entre alunos nos espaços escolares. Nessa perspectiva, a escola precisa desenvolver um trabalho socioeducativo com alunos e promover formação continuada de professores, para que sejam sensibilizados e tenham conhecimento sobre essa questão e, assim, tenham condições necessárias para buscar estratégias no combate a estereótipos, (pre)conceitos, discriminação de diversidade sexual no seu cotidiano, além de tomar consciência sobre a relevância de abordar temas como LGBTQIA+fobia no currículo, na sala de aula e em outros espaços escolares.

Palavras-chave: Violência de gênero; Homossexualidade; LGBTQIA+fobia; espaço escolar; percepção de professor

PERCEPTION OF TEACHERS AND HIGH SCHOOL STUDENTS ABOUT LGBTQIA+PHOBIA IN THE STATE CENTER FOR PROFESSIONAL EDUCATION IN BIOSAÚDE AND SAFETY, SOUTH OF BAHIA

ABSTRACT

Combating gender violence, with a focus on LGBTQIA+phobia, is the main focus of this master's thesis, which analyzed the perception of teachers and high school students at the State Center for Professional Education in Biohealth and Safety, based in the south of Bahia, on gender violence, with a focus on LGBTQIA+phobia in the interactions and sociability relationships between students in everyday school life, observing what the research interlocutors (teachers and students) say/speak/think about the terms homosexuality, gender, sexuality, prejudice, discrimination and jokes around students who are or appear to be homosexual/transsexual, in addition to observing how the school seeks (or does not) combat LGBTQIA+phobia in the school space. To this end, it resorted to Bourdieu (2003), Borillo (2001), Castro, Abramovay e Silva (2004), Louro (2000), Foucault (1999), Lerner (2019), Saffioti (1987), among other references to deal with main concepts of the research and which are intertwined forming webs of violence and categories of analysis. Gender violence affected by LGBTQIA+phobia is an irrepressible, repugnant aversion, which causes fear and hatred, produced by people/groups against homosexuals, lesbians, bisexuals, transsexuals. The descriptive research was carried out in a natural environment, with the researcher as a fundamental instrument, using multiple sources of data and employing different research strategies, methods of collection, analysis and interpretation of data, resorting to the qualitative and quantitative approach, through in-depth observation. local, direct, unsystematic and systematic, semi-structured interviews, informal conversations and analysis of the perceptions of teachers and students, interlocutors of the research. The results indicate that greater attention is needed from the school regarding gender violence, specifically with LGBTQIA+phobia, among students in school spaces. In this perspective, the school needs to develop a socio-educational work with students and promote continued training of teachers, so that they are aware of and have knowledge about this issue and, thus, have the necessary conditions to seek strategies to combat stereotypes, (pre)concepts, discrimination of sexual diversity in their daily lives, in addition to becoming aware of the relevance of addressing topics such as LGBTQIA+phobia in the curriculum, in the classroom and other school spaces.

Keywords: Gender violence; Homosexuality; LGBTQIA+phobia; school space; teacher perception

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CF - Constituição Federal
CEEPB - Centro Estadual de Educação Profissional em Biosaúde
CLAM/IMS/UERJ - British Council Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CONAE - Conferência Nacional pela Educação
FNE - Fórum Nacional de Educação
MEC - Ministério da Educação e Cultura
PNE - Plano Nacional de Educação
PPP - Projeto Político Pedagógico
SEC - Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SPM/PR - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SEED - Secretaria de Educação a Distância
SEPPIR/PR - Secretaria Especial de Políticas Públicas de Igualdade Racial
STF - Supremo Tribunal Federal
SUPROT - Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica
PPGEN - Programa de Pós-Graduação em Ensino - UESB
PPGREC - Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade - UESB
PPP - Projeto Político Pedagógico
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
LGBTQTQIA+ - Definições de orientação sexual (LGB - lésbica, gay ou bissexual); definições de gênero (transsexual, transgênero, queer, intersexo, assexualidade e outras, como a pansexualidade).

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 - Corpo docente e funcionários da área pedagógica do CEEPBS, 2022.....	140
QUADRO 2 - Corpo Administrativo do CEEPBS, 2022.....	142
QUADRO 3 - Por que o/a interlocutor/a escolheu “Ser Professor/a” 2022.....	155
QUADRO 4 - Perfil do Professor do CEEPBS, 2022.....	156
QUADRO 5 - Autodeclaração do/a professor/a, interlocutor/a da pesquisa sobre identidade de gênero, 2022.....	160
QUADRO 6 - Sobre a atuação do/a professor/a na Educação Profissional, no CEEPS e na Educação Profissional, 2022.....	166
QUADRO 7 - Modalidades de Ensino da Educação Profissional e ministradas no CEEPBS, 2022.....	170
QUADRO 8 – Perfil dos professores, seu olhar para a Escola e para a Educação Profissional, 2022.....	170/171
QUADRO 9 – Sobre autodeclaração da identidade de Gênero, interlocutores alunos, 2022.....	174
QUADRO 10 - Sobre se o/a professor/a fala sobre sexualidade no CEEPBS, 2022.....	181
QUADRO 11 – Sobre o que da importância em abordar sobre preconceitos e discriminação com seus alunos em sala de aula, 2022	183/184
QUADRO 12 – O que sabe/diz/pensa o/a professor/a sobre o diálogo, participação em projetos pedagógico sobre violência de gênero e opinião sobre a inserção do debate sobre diversidade em sala de aula, 2022.....	184/185
QUADRO 13 – Opinião do/a professor/a sobre homofobia e práticas discriminatórias, se o professor/a e atitudes de preconceitos em sala de aula, 2022.....	186
QUADRO 14 – O que dizem os professores/as sobre testemunhos de violências, discriminação, preconceitos e o que conhece sobre heteronormatividade no CEEPBS, 2022.....	188
QUADRO 15 – Concepção e saberes dos Professores sobre a Lei 7716/89, que determinou em a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerada um crime, BA, 2022.....	203
QUADRO 16 – O que pensam os professores do CEEPBS sobre criar projetos, promover ações, diálogo e estudar a Lei 7716/89, em sala de aula, 2022.....	206
QUADRO 17 – Percepção dos professores do CEEPBS sobre falar de violência contra populações LGBTQIA+, respeito à diversidade e dignidade da pessoa humana com os alunos, 2022.....	208
QUADRO 18 – Concepções e saberes dos alunos sobre a Lei n. 7.716/89 e a importância de divulgação, 2022.....	210
QUADRO 19 – O que dizem os alunos sobre se os professores conversam em sala de aula sobre a importância da proteção e da divulgação na escola da Lei 7716/89, 2022	212
QUADRO 20 – O que dizem os alunos sobre a importância de conhecer/estudar os direitos das pessoas discriminadas pela LBTTQIA+fobia e atribuição de culpabilidade dos índices crescentes de mortes de homossexuais no Brasil, 2022	213
QUADRO 21 – O que dizem/falam/pensam sobre as contribuições do CEEPBS no combate à homofobia, preconceitos e violência de gênero no espaço escolar, 2022	233
QUADRO 22 – Sobre importância de promover projetos, ações e eventos com temas atuais com participação da família e responsáveis por alunos do CEEPBS, 2022	235/236
QUADRO 23 – Concepções e saberes dos Professores sobre temas transversais, 2022.....	243/244

QUADRO 24– O que o aluno sabe sobre o Currículo do Curso Técnico Profissional que possa alinhar com a pesquisa de campo?, 2022245

TABELA 1: Identificação do nome, idade e sexo dos/as professores/as, interlocutores/as da pesquisa, 2022.....	153
TABELA 2 : Dados sobre formação, titulação e cursos dos/as professores/as do CEEPBS, 2022.....	153
TABELA 3: Há quanto tempo o/a professor/a trabalha no CEEPBS e se gosta de trabalhar nessa instituição, 2022	158
TABELA 4: Sobre quanto tempo o/a professor/a trabalha com a Educação e com a Educação Profissional, 2022	161
TABELA 5: Sobre a participação do/a professor/a em curso de qualificação em Educação Profissional, 2022.....	162
TABELA 6: Modalidades de Ensino da Educação Profissional e ministradas no CEEPBS, 2022.....	169/170
TABELA 7: Sobre nome, idade e sexo dos/as alunos/as pesquisados/as, modalidade EPTNM (EPI), 2022.....	175
TABELA 8: Sobre formação e satisfação em relação ao Curso Técnico, interlocutores/as da pesquisa, 2022.....	178
TABELA 9: Concepção e Saberes dos alunos sobre preconceitos, homossexualidade, violência aos alunos CEEPBS, 2022	190/191
TABELA 10: Saberes dos alunos sobre respeito à comunidade LGBTQIA+, preconceitos a homossexuais e características de violência de gênero, 2022.....	193
TABELA 11: Saberes dos alunos sobre bullying, projetos contra violência aos homossexuais e características de violência de gênero, 2022.....	197/198
TABELA 12: Saberes dos alunos sobre atitudes e preconceitos dos colegas, participação em eventos e diálogos construtivos dentro de casa, na família, 2022.....	200

LISTA DE FOTOGRAFIAS E MAPA

FOTOGRAFIA 1: PRAIA DE CARAIVA (LITORAL SUL)	121
FOTOGRAFIA 2: MATA ATLÂNTICA	122
FOTOGRAFIA 3: MATA ATLÂNTICA	122
FOTOGRAFIA 4: LAVOURA CACAUEIRA	123
FOTOGRAFIA 5: CIDADE DE ITABUNA	125
FOTOGRAFIA 6: CIDADE DE ILHÉUS	125
FOTOGRAFIA 7 - CETEP LITORAL SUL II (ITABUNA)	128
FOTOGRAFIA 8 – CETEP LITORAL SUL I (MARAÚ)	128
FOTOGRAFIA 9- CEEP ÁLVARO MELO (ILHÉUS)	129
FOTOGRAFIA 10 - CETEP NELSON SCHAUN (ILHÉUS)	129
FOTOGRAFIA 11: CEEP CAMPO MILTON SANTOS (ARATACA)	130
FOTOGRAFIA 12 E 13: ASSENTAMENTO TERRA VISTA (ARATACA) – ANTES E DEPOIS DA OCUPAÇÃO	130
FOTOGRAFIA: 14 – ÁREA DE ENTRADA DO CEEPBS	133
FIGURA 15 – SETORES ADMINISTRATIVOS DO CEEPBS	133
FOTOGRAFIA: 16– SALA DE ESPERA GESTÃO	133
FOTOGRAFIA 17 - SALA DOS PROFESSORES	133
FOTOGRAFIA 18 - SALA DOS PROFESSORES	134
FOTOGRAFIA: 19– LADEIRA E PORTÃO DE ACESSO AO CEEP	134
FOTOGRAFIA 20, 21, 22 – ESPAÇOS INTERNOS E DE CONVIVÊNCIA DA ESCOLA-CAMPO	134
FOTOGRAFIA: 23- HOSPITAL SANTA CASA DE ITABUNA	135
FOTOGRAFIA 24 – CIDADE DE ITABUNA	138
MAPA 1 – TERRITÓRIO DE IDENTIDADE 05- LITORAL SUL, BAHIA, 2007, 2022	126

Apresentação

Nesta apresentação mostramos as Partes desta dissertação que analisou a percepção de professores/as e alunos/as sobre violência de gênero, tendo como recorte a LGBTQIA+fobia nas relações de interações e sociabilidades entre alunos/as no cotidiano escolar, observando o que dizem/falam/pensam os/as interlocutores/as da pesquisa (professores/as e alunos/as) sobre a homossexualidade, além de observar de que modo o Centro Estadual de Educação Profissional em Biosaúde e Segurança - CEEPBS, sediado no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, procura (ou não) combater preconceitos, discriminação contra pessoas por se assumirem homossexuais nas suas relações escolares com outros alunos e professores.

A investigação sobre a violência de gênero que tem como recorte a LGBTQIA+fobia nas relações de interações sociais e sociabilidades entre alunos/as no cotidiano escolar, justifica-se pela sua relevância social, acadêmico-científica e para o pesquisador, porque o interesse pelo tema não se reduz apenas à homofobia, mas pela composição de pessoas LGBTs, que sofrem diversos tipos de violências por atos de ódio, intolerância e até morte, que se manifestam inicialmente por estigmas, estereótipos, preconceitos, discriminação e exclusão social.

Apesar de a intolerância ser aplicada e ou executada como violência aos homossexuais, não podemos mais reduzir o termo da violência à comunidade LGBTQIA+ como homofobia, pois estaríamos limitando e reduzindo os referenciados nessa violência, pelo ódio, somente a gays e lésbicas, sendo que essa sigla evidencia e engloba a luta dos transgêneros, bissexuais, travestis, queer, intersexo, assexual e outras categorias contra todo e qualquer tipo de preconceito e violência a essas pessoas e grupos humanos e sociais.

As marcas da violência contra a comunidade LGBTQIA+ no Brasil tem proporcionado nos últimos tempos, grandes reflexões sobre a vulnerabilidade que atinge as pessoas envolvidas nesse grupo social e, conforme revista *online* Galileu (2017), o “Brasil é o país que mais assassina LGBTs no mundo - e o número de vítimas continua subindo”. Os resultados de dados da Rede TransBrasil e do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2016, revelam que foi um total de 144 mortes.”¹ .

¹ Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/> Acesso em: 12.12.2022.

Portanto, esses resultados mostram que é importante aprofundar reflexões sobre as violências, fenômeno por natureza diverso e complexo que exige o seu emprego no plural e, além de constituir um importante objeto de investigação, tornou-se, antes de tudo, um grave problema social que atinge pessoas LGBTQIA+.

Nesta pesquisa utilizamos a sigla LGBTQIA+, por entender que não podemos reduzir a homofobia a todos os medos e ódios que atingem à comunidade gay, pessoas envolvidas desse grupo, excluir e ignorar diversas outras orientações sexuais e identidades de gênero, mas ampliar a análise a toda a comunidade (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais).

Enfim, a todas as fobias que atingem os indivíduos que compõem esse grupo social. Por isso, a LGBTQIA+fobia é aqui aplicada para expressar e analisar os casos de ofensas e preconceitos a essa população e, por isso, precisa ser compreendida para permitir buscar estratégias de defesa de todos/as os/as envolvidos/as pelos preconceitos vividos por essa comunidade.

É importante buscar investigar e estabelecer metas para que todos/as sejam protegidos/as dos medos e angústias que vulnerabilizam a vida de cidadãos/as brasileiros/as vítimas da intolerância, do ódio. Por isso, faz-se urgente e necessária a retomada e/ou criação de políticas públicas que possam defender, assegurar e garantir a população LGBTQIA+ das condições necessárias à manutenção da vida, dos direitos, de condições dignas para trabalhar, produzir e viver com justiça, segurança e dignidade.

Ademais, descobri o sentido para esta pesquisa, a partir do espaço social que ocupo, sendo possível, na minha condição, aprofundar o tema homossexualidade, a LGBTQIA+fobia e as violências encontradas nesse percurso experienciado por mim e por todos/as que não escapam do preconceito, da discriminação e exclusão social.

No percurso de minha vida tenho sentido gostos diversos e, nele, foi aumentando uma necessidade de querer e, através da realização desta pesquisa, surge a oportunidade e o desejo de conseguir transformar a sociedade em que vivo e convivo e, principalmente as formas de convivência e relações de sociabilidades no ambiente escolar.

A partir dessa realidade vivida ao longo da minha vida e de presenciar preconceitos e discriminação não apenas direcionados a mim, mas também a outras pessoas, na igreja, na escola, na rua, enfim, em diferentes espaços sociais, desejamos ainda possibilidades e caminhos que possam evitar, amenizar ou extinguir tipos de violências contra homossexuais, transgêneros, travestis, lésbicas, no espaço escolar.

Nessa direção, percebemos a importância de buscar ações, estratégias e medidas que permitam melhorar as condições de sociabilidades nas relações aluno x aluno e aluno x professores e equipe pedagógica da escola.

Esta pesquisa surgiu a partir de alguns questionamentos, inquietações e provocações que nasceram das minhas vivências, do meu ser homossexual vivido na adolescência e juventude, com muitos medos, preconceitos, indagações religiosas, familiares e do meio no qual vivia,convivia e convivo.

A partir de observações realizadas pelo olhar de pesquisador e visualizações de atitudes, ações e ou “brincadeiras” nos ambientes escolares, enxerguei na homofobia velada as formas sutis de preconceitos, principalmente as pequenas brincadeiras, o *bullying*.

Para fins de organização sistemática, este texto está dividido em quatro Partes. Na Parte I, apresentamos uma introdução à pesquisa, mostrando o tema/objeto de estudo, o problema delimitado, proposição formulada e os objetivos estabelecidos pela pesquisa, o objetivo geral e seus desdobramentos.

Na Parte II, tratamos do marco teórico da pesquisa, o referencial teórico, apresentando conceitos, concepções, definições e categorias principais da pesquisa, com apoio de referências pertinentes que tratam do tema/objeto de estudo e está subdividido em tópicos que foram entrelaçados e organizados de modo convergente. Nesse sentido, esta Parte busca apresentar de que modo os casos de violência de gênero, a homossexualidade e a LGBTQIA+fobia/homofobia tem sido motivo de inquietações, provocações e, sem dúvida, na contemporaneidade, esses são temas pertinentes de pesquisas e estudos de diferentes áreas do saber/conhecimento.

A partir dessa compreensão, procuramos aprofundar conhecimentos em busca de conceitos/constructos e categorias da pesquisa. Além disso, na Parte II, falamos da violência de gênero no cotidiano escolar, do patriarcado, autoritarismo, machismo e das relações do poder na sociedade brasileira e na escola contemporânea. Nessa perspectiva, buscamos dialogar com a literatura branca e a cinzenta existentes sobre as diversidades sexuais, que tratam da importância de desconstruir conceitos coloniais, hierarquias, heteronormatividade, mostrando a necessidade de combater a homofobia/LGBTQIA+fobia e falar da luta e resistência de movimentos LGBTQIA+.

A intenção desta pesquisa, nesse sentido, foi de buscar encontrar formas de sensibilizar a escola para melhorar a condição das vivências e relações sociais entre

peessoas que pertencem a grupos e variações de sexualidade e gênero nos espaços escolares e, conseqüentemente, na sociedade brasileira e no mundo. A escola não é uma ilha, ela é parte da sociedade que é parte do mundo. E o mundo é mais humano e bonito quando respeitamos a individualidade de cada ser humano.

A Parte III apresenta o percurso da pesquisa, materiais, métodos e procedimentos teórico-metodológicos e conceituais utilizados pela investigação, análise de resultados e discussão.

A Parte IV mostra a conclusão e aborda algumas considerações finais da pesquisa.

Afinal, por acreditar em mudanças e transformações nas relações sociais que vivenciam respeito com a diversidade e, nesta pesquisa, especificamente, que tratamos da diversidade sexual e gênero, é que me coloco com toda força na crença de que surjam mais possibilidades de políticas públicas que garantam as individualidades e as identidades dos sujeitos homossexuais, negros, de outras etnias e religiões.

Além disso, vivendo uma atualidade tão marcada pelas violências simbólicas, físicas, emocionais e psicológicas, por questões relacionadas à LGBTQIA+fobia, devemos lutar por dias melhores, com menos violências e desrespeito, buscando mais justiça, igualdade, equidade, condição humana e espaços de direitos iguais para todos os grupos e seres humanos.

Por fim, podemos dizer que é importante destacar que o pesquisador conviveu com sentimentos até então repugnantes que afetaram o seu contexto familiar e religioso, tendo, muitas vezes, que guardar ou esconder seus desejos, suas vontades e sensações que surgiam em seu “Ser” e modos de “estar no Mundo”. Assim, utilizo-me de um trecho da música do compositor e cantor brasileiro Djavan (1984): “Só eu sei das esquinas por que passei, só eu sei”² para representar os sentimentos que guardei em mim, pois, muitas vezes, sofri essas manifestações que hoje são estudadas como *bullying*, pequenas violências, que vão se avolumando e se tornando problemas, caso não se consiga reconhecê-los como violência silenciosa, emocional e psicológica e simbólicas, perversas, que são cristalizadas e se tornam traumas.

² Disponível em: <https://djavan.com.br/discografia/lilas/>, 1984

SUMÁRIO

Apresentação

PARTE I

1 Uma introdução à pesquisa	22
--	----

PARTE II

2 Marco teórico da pesquisa	49
2.1 Em busca de um conceito e categorias principais da pesquisa	50
2.1.1 Diferença entre gênero, sexo e sexualidade	50
2.1.2 Uma breve definição dos termos homossexualidade, homofobia e LGBTQIA+fobia	58
2.2 Patriarcado, autoritarismo, machismo, misoginia e relações do poder na sociedade brasileira e escola contemporânea	63
2.2.1 Os discursos e as relações do poder e dominação na escola e no processo educativo: o professor como sujeito de produção	71
2.3 Violência de gênero no cotidiano escolar e a legislação brasileira: uma reflexão conceitual	85
2.4 Políticas Públicas para a diversidade sexual, produção de subjetividades e desconstrução da heteronormatividade na escola	95

PARTE III

3. Uma descrição do material, métodos, procedimentos e percursos da pesquisa	106
3.1 Material, métodos e procedimentos metodológicos	106
3.1.1 Etapa I – da pesquisa exploratória e elaboração do Projeto de Pesquisa	110
3.1.2 Etapa II – da construção do marco teórico e da pesquisa de campo	113
3.2 Caracterização do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia e da Educação Profissional local	118
3.3 Caracterização da Escola, Campo de Pesquisa	131
3.3.1 Caracterização dos Professores/as e funcionários/as técnico- administrativo do CEEPBS	139
3.3.2 Perfil dos alunos do CEEPBS	144
3.4 A entrada no campo e o encontro com o objeto investigado	146
3.4.1 A entrada no campo, coleta, tratamento e análise de dados	147
3.4.2 Perfil de professores/as do CEEPBS, interlocutores da pesquisa	152
3.4.3 Perfil dos alunos/as do CEEPBS, interlocutores da pesquisa	173
3.5 O que dizem/falam/pensam os/as professores/as sobre sexualidade, gênero, violência de gênero, preconceitos e discriminação na sala de aula e CEEPBS	179
3.5.1 O que diz/fala/pensa os/as alunos/as preconceito, homossexualidade e violência no CEEPBS em sala de aula	190

3.5.2 Concepção e saberes pedagógicos de professor/a sobre a Lei 7716/89 e violência contra a população LGBTQIA+ no currículo dos cursos do CEEPBS, Itabuna, BA	202
3.5.3 Concepção e saberes dos/as alunos/as sobre a Lei 7716/89, discriminação por orientação sexual e identidade de gênero considerada um crime	209
3.5.4 O que diz/fala/pensa os professores/as do CEEPBS sobre inclusão dos termos homossexuais, homofobia, bullying, violência de gênero na escola	218
3.5.5 O que dizem/falam/pensam os/as alunos/as sobre as contribuições do CEEPBS no combate a homofobia, preconceitos e violência de gênero no espaço escolar	232
3.5.6 O que sabem os Professores sobre currículos, Projeto Político Pedagógico do CEEPBS	236
3.5.7 O que falam/dizem os Professores sobre os cursos em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal no CEEPBS?....	242
3.5.8 O que sabem os/as alunos/as sobre o currículo do curso Técnico Profissional do CEEPBS	245
3.6.1 Violências de gênero: percepção dos/as alunos/as sobre homossexualidade, LGBTQIA+fobia na relação de interação e sociabilidade entre alunos(as) no cotidiano escolar	248
3.6.2 Percepção dos/as professores/as da pesquisa sobre a homossexualidade e LGBTQIA+fobia na escola investigada.....	250

PARTE IV

4 Conclusão e considerações “não” finais da pesquisa	253
Referências	259
Apêndices.....	264
Anexos.....	276

PARTE I

UMA INTRODUÇÃO À PESQUISA

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas... são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar.

Pierre Bourdieu (1996, p. 22).

1 Uma introdução à pesquisa

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

Michel Foucault (1988, p. 10).

Esta pesquisa analisou a percepção de professores/as e alunos/as sobre a violência de gênero, tendo como recorte a homofobia/LGBTQIA+fobia nas relações de interações e sociabilidades entre alunos no cotidiano escolar, observando o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa (professores e alunos) sobre a homossexualidade, além de investigar de que modo a escola-campo procura (ou não) combater (pre)conceitos e discriminação contra pessoas homossexuais no cotidiano escolar.

Sabemos que, em caso de homofobia/LGBTQIA+fobia no cotidiano dos ambientes/espços escolares e nas relações de interações entre alunos/as, a escola deve tomar providências devidas e, no caso de crianças e adolescentes, por exemplo, deve envolver a comunidade escolar, principalmente pais e/ou responsáveis pelos alunos/as envolvidos/as. É preciso tomar decisões coletivas para combater violências no espaço escolar, buscando o apoio dos pais e/ou responsáveis.

Na verdade, esperamos que a escola ao observar/saber sobre casos em que os/as alunos/as se encontram em condições de exclusão, estereótipos, preconceitos, discriminação, violências, como é o caso da LGBTQIA+fobia, por se assumirem homossexuais, transexuais, gays, lésbicas, transgêneros, no espaço escolar, nas suas relações escolares com outros alunos, professores, deve tomar medidas necessárias e encontrar estratégias e mecanismos para combater violências, agressões físicas, morais, psicológicas, dentre outros tipos.

Na escola, é importante identificar as formas de violências sofridas por homossexuais, transexuais, lésbicas, enfim, por pessoas LGBTQIA+ que convivem, cotidianamente no ambiente escolar. Essas violências são plurais, diversas e muito complexas, como por exemplo, o *bullying*, a violência psicológica, a física, agressividades, xingamentos e manifestam-se nas relações entre alunos/as, professor/a-alunos/as.

Faz-se mister também identificar que a escola deve observar de que modo essas questões ocorrem no cotidiano escolar, tanto durante as conversas, “brincadeiras”, emprego de apelidos, gestos, quanto nas relações pedagógicas. Enfim, é importante observar as

formas de linguagens que são utilizadas entre alunos/as para identificar o/a outro/a – o/a colega, e o que dizem/falam/pensam os seus professores sobre essas questões. Nessa perspectiva, é possível entender, com base no pensamento de Foucault (1988), que a opressão é um abuso de poder, portanto, a repressão pode ser compreendida como um dos seus efeitos.

Para tanto, a pesquisa procurou observar o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa (professores/as e alunos/as) sobre a homossexualidade e outros termos utilizados no estudo e ainda de que modo a escola investigada procura (ou não) combater preconceitos, discriminação contra pessoas em condições de violências homofóbicas/LGBTQIA+fóbicas, por se assumirem homossexuais nas relações escolares com outros alunos e professores.

É preciso mostrar que a homofobia/LGBTQIA+fobia é crime e essa pauta vem ganhando mais espaços de pesquisas, estudos, forças para as lutas e reivindicações por respeito a diversidade sexual, de gênero, tanto nos espaços sociais, políticos, acadêmicos e jurídicos da sociedade brasileira quanto em outros espaços internacionais, no mundo.

Contudo, ainda assim, a realidade das pessoas LGBTQIA+ ainda tem um longo caminho a seguir, pois está longe de ser uma questão pacífica no Brasil e no Mundo. Sendo essa, uma questão comprovada pelas pesquisas e estudos que tratam da violência sofrida por essa população, que tem convivido com preconceitos, estereótipos, discriminação, exclusão social, como consequências do ódio, da intolerância, de preconceitos nos espaços da escola, da família, das instituições onde trabalham, estudam, moram, enfim, em espaços da sociedade de modo geral, sem precedentes.

Diante dessa compreensão, para a construção do marco teórico desta pesquisa foram utilizados conceitos, concepções, definições dos termos homofobia, machismo, homossexualidade, LGBTQIA+fobia, autoritarismo, gênero, sexualidade, preconceitos, discriminação, dentre outros. Além disso, foram construídas discussões sobre as categorias de análise elencadas como essenciais ao entendimento do tema/objeto de estudo, como poder masculino, violência de gênero, homofobia/LGBTQIA+fobia, dentre outras, que estão presentes ao longo do texto desta dissertação.

A formulação de proposições e termos relacionados entre si apresentam uma visão sistemática dos fenômenos, especificando relações entre categorias da pesquisa e, para isso, esta pesquisa recorreu ao aporte teórico de Bourdieu (2003), Saffioti (1987, 2015), Louro (2000), Borrillo (2010), dentre outras referências que apesar dos desencontros

conceituais e de concepções possibilitaram a produção do conhecimento sobre gênero, violência de gênero, considerando a importância de entender como ocorrem a produção e a reprodução de (pre)conceitos, discriminação, exclusão e outras formas de utilização do poder simbólico das estruturas sociais no cotidiano do espaço escolar.

Para discutir homofobia e homossexualidade recorreremos a Louro (2000), Borrillo (2010), dentre outros referenciais apresentados nesta dissertação, além de contextualizar brevemente a história da sexualidade com apoio de Foucault (1988), gênero, patriarcado e violência de gênero com Saffioti (2015), criação do patriarcado com Lerner (2019), dentre outros autores que estudam e pesquisam o tema/objeto de estudo em questão e discutem essas categorias de análise.

Nesse entendimento, para falar de violência de gênero, a pesquisa buscou conceituar o termo violência, um fenômeno de difícil definição, o qual tem se constituído como uma preocupação para as sociedades humanas, com diversas perspectivas conceituais.

Para Ferreira (2017, p. 19) violência é um “termo polissêmico, com diferentes sentidos e significados, é um fenômeno complexo e com diferentes definições” e, na educação, conforme diz a autora, “sempre conta com alguma forma de justificar suas manifestações na escola e na sociedade” (p. 19). Falando de *Escola, violência e educação em direitos humanos*, a autora lembra que a violência sempre existiu, mas tem-se manifestado de forma difusa, complexa, aguda e crônica na sociedade “ao adentrar a escola, seus espaços físicos, sociais, culturais e humanos, sem precedentes. De diferentes modos, a violência tem ganhado terreno na escola e garantido o seu lugar” (2017, p. 35).

No caso da sociedade brasileira, marcada pela relação patriarcal, autoritária, machista, misógina, as raízes da violência desempenham um papel fundamental na reprodução da economia das trocas simbólicas. Tudo isso ocorre em decorrência da valorização do poder masculino, uma vez que o feminino é posto no lugar de submissão, subordinação, numa relação hierárquica e preconceituosa, na qual, a natureza do patriarca é, ao mesmo tempo de poder e autoridade.

Para Saffioti (2015, p. 104-105), a comunicação entre professor e aluno é uma ação fundamental e um instrumento de diferenciação do sucesso escolar. Segundo a autora, professores e estudantes também são atores da história, desempenhando a maioria de seus papéis sociais fora da escola. Essas experiências podem ser levadas à sala de aula, a fim de enriquecerem as discussões sobre o tema em questão.

No entanto, a relação professor-aluno também se apresenta, muitas vezes, de modo adverso e, como afirma Bourdieu, esse é um terreno da economia das trocas simbólicas, de interações que favorecem as relações de produção e reprodução do capital simbólico (BOURDIEU, 2007, p. 55).

Pautada nessa concepção, a escola produz e reproduz autoritarismo, misoginia, homofobia, práticas patriarcais e patrimonialistas, hierarquias, machismo, autoritarismo. Bourdieu (2012) afirma que “foi essa comunicação que indicou os caminhos para as construções sociais dos indivíduos, tanto individuais, quanto coletivas, do respeito às diversidades de pessoas e culturas existentes neste ambiente escolar” (p. 62). Nesse contexto, os sujeitos desejam voltar e encontrar ali seu lugar de fala, de convivências e trocas, em que os valores ali identificados desempenharão no futuro desses jovens, o marco da construção humana, do desenvolvimento de um ser social autônomo, crítico-reflexivo.

Por isso, associando violência aos gêneros, masculino e feminino, incluímos, aqui, os sujeitos que se definem homossexuais, lésbicas, transsexuais, transgêneros, queer, que são acometidos de preconceitos, violência física, psicológica, moral. Assim, pode estimular a homofobia/LGBTQIA+fobia, que é uma aversão irreprimível, repugnante, que provoca medo, ódio, insegurança, vivências de estereótipos, preconceitos, que algumas pessoas ou grupos que se associam nessa comunidade LGBTQIA+ sofrem.

Esse fenômeno tem ocorrido com frequência em toda sociedade brasileira e, cotidianamente, é registado em diversos periódicos, jornais impressos e em TVs no Brasil, na Bahia e no mundo inteiro. A todo momento, as cenas nos fazem refletir acerca de que tipo de sociedade estamos (re)produzindo. Nesse sentido, questionamentos vem sido feitos por pesquisadores, setores da sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais sobre os Direitos Humanos

Do mesmo modo, é preciso indagar ainda, porque a Constituição Federal Brasileira de 1988 – CF/88, que nos garante direitos iguais, condição humana e cidadania, assim como os Poderes Públicos em todas as suas esferas na sociedade brasileira, não atendem a garantia da equivalência, quando somos considerados iguais na Lei. A CF/88, em seu Artigo 5º, estabelece que “Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza e garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988).

Diante dessa norma maior, surge a reflexão: Quem está falhando no resguardo de tais Direitos? A sociedade? A instituição policial? A justiça brasileira? A população

atingida pela LGBTQIA+fobia? Os afetados por tais brutalidades, por medo da exposição e, conseqüentemente, o pavor de mais violências?

A CF/88 assegura condições necessárias para a povo brasileiro existir, mas mesmo assim, observamos o crescimento de atos contra homossexuais no Brasil. É importante destacar que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, em 13 de junho de 2019, que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero fosse considerada um crime, e foi introduzida na Lei n. 7.716/89 do combate ao racismo (BRASIL, 1989).

O escopo dessa Lei foi apresentado na Assembléia Nacional dos Deputados em 11 de maio de 1988, que não realizou mudanças consideráveis. No dia 5 de janeiro de 1989, a Lei foi publicada e começou a vigorar, definindo os crimes resultantes de preconceito racial como inafiançável e imprescritível. A pena chega a ser de até cinco anos de reclusão e multa a quem tenha praticado tais atos, prevendo crimes de discriminação racial no trabalho, na escola, em estabelecimentos comerciais, hotéis restaurantes e similares, na vida social, em ambientes públicos, incitação ou propaganda e outros.

Assim, a Lei 7.716/89, que previa crime contra discriminação ou preconceito por "raça, cor, etnia, religião e procedência nacional", atualizada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, em 2019, também prevê crime contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, homofobia e outras violências. Dessa forma, a referida Lei tipifica o crime de preconceitos contra a discriminação de gêneros.

A violência contra homossexuais no Brasil não pode somente ser tipificada, mais que isso, é necessário provocar a sociedade para a discussão sobre a consciência do respeito às diversidades de sua população, que desde sua origem é tão multifacetada. Faz-se necessário respeitar as diferenças étnicas, raciais, de gênero, as identidades sexuais e de condições sociais marcadas pela exclusão, pelo desrespeito e preconceitos, para que possamos ter uma nação mais justa e igualitária.

Essa discussão deve nascer no seio das comunidades, das escolas, dos centros sociais, guetos, movimentos sociais e, também, nas instituições acolhedoras dessas minorias. Do mesmo modo, deve ser tomada como uma das ações importantes das igrejas e religiões, de modo geral, que pregam o amor e a justiça, a plataforma escolhida pelo maior divulgador do respeito ao próximo, Jesus Cristo. Essas instituições pregam a relevância da solidariedade, do respeito, da fraternidade, da ternura, do amor e, enfim, da convivência com respeito à diversidade humana e social.

A sociedade é formada pelas diversas e diferentes instituições sociais, que devem produzir e reproduzir valores sociais e humanos, a ética do humano. Nesse processo, não deve reproduzir ideologias, mitos, que desencadeiam como efeito dominó, estereótipos e, em sequência, (re)produzam preconceitos, discriminação, desigualdades e exclusão social, baseados em marcadores sociais da diferença de gênero, raça/etnia, religião, classe social, sexo, sexualidade, dentre outros.

Para Ribeiro (2017, p. 69), o lugar social “não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”. Daí, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social, como afirma a autora. E, a partir disso, “é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade (p. 69).

Essa afirmação na perspectiva de Ribeiro (2017) tornou-se importante porque provocou e motivou o pesquisador, como pessoa engajada por mudanças e transformações sociais, pela descolonização do saber, do ser e do poder, a justificar o interesse pelo tema a fim de mostrar-se e posicionar-se no seu lugar de fala, e, tal consciência, contribuiu na elaboração da pesquisa. Importante ressaltar que o fato de o pesquisador ocupar o seu espaço social, distinto e tão seu, permitiu, através das experiências vividas na educação e nas vivências diárias, provar e visualizar as diversas formas de preconceitos que se transformaram em uma situação problema a ser investigada.

Esse entendimento de Ribeiro (2017) é muito relevante, pois contribui com a compreensão de que é necessário tomar decisões, buscar e identificar os nossos espaços sociais, profissionais, de vivências, de trocas de saberes e de construção de sociabilidades humanas.

Sob tal ótica, encontrei o meu lugar de fala, minha condição de pesquisador e homossexual que busca investigar e estudar a fundo a homossexualidade e procurar entender os motivos que provocam as violências encontradas nessa trajetória de vivências e experiências complexas e diversas.

Nesse percurso tive a oportunidade de sentir gostos diversos, amargos e doces, de vivenciar momentos que foram se tornando uma carência urgente de querer ajudar, através da realização desta pesquisa, a sociedade e, principalmente, o ambiente educacional que poderá buscar melhores condições de vivências e relacionamentos entre a comunidade escolar e a local, entre alunos/as, alunos/as e professores. Desejamos, ainda à escola,

condições para buscar por ações que possibilitem evitar tipos de violências contra homossexuais, transgêneros, travestis, lésbicas, no ambiente educacional e, assim, encontrar caminhos para melhorar as condições de sociabilidades nas relações alunos/as x aluno/a e aluno/a x professores/as e equipe da gestão e pedagógica.

Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, conforme Ribeiro (2017, p. 75), “para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias”.

Nessa perspectiva, a justificativa para esta pesquisa surgiu a partir de alguns questionamentos, inquietações e provocações, que nasceram das minhas vivências, do meu ser homossexual vivido na adolescência e juventude, com muitos medos, (pre)conceitos, indagações religiosas, familiares, de pessoas do meio no qual vivia/convivia nas relações sociais diversas e plurais. Como também, surgiu de observações e visualizações de atitudes, ações e/ou “brincadeiras”, nos ambientes escolares, nos quais, o pesquisador teve que ver, ouvir, passar por situações adversas, muitas vezes sem contestar, contraditar, mas buscando brechas para vencer na vida e construir o seu “Ser” e, hoje, “estar no Mundo”. Foi assim que enxerguei na homofobia velada, nas LGBTQIA+fobias, formas sutis de estereótipos, preconceitos, discriminação, provocações perversas, e antagônicas à felicidade, ao amor, à ternura, ao respeito, principalmente nas “pequenas brincadeiras”, nas perversidades do *bullying*, nas piadas de mal gosto, nas perguntas inadequadas e infortúnias.

Ao buscar uma definição de *bullying*, entendemos que é um fenômeno que pode ser definido como prática de atos violentos, que são intencionais e repetidos contra uma pessoa indefesa, “que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas *bullying* no contexto escolar. De acordo com Luís Picado (2009, p. 2), “o termo *bullying*, traduzido do inglês, compreende as múltiplas formas de violência física e/ou psicológica intencionais e repetidas praticadas entre pares (*bully*) ou grupos (*bullies*) que ocorrem sem motivação evidente [...]”

No Brasil, o *bullying*, segundo dicionário *online, web*, *dicio.com*, é uma ”agressão violenta, verbal ou física, feita com a intenção de intimidar, ameaçar, tiranizar, oprimir, humilhar ou maltratar alguém, sendo essa pessoa alvo constante e persistente dessa agressão”. Picado ainda explica, que essas são as práticas “mais comuns do ato de praticar *bullying*. Além disso, é uma violência “praticada por um ou mais indivíduos, com o objetivo de intimidar, humilhar ou agredir fisicamente a vítima” (2009, p. 4).

Nessa trajetória, ao chegar à Universidade, também era perceptível fragmentos dos estereótipos e preconceitos velados. Contudo, nesse ambiente, como o nome que é sugerido para tal instituição, universidade, caracteriza-se por ser um lugar pluridisciplinar, um espaço coletivo, plural, múltiplo, então, pensava que já não cabia mais conviver no “esconderijo” ou “armário”. Nela, fui encontrando espaços diversos, um lugar apropriado para avançar no conhecimento e para todas as pessoas, todas as raças, etnias, religiões, gêneros, sexo.

Nesse espaço, encontrei meus pares, meus cúmplices, amigos, indivíduos que tinham consciência da importância de dialogar, formar, reconhecer que além das caixas, das paredes, havia um mundo muito mais humano, no qual é possível lutar e resistir contra todo e qualquer tipo de opressão, de desigualdade, de reações adversas à vida e vida feliz. Nesse universo, dialoguei, questionei e perguntei, por muitas vezes, o que fazer? Como realizar? Por onde começar? As dúvidas foram diversas, as respostas encontradas foram muitas vezes contraditórias, com efeitos indesejáveis, descontraídas.

Desa forma, vivendo e exercendo minha profissão de professor, estando efetivo na Rede Estadual de Ensino, através de concurso público, voltado ao nível médio, esbarrei-me de volta com diversas formas sutis de estereótipos e preconceitos e, novamente surgiram as “brincadeiras” preconceituosas, descabidas, inoportunas, desfavoráveis, perversas, cruéis. Essas brincadeiras manifestavam-se com perguntas despropositadas, ianquadas, impróprias, como formas de provocações perversas, como: “Cadê sua mulher?”, “Onde está sua esposa?”, “Você é gay?”, “Parece homem macho!” Assim, muitas vezes pensei: a homossexualidade é plural, diversa em suas manifestações, mas apenas porque são plurais e diversas as manifestações sexuais da humanidade e a sociedade é machista, patriarcal e muita coisa que ela produz não possui cabimento, é sem fundamento, impróprio, é despropositado. Assim, segui a vida questionando.

Ribeiro (2017, p. 77) explica que “esses questionamentos são fundamentais para que possamos entender lugares de fala. Assim, a autora questiona: “Dentro do projeto de colonização quem foram os sujeitos autorizados a falar?” Não é difícil encontrar uma resposta para essa pergunta. Vivemos em uma sociedade escravista, formada por europeus colonizadores, heterossexuais, cristãos, autoritários, misóginos, machistas, patriarcais.

Algumas dessas provocações trazem muitas inquietações sobre as máscaras, as insinuações, os preconceitos, a discriminação contra negros, homossexuais/LGBTQIA+. Dentre elas, podemos citar, como exemplo: “O medo imposto por aqueles que construíram

as máscaras serve para impor limites aos que foram silenciados?” (RIBEIRO, 2017, p. 43). Para Ribeiro, “Falar, muitas vezes, implica em receber castigos e represálias, justamente por isso, muitas vezes, prefere-se concordar com o discurso hegemônico como modo de sobrevivência?”(p. 43) Contudo, como pensa a autora, “se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente sobre o que nos é permitido falar?” (p. 44).

A partir dessas manifestações vividas, ressurgiu a vontade de pensar uma nova forma de trabalhar o ser homossexual, humano e social que precisa, a partir da nova consciência, ir para o mundo, sem neuras ou traumas. Nessa perspectiva, é possível buscar novos horizontes, percursos, metodologias e caminhos e, logo, fui convidado a gerir uma escola do campo e, a partir dessa experiência, surgiram novos questionamentos, mais profundos e inquietantes.

Nesse momento, vi a violência simbólica mais forte, meninos e meninas que trabalhavam na terra, tinham seus desejos menosprezados e ironizados, pois seus comportamentos feminilizados ou masculinizados não eram comportados ali, para aqueles residentes no campo, pequenos agricultores e agricultoras, onde aqueles “hábitos”, experiências, vivências, trocas, não eram aceitos.

As experiências vividas nesse espaço social e coletivo, com pessoas de diversas camadas sociais, diversos ambientes e municípios, no campo, em um Assentamento de Reforma Agrária, me fez ver uma realidade maior dos processos de preconceitos, de ações negativas contra aqueles que, por diversas razões, ainda não se reconheciam homossexuais, sofriam *bullying*, violência simbólica e, muitas vezes, física, por serem “diferentes”. Desta forma, fui buscando o sentido para a minha pesquisa, em busca de encontrar parceiros que comigo pudessem desenvolver e expandir a ideia para as formas e condições que vivêssemos melhor como homossexuais, sem medos e ou preconceitos homofóbicos.

Borrillo (2010, p. 9) ratifica que “a homofobia é um fenômeno complexo e variado que pode ser percebido nas piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado”. A escola como parte da sociedade, não está imune a esse problema, produz e reproduz violências. Contudo, como explica o autor, a homofobia “pode também assumir formas mais brutais, chegando até a vontade de extermínio, como foi o caso na Alemanha Nazista” (p. 9). Além disso, “com a semelhança de qualquer forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira suas conclusões materiais” (p. 9). Assim, a homofobia continua presente no ambiente escolar.

Assim, observando o cotidiano em que eu vivia, através da minha sensibilidade e do meu sentimento de ser social e formador, ser político e cidadão, percebi que, em muitos momentos, surgiram atitudes e ações preconceituosas escondidas, veladas, sempre ditas como brincadeiras ou atos falhos, como por exemplo, algumas vezes testemunhado e sentido: “[...] esses viadinhos agem assim...”, “[...] isso é coisa de viado”, “Gente, aquele menino é muito fresco [...]”, “já vi, daquele jeito, só podia fazer isso [...]”.

Na análise das vivências de manifestações e ações homofóbicas e preconceituosas de alunos contra alunos, professores contra alunos, alunos com professores, observamos muitos conflitos e, muitas vezes, violência moral, psicológica e, também, física.

Daí, surgiu o desejo de pesquisar como são percebidas essas questões na escola e, muitas vezes, se são observadas como ações/atos praticados como formas de (pre)conceitos homofóbicos no cotidiano escolar e, principalmente, quando as inquietações nos levaram a pensar que, os atos eram praticados sem a noção de discriminação, preconceito, criminalização ou penalização contra o outro, o famoso “sem querer”.

A partir desta pesquisa, portanto, foram observadas como são vistas essas ações de violência pelos professores/as que atuam nas classes/turmas dos cursos de educação profissional do CEEPBS e, dentre esses professores estão aqueles que estão atuando na gestão, além de funcionários de uma unidade de educação e, muitas vezes, essas ações/atos considerados impróprios e descabidos são justificados por eles como “sem propósito” ou “sem querer atingir ninguém”.

Essa pesquisa tem, assim, como inquietação, a carência da discussão, do diálogo e do entendimento de que a Escola precisa desenvolver, projetar, acionar em seus diferentes ambientes, lugares e espaços de manifestações dialógicas e de comunicação pedagógica, ações que inibam ações/práticas/atos violentos entre os seus diferentes segmentos e envolvidos nas relações sociais e escolares.

Acreditamos que a escola poderá tornar-se um lugar de provocação, de momentos e ações para educar rumo à diversidade e à convivência respeitosa com as diferenças. Pois, o que é visto é que a escola, apesar de ser reconhecida como espaço de sociabilidade e lugar apropriado para ensinar e educar para a cidadania, não está cumprindo a sua função primordial. E, ao que tudo indica, não garante suas metas propostas pelo Projeto Político Pedagógico – PPP e não consegue ainda ser promotora de indivíduos preparados para a cidadania e o respeito ao outro, o “diferente” e a diversidade.

A educação como prática de liberdade, no entanto, é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. “Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade, diz bel hooks (2013). Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo (hooks, 2013, p. 25).

Conforme a concepção da autora (2013), podemos entender que a escola poderá tornar-se um lugar de provocação, de momentos e ações para educar rumo à diversidade e à convivência respeitosa com as diferenças. Pois, o que é visto é que a escola, apesar de ser reconhecida como espaço de sociabilidade e lugar apropriado para ensinar e educar para a cidadania, não está cumprindo a sua função primordial. E, ao que parece, não garante suas metas propostas pelo PPP e não consegue ainda ser promotora de indivíduos preparados para a cidadania e o respeito ao outro, o diferente e a diversidade.

A educação como prática de liberdade, portanto, é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Conforme bel hooks (2013) ensinar a transgredir é um jeito de educação como prática da liberdade e mostra que se deve “ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos, pois, esse jeito é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo” (hooks, 2013, p. 25). Nesse sentido, a escola, como espaço de formação educadora, de construção de saberes e de indivíduos-sujeitos autônomos, solidários, de cidadãos que são preparados para a vida e para o mundo do trabalho, não deve permitir atitudes negativas, preconceituosas, com discursos, atitudes, comportamentos que gerem discriminação de gênero e suas interseções com outros marcadores sociais da diferença nos espaços escolares e sociais, de modo geral.

Para criar condições de aprendizagem e aprofundamento teórico sobre a temática em questão, os conceitos, as concepções e definições do tema foram descritos e identificados na medida que foram desenvolvidos na pesquisa, como por exemplo: violências na escola, violência contra adolescentes e jovens, violência sexual, manifestações de desrespeito ao gênero, *bullying* e sexualidade. Do mesmo modo, buscamos entender como esses termos foram desencadeados, por ter conceitos múltiplos e de difícil definição, a exemplo, de violência. Desse modo, a sua compreensão foi avançando e sendo rebuscada, a partir de leituras de artigos, textos, pesquisas online, que foram experimentadas por autores, referenciais desta pesquisa.

Para Safiotti, (2004), por exemplo, é “normal e natural que os homens maltratem suas mulheres, assim como, que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência.” (p. 74). Segundo a autora, a divisão dos diferentes tipos de integridade, quais sejam, a física, a sexual, a emocional, a moral, faz com que se estabeleça a “ordem social das bicadas”, na qual, a permissão social para transformar agressividade masculina em agressão contra as mulheres, não é uma ação que traz perdas apenas às vítimas, mas também, aos seus agressores e todo o coletivo social que é conivente, por diferentes motivos, a apoiar essa forma de submissão.

A violência de gênero encontra-se enovelada a outras violências, como por exemplo, a violência emocional e a psicológica, vivenciadas por pessoas identificadas como homossexuais e ocorrem em ambientes diversos, dentro de seus lares, da escola, igreja, dentre outros espaços. Nesta pesquisa, esse tipo de violência tem como recorte a LGBTQIA+fobia e é uma questão social, presente também dentro das escolas.

Esse tipo de violência é identificado e observado nas diversas formas de preconceito contra meninas que se veem como meninos e meninos que se reconhecem como meninas. Esse fenômeno acontece entre os indivíduos que se dizem héteros e não conseguem ver a socialização entre homossexuais e héteros, isto é, entre os indivíduos que compõem a comunidade escolar no dia a dia educativo, sem distinção de gênero, classe, sexo, raça, etnia. Essas violências não podem ser identificadas nesse ambiente que pretende ser formador, ético e normativo dos indivíduos, que estão envolvidos no universo do ensino-aprendizagem e de relações de interações entre a gestão, alunos, professores, funcionários e pais e/ou responsáveis.

Na escola, de acordo com pesquisas realizadas por Bento (2008), Louro (1997), Weeks (1999), dentre outros, a violência se manifesta de diferentes formas e a discriminação, estereótipos e preconceitos relacionados às relações de gênero e a diversidade sexual no espaço escolar, são fatores determinantes de variados tipos de violência, envolvendo atores diversos, inclusive nas relações pedagógicas e de interações entre professor e alunos. Para Bento (2011), por exemplo, na escola se aprende que a diferença faz a diferença e, como instituição social, encontra limites em lidar com os sujeitos que fogem às normas de gênero.

Nela, a homossexualidade é a identidade de gênero mais violentada por diversas formas de estereótipos, preconceitos e discriminação. Os homossexuais são atingidos por formas de preconceitos que afetam o emocional, o psicológico e a moral de alunos e alunas

que se apresentam da melhor configuração gênero, sexo e sexualidade que lhes convém, principalmente como se sentem melhores orientados a se reconhecerem. Em muitos momentos, para a avaliação escolar, esses sujeitos se apresentam com atitudes e ações fora dos padrões normais na escola, identificados e relacionados como desobedientes, rebeldes, violentos.

Para Ferrari e Almeida (2012, p. 870-871), “refletir a partir dessa perspectiva parece colocar em circulação uma crítica às ideias e práticas que organizam a escola e como se constrói cada sujeito envolvido nesse processo, como corpos e subjetividades em relação”. Nesse sentido, é importante destacar que as práticas e ações da escola podem influenciar a produção, a circulação e a socialização de significados no espaço escolar e contribuir com a construção de identidades sociais e culturais.

Sobre essa questão, é possível entender que, refletir as ações de um aluno ou aluna, de um indivíduo, a partir somente do que se observa no fragmento de uma ação desenvolvida ou praticada por ele, e essa ação ser identificada como insubordinação, permitirá que esse sujeito seja caracterizado com o real, com o ser a ser construído em sua verdadeira identidade.

Como também, é preciso destacar que, por exemplo, para mostrar-se macho, muitas vezes, o garoto mostra sua genitália para as meninas, os meninos utilizam-se da agressividade contra as meninas, ações estereotipadas como agressivas. Essas ações são, na grande maioria, formas de se afirmar, de se mostrar, de determinar distanciamento e proteção na busca de se esconder da sua real identidade, que se apresenta, muitas vezes, carente e sensível.

Desse modo, o “poder do macho” usa a sexualidade e o sexo para impor condições ao corpo em formação, a um corpo a que se delinea na melhor condição de prazer e gozo, desenvolvendo múltiplas formas, condições e mecanismos de determinação sexual, de gênero, que possam assegurar suas individualidades.

Desta forma, Ferrari e Almeida (2012), no artigo *Corpo, Gênero e Sexualidade nos Registros de Indisciplina*, procuram mostrar que, dependendo de ações e intervenções da Gestão, os alunos poderão ser considerados indisciplinados, pois, por condições adversas esses alunos apresentam ações e reações que são avaliadas como indisciplinadas e, assim, são considerados como alunas e alunos rebeldes, bagunceiros, insubordinados.

Na verdade, a percepção sobre comportamentos e atitudes de alunos/as nos espaços escolares tem provocado muitos questionamentos sobre o que é (ou não) indisciplina de

aluno na escola. Como profissional da educação, dentro da escola onde atuamos, foi possível observar que os alunos, muitas vezes, mostram reações fora das normas e padrões das escolas e, que nos fizeram acreditar em insubordinação, mas, é viável compreender que há outra forma de interpretação sobre isto. Pois, no contato dialógico com eles, fui capaz de entender que eles queriam era chamar a atenção para suas indignações, medos, ou até mesmo um pedido de ajuda para as construções subjetivas que lhes são necessárias para viver melhor em suas verdadeiras e reais identidades.

Na escola, esses indivíduos, muitas vezes, se refugiam de problemas oriundos nas e das famílias, religiões, sociedade, tentando fugir da realidade que só eles enxergam: a homossexualidade tão marcada pelos preconceitos e a violência que esta provoca, quando não é aceita ou que pelo menos seja compreendida.

No livro *Violências nas Escolas*, Abramovay e Rua (2002) chegam às considerações de que a violência escolar é multifacetada, plural e tem se multiplicado e diversificado, a cada dia, nos espaços escolares, inclusive nas relações entre professores e alunos e alunos-alunos.

Desse modo, as manifestações de violência vêm ocorrendo nas formas verbal, física, simbólica e esta é um objeto de preocupação social e de diferentes áreas do conhecimento, pois, geram distúrbios emocionais, exclusões e, desta forma, a evasão, que é uma consequência grave nos índices educacionais.

Para Abramovay (2002), a violência que a escola exerce sobre o/a aluno/a é aquela quando anula a sua capacidade de pensar e que o tornará um ser capaz somente de reproduzir. A violência simbólica é a mais difícil de ser percebida. Isto porque, ela é exercida pela sociedade quando esta não é capaz de encaminhar seus jovens a uma realidade mais igual e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho, quando não lhes oferece oportunidades para o desenvolvimento da criatividade. Ou ainda, quando as escolas impõem conteúdos destituídos de interesse e de significado para a vida dos alunos. Ou quando, os professores se recusam a proporcionar explicações suficientes, abandonando os alunos à sua própria sorte, desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento e os depreciam de motivações e interesse de aprender, buscar, querer crescer.

A autora (2002, p. 335) diz que a violência simbólica “também pode ser contra o professor quando este é agredido em seu trabalho pela indiferença e desinteresse do aluno”. Enquanto que, a violência física significa a ação de “brigar, bater, matar, suicidar, estuprar,

roubar, assaltar, atirar, espancar, pancadaria, neguinho sangrando, ter guerra com alguém, andar armado e, também participar das atividades das gangues” (p. 335).

Na atualidade, os jovens apresentam muitas formas de expressão para demonstrar poder e força através dos corpos. Por exemplo, ter um corpo sarado, viril, é demonstração de poder e macheza para os meninos. Para as meninas, o corpo terá que ser magro, esguio. Para as mulheres trans e homens trans, os modelos apresentados seguem os mesmos padrões. Modelos são apresentados a partir do que é descrito pelos perfis em redes sociais, de modo padronizados como corpos ideais. O que realmente interessa a essa ideologia que permeia as imagens das redes sociais são os modos e as formas de corpos que são apresentados como tipificação ideal no imaginário juvenil e preconizam conteúdos e imagens que procuram revelar as melhores formas de se mostrarem e serem aceitos nos grupos e guetos.

Para Ferrari e Almeida (2012, p. 7), a “ligação entre corpo, cultura, disciplina, história e sociedade foi perfazendo uma ideia, ou talvez um ideal, de sujeito como aquele capaz de observar-se, decifrar-se, interpretar-se, descrever-se, julgar-se, e se autogovernar”. A compreensão para muitos jovens e adolescentes, é que no corpo está a verdadeira expressão de demonstração de força, de poder. Por outro lado, para a escola, a melhor forma de coibir a ação de indisciplina é punir, demonstrar superioridade autoritária, deixando muitas vezes o diálogo fora desta relação de sala de aula.

Nessa perspectiva o autor afirma que “a escola, diante de uma situação extrema, recorre a outras instituições que compõem nossa sociedade disciplinar, como o Conselho Tutelar e a Polícia, que juntos buscam a constituição de sujeitos disciplinados, capazes de controlar suas ações e pensamentos [...]” (FERRARI; ALMEIDA, 2012, p. 8). Essa é uma questão que se faz presente nas relações entre professores e aluno, por exemplo. Já na demonstração de sexo e da incorporação da identidade homossexual estará a garantia da resistência na luta por respeito e dignidade e essa resistência, em muitas ocasiões, se apresenta como agressiva.

Indubitavelmente, as muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas e promovidas socialmente. O ser humano tem se constituído cada vez mais na subjetividade a que defendem e querem viver e sobreviver. Muitos buscam no silêncio, outros em falas e bandeiras, muitos na passionalidade ou tendências de grupos, e assim vão se construindo ou se auto mutilando, reconhecendo-se ou destruindo-se, indo até o suicídio.

Na sociedade brasileira atual, ao que tudo indica, está cada vez mais difícil, manter-se vivo, pois, a cada dia, o emprego de preconceitos, o desrespeito ao outro, o ódio e a intolerância contra o diferente, especialmente as práticas de violência contra a diversidade das populações LGBTQIA+ aumentam. Observamos nos noticiários de TV, Rádios, jornais impressos, que as diversas formas de violência contra homossexuais e transgêneros, a exemplo de crimes cibernéticos e físicos, violência moral e psicológica se tornam cada vez mais complexos, sem precedentes.

Louro (2000, p. 4) explica que “as profundas transformações que, nas últimas décadas, vêm afetando múltiplas dimensões da vida de mulheres e de homens e alterando concepções, práticas e as identidades sexuais teriam de ser levadas em consideração”. Essas profundas transformações destacadas pela autora permitem contribuir com o pensamento de que precisamos resistir e lutar a favor de ações e de geração de políticas públicas. Não podemos parar. As políticas públicas devem ter como objetivo atender as populações em situação de risco e propiciar a esses excluídos e violentados socialmente, condições de segurança e, conseqüentemente, proporcionar melhores possibilidades de implementos estratégicos favoráveis ao combate à violência.

Os implementos estratégicos devem ter por finalidade, a redução nos índices de mortes por feminicídios, por crimes contra a comunidade LGBTQIA+, violências contra negros, indígenas e ações em defesa das populações socialmente excluídas, as quais devem servir de prevenção e combate às violências contra crianças, adolescentes, jovens, enfim, todas as pessoas em situações de abusos e violência sexual.

Contudo, apesar das mudanças de concepção de gênero, sexo e sexualidade, essas questões ainda são reguladas, condenadas ou negadas, na escola e sociedade atual. A produção e a reprodução de preconceitos, discriminação, estereótipos, ainda marcam as relações sociais na escola e na sociedade e, principalmente, quando são produzidas através de visão religiosa. Sob concepções religiosas, muitos estudantes são formados e doutrinados em suas famílias, com valores e regras que negam a existência da diversidade, da negação da ciência e do respeito aos que não comungam das suas religiões e crenças. Destacando-se, principalmente, as crenças de fundamentação no Antigo Testamento, pois, a construção literária dessa divisão Bíblica é feita de leis e normas antigas que não vislumbram as novas formas de expressões e identidades, principalmente de gêneros no tempo atual.

Nesse contexto histórico atual, observamos que a formação política que prega a ideia da família ideal, o desrespeito às minorias e, dentre essas, as dos indivíduos que se apresentam como homossexuais, tem se constituído como muito complexo. Essa é uma forma marcante do poder patriarcal brasileiro, que tenta buscar a manutenção do poder do macho, do homem viril, hétero, cristão e, no pensamento colonizador, esse é o homem que tem condições de criar famílias ideais.

A dimensão simbólica da violência de gênero na escola é fato. E, por tudo que se pode perceber nas relações entre professores e seus alunos, a escola ainda mostra dificuldades para lidar com a problemática homossexual em seus espaços de sociabilidades e de formação. Nesse espaço, há professores que admitem que a ideia da família ideal é a forma correta que deverá ser reproduzida, valores que terão que ser seguidos, evitando contato com alunos que se apresentam como homossexuais, transsexuais, lésbicas e transgênero, ou que mostram interesse por pessoas do mesmo sexo ou gênero e, muitos desses professores são de formação religiosa arcaica.

Sobre essa relação de poder, Bourdieu (1999) define a violência simbólica como uma modalidade do fenômeno que se define como “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas” (p. 7). Para o autor, este tipo de violência “se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do conhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (p. 8). Nesse sentido, o autor se refere a um mecanismo sutil de dominação e exclusão social, sendo a dominação masculina, um exemplo por excelência da submissão paradoxal que decorre da violência simbólica.

Nessa conjuntura, as categorias sexo e sexualidade são relevantes e servem de base para as reflexões nos diálogos nas relações sociais e, assim, também ajudam a compreender a dimensão simbólica da violência no momento das conexões sobre o gênero nas interlocuções entre professores e alunos na sala de aula e noutros espaços da escola.

Além disso, não podemos deixar de destacar que a falta de preparo dos professores para perceber em seus alunos uma necessária fragilidade emocional, carências afetivas e de instruções familiares sobre seus questionamentos e inseguranças a respeito do gênero que melhor lhes asseguram posicionamentos diante da sociedade, causam conflitos e estes podem se tornar graves na construção individual e na formação educacional do aluno.

Essa ausência de formação e preparo do/a professor/a para lidar com as questões de comportamento e práticas homossexuais, geram violência do/a próprio/a professor/a contra

seus alunos e, também, pode aumentar a possibilidade de conflitos internos no aluno que, na sua subjetividade, se define como gay e está em formação pessoal.

Do mesmo modo, é possível perceber também violência de aluno/a contra o/a professor/a, que em muitos casos, também se encontra na sua subjetividade, de forma velada, sem reconhecer em si a mesma condição do aluno, ser em construção.

Existe por todos esses fatores, uma carência urgente dos poderes públicos em ampliar o acesso de alunos, professores, funcionários, pais ou responsáveis legais por alunos menores (arranjos familiares, tios, tias, avôs, avós, irmãos mais velhos) aos serviços de psicólogos nas escolas, profissionais importantes e necessários para a construção da identidade, da sexualidade, do seu corpo e, assim, do ser consciente na sua relação emocional consigo mesmo e com o outro ou outros das suas relações.

Diante dessa problemática, esta pesquisa se justifica pela necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o tema violência de gênero, que tem como recorte um estudo descritivo sobre a homofobia/LGBTQIA+fobia. Nesse sentido, a intenção desta pesquisa é investigar na percepção de professores e alunos sobre violência de gênero (LGBTQIA+fobia) no cotidiano de uma Escola Pública Estadual de Educação Profissional, sediada no Território de Identidade Litoral Sul, bem como, observar suas causas e consequências, tendo como interlocutores 10 professores em suas práticas pedagógicas, nas interações de convivência e experimentações cotidianas nas relações com seus alunos, em sala de aula e noutros espaços/cotidiano escolar. Além dos 10 professores, também foram selecionados 20 alunos da escola, campo de investigação, dentre eles, adolescentes e jovens, que são alunos dos professores selecionados e que decidiram pela participação na pesquisa.

A escola-campo possui alunos matriculados que moram em diferentes bairros do município de Itabuna e, também, alunos de outros municípios que compõem o Território de Identidade Litoral Sul do Estado da Bahia. Como também, os alunos/as do município de Itabuna e de outros municípios desse Território são de origem da zona rural e da urbana. A escola *locus* da pesquisa oferta ensino médio, modalidade Educação Profissional, que de acordo com a sua finalidade tem como objetivo promover aos seus munícipes aprendizados em tecnologias e saberes que serão empregados na melhoria da microrregião e suas culturas.

E, para a sua realização, esta pesquisa foi planejada em duas etapas. Na Etapa I da pesquisa foi utilizada a abordagem de pesquisa exploratória, momento em que foi realizada

a elaboração do projeto de pesquisa, com o levantamento inicial de dados, entre os meses de março e maio de 2021, por meio da observação direta e assistemática, que se dedicou a identificar formas de violência, especialmente manifestações e atos de homofobia que se encontram nos espaços de sociabilidades e no processo ensino-aprendizagem no campo investigado.

Desse modo, verificamos que nos últimos anos, atos e manifestações de violência no ambiente escolar contra alunos, professores e funcionários acontecem, sem precedentes, perceptíveis, principalmente, em diferentes espaços e cotidiano escolar e função/ocupação profissional em escolas básicas, na atuação como professor, na função de ex-diretor de uma escola do campo e vice-diretor administrativo- financeiro na escola-campo pesquisada, desde janeiro de 2016 aos dias atuais.

Foi possível perceber que essa situação-problema aumenta a cada dia e, de forma mais presente na faixa de pobreza e de extrema pobreza da população atendida pelo CEEPBS, na microrregião da Bahia, a Litoral Sul onde a escola-campo está sediada, tornando-se uma realidade de preocupação constante na sociedade e para as escolas de modo geral.

Apesar disso, observamos que as lutas pela igualdade de gênero, étnico-racial, enfim, pelo respeito à diversidade, têm sido recorrentes. No entanto, o predomínio de comportamentos e atitudes desfavoráveis, emprego de preconceitos, de ações discriminatórias de gênero e sexualidade, violência homofóbica marcam suas presenças em diferentes espaços sociais e, assim, ainda se mantém como uma realidade persistente, banalizada e naturalizada. Essas questões são produzidas e reproduzidas nos espaços da vida social brasileira e a escola é um deles.

Por tudo isso, percebemos que foi muito importante analisar as relações entre os envolvidos diretamente no convívio escolar e na relação acerca do aprender a ser, de estar com o outro – o diferente. E, para tanto, foi preciso buscar conhecimentos sobre quais violências são percebidas entre os sujeitos durante o processo de ensino e aprendizagem e que travam, na maioria das vezes, o processo formativo do aluno.

A partir desse entendimento, surgiu o problema formulado, delimitado, da pesquisa, que questionou: - *Qual a percepção de alunos e professores sobre violência de gênero (LGBTQIA+fobia) no cotidiano do Centro Estadual de Educação Profissional Biosaúde e Segurança (CEEPBS) e o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa sobre preconceitos e discriminação contra homossexuais, percebidos entre alunos e professor-*

aluno, observando de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula influenciaram (ou não) no combate às violências (LGBTQIA+fobia) no cotidiano escolar?

Devido a complexidade do tema e no contato com o campo de estudo e os interlocutores surgiram outras questões de pesquisa, que possibilitaram construir os percursos para estudar a produção de subjetividades e a diversidade sexual na escola-campo. A partir daí surgiram a pergunta de pesquisa: *De que modo o CEEPBS pode interferir/intervir para que se possa construir relação de respeito entre seus alunos e na relação professor-aluno? - Quais projetos ou ações pedagógicas o CEEPBS tem construído (ou não) para que o/a aluno/a que se percebe diferente dos “normais”, possa se sentir acolhido/respeitado no espaço educacional?*

Estas foram questões que exigiram respostas e, a partir dessas respostas, foi possível abrir caminhos para buscar reflexões, provocações e questionamentos sobre a produção de subjetividades e a diversidade sexual no contexto escolar. O conhecimento sobre o tema/objeto de estudo foi se aprofundando no contato com as fontes utilizadas ao longo da investigação e possibilitaram encontrar estratégias que, em nossa percepção, podem ser desenvolvidas pela escola para melhorar a convivência entre professor-aluno, aluno-aluno e toda a comunidade escolar e local, no agir diário escolar.

A partir do problema formulado e outras questões estabelecidas pela investigação, a pesquisa buscou *analisar a percepção de alunos/as e professores/as sobre violência de gênero (LGBTQIA+fobia) entre alunos/as e professor-alunos no cotidiano do Centro Estadual de Educação Profissional Biosaúde e Segurança, observando o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa sobre preconceitos e discriminação contra homossexuais e de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula influenciam (ou não) no combate às violências (LGBTQIA+fobia) no cotidiano escolar.*

Para responder o problema delimitado e o objetivo geral formulado, esta pesquisa foi realizada em duas etapas: Etapa I e Etapa II: Na Etapa I foi elaborado o projeto de pesquisa. Sendo que, a primeira, foi subdividida em duas fases: a Fase I – da pesquisa exploratória, quando foi realizado o levantamento de dados sobre tema/objeto, delimitado e formulado o problema e proposições de pesquisa e foram estabelecidos os objetivos (o geral e seus desdobramentos, os específicos). Nessa etapa, ainda, foi definida a população

e selecionou-se a escola-campo e interlocutores da pesquisa. Além disso, definiu-se os métodos, instrumentos e técnicas que foram utilizadas pela investigação.

A Fase II, da Etapa I, com apoio da revisão de literatura, foi dedicada a aprofundar conhecimentos sobre as categorias principais da pesquisa e conhecimentos para continuar a elaboração do marco teórico e da metodologia da pesquisa, seus percursos teóricos e técnico-metodológicos.

Na Etapa II, da pesquisa propriamente dita, foi preparado o momento da entrada no campo e teve como holofote os objetivos específicos, com os desdobramentos do objetivo geral e a realização da pesquisa bibliográfica, análise documental e abordagem de campo. Nesse momento para responder ao primeiro desdobramento, foi realizado o levantamento bibliográfico e documental sobre conceitos, concepções e definições de violência, violência de gênero, homofobia, LGBTQIA+fobia, homossexualidade na escola e outras categorias, variáveis necessárias ao aprofundamento do conhecimento sobre o tema/objeto de estudo e aprofundamento do marco teórico da pesquisa.

Desse modo, foram respondidos os três últimos objetivos específicos com a realização da pesquisa de campo após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética de Pesquisa – CEP, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Foram eles: (c) Identificar os tipos de violência na escola, especificamente as manifestações/atos de violências de gênero (LGBTQIA+fobia), presentes na relação de interação e sociabilidades entre alunos no cotidiano escolar. (d) Analisar a percepção dos/as professores/as e alunos/as, interlocutores/as da pesquisa sobre a homossexualidade na escola investigada, observando o que dizem/falam/pensam sobre violência de gênero (LGBTQIA+fobia, preconceitos, discriminação, agressões, exclusão) contra pessoas LGBTQIA+, percebidos entre alunos/as. (e) - Observar de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula/escola influenciam (ou não) no combate às violências (LGBTQIA+fobia) na relação entre professor-alunos e alunos na sala de aula e cotidiano escolar.

A partir dos objetivos estabelecidos foi elaborada a proposição da pesquisa que serviu de elemento condutor para o processo de investigação no campo: A percepção de alunos e professores sobre violência de gênero LGBTQIA+fobia no cotidiano do CEEPBS depende do modo como esses interlocutores dizem/falam/pensam sobre preconceitos e discriminação contra homossexuais, assim como, do planejamento das práticas pedagógicas e dos saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula e

se podem influenciar (ou não) no combate às violências (LGBTQIA+fobia) no cotidiano escolar.

A escolha por investigar professores e alunos, como interlocutores neste estudo foi porque, no entendimento da pesquisa, para buscar entender, identificar, analisar as provocações e inquietações sobre o tema em questão seria preciso, antes de tudo, observar que a vivência em lugar específico, como a escola, com seus espaços heteronormatizados, seus diferentes membros da comunidade escolar e local vivem teias de sentidos e um jogo dissimulado da duplicidade.

Nesse sentido, denota-se que o cotidiano escolar é um instrumento importante para desvelar comportamentos e atitudes que se inclinam para a LGBTQIA+fobia, pois a manutenção e regulação dos corpos são feitos através da “disciplina” (FOUCAULT, 1988) e no viés dessa compreensão, tais tais atitudes e comportamentos foram observados nos discursos, nas falas, nos gestos, na postura, nos saberes docentes, nas práticas pedagógicas de professores, na sala de aula e noutros espaços escolares.

Na escola, os alunos e alunas aprendem como devem se comportar, como devem falar, mostrar seus corpos, agir, sentir, olhar, viver, escutar, formar grupos de amigos, manter relações sociais, conforme as prescrições preconceituosas de cada gênero. E assim, o entendimento dessa pesquisa é a de que a manutenção e a regulação da normalização de gênero e sexualidades são, no cotidiano escolar, constantemente vigiadas e punidas quando não atende aos padrões estabelecidos, isto é, transgride as normas e não apenas os alunos e alunas são os que vigiam cada colega, o “outro”, o “afeminado”, mas sim a escola toda, a comunidade escolar.

É válido lembrar que a comunidade escolar, à medida que, de maneira capilar e permanente, controla os demais e a si mesmos, quando o/a professor(a) chama atenção sobre o modo de se vestir, se portar e agir a alunos/as que pertencem ao grupo de afirmação homossexual - LGBTQIA+, também discrimina, emprega preconceitos, ofende, intimida.

Enfim, vivenciar esse processo da pesquisa, da análise dos resultados dos dados coletados no campo, compreender o objeto de estudo foi a finalidade desta dissertação e possibilitou rememorar a história e o percurso que foram percorridos pelo pesquisador até aqui – que vive a sua identidade homossexual masculina.

A compreensão é que, nela, está o melhor método para viver melhor o que se sabe, como sabe e o que ainda se precisa saber. Assim, a partir do desenvolvimento e das

práticas realizadas nesta investigação, procuramos também como profissional da educação, ser professor, estar na atuação de gestor escolar e pesquisador, constituir-se como um “Ser humano” melhor, mais resolvido e potencializado para continuar a caminhar, estudar, perceber e compreender que não está sozinho. Somos resultado de muitas experiências e, assim, compreendemos que a missão é essa e não é fácil, levar a consciência da importância do respeito e da dignidade, a sabedoria de querer e exigir um mundo mais justo e fraterno para todos/as, começando a partir da experiência na educação e na pesquisa.

A partir daí, a meta foi encontrar respostas para os objetivos da pesquisa através de realização de entrevista semiestruturada com professores-interlocutores e formulário fechado e aberto aplicado aos alunos-interlocutores e, desse modo, foi surgindo nesse caminho algumas utopias como a de tornar a Escola o melhor lugar para as construções individuais e coletivas do saber, do ser e combater a desumanidade, as violências contra LGBTQIA+.

Desse modo, esta dissertação tratou da violência de gênero analisou a percepção de professores e alunos do ensino médio do CEEPBS sobre a LGBTQIA+fobia nas relações de interações e sociabilidades entre alunos no cotidiano escolar, observou o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa (professores e alunos) sobre os termos homossexualidade, gênero, sexualidade, preconceitos, discriminação e brincadeiras em torno de alunos que são ou parecem ser homossexuais/transsexuais e de que modo a escola busca (ou não) combater a LGBTQIA+fobia no espaço escolar

Nessa perspectiva, a partir da análise dos resultados obtidos pela investigação, foi observado que a convivência com os interlocutores, definidos a partir da autorização e do “querer” de cada um, ainda deixam marcas do processo colonizador da sociedade brasileira, manifestados nas suas falas, gestos, modos de conversar sobre a homossexualidade, mas também, foi possível perceber que a escola tem realizado encontros para tratar da diversidade e da diferença nos cursos de formação para o corpo docente. Porém, essas ações ainda são muito tímidas e precisam melhorar as formas de abordar o assunto/temática em questão, procurando maior sensibilização e modos de tratar os conceitos de forma mais apropriada.

No campo, tivemos momentos importantes, por meio de diálogos, falas, encontros casuais, conversas informais, de formação e convivência, que podem ser considerados como bastante significativos, pois os interlocutores/as professores/as e alunos/as, se

sentiram muito a vontade para dizer/falar o que pensam sobre o combate à LGBTQIA+fobia na escola pesquisada. Esses foram momentos de suma importância, nos quais foram observadas as percepções na resposta de cada um.

O aprendizado desse percurso da pesquisa foi determinante para compreender que estávamos no caminho certo, percebendo que buscar no saber científico as melhores práticas para uma Educação acolhedora, humanizadora, eficaz e libertadora de estereótipos e preconceitos, é possível.

Foi na pedagogia do olhar, do ver, do sentir e do viver esse percurso, que a Pandemia do corona vírus (COVID 19) nos fez experimentar e visualizar na sensibilidade dos envolvidos nesta pesquisa, a real necessidade das escolhas corretas. Além de compreender melhor que pela educação é possível estar prontos para lutar contra os processos heteronormativos opressores e encontrar estratégias para buscar a eliminação e/ou redução/combate a preconceitos, como também, formas de resistência às falas e discursos que tentam nos condicionar e determinar onde podemos estar, como temos que “ser”.

Ao analisar os dados encontrados no campo, no momento da pesquisa exploratória, com levantamento de dados, as respostas dos/as interlocutores/as, nos deram condições para encontrar caminhos que nos levaram a pensar numa comunidade escolar responsável e livre da exclusão e preconceitos e de como fortalecer os laços e colocar a Escola como um lugar do conhecimento, das transformações sociais e políticas, justa e inclusiva.

Finalmente, podemos concluir que a importância desse percurso permitiu compreender as relações de gênero e de que modo esse marcador social da diferença se entrelaça com raça, etnia, religião, classe social, dentre outros. E, no decorrer da elaboração desta pesquisa foi possível aprofundar estudos sobre diferentes categorias, como identidade, homofobia/LGBTQIA+fobia, escola, dentre outras, tão necessárias para responder aos objetivos da pesquisa e compreender que para eliminar os medos, as inseguranças dos homens quanto a sua própria sensibilidade e do que a sociedade pensa sobre a homossexualidade, dos estereótipos e preconceitos sobre o que é ser homem/macho e o que é não ser mais homem/macho ou, então, no mínimo já não poder ser mais tão homem/macho/viril, são questões que precisam ser desconstruídas na escola e na sociedade.

As brincadeiras de que homem/macho/viril que começa a ser mulher, por desejar e se relacionar com outro homem, não podem mais serem aceitas nas relações sociais e

escolares, e a escola deverá ser responsável pelo preparo do/a professor/a para lidar com essas situações desde a educação infantil, considerando que a criança é um ser em desenvolvimento e que, logo, vai passar para a nova fase de vida, a adolescência e, em seguida, uma nova fase de transição de vida, tornando-se um adulto e tem o direito de viver seus próprios desejos homossexuais ou heterossexuais.

Ademais, os resultados da análise documental indicam que o PPP da escola-campo, os currículos dos cursos técnicos e as atividades de sala de aula mostram que a discussão sobre o tema ainda aparece de modo muito tímido e não tem sido eficientes e nem eficazes no processo de conscientização da comunidade escolar local sobre a importância do combate à violência de gênero e, especificamente, à homofobia/LGBTQIA+fobia nas relações sociais e escolares e experiências de convivência saudável entre alunos/as e alunos/as e professores/as nos espaços. Os estereótipos e preconceitos, ao que tudo indica, ainda continuam presentes nas relações pedagógicas e foram manifestados tanto nas falas dos alunos como de seus professores pesquisados.

Foi possível perceber que os discursos dos pesquisados e o próprio ambiente de relacionamentos entre eles, mostram a falta de sensibilidade com as questões que estão articuladas com o medo e a angústia causados pela homofobia/LGBTQIA+fobia, presentes nas relações de interações entre alunos/as e alunos/as e professores/as e, sinalizam, conforme os resultados analisados, características de pessoas homofóbicas, conservadoras, rígidas, favoráveis à manutenção de papéis sexuais conservadores e tradicionais.

Foi possível observar a falta de conhecimento dos pesquisados sobre o PPP, currículos dos cursos, a Lei n. 7.716/89 e as atividades pedagógicas mostram a ausência de temas transversais no planejamento de aulas realizados nas Atividades Complementares – AC, que são momentos de encontros semanais de professores para pensar as ações pedagógicas. Como também, os processos pedagógicos, saberes e práticas dos professoras, ao que parece, não possibilitam que esses possam abordar questões étnico-raciais, crimes de preconceitos, LGBTQIA+fobia e/ou temas da atualidade na sala de aula.

No entanto, os atravessamentos existentes nos processos pedagógicos não garantem que o assunto seja discutido criticamente de forma a contribuir com o combate à discriminação, aos estereótipos e preconceitos nos espaços escolares, pois as violências de gênero entrelaçadas, a cor da pele, raça e religião ainda se mantêm presentes nos discursos dos investigados em sala de aula, nas relações sociais dentro do espaço escolar e são manifestados nas falas, atitudes, comportamentos, modos de se dirigir ao outro, o

homossexual, em diferentes espaços da escola pesquisada, como sala de aula, corredor, espaço de convivência , nos intervalos .

No que diz respeito à percepção dos professores/as, alunos/as autodeclarados/as homossexuais, lésbicas, bissexuais, heteros, observamos que quase todos eles já conviveram com alguma situação na vida e, também, na sala de aula ou fora dela, que colocaram a homossexualidade ou bissexualidade como identificador de situações de desrespeito, estereótipos, preconceitos que marcaram em algum momento suas vidas.

Em conversas informais, quase todos disseram ter vivido com alguma ação ou atitudes que marcaram as suas vidas, dentre elas, destacaram formas de segregação, de intolerância, estereótipos, preconceitos, desprezo, isolamento, LGBTQIA+fobia e outras violências de gênero e seus entrelaçamentos com questão racial e religiosa.

Diante de tudo que foi observado, portanto, esperamos que esta pesquisa possa indicar novos caminhos, processos de discussão e reflexões sobre as relações de gênero e combate à LGBTQIA+fobia/homofobia, estereótipos, discriminação e exclusão de pessoas LGBTQIA+ na escola pesquisada, na sociedade e no mundo. Nesse sentido, que os resultados aqui encontrados possam contribuir com mudanças que permitam transformações nos contextos escolares e sociais de repressão e normatização autoritária e exagerada, características de processos de hierarquizações, de preconceitos, ódio e intolerância contra o diferente e a diversidade, ao comportamento e união homoafetiva.

PARTE II**MARCO TEÓRICO DA PESQUISA**

O desequilíbrio reside justamente num animus atrofiado nas mulheres e numa anima igualmente pouco desenvolvida nos homens. Sendo o núcleo central de animus o poder, tem-se, no terreno político, homens aptos ao seu desempenho, e mulheres não treinadas para exercê-lo.

Heleieth Saffioti (2015, p. 39).

2 Marco teórico da pesquisa

Nesta Parte II, apresentamos o marco teórico e mostramos o conhecimento elaborado sobre o tema/objeto de estudo, tratando dos conceitos, concepções e definições principais desta pesquisa, com apoio do referencial teórico pertinente e foi subdividida em tópicos e subtópicos que se encontram entrelaçados.

Esta parte da dissertação corresponde, portanto, a fundamentação teórica que sustentou toda a pesquisa, tratando do tema e problema definidos, percorrendo a organização e estruturação conceitual e o desenvolvimento. Para esse propósito, foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica, com apoio de leituras e análises de livros, artigos, textos publicados, literatura cinzenta disponível na Internet, nos anais das universidades e de domínio público, consultas a dissertações e trabalhos publicados em diferentes eventos. Desse modo, foi feita a fundamentação teórica para seguir com os processos da escrita e do desenvolvimento coesivo e harmonioso para construir este texto dissertativo.

Neste estudo, procuramos responder o objetivo que se refere a Fase II, da Etapa I da investigação, momento que foi realizada a abordagem teórico-conceitual, buscando selecionar referenciais teóricos que contribuíssem com a construção do marco teórico da pesquisa, do conhecimento acumulado sobre o tema abordado neste estudo, tendo como base a revisão da literatura branca e cinzenta, a pesquisa bibliográfica e análise documental, em especial, da legislação brasileira e educacional existente sobre o tema.

Desse modo, a presente pesquisa buscou apoio da revisão de literatura para aprofundar conhecimentos sobre constructos, definições e concepções acerca do tema/objeto de estudo, de categorias principais da pesquisa e, nesse entendimento, valorizou-se a apropriação do tema pesquisado para construir o marco teórico e a metodologia da pesquisa e seus percursos teórico-conceituais.

Nessa perspectiva, a Parte II foi dividida em quatro tópicos: o primeiro, *2.2.1 Em busca de um conceito e categorias principais da pesquisa*, o qual foi subdividido em dois subtópicos, a saber: *2.1.1 Diferença entre gênero, sexo e sexualidade* e *2.1.2 Uma breve definição dos termos homossexualidade, homofobia e LGBTQIA+fobia*. O segundo, o *2.2 Patriarcado, autoritarismo, machismo e relações do poder na sociedade brasileira*, mostra o subtópico *2.2.1* que trata de uma discussão sobre *os discursos e as relações do poder e*

dominação na escola e no processo educativo: o professor como sujeito de produção. Em seguida, mostramos o tópico 2.3 *Violência de gênero no cotidiano escolar e a legislação brasileira: uma reflexão conceitual* e, por último, o tópico 2.4 *Políticas Públicas para a diversidade sexual, produção de subjetividades e desconstrução da heteronormatividade na escola.*

2.1 Em busca de conceitos e categorias principais da pesquisa

Neste subtópico 2.1 mostramos uma discussão conceitual dos principais constructos e categorias da pesquisa, que foram apresentados no subtópico 2.1.1, *Diferença entre gênero, sexo e sexualidade*, termos que fazem parte de um campo de estudo complexo, diverso, plural e interrelacionado. No subtópico 2.1.2 *Uma breve definição de homossexualidade, homofobia e LGBTQIA+fobia*³ apresentamos uma preocupação com a origem dos termos, seus significados, entendimentos de autores que discutem os modos que esses termos são empregados ao longo da história da humanidade e destacamos uma reflexão sobre a *“Hierarquização das sexualidades com objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a homofobia e a LGBTQIA +fobia.*

2.1.1 Diferença entre gênero, sexo e sexualidade

Neste subtópico buscamos aprofundar conhecimentos de conceitos de gênero, sexo e sexualidade, tratando de caracterizar cada um deles.

No dicionário, esses conceitos são apresentados com significados e sentidos generalistas. Gênero, por exemplo, é apresentado com sentido que agrega em si todas as particularidades e características de um grupo, classe, seres e coisas em comum. Na Biologia, é apresentado como grupo da classificação dos seres vivos que reúne espécies vizinhas, aparentadas, afins, por apresentarem entre si semelhanças constantes, como modo de mostrar família, raça, dando como exemplo, o lobo, uma espécie do gênero *canis*. Mas também, apresenta outros significados, a maneira de ser ou de fazer; estilo, tipo, por exemplo: É esse o seu gênero de se vestir? Além da diferença entre homens e mulheres

³ <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/homofobia.htm>

que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais⁴.

Sobre sexo, no mesmo dicionário⁵, o termo é assim apresentado:

Reunião das características distintivas que, presentes nos animais, nas plantas e nos seres humanos, diferenciam o sistema reprodutor; sexo feminino e sexo masculino. Aquilo que marca a diferenciação (órgãos genitais) entre o homem e a mulher, delimitando seus papéis na reprodução. Reunião dos indivíduos que fazem parte de um mesmo sexo. Ação ou prática sexual; transa. Os órgãos sexuais; genitália. Característica do que é sensual; sensualidade.

Do mesmo modo, o termo sexualidade é mostrado, no dicionário referendado, como conjunto de caracteres especiais, externos ou internos, determinados pelo sexo do indivíduo; qualidade sexual.

Para Guedes (1995), os significados de gênero, masculino e feminino, homem e mulher, têm suscitado muitas discussões que levam em conta o engajamento do movimento feminista, suas lutas e estudos, na elaboração das análises e as teorias existentes sobre o termo. Desse modo, como afirma a autora, há movimentos que se colocam dentro de duas categorias: a primeira, que explica o termo de forma descritiva, sem interpretar e atribuir causalidade e outras que explicam o gênero para sugerir que as informações sobre as mulheres são necessariamente informações sobre os homens, que um implica o estudo do outro.

Sobre isso, Guedes (1995, p. 9) lembra que

Os significados de gênero, masculino e feminino, homem e mulher, têm suscitado muitas discussões que levam em conta o engajamento do movimento feminista, suas lutas e estudos, na elaboração das análises e as teorias existentes hoje sobre o termo se colocam dentro de duas categorias: a primeira, que explica o termo de forma descritiva, sem interpretar e atribuir causalidade e outras que explicam o gênero para sugerir que as informações sobre as mulheres são necessariamente informações sobre os homens, que um implica o estudo do outro

A partir desse entendimento da autora (1995), percebemos que seguir no caminho do discurso construtivo feminista é buscar (re)significar nova trajetória nas categorias sexuais, além de demarcar novas formas e possibilidades de ações e atitudes para os marcadores de gêneros e o binarismo homem e mulher. Contudo, para construir uma nova descrição dessas categorias, observamos que é preciso descrever um e outro, mostrar

⁴ <https://www.dicio.com.br/sexo>, pesquisado em 20.12.2022.

⁵ <https://www.dicio.com.br/sexo>, pesquisado em 20.12.2022.

definições e conceitos, não precisando desconsiderar a ação e atribuição do outro, seja para o negativo ou o positivo de cada um dos gêneros. Sendo assim, é preciso entender que nas atribuições de cada gênero, é preciso observar potencialidades, competências e habilidades, complementares ou não, não sendo dependentes uma da outra; similares, e não subalterna, como afirma Geudes (1995).

O gênero, nesse sentido, significa “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75)⁶. Em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, a autora (1995) não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados. O que interessa são as possibilidades que e como são construídos significados culturais para as diferentes formas de perceber a sexualidade, dando sentido para essas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas. Para a autora, há uma construção sociológica, tanto no discurso como na linguagem, desenvolvendo símbolos que podemos enxergar nos corpos e em suas relações sociais.

Para Guedes (1995, p. 9), o gênero “pressupõe todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”. Desse modo, nos dois conceitos prevalecem a concepção de gênero como categoria social, como sistema de relações, e na construção das relações sociais, há um determinante para o conceito de gênero: um sistema que interage e se relaciona, possibilitando a visibilidade de símbolos marcantes na cultura social observada, dando significados e conceitos aos próprios gêneros, explica a autora nessa sua discussão.

Na visão de Louro (1997), essa forma de perceber o que é ser homem e ser mulher, essa nova visão entre o biológico e o comportamental, o conceito de sexo e o sentimento que o corpo exprime é seguida da opinião de que precisa ser revisto algumas concepções sociológicas sobre o sexo. Esse é o entendimento da autora sobre o momento em que se dá o “pulsar” da luta feminista do reconhecimento identitário, da luta e resistência pelo exercício da cidadania.

Diante dessa compreensão, novos debates públicos sobre sexo e gênero fazem surgir manifestações dos divergentes, diferenciados da supremacia binária do homem e da mulher, entendido como conceito de gênero natural. Contudo, “as identidades são sempre

⁶ Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>, Acesso em: 22 de set de 2022.

construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (LOURO, 1997, p. 9).

Como nos diz Lopes, Figueredo e Barbosa (2019, p. 19),

[...] abordar diversidade de gênero e sexual na escola é um desafio permanente, pois são muitas as formas de controle e vigilância. No entanto, é possível apostar na escola como um espaço de construções de novos saberes e potente para as desconstruções dos discursos que fomentam práticas discriminatórias aos grupos marginalizados. Assim, compreendemos que, apesar das amarras e dos percalços, é interessante persistir e insistir no trabalho. Mesmo que seja necessário recuar algumas vezes, é importante que essas discussões [r]existam no ambiente escolar.

De acordo com as vivências como homossexual, acordamos com Louro (1997) de que são pelas relações sociais construídas e experimentadas que os indivíduos se vêem em sua identidade de gênero mais confortável, onde seu corpo é reconhecido como a base da sexualidade assumida, melhor disposta e definida. Nessa disposição e pela instabilidade da identidade de gênero, o sujeito estará sempre em transformação.

Como afirma a autora (1997, p. 10),

em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo.

Na verdade, é necessário não ver na sexualidade somente o biológico, mas o que a compreensão histórica da luta feminista fez mudar nos comportamentos de homens e mulheres na atualidade.

Louro (1997, p. 2) traz contribuições importantes para essa compreensão conceitual e de mudanças na forma de comportamento de homens e mulheres na contemporaneidade, quando lembra que,

[...] na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente satisfações, entender que no corpo está a manifestação do interior de cada indivíduo e, principalmente, daqueles que se sentem diferenciados, divergentes da hegemonia binária de ser homem e mulher na sociedade.

Na visão de Louro (1997), essa forma de perceber o que é ser homem e ser mulher, essa nova visão entre o biológico e o comportamental, o conceito de sexo e o sentimento que o corpo exprime, seguido da opinião de que precisa ser revisto algumas concepções sociológicas sobre o sexo é que se dá o pulsar da luta feminista do reconhecimento identitário.

Diante desse entendimento, novos debates públicos sobre sexo e gênero fazem surgir manifestações dos divergentes, dos diferenciados da supremacia binária do homem e da mulher, como conceito de gênero natural. Contudo, “as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (LOURO, 1997, p. 9).

Como nos dizem Lopes, Figueredo e Barbosa (2019, p. 19):

[...] abordar diversidade de gênero e sexual na escola é um desafio permanente, pois são muitas as formas de controle e vigilância. No entanto, é possível apostar na escola como um espaço de construções de novos saberes e potente para as desconstruções dos discursos que fomentam práticas discriminatórias aos grupos marginalizados. Assim, compreendemos que, apesar das amarras e dos percalços, é interessante persistir e insistir no trabalho. Mesmo que seja necessário recuar algumas vezes, é importante que essas discussões [r]existam no ambiente escolar.

No entanto, a escola como espaço de vivências plurais e multidimensionais, lugar de encontro da diversidade de gênero, sexual, religiosa, racial, étnica, dentre outras que se constituem como características humanas e sociais, espaço de educar e ensinar a condição humana poderia ser diferente, apesar dos desafios que tem que sempre enfrentar devido às diferenças de pensamentos, valores, atitudes, modos de ver as diferenças nas relações interpessoais, humanas e sociais.

Sobre essa compreensão das relações sociais contruídas pelos masculinos e femininos, Louro (1997, p. 10) afirma que,

em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo.

A partir dessa concepção e “proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, ‘gênero’ tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens”, explica Scott (1995, p. 75). E, nesse sentido, o uso de ‘gênero, como ressalta a autora, enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem tão quanto determina diretamente a sexualidade.

Outras definições de gênero também são apresentadas por Scott (1995) nas discussões, estabelecendo fronteiras, apontando contradições e, ao final, permite a definição de gênero que se apresenta em duas partes e diversos subconjuntos interrelacionados, mas que segundo a sua visão, devem ser analiticamente diferenciados:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. Como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos interrelacionados: em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (...). Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações e significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. (...). A posição que emerge como posição dominante é, contudo, declarada a única possível... Um outro exemplo vem dos grupos religiosos fundamentalistas atuais (...) (SCOTT, 1995, p. 86-87).

Diante dessas duas concepções de gênero apresentadas por Scott (1995), podemos refletir sobre a cultura machista, patriarcal e histórica na sociedade brasileira, que é repassada há séculos como a ideal, o homem é o que manda, que determina, o que detém o poder e por isso cria as normas e condições familiares, religiosas e sociais.

A cultura do poder do homem, do macho nas relações sociais, religiosas, de trabalho é disseminada por séculos, sendo produzida e reproduzida de geração a geração, permeando até hoje na cabeça dos jovens, principalmente os formados no contexto das grandes religiões.

Atualmente, essa ideia é disseminada como a da família ideal, principalmente na política e religião atual, onde a força é determinada pelo poder do macho e, assim, inibe a redefinição das possibilidades de igualdade entre todos, homens, mulheres, *gays*, índios, negros.

Para Butler (1998, p. 7),

O gênero pode também ser designado como o verdadeiro aparato de produção através do qual os sexos são estabelecidos. Assim, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; o gênero é também o significado discursivo/cultural pelo qual a 'natureza sexuada' ou o 'sexo natural' é produzido e estabelecido como uma forma 'pré-discursiva' anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual a cultura age.

A partir das concepções acima apresentadas, é possível entender que tanto a masculinidade quanto a feminilidade são socialmente construídas e as relações de gênero, permeadas por poder e dominação, não ocorrem de maneira simétrica.

Louro (2009, p. 45) explica que,

A sexologia tomou a si duas tarefas distintas ao final do século XIX. Em primeiro lugar, tentou definir as características básicas do que constitui a

masculinidade e a feminilidade normais, vistas como características distintas dos homens e das mulheres biológicos. Em segundo lugar, ao catalogar a infinita variedade de práticas sexuais, ela produziu uma hierarquia na qual o anormal e o normal poderiam ser distinguidos. Para a maioria dos pioneiros, os dois empreendimentos estavam intimamente ligados: a escolha do objeto heterossexual estava estreitamente ligada ao intercurso genital. Outras atividades sexuais ou eram aceitas como prazeres preliminares ou eram condenadas como aberrações.

A partir dessa discussão, a sexologia colocou em debate a heteronormatividade e a homossexualidade, sabendo que essa discussão não era novidade, mas deu a esse conflito novas armas e instrumentos na história social, evidenciando também, entre as práticas afetivas e sexuais entre indivíduos do mesmo sexo, o homossexual e a homossexualidade, seus desafios, questionamentos, vivências, medos. Mas também, revelou suas verdades, considerando a vivência familiar, o reconhecimento nos diferentes e desiguais, novos padrões de vida, tornando esse fenômeno, evidência científica, na pesquisa, na divulgação e socialização de trabalhos técnico-científicos em eventos nacionais e internacionais, publicação de artigos, capítulos de livros e publicação de obras completas e coletâneas impressas e *online*.

Embora exista a diversidade sexual, em que mulheres e homens vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas, muitas vezes, não são representados/as ou reconhecidos/as como "verdadeiras/verdadeiros, mulheres e homens, (LOURO, 1997, p. 13). Nesse sentido, a autora faz críticas a esta estrita e estreita concepção binária”.

Assim, ao perpassar por essas condições sociais, muitas vezes, o desigual constantemente sofre a marginalidade do preconceito, sendo excluído ou excluída do exercício amplo da cidadania, especialmente quando são avaliados ao nível da heteronormatividade, que supõe aprovação do padrão normal de sexualidade e, dessa forma, são julgados por modelos heteronormativos e, no seu dia a dia, são vítimas de várias expressões de preconceitos e de discriminação, dentre elas, a homofobia/LGBTQIA+fobia.

Ferrari e Almeida (2012, p. 865-885) explicam que,

Numa primeira leitura dessas ações, poderíamos dizer que corpo-sexo-gênero se relacionam de uma maneira resistente ou pouco dócil às estratégias de controle e dominação que, de forma geral, estão presentes na escola; ou melhor, que a resistência toma expressão no corpo.

Para Miguel Vale de Almeida (1996), os termos sexo e gênero são categorias distintas e os termos masculinidade e feminilidade são metáforas de poder (masculinizado) e podem ser acessíveis por ambos os sexos, quando necessário. Desta forma, o simbolismo

machista define os termos para obter poder e definir papéis e, desta forma, se estabelece condições culturalmente definidas e instaura distinções nos gêneros prevalecendo o poder do que se constitui o mais forte.

Ser macho ou fêmea é determinado pela anatomia, pelo biológico e maneira de ser homem e de ser mulher como resultado da cultura e realidade social. Através dessas definições do sexo que são dadas a partir dos corpos, as sociedades vão definindo os papéis primários e secundários, as características que são usadas para marcar as diferenças entre homens e mulheres, conforme suas normas e regras apropriadas aos sexos, aos gêneros, à sexualidade.

Essas formas e padrões estabelecidos socialmente, foram historicamente construídas, formuladas, apresentadas, representadas, valorizadas e incorporadas nas sociedades humanas, mas, do mesmo modo, vão sendo desconstruídas na atualidade pela história e pela sociologia. Cada indivíduo vai recriando sua sexualidade, dando novas dimensões de prazer e sentimentos a seus corpos sexuados e desenvolvendo nova condição de ser no ambiente propício ao desenvolvimento da sua história.

Para Lerner (2019, p. 290),

os papéis e o comportamento considerados apropriados aos sexos eram expressos em valores, costumes, leis e papéis sociais, como também, e de forma mais significativa, eram manifestados em metáforas primordiais, as quais se tornaram parte da construção social e do sistema explicativo. A sexualidade das mulheres, consistindo de suas capacidades e seus serviços reprodutivos e sexuais, foi modificada ainda antes da criação da civilização ocidental.

A família, a escola, a religião, a mídia e a sociedade ensinam de maneira velada ou simbólica quais comportamentos são masculinos ou não, como lembra Nader (2002, p. 473). Esses ensinamentos estão cada vez mais encobertos, principalmente nessa conjuntura político social, na atualidade governamental, no nível federal e, se estabelece e se impõe como condição de uma sociedade pura e forte, (re)estabelecendo condições históricas, sociais e culturais.

Por fim, é preciso validar que, reconhecer as diferenças, principalmente as que indicam caminhos a seguir pesquisando, no fazer científico, se faz primordial. Encontrar as diferenças nos conceitos não é estabelecer nela o divisor e exclusividade, mas fazer dela o referencial para identificação de cada categoria possível de estudo, análise e percepção.

Afinal, para construir a identidade, a diferença está hoje no centro da teoria social e da prática política, pois será no reconhecimento identitário do gênero, na constatação do

sexo, que melhor definirá o corpo possível e da sexualidade que precisará ser a mais confortável a atender a atividade humana e o indivíduo, diverso, plural, complexo, um ser de vontade, verdade e desejos de saber e, em sua sexualidade é que irá contemplar a forma como quer e precisa ser visto e existente numa sociedade que se deseja respeitosa e justa.

2.1.2 Uma breve definição dos termos homossexualidade, homofobia e LGBTTQIA+fobia

Neste subtópico 2.1.2 tratamos de mostrar a importância de aprofundar o conhecimento sobre os termos *homossexualidade, homofobia e LGBTQIA+fobia*, para entender como esses termos são veiculados nos diferentes espaços e ambientes escolares e de que modo o (pre)conceito nutrido por algumas pessoas, alunos, professores contra os homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais tem sido um mecanismo utilizado para impedir que homossexuais exerçam livremente a sua condição humana e de cidadania.

Os homossexuais são, no cotidiano, constantemente ameaçados com xingamentos, insultos, agressões físicas, verbais e que, muitas vezes, levam à morte. O índice de mortes por esses motivos fúteis, inescrupulosos, perversos têm aumentado consideravelmente em nosso país e no mundo, como confirmam as pesquisas.

Identificada através do jornalismo televisivo, escrito ou através da Internet, em *blogs* e sites policiais, as práticas que restringem, desrespeitam ou violam os direitos objetivos de outras pessoas em razão motivadas por questões culturais, étnicas, raciais, religiosas, orientação sexual, entre outras condições humanas, são consideradas como discriminação, criam formas de preconceitos banalizados e, por isso, naturalizadas e normalizadas por atitudes dos que se consideram comuns à sociedade. A partir dessa crença, de mitos e ideologias seculares, criam-se classificações sociais e daí estabelecem desigualdades, diferenças perversas, exclusão e agem com práticas que chegam aos diversos tipos de violências.

Desse modo, são as considerações dadas aos homossexuais, a pessoas que sentem atração sexual e ou amorosa por pessoas do mesmo sexo. Podemos, então, definir homossexualidade como um enunciado linguístico, expressão corriqueira ao relatar sobre uma pessoa que é homossexual, indicando o modo de ser, de existir, de viver da pessoa que se orienta nessa sexualidade. É válido dizer que ainda é observada a inadequação linguística e preconceituosa no uso do termo “homossexualismo”, visto que o sufixo “ismo” pode conotar doença, distúrbio, anormalidade.

Homossexualidade é uma característica atribuída a indivíduos que se encontram atraídos, seja intencionalmente, fisicamente, por atração de corpos ou emocionalmente por um outro ser que possua o mesmo sexo biológico ou mesmo gênero⁷. Ao longo dos tempos, essa característica homossexual foi discriminada e ridicularizada, como forma vil de corromper a imagem das pessoas e construir preconceitos e formas de discriminação contra os mesmos que se identificam nessa orientação sexual. Uma das formas graves de destacar a violência na discriminação a pessoas homossexuais é a homofobia ou LGBTQIA+fobia.

De acordo Borrillo (2010, p. 25), “a homofobia mostra hostilidade não só contra os homossexuais, mas igualmente contra o conjunto de indivíduos considerados como não conformes à norma sexual.” Uma das mais observadas manifestações de violência na escola é o preconceito velado na forma de *bullying*, fenômeno visto nas relações de professor-aluno, professor-professor, aluno-aluno e na relação familiar e religiosa. Na escola é percebido entre pessoas do administrativo da instituição, da gestão, professores/as, alunos/as e comunidade local esse tipo de relação escolar e social.

O *bullying* é um tipo de violência muito percebida contra homossexuais, transgêneros, transsexuais, *gays*, lésbicas, queer e demais membros da comunidade LGBT.

A homofobia pode ser definida como:

[...] uma manifestação perversa e arbitrária da opressão e discriminação de práticas sexuais não heterossexuais ou de expressões de gênero distintas dos padrões hegemônicos do masculino e do feminino. Há várias expressões sociais da homofobia, desde os atos violentos de agressão física e restrição de direitos sociais até a imposição da exclusão às pessoas cujas práticas sexuais não são heterossexuais. A heteronormatividade da organização social fundamenta-se em falsos pressupostos de naturalização das práticas heterossexuais e no caráter desviante de outras práticas. Ou seja, apesar de haver uma relação de proximidade entre o silêncio sobre a diversidade sexual, a heteronormatividade e a homofobia, esses são três fenômenos sociais diferentes (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 52).

A homofobia é uma ação abominável e hostil contra homossexuais, transgêneros, transsexuais, comunidade LGBTQIA+. Esse termo tem sua origem nos Estados Unidos, surgiu na década de 70, mas somente na década de 90 tem seu significado descrito nos dicionários da Europa. O ódio destinado à comunidade homossexual precisa ser considerado como crime, como manifestação ilegítima e tirânica, um julgamento contrário

⁷ <https://www.significados.com.br/?s=homossexualidade>

ao diferente. Sabemos que ,da homofobia cria-se a ideia do diferente, inferior ou anormal, a desqualificação como pessoa, como gente, não sendo um humano, mas um “estranho”.

No cerne desse tratamento discriminatório, a homofobia tem um papel importante, dado que é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, que confere à heterossexualidade um status superior e natural. Enquanto a heterossexualidade é definida pelo dicionário como a sexualidade (considerada normal) do heterossexual, e este, como aquele que experimenta uma atração sexual (considerada normal) pelos indivíduos do sexo oposto, a homossexualidade, por sua vez, encontra-se desprovida dessa normalidade (LIONÇO, 2009, p. 17).

O papel importante da discussão sobre homofobia pode ser observado na desconstrução do discurso da desigualdade enquanto homossexual, a inferioridade, a quebra da heteronormatividade como a condição normal de ser homem ou mulher no mundo e todos os preconceitos existentes sobre a homoafetividade. Por isso, afirmar a identidade sexual do indivíduo homossexual torna-se um importante marco dessa desconstrução, pois, assim, podem ser demarcadas as possibilidades do sujeito se assumir como quer e deseja ser, ficar no lugar que quiser e desejar, garantir que sobre sua imagem não seja criado estereótipos e personagens que o desqualifique e o signifique como anormal.

Como afirma Caetano (2018), a astúcia e o cuidado para apreciar, ouvir, sentir e tocar inúmeras situações em que as homossexualidades são visibilizadas, ou então, conhecendo seus limites, silenciadas momentaneamente” (p. 161), são fenômenos importantes para desvelar o que se encontra nos entre-lugares, como abertura para a descolonização do pensamento, para uma nova percepção crítica sobre a homossexualidade, o lugar que se escolhe para estar no mundo, na sociedade, família, no lugar que desejar.

Borrillo (2010, p. 7) define a homofobia como a atitude de hostilidade contra as/os homossexuais, contra homens ou mulheres, masculinos e femininos.

A homofobia tem se revelado como um sistema de humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais, já que essa forma de preconceito exige ser pensada a partir da sua interseção com outras formas de inferiorização como o racismo e o classismo, por exemplo. (2010, p. 9).

Esse termo tem a sua história,

[...] ele apareceu nos dicionários de língua francesa somente no final da década de 1990: para Le Nouveau Petit Robert, "homofóbico" é aquele que experimenta aversão pelos homossexuais; por sua vez, em Le Petit Larousse, a "homofobia" é a rejeição da homossexualidade, a hostilidade

sistemática contra os homossexuais. Mesmo que seu componente primordial seja, efetivamente, a rejeição irracional e, até mesmo, o ódio em relação a gays e lésbicas, a homofobia não pode ser reduzida a esse aspecto.” (BORRILLO, 2010, p. 13).

No contexto final do século XIX, no decorrer dos tempos históricos e sociais, surge o binarismo heterossexualidade/homossexualidade. Esses conceitos definiram práticas e sujeitos, caracterizando-os como heterossexual e homossexual. O primeiro é concebido como o original, o principal e o segundo, como inferior, subalterno, estranho. De um lado, fica o positivo e do outro, o negativo. Essa é uma concepção marcada de embates, principalmente para manter a superioridade ao hetero, seja ele masculino ou feminino (BORRILLO, 2010, p. 60).

Nessa perspectiva, o homossexual feminino destacou-se em suas lutas e resistências. Diante das lutas contemporâneas para as questões de gênero, identidade e afirmação LGBT, muitas transformações foram necessárias, uma delas foi a mudança da sigla, que para as lésbicas era uma sequência de letras que, na ordem em que apareciam, desagradava a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)⁸. Essa sigla assumiu novas formas para dar visibilidade a diferentes identidades e acompanhar as estratégias políticas do movimento e foram implementadas muitas discussões para que todas as entidades representadas por essa comunidade pudessem/possam se sentir integradas e respeitadas. Hoje, a sequência que congrega mais de 11 letras, destacam-se algumas que defendem LGBTTIQQ2SA+, ou seja, as letras “L e a G”, referem-se a “lésbicas” e “gays, a “B” confere ao grupos de mulheres e homens bissexuais, T para transexuais e travestis, Q refere-se a queers. O “Q” também pode significar “questionadores”, I a intersexuais, A para assexuais e o P, aparece em algumas formulações da sigla e significa pansexuais. Portanto, a sigla LGBTQIA+ é a síntese das entidades que precisam estar na defesa de toda comunidade contra os preconceitos homofóbicos e que violentam essa comunidade.

Desta forma, com várias estratégias linguísticas, moral, familiar, religiosa e até mesmo educacional, o aprofundamento do discurso de que os indivíduos nascem machos e fêmeas, estabeleceu a heteronormatividade, colocando sempre a inferioridade no oposto: o homossexual. Na visão normalista, este era invertido, diferente do normal e natural. A luta da comunidade se justifica diante desses discursos que até o momento se fortalece, principalmente se essa condição é mantida pelos poderes públicos e pessoas

⁸ <https://brasildedireitos.org.br/atualidades/por-que-a-sigla-lgbtqia-mudou-ao-longo-dos-anos>, consultado em 07.01.2023)

preconceituosas e discriminatórias, tendo a religião como a fonte de divisões e normas, a partir do fundamentalismo bíblico no Antigo Testamento.

Para Louro (2009, p. 90), esse alinhamento entre sexo-gênero-sexualidade “dá sustentação ao processo de heteronormatividade, ou seja, à produção e à reiteração compulsória da norma heterossexual”. A autora explica que se supõe, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam e/ou devam ser heterossexuais. Essa é uma forma de excluir o outro – o homossexual. Daí que a concepção autoritária e machista mostra que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e semelhança desses sujeitos, diz a autora.

Assim, o conceito da heteronormatividade vem sendo estudado, transformado e reconhecido como contrário e oponente à homossexualidade. Sendo que, nessa relação são necessários debates, estudos e projetos para evitar o que já é posto desde o início da história de poder, o estabelecimento do poder entre os sexos, macho e fêmea, não incluindo o homossexual, pois este para muitos, não é nada, é invisível.

As transformações vinham acontecendo no processo político-social mundial desde a metade do século XIX, chegando na década de 80 e 90 ao Brasil. Desde esse momento, permanece a luta de significação homossexual e de direitos dos diferentes e excluídos. Em Coadundando com as ideias dessa luta, em 2015, o governo federal, naquele momento, abria ao diálogo respeitoso e consensual, criando espaços e lugares onde o debate acontecia ativamente (BRASIL, SECAD/MEC, 2007, 2018).

As lutas e resistências deram origem a discursos e ações concretas em busca de políticas públicas voltadas à defesa e luta por identidades dos sujeitos, conquistas de espaços até aqui de difícil acesso, principalmente na defesa do gênero feminino, homossexuais, transgêneros, transsexuais, lésbicas, entre outros.

A luta pela conquista da equidade, com base no princípio jurídico e político de resguardar e assegurar o direito à igualdade na concretização da justiça é muito importante e acreditamos que essa é uma possibilidade que poderá beneficiar essa população, com conquistas sociais, ocupação de espaços ainda desiguais, de respeito. Esse é o modo mais seguro para exigir tratamento igual aos diferentes, para obter privilégios de que todos tem direito, sem discriminação ou preconceitos, conforme estabelece a CF/88, no seu artigo 5º, “todos somos iguais perante a Lei [...]”.

Portanto, ter a garantia e a disponibilidade de todos os serviços e recursos públicos, como saúde, segurança, educação, justiça e Políticas Públicas que os defendam de todo e

qualquer tipo de discriminação e preconceitos é indispensável. Afinal, o reconhecimento da pluralidade, diversidade e diferença, dos modos de existir e conhecer são também frutos de uma história social, política, cultural da formação das sociedades humanas que mantêm suas ideologias, mitos, crenças, construídas nos processos históricos e sociais através dos tempos.

No próximo tópico, *2.2 Patriarcado, autoritarismo, machismo, misoginia e relações do poder na sociedade brasileira e escola contemporânea*, apresentamos uma breve discussão sobre o patriarcado, destacando de que modo esse sistema consolidado historicamente de opressão dos povos e, em especial, das mulheres e suas influências se mantêm nas relações sociais no Brasil.

Nessa perspectiva, mostramos que o patriarcado surgiu com a colonização e de que modo se arraigou culturalmente o poder dos homens na construção da sociedade brasileira no século XVI, tendo o homem branco, europeu, heterossexual, cristão, como aquele que detinha autoridade, poder político e econômico, o controle das relações sociais na família patriarcal.

Para tanto, destacamos a perspectiva feminista, da história, sociologia, tendo como referências as obras de Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, (1996), dentre outras que se dedicaram aos estudos da formação da sociedade e o pensamento social brasileiro sobre a dominação patriarcal, espaço no qual, a homossexualidade era motivo para a homofobia e outras violências contra as pessoas homossexuais.

2.2 Patriarcado, autoritarismo, machismo, misoginia e relações do poder na sociedade brasileira e escola contemporânea

Neste tópico, apresentamos uma discussão sobre *Patriarcado, autoritarismo, machismo, misoginia e relações do poder na sociedade brasileira e escola contemporânea*, abordando questões referentes ao patriarcado e suas práticas autoritaritárias, machistas, misóginas e racistas que caracterizam as relações de poder na sociedade brasileira e escola contemporânea.

O patriarcado e o machismo andam lado a lado, pois, são crenças e práticas sociais inseparáveis, que mostram como se constituíram e criaram raízes profundas na sociedade brasileira e o machismo é o par da misoginia, o seu braço cultural, fundados em um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres.

De acordo com Aguiar, (2000 pg 322 e 327), o conceito de patriarcado tem sido usado na literatura feminista internacional para significar as relações de poder entre homens e mulheres. As mulheres são subordinadas aos homens no sistema patriarcal. Dessa forma, observamos como o sistema de dominação é concebido de maneira ampla e que esse incorpora as dimensões da sexualidade, da reprodução e da relação entre homens e mulheres no contexto de um sistema escravista.

Por conseguinte, no entendimento desta pesquisa, não se pode discutir, pesquisar, analisar o conceito de gênero, violência de gênero, sem voltar ao passado e verificar como surgiu e se solidificou a ideia de poder, autoritarismo, machismo, misoginia e, conseqüentemente, sobre as relações de poder, o “poder do macho”, o modelo de patriarcado. Isto é, um sistema sociopolítico que favorece o homem branco, cristão, heterossexual e cisgênero. Dessa forma, é nesse modelo, alinhado ao sistema capitalista, que tal concepção vem se mantendo através dos séculos em diferentes espaços da sociedade brasileira e suas instituições sociais, inclusive a escola.

Nessa perspectiva, procuramos, aqui, entender como foram construídas e determinadas as condições de hábitos e meios para fortalecer o ideal de que está no homem, a posição predominante do poder, as práticas do patriarcado, os discursos machistas e misóginos, as ações e atitudes do poder do macho que se mantém até os dias atuais. Infelizmente, tais ações e atitudes do poder patriarcal permanecem mantendo ideologias, estereótipos e preconceitos, que desencadeiam a discriminação, produz desigualdades e exclusão social. Outrossim, para manter suas ideologias e práticas sociais tomam como base os marcadores sociais da diferença, o que se mantém desde a colonização europeia até os dias atuais na sociedade brasileira. Para compreender melhor, vamos buscar conceitos e referências de patriarcado, autoritarismo, misoginia, machismo e suas origens.

O termo “patriarcado” vem da combinação das palavras gregas *pater*, que significa pai, e *arkhe*, que significa origem ou comando. Portanto, "patriarcado", traduz-se, literalmente a autoridade do homem representada pela figura do pai. O termo foi utilizado por muito tempo para descrever um tipo de "família dominada por homens". Isso ocorria principalmente em sociedades agrícolas que levavam em consideração o gênero. O grande agregado familiar patriarcal incluía mulheres, crianças, escravos e servos domésticos, todos sob o domínio de um ou mais homens. Atualmente, o termo também é usado para se referir à dominação masculina e ao poder dos homens sobre as mulheres, não apenas no

âmbito doméstico, mas no espaço público. Isso caracteriza o sistema pelo qual as mulheres são mantidas subordinadas de várias maneiras, em diversos espaços sociais⁹.

O patriarcado, segundo Lerner (1986, p. 322), refere-se ao “sistema derivado historicamente do direito grego e romano, em que o homem chefe de família tinha total poder legal e econômico sobre seus familiares dependentes, mulheres e homens”. As pessoas que usam o termo, dessa forma, não raro inferem um fator histórico limitado a ele: o patriarcado começou na Antiguidade clássica e terminou no século XIX, com a outorga de direitos civis para mulheres, em particular as casadas.

Foucault (1988, p. 22) explica que,

Voltando ao período do século XVII ao XIX, vemos contínuas transformações onde se observa uma grande expansão das discussões sobre sexo. Conforme Foucault (1988, p. 21), em seu livro sobre a *História da Sexualidade*, “considerando-se esses três últimos séculos em suas contínuas transformações, as coisas aparecem bem diferentes: em torno e a propósito do sexo [...]” o século da repressão burguesa católica, das famílias tradicionais, denominar sexo neste período seria de difícil tarefa. “Em compensação, no nível dos discursos e de seus domínios, o fenômeno é quase inverso. Sobre sexo, os discursos – discursos específicos, diferentes tanto pela forma como pelo objeto- não cessaram de proliferar: uma fermentação discursiva que se acelerou a partir do século XVIII”.

Nesse período, a igreja, as famílias burguesas e a sociedade discutiam o sexo como incitação ao poder do macho na virilidade masculina. Assim, essas discussões ocorriam nos aspectos político, econômico e técnico e, nesse sentido, era possível abordar sobre o sexo como mecanismo de poder. Para isso, Foucault (1988) nos chama a observar, como esse homem ocidental exaltou o discurso sobre o sexo para se garantir no poder:

O essencial é bem isso: que o homem ocidental há três séculos tenha permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo; que, a partir de época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre sexo; e que se tenha esperado desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamentos, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo (FOUCAULT, 1988, p. 29).

Dessa valorização linguística, através do discurso capaz de modificar e fixar a ideia desenvolvida sobre o sexo, enquadra-se a ideia do masculino, do macho, do poder patriarcal, o homem como detentor da organização social, dono das verdades e da construção dessa efetividade irrefutável até então (FOUCAULT, 1988).

⁹ <https://www.significados.com.br/patriarcado> (pesquisado em 20.01.2023).

O autoritarismo, sistema de liderança pelo qual o líder tem poder absoluto e autoritário encontra-se enraizado na sociedade brasileira e privilegia a hierarquia, o controle e a apropriação. E, assim como o patriarcado, o machismo é um sistema de poder e procura mostrar o poder da liderança pelo qual o líder tem poder absoluto e autoritário e implementa seus objetivos e regras sem buscar a orientação e conselhos dos seus seguidores. Esse sistema de liderança é caracterizado por um poder central e pela repressão das liberdades individuais dos cidadãos. Um indivíduo autoritário acredita que a liberdade é secundária à ordem social e que a ordem deve emanar de uma pessoa¹⁰.

Gerda Lerner (1986, p. 17) explica que,

O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho. Trata-se de algo visto de modo tão natural e instintivo, que muitas e muitos de nós sequer nos damos conta.

Desta forma, o pensamento patriarcal, difundia-se como o poder que se manifesta de modo autoritário, através dos discursos e demonstrações políticas, sociais e econômicas. Por muitos séculos as mulheres não puderam pensar, fazer ou solicitar interferências na família e, conseqüentemente, não disputava voto e nem podiam votar, não disputava postos de trabalho e nem condições de igualdade com homens. Muitas mulheres acreditavam que dependiam de seus maridos, da proteção desses, e tudo isso era ligado ao afeto, a uma chantagem emocional planejada pelo discurso do macho poder.

O patriarcado pode ser entendido como uma instituição social que se caracteriza pela dominação masculina nas sociedades contemporâneas em várias instituições sejam elas políticas, econômicas, sociais ou familiar. É uma forma de valorização do poder dos homens sobre as mulheres que repousa mais nas diferenças culturais presentes nas ideias e práticas que lhe conferem valor e significado que nas diferenças biológicas entre homens e mulheres (MILLET, 1969, p. 58). Podemos dizer, portanto, que a masculinidade hegemônica, com sua hierarquia tão enraizada na sociedade brasileira é um mal que precisa ser combatido.

Para Miguel Vale de Almeida (1996, p. 3), a masculinidade hegemônica

¹⁰ <https://www.significados.com.br/misoginia> (pesquisado em 20/01/2023).

é um modelo cultural ideal que, não sendo atingível – na prática e de forma consistente e inalterada – por nenhum homem, exerce sobre todos os homens e sobre as mulheres um efeito controlador. Implica um discurso sobre a dominação e a ascendência social, atribuindo aos homens (categoria social construída a partir de uma metonímia do dimorfismo sexual) este privilégio potencial.

Além dos conceitos analisados, podemos observar que o machismo nasce das mesmas condições que o patriarcado e o autoritarismo, a fim de evidenciar, assegurar e normatizar o poder do homem, justificado pela ideia do mando e da ordem, originando o modelo fundamental de uma sociedade organizada, tendo o homem como o mantenedor da ordem, dos costumes e da vida familiar, visíveis nas relações sociais.

Conforme Saffioti (1987, p. 16),

O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem.

Desta forma, nasce o machismo estruturante, descrito como um conjunto de condutas e modos que enaltecem imagem do macho hétero, reproduzindo desigualdade entre homens e mulheres. Esses comportamentos masculinos podem ser identificados por diferentes estruturas sociais, na família, no trabalho, nas relações de afetividade. (SAFFIOTI, 1987).

A partir dessa concepção do machismo, as mulheres passam a sofrer a submissão feminina, colocada sempre em segundo plano, sofre a condição de desigualdade em direitos e condições sociais, sofre maltratos e muitas vezes a perda de suas vidas, assim se apresentando nos índices de feminicídio ou a forma brutal da presença da misoginia.

A misoginia é a repulsa, desprezo ou ódio contra as mulheres. Esta forma de aversão à mulher é centrada em uma visão sexista, que coloca a mulher na condição de subalternidade em relação ao homem. O desprezo ou ódio dirigido às mulheres está diretamente relacionado com a violência que é praticada contra a mulher. A misoginia é a principal responsável por grande parte dos assassinatos de mulheres, também conhecido por feminicídio, que se configura como formas de agressões físicas e psicológicas,

mutilações, abusos sexuais, torturas, perseguições, entre outras violências relacionadas direta ou indiretamente com o gênero feminino¹¹.

Ao evidenciar o poder estrutural do macho, muitas vezes, essa condição dada a alguns homens, ocasiona sofrimento em outros homens e mulheres, inferiorizando, depreciando, diminuindo seus valores, violentando as mulheres, física e moralmente, estigmatizando-as como inferiores. Assim também, alguns homens que se definirem como homossexuais, muitas vezes, são acometidos de iguais ações e valores, sofrendo de várias violências perante a sociedade.

Mediante constatação dessa realidade, as mulheres e os homossexuais vão ficando cada vez mais amedrontados e reféns de situações machistas e segregadoras. No entanto, homens também podem sentir o peso do machismo estrutural, principalmente para os que não reproduzem as condutas heteronormativas, sendo muitas vezes banidos de grupos de padrões machistas.

Na atualidade, vemos e ouvimos várias notícias de redes e canais de jornalismo e notícias sobre as violências desses defensores dos padrões heteronormativos, como assassinato de mulheres, travestis, homossexuais, lésbicas e transgêneros.

Conforme Bourdieu (1999, p. 107), o capital simbólico,

“é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor”.

Assim, no decorrer da construção histórico-cultural e social da humanidade foram usados o capital simbólico, o econômico e o político nas relações sociais para caracterizar os grupos humanos e seus espaços sociais.

Desse modo, foram definidas e empregadas categorias de discriminação e binarismos, dando ao homem sempre a liderança das relações na família, igreja, política, economia e dessa forma, fundando a supremacia masculina, estabelecendo atitudes e ações, que em suas emoções e padrões são tidas como normais. Por tudo isso, no Brasil, constata-se a multiplicação dos casos de espancamento, feminicídio, violência contra as mulheres e homossexuais.

¹¹ <https://www.significados.com.br/misoginia> (pesquisado em 20/01/2023).

A partir dessas concepções, o patriarcado é pensado como uma instituição social, caracterizada pela dominação masculina e esse mesmo conceito surge na história. Conforme Lerne (2019, p. 22), patriarcado é “um sistema histórico, que tem seu início na história e, por não ser natural – baseado no determinismo biológico –, pode ser derrubado. Pode e vai, ousou dizer. Porque, apesar desta fase conservadora que vivemos no mundo, as mulheres não vão recuar” (2019, p. 23).

Contudo, é importante lembrar que as mulheres não param por aí, submissas, sem direitos, elas saem dos seus casulos e começam a se empoderar, a refletir sobre suas lutas e resistências. Nesse percurso de lutas buscam mudanças e transformações sociais, culturais e políticas para ocupar novos espaços na sociedade, assim como, procuram compreender a própria sexualidade.

Para Louro (2000, p. 4),

A sexualidade — o sexo, como se dizia — parecia não ter nenhuma dimensão social; era um assunto pessoal e particular que, eventualmente, se confidenciava a uma amiga próxima. "Viver" plenamente a sexualidade era, em princípio, uma prerrogativa da vida adulta, a ser partilhada com um parceiro do sexo oposto.

Nessa perspectiva, a mulher não será mais para o homem a sua fábrica de procriação, não aceita mais ocupar o lugar de administradora doméstica, não será a mulher objeto de uso e desuso, mas, ocupa o espaço como sua parceira, companheira e geradora da vida e em busca de marcos fundamentais na garantia de seus direitos na sociedade.

A mulher através dos tempos, por meio de lutas por reconhecimento de direitos, se percebeu como construtora de sonhos e realidades iguais e, a partir dessa concepção do feminino, foram em busca de seus direitos, construíram e solidificaram novos discursos, atitudes, comportamentos e falas, em que se veem como sujeitos de direitos, integrantes e integradas em sua sociedade.

É possível perceber que diferentes mudanças ocorrem a partir desse contexto de luta e de reivindicação por direitos da mulher. Em 1932, no Brasil, as mulheres conquistam o direito de votar e, na década de 60, essas transformações se tornam mais profundas, novas formas de se fazer mulher e homem são inseridas no processo das novas tecnologias, inclusive a reprodutiva.

Louro (2000, p. 4) lembra que novas identidades sociais tornaram-se visíveis, imutáveis, flexíveis e, assim, provocam, em seu processo de afirmação e diferenciação,

novas divisões sociais e o nascimento do que passou a ser conhecido como política de identidades, tornando-se, portanto, necessário e urgente discutir identidade de gênero.

As relações de poder entram num processo de mudança que não cabe mais retornar o patriarcado não coaduna com a realidade atual. As garantias de direitos das mulheres começam a entrar no processo de normativas sociais e as transformações conquistadas motivam outros discursos de direitos. Além disso, por meio da cultura e do processo histórico são pensadas e estabelecidas outras identidades sociais, de sexo, raça, gênero, nacionalidade, etnia, de classe de trabalhadoras. Hoje, as diferentes personalidades é que vão identificar o sujeito, seus grupos sociais e institutos que melhor lhes convém.

No Brasil, além da profusão do discurso machista, patriarcal, misógino, autoritário, da crença no poder do macho, como se o macho detivesse um poder natural, um outro discurso opressor é o do preconceito racial, étnico. Tais discursos se manifestam desde sua descoberta pelos europeus e ainda permanecem marcando os índices de violências contra negros, mulheres e, se essas são negras, homossexuais, o preconceito triplica. Da mesma forma, acontece com o homem, que sendo negro, homossexual, transgênero, o preconceito, as violências, o racismo, o desrespeito aumentam, consideravelmente.

O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao mostrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, o segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional (ALMEIDA, 2019, p. 31).

Finalmente, podemos considerar que há ainda um longo percurso para combater esses sistemas que se nutre de tiranias, perversidades, relações de poder e violências contra homossexuais e mulheres, mas, como construções sociais, podemos encontrar brechas, saídas para usar estratégias com efeitos eficazes e eficientes no enfrentamento e combate.

Nesse sentido, acreditamos que a educação é o melhor caminho e deve ser trabalhada desde a educação infantil com vistas a criação de valores sociais e humanos que valorizam os direitos humanos e sociais, necessários a uma vida feliz, digna, permeada de respeito, solidariedade, paz e sem violências.

A partir da crença nessa concepção, abordamos no subtópico 2.2.1, uma discussão sobre *Os discursos e as relações do poder e dominação na escola e no processo educativo:*

o professor como sujeito de produção, procurando não deixar a escola fora dessa luta e resistência no combate às violências mostradas nesse tópico 2.2.

2.2.1 Os discursos e as relações do poder e dominação na escola e no processo educativo: o professor como sujeito de produção

Neste subtópico, apresentamos uma breve reflexão sobre *Os discursos e as relações do poder e dominação na escola e no processo educativo: o professor como sujeito de produção*, considerando a formação de professores, seus saberes docentes e práticas pedagógicas para a formação do/a aluno/a no combate a violência de gênero e outros fenômenos relacionados a essas práticas, concepções contra pessoas LGBTQIA+ no contexto escolar.

A profusão de novos discursos, conceitos, a releitura e reinterpretação de teorias se fazem essenciais para que novos modelos surjam e cheguem até a Educação, pois, a escola é o lugar da discussão, do aprendizado, da experiência e do diálogo. Será na escola que se solidificará a formação e os reconhecimentos dessas novas possibilidades de identificação dos sujeitos, seus direitos e suas garantias.

A partir desses pressupostos é importante fazer a mesma pergunta sugerida por Adorno (1995), em sua palestra: "*Formação — para quê?*" ou "*Educação — para quê?*", quando em seus diálogos construtivos com Hellmut Becker, com quem viveu uma grande amizade e o ajudou a estimular um conjunto de intervenções sobre questões educacionais e formativas, nos fizeram refletir sobre os caminhos necessários para uma educação transformadora, que permita que as pessoas alcancem sua liberdade e emancipação. Ainda segundo o autor, na sua palestra proferida, a intenção não era discutir para que fins a educação ainda seria necessária, mas sim: Para onde a educação deve conduzir? A intenção é tomar a questão do objetivo educacional em um sentido muito fundamental, ou seja, que uma tal discussão geral acerca do objetivo da educação tenha preponderância frente à discussão dos diversos campos e veículos da educação. (ADORNO, 1995, p. 138- 139).

Assim, vem o importante questionamento sobre o nosso papel como educador/a: será o nosso fazer diário como profissionais da educação, do direito, da Sociologia, elemento motivador para as transformações importantes para nossa sociedade?

As instituições educacionais, principalmente as públicas, deverão produzir e reproduzir novos discursos e novos fazeres, práticas sociais que deverão banir o racismo

estrutural, os preconceitos raciais, sexuais e de gêneros, geradores de violências simbólicas e físicas, morais e psicológicas.

A escola, como um lugar singular para a promoção da cultura, de identidades, de desenvolvimento do sujeito, de comportamento e valores democráticos, de valorização das diferenças, é reconhecida como lugar apropriado para provocar discussões críticas e problematizadoras das situações de conflitos nas relações de poder, hierarquias sociais opressivas e de meios de subalternização ou de exclusão.

Desse modo, os princípios curriculares e o cotidiano escolar precisam ser observados como elementos fundamentais, bem como as ações específicas ao combate das violências e preconceitos. Contudo, a escola parece propender a conservar o autoritarismo, o machismo, as práticas patriarcais e, de certa forma, parece não perceber a importância de provocar o diálogo sobre essas questões nas relações de professores com alunos, pais e responsáveis no interior das instituições.

A escola como lugar de formação e socialização precisa estar cada vez mais consciente dos mecanismos legais, programas e propostas educacionais disponíveis e buscar condições que permitam combater (pre) conceitos, discriminação e desigualdades de gênero entre alunos e outras pessoas no espaço escolar (ANDRADE, 2018, p. 32).

Destarte, é fácil identificar que na Escola está o lugar para conduzir o esclarecimento do papel intelectual e social dos indivíduos que ali se encontram e, também, no entorno dessas, em suas vivências diárias, seja na família, religião, trabalho e ou vida social em comunidade. Desta forma, poderá haver renovação nos discursos e ações, melhorando as formas de convivência e respeito com as diferenças, buscando justiça e igualdade e acima de , a emancipação dos sujeitos sociais.

Para Adorno (1995), a concepção inicial de educação, evidentemente, não pode ser chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior. A educação para a emancipação exige cidadania, mas também, por isso, não pode ser mera transmissão de conhecimentos, com característica de coisa morta, mas a produção de uma consciência verdadeira e crítica.

Para o autor, isso seria inclusive da maior relevância política e sua idéia, é que seja uma exigência política. Para ele, “uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado” (ADORNO, 1995, p. 141).

Essa é a sociedade ideal, de indivíduos pensantes, cuidadosos, zelosos e respeitadores, que almejam através dos seus questionamentos e resistência social e política, novas práticas e atitudes, produtora de uma consciência cidadã, onde todos sejam respeitados e assegurados de seus direitos. Para tanto, é preciso que a escola seja um espaço de educação transformadora, um lugar que forme indivíduos livres de preconceitos e justos em suas afirmações e conduções, em busca de garantias democráticas para todos. Uma sociedade de pessoas emancipadas, livres, desobrigadas de serem modelos normatizados como ideais, mas de indivíduos que se afetam, importam, se interessam pelo bem comum uns dos outros.

A escola deve ensinar o seu aluno a questionar, a buscar os porquês de cada coisa, a iniciar novos caminhos e a interpretação do mundo ao caminhar e dizer não a transmissão de pensamento, atitudes sexistas, visão androcêntrica, racista, “invisível” (BOURDIEU, 1999). Por meio do diálogo, da conversa, do desenho e da elaboração de projetos pedagógicos ideais às condições e perspectivas comunitárias, colegiadas e necessárias às mudanças é que podemos buscar transformação na vida dos indivíduos envolvidos no espaço escolar.

Se as escolas negarem suas funções essenciais e nada buscar fazer para minimizar e acabar com as formas de violência velada ou de pequenas agressões, LGBTQIA+fobia, *bullying*, piadas, silenciamento, isolamento, continuará no que tem se transformado: um vetor de transmissão de privilégios e de violências racistas, sexistas, de gênero e etnia/raça, religião.

Para que a escola pública ou privada, tenha condições para combater violências, é preciso procurar implementar práticas pedagógicas, projetos educacionais, projetos de vida e ter profissionais que realmente expressem preocupação com questões que dizem respeito a sociedade.

Para tanto, é preciso investir na adoção de políticas internas que promovam a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo, com a comunidade ao seu entorno e discutir sobre situações-problemas que se originam fora dos muros escolares. Além de promover a inserção dos alunos em posições de consultar, deliberar novas propostas e projetos e buscar participação de órgãos colegiados escolares, democráticos e participativos para as tomadas de decisão.

Esses órgãos colegiados, quando democráticos e valorizam efetiva demonstração de uma gestão compartilhada, constituem-se como espaços propícios para que todos os

seguimentos, inclusive o de alunos possam se sentir incluídos na instituição escolar. Por isso, a escola deverá manter espaços para diálogos, debates permanentes, devendo rever o cotidiano das ações e práticas institucionais e pedagógicas, promovendo o acolhimento e ações interventivas quando perceber composição de conflitos e ações de violência contra a raça, ao gênero, etnia ou qualquer outra forma de preconceitos e ou intolerâncias.

O Colegiado Escolar é um órgão coletivo (seguimentos de uma escola: gestão, professores, funcionários, estudantes e pais e ou responsáveis), ele é consultivo, deliberativo e fiscalizador. Atua de forma democrática nas questões técnicas, pedagógicas, administrativas e financeiras na comunidade escolar. É um órgão de decisão compartilhada e representa a gestão participativa e democrática da unidade educacional nas tomadas de decisão consensual, objetivando a qualidade do ensino e suas melhorias.

As funções do Colegiado Escolar são desempenhadas dentro do que limita a legislação atual, sua conduta obedece às políticas traçadas pelas Secretarias de Educação de cada Estado, seguindo o compromisso com a generalização de possibilidade do acesso e permanência na educação pública e de todos que a esta têm direito.

Conforme o Art. 1, da Lei n. 6.981, de 25 de julho de 1996,

O Colegiado Escolar tem como competência básica ampliar os níveis de participação na análise dos projetos e acompanhar as atividades técnico-pedagógicas e administrativo-financeiras das unidades escolares, de forma a estabelecer relações de compromisso, parceria e coresponsabilidade entre escola e comunidade, visando à melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996).¹²

Desta maneira, a escola contemporânea precisa estar nivelada com a democracia e cúmplice dos direitos civis e humanos, atenta aos cuidados de não se sucumbir ao autoritarismo desnecessário e perigoso. A escola contemporânea deve se constituir como a escola dos acessos legais e que valoriza os Direitos Humanos e Sociais, o respeito à diferença e à diversidade sexual, étnica, racial, de gênero, religião, dentre outras.

Para tanto, devemos destacar ser importante analisar a visão dos professores, buscando possibilidades de construção de relacionamento, baseado na confiança mútua entre alunos, promovendo diálogos construtivos e respeitosos, distorcendo preconceitos sobre diferenças, homossexualidade, raça e etnia, através da pesquisa e leitura sobre o tema.

¹² <https://www.bahia.ba.gov.br/legislacao/>, 1996.

Nesse sentido, é preciso mostrar a Escola como o local adequado para construções coletivas de respeito ao diferente, formação humana e social, um lugar valorizado para a manutenção da dignidade, valores fraternos, evitando atitudes ou ações violentas e excludentes.

Nesse processo, é possível perceber que, nos discursos atravessados por essas práticas, a fundamentação da ação que se quer praticar e perpetuar como a normal, é caracterizada por legados deixados pela colonização do ser, do saber e do poder que procura regulamentar *habitus* e papéis, normatizando condições de representatividade, difundido poder, mando e desmando, instituindo condições sociais colonialistas, machistas, autoritárias, misóginas, patriarcais.

Nessa argumentação, a pesquisa procurou mostrar que há evidência de que nas transformações sociais, é possível perceber que a mulher começa a se fortalecer, conquistando direitos, cidadania, e a escola, que pretende andar nessa direção deve se tornar um lugar aberto ao diálogo, um lugar singular para a promoção de valores, de construção de identidades, comportamentos e respeito às diferenças.

Uma equipe gestora, junto à coordenação pedagógica, deve permitir espaços para a formação continuada de professores, de diálogo sobre processos de inclusão, respeito às diferenças, conversas abertas sobre a diversidade de gênero e sexualidade. No contexto escolar, a gestão precisa buscar subsídios para que a equipe escolar esteja preparada para avaliar, opinar sobre a visão geral de suas turmas e dos seus alunos, criar condições de perceber antecipadamente ações preconceituosas e violentas e procurar diminuir possíveis conflitos.

Nesse processo, a escola deve trabalhar a visão positiva dos professores sobre as possibilidades de educar, socializar os alunos, constituir espaços pedagógicos que permitam ao discente desenvolver sentimentos de confiança, gerar possibilidades de diálogos construtivos e respeitosos. Assim, deve buscar possibilidades para dialogar com alunos que chegam à escola com visões distorcidas ou preconceituosas sobre a diversidade, homossexualidade, sobre preconceitos de gênero, raciais e étnicos.

Sabemos que alguns professores mostram dificuldade para lidar com a realidade dos jovens, estranham o contexto escolar e o espaço em que vivem, além do uso da linguagem escolar e o modo de pensar. Em se tratando da homossexualidade, principalmente, por esta identidade sexual e de gênero ser de difícil diálogo entre os sujeitos envolvidos no espaço coletivo escolar, a tensão e os problemas relacionados à

homofobia, tendem a se manifestar, muitas vezes, contrários às condutas dos alunos “afeminados” ou “masculinizados”, aumentando tensões.

Para Adorno (1995, p. 168),

A exigência de emancipação parece ser evidente numa democracia, que repousa na formação da vontade de cada um em particular e, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas para evitar um resultado irracional, é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir de seu próprio entendimento.

Portanto, ser afeminado, lésbica, transgênero ou qualquer das identidades sexuais que mais lhes convêm, não fará do reconhecido homossexual um ser abominável ou excluído social, mas pelo direito da liberdade emancipatória, que se dará o recuo das tensões e dos geradores de violência, o desrespeito e o preconceito.

Por falta de conhecimento ou interesse de alguns alunos e professores em ler, pesquisar, analisar sobre o assunto, entender os processos históricos, que são oriundos aos homossexuais, também por carência na escola de projetos pedagógicos que motivem a construção de relação respeitosa, cortês, é que produzimos violências e barbáries.

Sobre essa questão, Adorno (1995, p. 154) diz:

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização — e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza.

Há sempre aqueles professores e alunos, que por suas formações familiares e religiosas apresentam manifestações contrárias e preconceituosas contra os colegas. E, também, de professores, desencadeando implicância e falta de respeito, violências simbólicas através do uso da linguagem e de ações. Desta forma, as agressões e os preconceitos contra os indivíduos homossexuais geram maior desequilíbrio nas relações, tanto dos alunos contra seus colegas e dos professores contra seus alunos.

Conforme Louro (2000, p. 6),

Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência.

Sobre reconhecer o respeito entre os indivíduos, está a vocação primeira da escola, de desenvolver em seus projetos pedagógicos, ações que deem condições aos envolvidos no seu interior e em seu entorno, de reconhecer suas identidades sexuais, os gêneros que melhor lhes definem, suas diferentes condições, reconhecer-se sendo em sua personalidade o que melhor lhe responde na sexualidade e no corpo.

Contudo, a escola se destaca atualmente como um lugar de insegurança, medo e de produção e reprodução de diferentes tipos de preconceitos, discriminação, estereótipos e exclusão social e, observamos, de acordo com pesquisas, estudos e socialização de casos e ocorrências informados pela mídia, que diversas ações e atitudes de violência, contra professores e alunos, têm se tornado mais complexas e se diversificando no espaço escolar, dentro e no seu entorno.

De acordo Abramovay (2012, p. 20), a escola pode ser excludente ou, então, funcionar como um local de pertencimento, contenção, respaldo, proteção e escuta. A autora afirma que, de acordo com a resposta de uma inspetora de uma escola investigada, “adolescentes chegam com problema com a família e se abrem com a gente, pedem para conversar, a gente se torna psicóloga, amiga, mãe, inspetora, educadora [...]. De tudo um pouco” (p. 20).

Para Louro (2000, p. 20-21),

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém "assuma" sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo — inato a todos — deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento, mantém-se, com relação à sexualidade, como o lugar do desconhecimento e da ignorância.

Dessa forma, o preconceito velado da homofobia/LGBTQIA+fobia tem crescido diante da intolerância, do desprezo, da falta do diálogo sobre o tema homossexualidade e suas derivações nas escolas. Na escola pouco se tem criado espaços para discutir sobre esse tema e percebemos que ela ainda não desenvolve projetos para trabalhar em parceria com as famílias, religiões, e não promovem debates que possam contribuir com a conscientização de que a cada dia os jovens estão se torturando, se auto-punindo por não ter sua sexualidade respeitada, principalmente quando estes conseguem identificar seus desejos e suas vontades.

Conforme Borrillo (2010, p. 24), “uma primeira forma de violência contra gays e lésbicas caracteriza-se por sentimento de medo, aversão e repulsa [...]. Outras manifestações menos grosseiras, sem deixarem de ser menos insidiosas, exercem suas violências cotidianamente”. Na concepção de Borrillo, essa outra forma de homofobia, mais eufemística e de cunho social, enraíza-se na atitude de desdém constitutiva de um modo habitual de apreender e de categorizar o outro. Se a homofobia afetiva (psicológica) caracteriza-se pela condenação da homossexualidade, a homofobia cognitiva (social) pretende simplesmente perpetuar a diferença homo/hétero. Nesse aspecto, ela preconiza a tolerância, forma civilizada da clemência dos ortodoxos em relação com os heréticos.

No contexto atual, sofrer por ser homossexual, transgênero, transsexual, lésbica, afeminado ou masculinizada, não comporta mais. Torna-se pior quando estes indivíduos são negros, pobres, excluídos da sociedade, economicamente empobrecidos e inferiorizados. Daí, as formas de agressão e desrespeito aumentam mais, e de forma desumana, sendo identificados por ações violentas terríveis, como a flagelação, agressões físicas, depressão ou ideia de suicídio, e muitos já sofreram até a morte.

Por ser a escola o espaço e lugar onde as práticas de preconceitos e desrespeitos não deveriam estar inseridas é que a instituição necessariamente precisará ser o ambiente que utilizará instrumento de construção e de formação de indivíduos livres de discriminações e práticas que aumentem as diversas formas de desrespeitos e preconceitos, geradoras de conflitos. Nesse sentido, é preciso valorizar uma educação que possa transformar suas ações diárias em momentos de inclusão e motivação das relações respeitadas, provocadora de socializações entre os sujeitos envolvidos neste ambiente formador.

A escola sempre foi definida como espaço de sociabilidade, educação, formação da pessoa humana e cidadã, mas vem perdendo esse *status*, de local de encontros, afetividade, ternura, do respeito às diferenças e da diversidade. A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender, assim afirma hooks (2000), em *Ensinado a Transgredir: a educação como prática da liberdade*”. Por isso, perguntamos: O que está faltando para que a escola assegure essa condição transformadora e formadora? Como a escola pode voltar a ser um espaço promotor do diálogo respeitoso e humano? Como voltar a ser o espaço de construção de sociabilidades, de acolhimento e de confiança confessional?

Segundo Andrade (2000, p. 39), a escola precisa propiciar aos seus profissionais professores, os instrumentos necessários à sua formação continuada, preparando-os para as convivências afetivas, culturais, competências cognitivas e habilidades para lidar com questões emergentes como as relações de gênero, masculinidades e feminilidades, considerando as condições de saber-agir e a natureza das relações conviviais pertinentes nos processos de socialização escolar.

Por isso, é importante analisar a percepção de professores e alunos sobre violência de gênero, com foco para a homofobia (LGBTQIA+fóbica) nas relações de interações e sociabilidades na sala de aula e cotidiano da Escola, pois, para entender e responder as questões já citadas, será necessário compreender a partir das respostas desta análise, se haverá necessidade de sugerir a esta Unidade de Ensino formação específica, tanto para os educadores, quanto para os educandos.

Nessa perspectiva, nos finais dos anos 80 e anos 90, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) também fez parceria com o Ministério da Saúde e passaram a estimular projetos de educação sexual. Contudo, as abordagens sobre as temáticas relativas à sexualidade acabaram por alimentar uma visão conservadora de educação sexual – uma espécie de política sexual voltada a conter ameaças à família e ataques a normalidade heterossexual, diz Weeks (1999, p. 76-77).

O MEC (2007), através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, lançou o livro *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*, no qual vários debates foram apresentados. Nele, afirma-se, não por acaso, ser muito recente a inclusão das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira a partir de uma perspectiva de valorização da igualdade de gênero e de promoção de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual. Essa é uma perspectiva que coloca sob suspeita as concepções curriculares hegemônicas, visando transformar rotinas escolares e problematizar lógicas reprodutoras de desigualdades e opressão.

A parceria do MEC e Ministério da Saúde foi muito importante e, diante dos resultados, o MEC, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC, 2009), em conjunto com outras Secretarias de políticas de inclusão social, como por exemplo, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), Secretaria Especial de Políticas Públicas de Igualdade Racial (SEPPIR/PR), British Council Centro Latino-

Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), em 2008, criaram e promoveram políticas de educação em gênero e diversidade, colocando a pertinência da discussão sobre “*Gênero e Diversidade Sexual na Escola*” (BRASIL, 2009), como uma condição necessária à transformação de mentalidades e práticas, além de uma motivação à reflexão individual e coletiva capaz de superar e eliminar qualquer tratamento preconceituoso.

Logo depois disso, o MEC, a SECADI e outras secretarias que tratam de Direitos Humanos e educação e saúde humana procuraram promover ações educacionais no campo da formação de profissionais em gênero e diversidade na escola, como pontos fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate aos estereótipos, ao *bullying*, à discriminação e ao preconceito e assim, contribuir para que a escola não seja um instrumento de reprodução de preconceitos, mas um lugar de promoção e valorização da diversidade e dos direitos humanos (BRASIL, 2012).

Todas essas conquistas podem ser perdidas se a sociedade não se unir e resistir, pois, para o grupo político do atual poder executivo brasileiro, discutir gênero, violência sexual, e homossexualidade na escola não é permitido, não é aceitável, justificando tais afirmações pelo contexto religioso e moral das famílias tradicionais, que não concordam com as políticas públicas desenvolvidas anteriormente.

As ações de políticas públicas atuais precisam ficar atentas para impedir a volta do desenvolvimento da cultura da opressão e discriminação, reinstaurando o poder patriarcal do macho. Os discursos empregados pela sociedade atual ainda desenvolvem tendências do período colonial, no qual a tradição e os costumes visam o favorecimento dos valores religiosos e das famílias do início do século XIX.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que tem sua elaboração pensada desde novembro de 2015, quando foi realizada a 2ª Conferência Nacional pela Educação (CONAE) e organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), resultou em um documento sobre propostas e reflexões para a Educação brasileira e é um importante referencial para o processo de mobilização para a BNCC.

Quando foi instituída e homologada em dezembro de 2017, rendeu intensos debates no período da sua reformulação e aprovação, principalmente pelos setores contrários, mas teve apoios favoráveis de setores da sociedade que lutam pela defesa dos direitos humanos e da população envolvida. A ideia inicial, proposta no Plano Nacional de

Educação (PNE), era servir como um documento norteador, estabelecendo os objetivos de aprendizagem de todas (os) as (os) estudantes da Educação Básica no Brasil.

Desta forma, se faz necessário indagar: Quem quer tratar de gênero e sexualidade dentro das escolas/nas escolas? Diante de preconceitos, estereótipos, discriminação de grupos que entram no embate na sociedade, invadida por diversas *fake news*, notícias falsas, que dificultam o diálogo sobre os termos gênero e orientação sexual, aumentam as dificuldades de combate às violências de gênero.

A aprovação do PNE (BRASIL, 2014), com a retirada dos termos, não contribuiu com a ideia da diversidade, respeito, diversidade e alteridade como valores que sustentam a discussão. Nesse contexto, as diversidades e as diferenças não devem ser apenas toleradas, elas precisam estar na ordem da boa convivência, do respeito, da fraternidade e afetividade dos indivíduos envolvidos na relação educacional.

Como afirma (SILVA, 2007, p. 88), “na medida em que elas estão sendo constantemente feitas e refeitas, o que se deve focalizar são precisamente as relações de poder que presidem sua produção”. As relações entre professores e alunos, professores e professoras, alunos e alunas precisam encontrar abertura para a construção de afinidade, ternura, sensibilidade, respeito e compreensão e a produção do educar, do viver-conviver com paz, harmonia, humildade, solidariedade, ternura.

Na concepção de Hall (2006, p. 4):

As identidades se transformam, pois não são fixas ou permanentes e podem ser até mesmo contraditórias, sendo que, o sentido de pertencimento a diferentes grupos – étnicos, sexuais, de classe, de gênero, dentre outros, constitui o sujeito que pode ser “empurrado em diferentes direções” e contextos históricos e sociais.

Nesse sentido, se não houver um bom trabalho de gestão e coordenação pedagógica, o professor poderá impor seus valores e suas teorias ultrapassadas e forçar o estudante que não tem a identidade bem estabelecida, a direcionamentos que o levem a desmotivação, a opressão e, conseqüentemente, a evasão escolar. O estudante precisa se sentir dono da sua escola, pertencente àquela instituição que o ajudará a se libertar das amarras dos preconceitos e intolerância.

Desta maneira, percebemos, observamos e identificamos, em nossas escolas, a necessidade de transformação das identidades sociais. Meninos e meninas, homens e mulheres, que desejam fortalecer suas identidades a partir do gênero que melhor lhes responde que melhor e mais confortável lhes convém ser, precisam buscar caminhos de

fortalecimento e pertencimento autônomos. Podem ser eles, homossexuais, transgêneros (mulher ou homem), travestis, lésbicas, negros, índios, de religiões afrodescendentes, ou não, pobres ou ricos.

Temos a nossa frente grandes desafios, como o de trabalhar com famílias desestruturadas e desestruturantes das emoções e do psicológico dos seus filhos. Igrejas que se arvoram do poder divino para cooptar, fundamentar e aprisionar sujeitos às suas vontades e verdades.

Nossa missão é desconstruir e renovar as perspectivas de nossos jovens. Assim, Hall (2006) tão bem escreve e pede respeito a essas mudanças tão necessárias para que o estudante se empodere e tenha na escola seu lugar de fala, seu espaço de transformações tão necessárias.

Como também, nesse mesmo percurso, Souza Santos (2001, p. 28) afirma que temos “o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” e, nesse sentido, a concepção de direitos humanos segundo a Resolução n. 1/2012 (BRASIL, 2012), nos orienta a buscar as mudanças de atitudes e o enfrentamento das práticas e concepções preconceituosas e discriminatórias em nossos ambientes educacionais. Para isso, é preciso provocar mudanças estruturais na vida dos nossos alunos, dos professores e da comunidade escolar e local. As tomadas de decisão devem ser compartilhadas, discutidas e decididas coletivamente, pois, sendo iguais e respeitando as diferenças, nos fazendo superiores e empoderados, sem descaracterizar a proposta educadora e humana das nossas escolas, podemos conviver mais felizes e realizados.

Nessa perspectiva, há uma compreensão de que conviver com respeito às diversidades de gênero, sexualidade, etnia e raça são fundamentais na promoção da igualdade de condições, de acesso e permanência do aluno na escola, pois, essa é uma condição substantiva capaz de promover o respeito à diversidade no espaço escolar e social, valorizando o respeito e a dignidade do sujeito, considerado diferente dos padrões do binarismo homem e mulher.

As questões de gênero estão entrelaçadas à diversidade de raça, etnia, sexo, religião. Na escola, a concepção e o significado de gênero precisam ser inseridos no currículo escolar e, também, nos cursos de formação inicial e continuada de professores, considerando que os debates e reflexões são importantes mecanismos de mudanças e transformações. E, deve se constituir mediante a renovação dos valores de respeito e

tolerância, tornando-se uma realidade quando abre espaços dialógicos para a participação coletiva dos sujeitos envolvidos nas consultas e deliberações dentro da escola e no processo democrático da formação dos colegiados escolares.

Bento (2008, p. 131) afirma que:

É um equívoco falar em ‘diferença ou diversidade no ambiente escolar’, como se houvesse o lado da igualdade, onde habitam os/as que agem naturalmente de acordo com os valores hegemônicos e os outros, ou diferentes. Portanto, não se trata de ‘saber conviver’, mas ter claro que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença.

Contudo, a sociedade atual vem apresentando diversas e diferentes formas de segregação, voltando a um passado de exclusões sociais, admitindo separação dos indivíduos que não apresentam condições de igualdade como cor, raça, gênero, condição social, distintas e diversas dos que se acham normais, agindo como se fossem os escolhidos.

Nessa perspectiva, observamos a disseminação de propagandas nazistas, principalmente nos Estados do sul do país, onde a visão do branco é tomada como superior. A branquitude vem se tornando uma nova forma de vivência e demonstração de poder, ocasionando intolerância racial, de gênero e étnica e, conseqüentemente, causando diversas formas de violência e preconceitos.

Ainda que seja crime no Brasil, previsto pela Constituição Federal de 88, nos termos do Artigo 5º, Inciso XLII, constituindo-se crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei, cresce em nosso País, as manifestações de racismo, preconceitos, hostilidades contra as populações negras, indígenas, periféricas e comunidades LGBTQIA+, tanto nas redes sociais, quanto nos espaços públicos, pondo em xeque a democracia brasileira. Esses preconceitos estavam encobertos e vieram à tona agora? Ou foram acirrados recentemente por discursos de ódio e intolerância?

A diversidade no meio educacional e no ambiente escolar, tem desenvolvido ações que são tratadas como processos democráticos. Contudo, as instituições escolares têm formado pessoas preconceituosas, racistas e intolerantes às diferenças sociais, pois não cumprem seu papel educador, sendo em vários momentos excludente, não formando seus estudantes para sua dimensão social e cidadã.

Por tudo isso, é preciso ampliar a visão da escola sobre o problema da violência nos seus espaços de sociabilidades, na perspectiva de raça, etnia, gênero, homossexualidade, visando superar as concepções e valores sociais hegemônicos que banalizam e naturalizam

as desigualdades, os estereótipos e preconceitos contra pretos, indígenas, masculinidades e feminilidades e as relações de gênero, que geram a violência, como a homofobia no cotidiano escolar, buscando fazer emergir as contradições que as permeiam.

Não podemos permitir mais que alunas e alunos evadam as instituições educacionais por se sentirem travadas, presas, oprimidas porque a sua comunidade escolar e sua sociedade não os percebem como normais e dessa forma, eles (elas) não se sentem realizadas (os) como pessoa, como gente, pois, deixam de ser vistas e de se verem como ser humano, dotado de valores, potencialidades, condições de crescer, evoluir, avançar nos seus direitos de ser igual, porquanto essa diferença e essa desigualdade lhe causam conseqüentemente sofrimento, medo e repulsa.

É preciso também entender que gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, baseado nas diferenças entre os sexos, uma forma primeira de significar as relações de poder entre homem e mulher. Se faz necessário entender que para compreender o significado de gênero o respeito é imprescindível, não necessitando em sua compreensão contrárias criar ambientes violentos e geradores de conflitos, mesmo tendo opiniões contrárias para seu significado.

Enfim, ter uma identidade de gênero construída a partir das descobertas, anseios, gozos e satisfações do próprio indivíduo, não o fará isolado, como uma ilha, nas relações sociais, mas um sujeito propício aos encontros e sociabilidades inerentes a todo ser humano, construtor de sonhos e realidades prazerosas, pacíficas e justas.

Afinal, é preciso que a escola possa buscar nas ciências suas respostas e projeções, tornando-se um espaço que se comprometa em promover pesquisa, ensino e aprendizagem de qualidade e cuidado com o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e psicológico dos seres humanos nela envolvidos, sejam eles, pertencentes ao corpo docente ou discente, da equipe pedagógica ou técnico-administrativa. A escola deve ser uma instituição de educar e aprender a “vida”, um espaço apropriado para conviver uns com os outros, motivadora de relações construtoras de sujeitos livres, autônomos, solidários, justos, empoderados e emancipados e que deve buscar construir espaços de sociabilidade entre seus pares da melhor forma de convivência, pacífica e ordeira.

Como define Ferreira (2017, p. 21),

Quando falamos da escola, a primeira coisa que nos vem à mente é que esse é um lugar próprio para educar para a cidadania e viver a condição humana. No entanto, percebemos que a escola, atualmente, tem vivenciado muitas dificuldades em relação à violência nos seus ambientes de aprendizagem, como agressões físicas, verbais, *bullying*, vandalismo,

furtos e/ou roubos, espancamentos, uso e/ou tráfico de drogas, entre outras ocorrências. A violência é um problema social que se encontra presente nas ações e interações entre os sujeitos dentro da escola e se manifesta de diferentes formas nos espaços escolares sem precedentes e atinge a alunos, professores, funcionários técnico-administrativos e gestores na escola. Afinal, qual a relação entre escola, violência e direitos humanos?

Para melhor compreensão sobre essa relação entre escola, violência e direitos humanos questionada pela autora (2017) e sobre os tópicos e subtópicos apresentados até aqui, apresentamos a seguir, uma reflexão conceitual sobre a violência de gênero na escola e sobre a legislação brasileira, com a intenção de mostrar uma definição do termo violência e violência de gênero, como um importante campo teórico e de investigação que tem contribuído com a compreensão sobre a dinâmica e complexidade deste fenômeno diverso. Tratamos ainda, da legislação brasileira que estabelece normas e garantias no combate à violência de gênero e *bullying* contra homossexuais, pessoas LGBTTQIA+.

2.3 A violência de gênero no cotidiano escolar e a legislação brasileira: uma reflexão conceitual

Neste item 2.3 *Violência de gênero no cotidiano escolar e a legislação brasileira: uma reflexão conceitual*, apresentamos definições de preconceitos de gênero e suas interrelações com preconceitos raciais e étnicos, suas causas e consequências para o crescimento dos índices negativos de fenômenos que são evienciados contra a população LGBTTQIA+, como agressões, xingamentos, “brincadeiras” e apresentamos também uma análise sobre a legislação educacional brasileira à luz do tema investigado.

A violência e violência de gênero são dois termos de difícil definição, complexos e ainda não bem delimitados pelos pesquisadores. Além disso, a violência de gênero tem sido motivo de muita preocupação de pesquisadores e estudiosos do tema, da sociedade e de espaços educacionais, como a escola. É importante chamar a atenção para o fato de que não há como negar a falta de discussão sobre o tema na escola. Além disso,

[...] é muito recente a inclusão das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira a partir de uma perspectiva de valorização da igualdade de gênero e de promoção de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual (SECAD/MEC, 2007, p. 11).

Essas questões de gênero, principalmente na atualidade brasileira, tem gerado conflito ao serem abordadas em sala de aula, sobretudo se o professor tiver formação e

princípios religiosos que não permitam tratar dessa temática. As influências e experiências religiosas vivenciadas pelo/a professor/a nas práticas educacionais têm se destacado com muitas polêmicas como por exemplo, o uso do termo ideologia de gênero e o retrocesso é evidente em função da presença religiosa no meio político e público na sociedade brasileira e no espaço escolar. Porquanto, os discursos, os modos de pensar/falar/dizer do professor que tem esse perfil constroem medo, pânico moral, insegurança, preconceitos que interferem nos modos de pensar nas relações sociais e, dessa forma, afeta o modo como a escola pensa as questões de gênero e sexualidade na sala de aula e em outros espaços escolares.

De maneira convincente, essa compreensão sobre questão de gênero e religião mostra que o ideal é forjar a escola de respeito, de conhecimentos e pensamento de seres diferentes, com igualdade de oportunidade de participação dialógica para construir uma escola democrática. Chama a atenção, nesse sentido, que discutir gênero, desigualdade, homofobia, dentre outros conceitos, se tornou uma divisão e um bloqueio para os envolvidos pela fé, um marco de tradições religiosas que, na contemporaneidade, vem apresentando discursos de que estas questões são perversivas, ofensivas e trazem prejuízos morais à família tradicional. Assim, “afasta-se (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori” (LOURO, 1997, p. 7)

O distanciamento de diálogo na família, igrejas, espaços de convivências de crenças religiosas, faz com que os jovens se tornem cada dia mais bloqueados e/ou depreciados, causando muitas formas de desequilíbrios e, um desses é a auto-mutilação, além de grande incidência de violência pessoal nas escolas. A escola é um espaço onde a liberdade de se expressar, de se mostrar e se reconhecer, se faz presente entre alunos/as. Contudo, tem se constituído como um lugar marcado no dia a dia pela desagregação pela exclusão e ocupado por alunos desprotegidos, emocional e psicologicamente atingidos pelos preconceitos e pela falta de discussão e diálogos produtivos a respeito da construção de suas vidas, de suas relações sociais.

No contexto escolar, é possível perceber que a falta do debate construtivo sobre sexualidade, corpo, sexo, homossexualidade, identidade de gênero, homofobia, preconceitos, desrespeito ao outro, tem sido motivo de preocupação de pesquisadores, estudiosos do tema e setores da sociedade civil, que tem se dedicado ao combate à violência de gênero e, especificamente sobre a violência que se manifesta contra mulheres, LGBTQIA+, dentre outras populações diferenciadas.

Mas o problema é que, na escola, quando se propõe espaço para construir diálogo sobre essas questões, muitas vezes, há falta de compreensão da família, de orientadores religiosos e setores da sociedade sobre a importância dessa proposta compartilhada pela escola. Esses encontros entre comunidade escolar e a comunidade local, são espaços que podem tratar de prevenção e combate às violências que se manifestam de muitas formas, sejam elas, simbólicas, física, morais, psicológicas, emocionais, de gênero, etnia, raciais.

Além disso, para pensar gênero não basta recorrer ao dicionário para entender seu conceito linguístico somente, pois esse não terá seu sentido dado por lá, mas se faz necessário voltar à história, principalmente a história recente da resistência, luta e conquistas feministas contemporâneas. Portanto, para compreender gênero é preciso debruçar-se sobre os olhares e testemunhos daqueles que fizeram a experiência de ouvir e enxergar no outro, sua sexualidade, seus desejos, compreender sexo não somente como um corpo definido no binarismo homem e mulher, ou também como uma máquina de prazer, mas se faz necessário entender sexo também como identificador do corpo que se expressa como quer e deseja, uma afirmação na identidade do indivíduo que se deixa mostrar como tal.

Portanto, é importante questionar: Por que criar estereótipos, atribuir preconceitos, discriminar e praticar violências contra pessoas a partir de juízo de valor que discrimina, com estigmas, depreciações, rótulos e julgamentos sem precedentes? Não há respostas plausíveis que justifique nenhum tipo de violência, preconceito sexual que são criados e estimulados pelas “brincadeiras”, “fofoquinhas”, “gestos”, “piadinhas” e/ou diferentes práticas de *bullying*. Os direitos humanos devem e precisam ser respeitados. No entanto, a cada dia, as organizações sociais e, especificamente a escola, parece afetada por relações de poder e dominação-subordinação que são refletidos nos processos de ensino, em sua cultura, saberes e práticas docentes e pedagógicas.

Na Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos - EDH, em seu artigo 3º, diz que a EDH, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade; e

VII - sustentabilidade socioambiental (MEC/CNE/CP, 2012).

Esses são os princípios norteadores de uma educação transformadora que podem contribuir com a renovação da sociedade brasileira e da escola e só será possível se nossas consciências estiverem educadas e fundamentadas por princípios promotores de igualdade, respeito, que reconheçam os diversos sujeitos que transitam os ambientes de relações sociais, as comunidades, os povos, as civilizações e permitam direitos iguais para os cidadãos brasileiros e, com certeza, esses também devem ser cumpridores dos seus deveres.

Portanto, e de acordo a Resolução n. 1/2012, é preciso reconhecer e valorizar as diferenças e a diversidade e essa é uma condição legal no Brasil, sendo validada no entendimento histórico dos direitos humanos, na afirmação que esses direitos têm valores individuais e coletivos na sociedade. Diante disso, é possível formar cidadãos conscientes em todos os níveis de entendimento humano, desenvolver processos e métodos que permearão todas as construções educacionais, sejam linguísticas e/ou didáticas contextualizadas, fortalecendo ações comunitárias, individuais e sociais geradoras de práticas e atuações que utilizem recursos promotores de proteção e defesa desses direitos, a fim de fazer reparações históricas das distintas formas de violências contra os Direitos Humanos.

Silva e Silva (2021, p. 60) lembra que,

Sabemos que violações aos direitos humanos ocorrem há muito tempo, a despeito de todos os sistemas de proteção que vigoram desde a criação da Organização das Nações Unidas: o sistema universal (ONU), os regionais (interamericano, africano e europeu) e, no caso do Brasil,... o governo de Bolsonaro, ao assumir o poder em 2019, com inequívoca inspiração na extrema-direita, o que tem motivado diversas violações aos direitos humanos.

Atualmente, os debates sobre direitos humanos, dentre esses, o debate sobre os direitos da comunidade LGBTQIA+ vêm sofrendo grandes perdas com o atual Governo Federal. Em lugar do apoio às conquistas identitárias e ao fortalecimento da luta pela melhor significação do gênero, surgem preconceitos, *fake news*, publicações e discursos que motivam ódio e o aumento da violência contra a população feminina, *gays*, lésbicas, transsexuais e homossexuais, além do aumento da intolerância religiosa, intolerância racial e étnica.

A partir das ações nebulosas deste “desgoverno”, a violência volta a ocorrer em diferentes lugares e, em toda a parte, com múltiplas faces, em diferentes culturas, etnias, classes e condições socioeconômicas. No entendimento de Silva e Silva (2021, p. 60)

Com esse direcionamento, a sociedade brasileira vivencia o ambiente atidemocrático instaurado no país desde a ascensão de um projeto autoritário de poder, valorizando grupos sociais entusiastas da ditadura, negacionistas da ciência e fundamentalistas religiosos. Além de ter integrantes das equipes de governo, com aparelhamento do Estado, para atender interesses particulares de grupos que detêm poder econômico e dão sustentação política a esse projeto.

Na atualidade ocorreram muitas ações orquestradas, no intuito de enfraquecer e desestabilizar movimentos sociais, movimentos LGBTQIA+, dentre outros, na construção de identidades e lutas por cidadania e, há muitas publicações em redes sociais, na Internet e em canais de comunicação de rede nacional, que mostram que a disseminação de ódio na sociedade brasileira e no mundo tem se multiplicado. Esse comportamento tem motivado violência simbólica e física contra a diversidade sexual e a camada do povo brasileiro contrário às ações e manifestações contra preconceitos, discriminação contra o grupo LGBTQIA+. Essas ações contrariam e desejam enfraquecer todas as transformações, conquistadas do movimento LGBTQIA+, feministas, de mulheres, movimentos negros, dentre outros.

Em contraposição a esses movimentos, é necessário resistir e continuar a luta pelo que acreditamos. A pretensão é entender o gênero “como constituinte da identidade dos sujeitos. E aqui nos vemos frente a outro conceito complexo, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas: o conceito de identidade” (LOURO, 1997, p. 8).

Na verdade, todo sujeito que precisa reconhecer sua identidade sexual precisa entender que, para isso, é preciso compreender que esta deve ser a que melhor lhe convêm, que lhe atribua gênero e sexualidade mais confortável e prazeroso. Assim, poderá ter a certeza que esta não é uma decisão muito fácil e, certamente, será questionado, provocado por sujeitos que mostram insatisfações externas, alheias a sua realidade e mundo, mas que não deverá desistir e, sim, sustentar em si o desejo de se fazer enxergar como melhor lhe importar, o que melhor lhe satisfaz, num corpo que caiba toda sua perspectiva de ser gente, de ser humano.

Sobre isso, Bourdieu (2012) reconhece que as estratégias simbólicas são

Insuficientes para subverter realmente a relação de dominação”. Isto porque, as estratégias “acabam resultando em confirmação da representação dominante das mulheres como seres maléficis, cuja

identidade, inteiramente negativa, é constituída essencialmente de proibições, que acabam gerando igualmente ocasiões de transgressão. (2012, p. 43).

Desse modo, Bourdieu (2003, p. 26) define a violência simbólica como fruto da exposição prolongada e precoce das estruturas de dominação. Portanto, abrir espaços para discutir gênero e diversidade sexual na escola é muito importante e é urgente a construção de sentidos e de práticas que possam minimizar a (re)produção de preconceitos, discriminação e exclusão em relação a gênero, à sexualidade e diversidade sexual.

O trabalho de construção simbólica, conforme Bourdieu (2012, p. 33),

não se reduz a uma operação estritamente performativa de nomeação que oriente e estructure as representações, a começar pelas representações do corpo (o que ainda não é nada)". No pensamento bourdiano este é um fenômeno que "se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais.

Nesse sentido, a construção simbólica "tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero — e em particular todas as virtualidades biologicamente inscritas no "perverso polimorfo". Como pensa o autor, (2012, p. 33) "se dermos crédito a Freud, toda criança é — para produzir este artefato social que é um homem viril ou uma mulher feminina".

Através do discurso simbólico sobre a construção e as divisões conceituais dominantes, o negativo ficou sempre com a mulher. Esse binarismo homem e mulher, macho e fêmea, masculino e feminino, fortaleceu o domínio e a condição do gênero masculino, em detrimento ao gênero feminino, colocando sempre o negativo para a mulher.

Dessa forma, nossa sociedade foi e ainda é constituída nas distribuições de poderes e privilégios, estabelecendo sempre as divisões a partir do sexo macho e fêmea, em que o macho sempre teve o poder na família, na religião, na economia, enfim, na sociedade de modo geral. O homem se comporta sempre como o administrador e a mulher, a "dona de casa", a administradora do lar e quem tem o dever de cuidar dos/as filhos/filhas. Essa ideia chega também ao nosso espaço escolar, nos discursos de professores e professoras, nas ações de alunos e alunas, determinando as divisões de trabalho, ocupação de espaços sociais, como exemplo, para homens, ficam os espaços ocupados por engenheiros, médicos, advogados e, para mulheres, donas de casa, confeiteiras, enfermeiras, professoras.

Para Bourdieu (2012, p. 32),

Embora a ideia de que a definição social do corpo, e especialmente dos órgãos sexuais, é produto de um trabalho social de construção se tenha banalizado de todo por ter sido defendida por toda a tradição antropológica, o mecanismo de inversão da relação entre causas e efeitos, que eu tento aqui demonstrar, e pelo qual se efetua a naturalização desta construção social, não foi, a meu ver, totalmente descrito. O paradoxo está no fato de que são as diferenças visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino que, sendo percebidas e construídas segundo os esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações e valores.

As mudanças vêm acontecendo, o discurso se transformando e a comunicação dos modelos atuais de sucesso escolar não valem somente para o processo de troca simbólica entre homem e mulher, mas de igualdade de forças, em que as mulheres vêm conquistando seus espaços de trabalho, na família e sociedade. Há novas formas de se expressar na sexualidade entre homens e mulheres, e esse novo olhar, essa nova condição de ser de alguns indivíduos, gera violência, se não simbólica, muitas vezes, física, moral e psicológica.

As próprias estratégias simbólicas que as mulheres usam contra os homens, como explica Bourdieu (2012, p. 43),

[...] assim como, as da magia, continuam dominadas, isto porque, o conjunto de símbolos e agentes míticos que elas põem em ação, ou os fins que elas buscam (como o amor, ou a impotência, do homem amado ou odiado), têm seu princípio em uma visão androcêntrica em nome da qual elas são dominadas.

Esse discurso que surge na atualidade, principalmente na fala da composição de poder governamental e religioso vigente, no a mulher terá que ser submissa ao homem, voltando com força total a divulgação do poder patriarcal dominante.

Desta forma, percebemos em nossa sociedade o aumento das violências contra o feminino, e a mais grave destas violências é o feminicídio. Associado a este modo violento de poder machista, está o crescente aumento nos índices de violência contra homossexuais, transgêneros e travestis.

Na escola, a violência de gênero é um problema grave que atinge a comunidade escolar, principalmente quando está em questão a homossexualidade, principalmente por esta identidade de gênero ser de difícil diálogo entre os envolvidos no espaço coletivo desse universo, contudo,

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas,⁴ situações delicadas

e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, autoaversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado” (BRASIL, 2009, p. 14).

Como explica Britzman (1996, p. 74),

Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma relação social contraditória e não finalizada.

De acordo com Britzman (1996), será na evolução social do indivíduo que se dará a construção da sua identidade, a partir das convivências coletivas que o eu, o individual será a todo instante moldado, aperfeiçoado em suas experiências e vivências. A escola, como lugar coletivo de vivências e experiências, precisará buscar estratégias de prevenção e enfrentamento das violências em seu espaço múltiplo, no combate à homofobia, às agressividades, heteronormatividade, preconceitos, constituindo-se, portanto, como espaço de problematização de sentidos.

Como lugar de sociabilidades, de interações interculturais, solidariedade, convivência com a diversidade e respeito ao outro, na escola, não deve ser permitido atos/manifestações de violência, misoginia, autoritarismo, racismo, homofobia.

Em síntese, a homofobia pode ser definida como

[...] uma manifestação perversa e arbitrária da opressão e discriminação de práticas sexuais não heterossexuais ou de expressões de gênero distintas dos padrões hegemônicos do masculino e do feminino. Há várias expressões sociais da homofobia, desde os atos violentos de agressão física e restrição de direitos sociais até a imposição da exclusão às pessoas cujas práticas sexuais não são heterossexuais. A heteronormatividade da organização social fundamenta-se em falsos pressupostos de naturalização das práticas heterossexuais e no caráter desviante de outras práticas. Ou seja, apesar de haver uma relação de proximidade entre o silêncio sobre a diversidade sexual, a heteronormatividade e a homofobia, esses são três fenômenos sociais diferentes (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 52).

Essa violência homofóbica é uma manifestação frequente e cotidiana nos ambientes públicos e privados, inclusive nas escolas e exige uma compreensão crítica sobre a concepção arendtiana de violência e da relação entre poder, força, autoridade e o fenômeno da violência, termos tratados como sinônimos pela autora por serem fenômenos que possuem a mesma função. E a tirania sempre utiliza os instrumentos da violência, do poder, do autoritarismo, da força.

Arendt (2000, p. 215) explica

[...] que a tirania baseada nos instrumentos da violência e não na constituição do espaço para a liberdade, para pluralidade, para ação, torna-se “incapaz de engendrar suficiente poder para permanecer no espaço da aparência, que é a esfera pública; ao contrário, tão logo passa a existir, gera as sementes de sua própria destruição.

Para os autores Lionço, Diniz (2009) e Arendt (2000), referendados nesta pesquisa, esses são valores opostos e que nas mãos erradas, tornam-se instrumentos de opressão, preconceito, perversidade, crueldade, selvageria, brutalidade e, conseqüentemente de violências diversas e complexas. Assim, a violência de gênero ocupa espaços diversos na sociedade brasileira, nas famílias, religiões, na política e educação. Na escola, esse tipo de violência é um problema que se torna, ano após ano, mais grave, com circunstâncias que atingem a comunidade escolar, a todos os envolvidos nela, gestão, professores, alunos, funcionários e pais.

Segundo Andrade (2018, p. 67), “as violências em suas várias faces, muitas vezes, ocupam os espaços sociais, ao redor das escolas, dentro dos bairros de periferias e de outros ao redor dela”. E o perigo é ainda mais abrasante porque os espaços de periferias ganham visibilidade na mídia por seus altos índices de violência. Mas, até em pequenos acontecimentos impera a lei do silêncio, o medo da represália. Esse silêncio é um desafio a ser resolvido pelas unidades de educação, pois o mesmo é o motivador de violências simbólicas, representados pelas formas de submissão empregadas por indivíduos envolvidos do mundo da criminalidade. E nos entornos das escolas, as ações ilegais buscam espaços para adentrar a escola, calar a voz daqueles que sofrem opressão e repressão. Contudo, silenciar diante das diversas formas de agressão e violência, fará de uma gestão escolar refém da marginalidade e cúmplice das ações ilegais, que fogem às normas e regulamento educacional.

Embora a escola seja uma instituição social, que precisa abrir espaços de discussão sobre sexualidade e gênero, ainda são visíveis as relações de desrespeito, de violências e poder, que permitem distintas formas de preconceitos, sejam eles, raciais, étnicos, gênero e contra a homossexualidade. Todavia, a escola precisa tomar decisões a favor de ações que permitam dimensão formativa, libertadora e promotora do sujeito para a convivência de respeito entre os alunos e toda a comunidade escolar.

Dessa forma, podemos dizer que, a partir da escola, é possível compreender gênero, mas este é um desafio e uma proposta que exige pluralidade de conhecimentos, para permitir aos alunos envolvidos, desconstruir conceitos preestabelecidos em suas culturas familiares e religiosas, originadas pela colonização nos diversos espaços de uma sociedade

patriarcal e sustentada pelo poder capitalista e economias simbólicas de mando/desmando e poder arbitrário.

É preciso combater conceitos produzidos por uma sociedade que mantém uma errada compreensão sobre sentimentos originados pelos indivíduos sobre seus corpos sexuados e que, até então, parecem errados ou considerados como pecados.

A desconstrução da heteronormatividade empregada e sustentada como ideal, é a que, através de diálogos, usa meios e técnicas que possibilitam a compreensão de que a homossexualidade não é uma exceção, um desvio, uma inversão sexual.

Esse é um processo que demanda tempo, respeito, abertura e espaço para esse novo entendimento e percepção de cada um e do coletivo. É preciso entender que a identidade sexual existe e não pode ser compreendida como um crime, uma imoralidade, um pecado, uma doença.

Sousa Filho (2009, p. 97) afirma que simples é ver que o preconceito age em círculo e a homossexualidade é, a priori, encarada como “inversão”, “desvio”, “anormalidade”, perversão” e, assim, suas supostas “determinações” não são compreendidas como determinações de uma escolha objetual normal e saudável (uma escolha entre outras, supostamente quando haveria uma compreensão sem juízo de valor), mas, diferentemente, como “causa” de um “problema”, de um “desvio” no âmbito da sexualidade dos indivíduos.

Por isso, é preciso desconstruir a visão/concepção da/na escola de que destruir a identidade sexual do sujeito é a oportunidade de curar doenças identificadas na personalidade, no emocional e no corpo de muitos adolescentes e jovens que identificam na unidade educacional o momento para mudar seus conceitos e pensamentos sobre si mesmos e expressar suas carências, se mostrar, falar, manifestar, compreendendo e respeitando seus direitos e dos outros, valorizando principalmente o seu direito de confissões, que em seus lares e religiões não encontram espaço para isso.

Ademais, a escola precisa agir de modo a impedir a crescente violência contra as populações femininas, LGBTQIA+ e o aumento da intolerância religiosa que, muitas vezes, é o estopim da explosão violenta entre jovens que, diversas vezes, são oprimidos, desrespeitados, incompreendidos nas relações familiares, religião e grupo de amigos.

Nesse contexto, Lopes, Figueredo e Barbosa (2016, p. 16) nos diz:

O enfrentamento dessas formas de violência exige, portanto, a abordagem interdisciplinar do complexo fenômeno da sexualidade. A promoção de direitos e a igualdade sexual e de gênero passam por questionar

dinâmicas de (re)produção de preconceitos e exclusões sociais através de ferramentas conceituais adequadas e precisas.

Atuando nessa perspectiva, a escola estará cumprindo seu papel libertador, formativo e educador, sendo vetor de transformações. Para cumprir esse papel, segundo Andrade (2018, p. 69), cabe a escola garantir a formação continuada de seus professores e promover encontros para a atualização de conhecimentos sobre temas atuais.

Desse modo, a escola deve cumprir as suas funções pedagógicas, sociais e políticas e buscar mudanças necessárias à transformação da escola, historicamente, autoritária, conservadora e fragmentada. Essas características da escola são reveladas nas suas relações de poder e de exclusão social.

Por fim, lembramos que conceituar violência e, especialmente a violência de gênero, torna-se muito complexo, por ser tanto uma como a outra, fenômenos que envolvem múltiplos fatores, múltiplas faces, culturas, atitudes e comportamentos.

Portanto, a concepção de atitudes agressivas e intolerantes, e essas direcionadas ao desrespeito por um sujeito que apresenta corpo, comportamento e maneira de se portar diferente ou divergente do dito normal, deverá ser avaliada observando cada caso e cada atitude, visto que, na verificação e análise do fato, o avaliador seja ele, da gestão, coordenação pedagógica, professor e/ou aluno, poderá verificar uma defesa, uma recusa ou até mesmo uma indiferença.

2.4 Políticas Públicas para a diversidade sexual, produção de subjetividades e desconstrução da heteronormatividade na escola

Para pensar a escola na contemporaneidade é preciso debruçar sobre os desafios que nela encontramos, suas práticas e concepções de educação e ensino e, principalmente, entendê-la como um espaço multifacetado, divergente e, ao mesmo tempo, coletivo. Apesar das características colonialistas, patriarcais e autoritárias, a escola é considerada um ambiente propício para o incentivo à divulgação e à promoção da cultura, do reconhecimento identitário, plural e capaz de produzir comportamentos, atitudes e modos de ser distintos de cada indivíduo.

A partir desse entendimento, neste item 2.4, consideramos a relevância de tratar das Políticas Públicas para a diversidade sexual, produção de subjetividades e desconstrução da heteronormatividade na escola, abordando conhecimentos sobre a diversidade sexual e a desconstrução da heteronormatividade e combate à LGBTQIA+fobia, na sociedade e

escola brasileira. Nessa perspectiva, é preciso enfrentar os desafios, pois, tratar dessa temática no espaço escolar, exige o reconhecimento da existência de múltiplas faces, valores e conceitos, promotores de divergências e contradições.

A abordagem sobre a diversidade sexual e de desconstrução da heteronormatividade e combate à LGBTQIA+fobia na sociedade e escola brasileira tem como meta as boas práticas no relacionamento social e comunitário. A pluralidade de sujeitos que caracterizam o contexto educacional, precisa dialogar sobre conceitos e (pre)conceitos e buscar desconstruir concepções que se tornam representação da normativa machista, desconstruindo preconceitos de gênero, etnia, raça, geradores de discriminação, desrespeito e motivadores de violência, seja ela, física ou simbólica.

As adversidades podem ser identificadas na relação escolar, na convivência diária. Por isso, a escola deve atentar-se para essas questões, percebendo que os seus alunos devem ser orientados para participarem de movimentos dinâmicos do ensinar e do aprender da condição humana para a cidadania, na relação com a diversidade e respeito ao outro.

As relações sociais que permeiam as instituições escolares contribuem para medir e qualificar o clima escolar, definido como “a qualidade do meio interno que se vive numa organização” (ABRAMOVAY, 2003, p. 19). Por ser multifacetada, diversa, divergente, coletiva, a sociabilidade numa instituição escolar, principalmente pública, pode ser excludente e tendenciosa, mas também pode ser um local de pertencimento, cuidado, atenção, amparo, proteção, de escuta e acolhimento.

Além disso, a pluralidade que constitui o corpo discente de uma escola pode resultar em divergências, conflitos, contradições, mas também, em amizades e afetividades harmoniosas e, ao mesmo tempo, pode haver aversão, violência, desrespeito, porque tudo muda numa instituição educacional, principalmente quando os envolvidos são adolescentes e jovens. Sabemos que nem sempre as relações construídas na escola se perpetuam como negativas ou positivas, pois, no ambiente educacional, onde indivíduos se manifestam, se constroem/desconstroem, podem apresentar diversas formas e condições de expressão individual, causando em alguns no coletivo, descontentamentos, tristezas, angústias e alegrias.

Assim, as adversidades permitem identificar os sujeitos da relação escolar, numa convivência diária, num movimento dinâmico do ensinar e do aprender. Esses sujeitos são divergentes em seus comportamentos, mas em muitos momentos cúmplices. Os alunos, interlocutores da pesquisa, por possuírem idades entre 15 e 20 anos, estão em

transformações e mudanças físicas e fisiológicas inerentes a esta fase da vida podendo ser percebidas alterações psicológicas, sobretudo na forma de pensar, sentir e experienciar as diversas situações com que se deparam ao longo dessa etapa de vida e no contexto educacional.

Em se tratando das etapas da vida humana, destacando a adolescência, buscamos Abramovay (2003, p. 27), quando lembra que “a percepção de um jovem sobre as atitudes do outro é importante para a compreensão sobre os modos como se constroem as identidades escolares”. Na pesquisa sobre gênero e violência, a autora fala sobre essa questão, afirmando que quando os estudantes falam de seus colegas, as condutas negativas e positivas se alternam, demonstrando a diversidade dos relacionamentos.

Nesta faixa etária de vida, a puberdade está em ebulição, os diálogos acabam sempre sobre a sexualidade, corpos e sexo. Nesse contexto, os adolescentes, sem se conhecerem e com os diálogos em construção que, às vezes chocam com a realidade um do outro, com seus modos de pensar, tornam-se muitas vezes conflituosos. E, por diferentes motivos, alguns deles apresentam comportamentos mais reservados, enquanto outros são mais invasivos. Esses são os indivíduos que podem experimentar a construção e a desconstrução de parâmetros marcadores de conceitos, dentre esses, o da identidade de gênero.

Na verdade, a forma de relação entre adolescentes e jovens é fundamental para as futuras construções de sociabilidades, de identidades. As conexões entre eles, principalmente no universo escolar, tornam-se complexas, diversas, múltiplas, plurais e, muitas vezes, apresentam-se contraditórias e divergentes, principalmente porque cada um vem de formação diferente, valores familiares e religiosos distintos.

Contudo, é no cotidiano do ambiente escolar, ou seja, no dia a dia da escola, que os alunos e alunas vão criar o que Abramovay (2003) vai chamar de “microsistema dos iguais”. Um espaço onde eles próprios criam seus códigos e estabelecem regras para os comportamentos, atitudes, crenças e valores, realçando, a partir daí, diferenças e oposições nas formas de pensar, agir, falar, que podem causar conflitos.

Dessa forma, configuram-se amizades, companheirismos ou somente o fato de “ser colega”. Outra conexão que a escola precisa equilibrar é com a família, com os pais e responsáveis dos alunos, principalmente os dos menores em idade. Costuma-se dizer que a educação dos adolescentes e jovens não tem sucesso se a escola e a família, juntas, com

decisões compartilhadas, não buscarem equilíbrio e respeito na condução, na construção e estabelecimento da mesma.

No processo ensinar e aprender, na relação entre alunos, a equipe pedagógica e administrativa, a gestão de uma escola deverá administrar as relações, aprendizados e dificuldades que o meio desenvolve no interior dos indivíduos envolvidos na educação. A família, o local de residência do adolescente e do jovem, o entorno da escola, as religiões, as relações extramuros escolares (violência e droga são as mais prejudiciais), trazem para dentro da escola situações que podem motivar conflitos e violências e, uma delas é a incompreensão e a intolerância familiar e religiosa.

Conforme Abramovay (2003, p. 32), a relação entre a família e a escola é definida para diversos autores, como uma convivência complexa e, por vezes, assimétrica. Salienta-se que a interação entre os atores da escola e os familiares dos estudantes é permeada por conflitos de diferentes ordens, em que há distintos interesses e visões de mundo que, frequentemente, caminham em direções opostas.

Além disso, a desestrutura familiar, muitas vezes, formata o indivíduo e esse chega à escola com vários problemas, vícios e desajustes de conduta, seja de cunho psicológico, emocional ou moral. Em muitos casos, identificamos relações de desrespeito, preconceitos, intolerâncias e, a partir disso, a violência simbólica (linguagem, gestos, expressões) também se manifesta causando danos, na maioria das vezes, irreparáveis. E são muitos os conflitos, problemas, violências, agressividades, sofridas por muitos adolescentes e jovens, através de pais desequilibrados, ignorantes, mal formados ou desorientados que, com suas ações e comportamentos agressivos e ignorantes, geram filhos cheios de problemas e depositam na escola todas essas condições, querendo que a escola corrija, repare a educação do lar que é obrigação familiar.

A função da escola é a formação e educação formal e científica do aluno, sua formação humana, social, a sua colaboração com a construção da cidadania e da condição humana do indivíduo e contribuições na produção de subjetividades.

E, nesse caso, podem abrigar

O sujeito ao jogo dissimulado da duplicidade. As pessoas encontram-se no “entre-lugar”: aquele que traz para as suas práticas, a sensibilidade e os saberes das identidades que acumulam, mas, por conhecer os códigos predominantes da escola, optam por manter-se, ao olhar do outro, nas identidades legitimadas e reconhecidas para esse espaço (CAETANO, 2008, p. 161).

O problema é que na escola, dentro da escola e, também, produzidas pela escola, estão as manifestações de violências que se apresentam de forma diversa, multifacetadas, complexas e se multiplicam no cotidiano da escola, inclusive a violência simbólica.

A violência simbólica, segundo Bourdieu (1989), é aquela que se configura por meio da utilização de símbolos – em particular da linguagem – que seduzem as vítimas, tornando-as cúmplices da violência que sofrem, sem que se deem conta do fato. Para o autor, os “sistemas simbólicos” se estruturam nas relações de poder, sem que, necessariamente, se tenha que empregar a força para conseguir a dominação.

A partir desse contexto, o estudante traz de fora para dentro da escola, seus problemas e seus desequilíbrios, suas falas, sua linguagem, suas expressões e gestos. E assim, por conta de suas in experiências e convivências com os costumes e cultura local, a formação familiar e religiosa, estes não conseguem conviver com respeito e tolerância, provocando muitas vezes ações de violência, simbólica ou física, linguística e gestual contra aqueles que estão construindo suas identidades, tanto sexual, quanto de gênero.

Os alunos que apresentam trejeitos e comportamentos femininos ou masculinos ofendem aqueles que trazem na sua bagagem de conhecimento o resquício do colonialismo, do patriarcado, das crenças religiosas, da religião e suas fundamentações, gerando desta forma, várias manifestações de preconceitos e intolerância, dentre esses o racial, étnico e a do preconceito de gênero e sexualidade.

No espaço educacional, não é tarefa fácil buscar desconstruir os discursos e as práticas e, para isso, as tomadas de decisão coletiva e compartilhadas com a comunidade local são necessárias, pois, as transformações que o mundo vem realizando, não cabe mais preconceitos e violências originadas pelos discursos e falas preconceituosas, excludentes. É preciso democratizar os espaços sociais, exercer a cidadania, a solidariedade e o respeito a diversidade.

Os desafios são enormes e complexos. E, um desses desafios é que encontramos muitas barreiras para os espaços de diálogo na escola, principalmente quando se refere a temas importantes que tratam da homossexualidade, homofobia, sexualidade, gênero e, até mesmo, sobre o sexo, sexualidade, gênero.

Além das dificuldades que são da própria escola, a família e suas tradições religiosas criam barreiras para a escola que quer dialogar sobre esses assuntos, criam dificuldades emocionais e psicológicas nos seus filhos. Observamos que, a cada dia o número de alunos desequilibrados emocionalmente, se automutilando, fechados em seus

armários ou mundos ocultos são expressivos, mas, já observamos mudanças e transformações sobre essa questão, a partir das contribuições de estudos, pesquisas e movimentos que se multiplicam a favor dessas transformações sociais.

É preciso compreender que a escola é um lugar apropriado para entendermos os processos pelos quais passamos, para a participação em lutas, conquistas e resistências. É na escola que, desde a educação infantil, somos ensinados à socialização, para conviver com a diferença e a diversidade nos espaços-tempos educacionais. Contudo, infelizmente, não podemos deixar de destacar que,

No contexto brasileiro, podemos observar uma onda de retrocessos, que atingiu todo o país, seguindo a agenda neoliberal, com perseguição a partidos políticos e a entidades representativas das lutas pelos direitos humanos, ao Movimento Sem Terra, aos povos indígenas, aos militantes políticos, entre outros em situação de vulnerabilidade social, além da política de não cumprimento da preservação do meio ambiente, fatos esses destacados na imprensa nacional e internacional. (SILVA; SILVA, 2021, p. 60-61).

A partir desse entendimento, é possível dizer que, lutar contra todo tipo de discriminação é dever de todo cidadão e o educador comprometido com a formação da condição humana de seus alunos, tem não somente o dever de ensinar conteúdos curriculares, mas também de educar.

Por isso, todos que sentem na pele a condição de quem em algum momento foi excluído, marginalizado, certamente toma decisões importantes e tem consciência da exigência de transformação social. E buscar direito, ter direitos é um condição de todo cidadão e, principalmente, quando sente na pele a violência da rejeição, da exclusão por ser diferente dos demais, por não possuir sentimentos e desejos da mesma forma que a maioria.

Lopes, Figueredo e Barbosa (2016), nos diz que:

As décadas finais do século XX foram de inédita efervescência no que concerne à atuação dos movimentos sociais ligados à sexualidade e à identidade de gênero... Sobretudo o movimento pelos Direitos Civis da população negra nos Estados Unidos, os movimentos feministas e os movimentos de lésbicas e homossexuais reivindicaram demandas antes associadas à vida privada, como o direito ao próprio corpo, à existência livre de violência racial e a liberdade de expressão do desejo sexual. (LOPES, FIGUEREDO e BARBOSA, 2016, p. 17).

Ser homossexual não abre precedente para ser tratado com indiferença, repressão ou violência. O homossexual é um ser humano igual a todos, o que os difere é sua sexualidade, seu gostar e seus desejos, que não têm que atender a heteronormatividade de

ninguém. Vivemos uma pluralidade de culturas, raças, sexualidade e identidades. O gênero que melhor define o indivíduo, será o que moldará o corpo sexuado do mesmo.

No Brasil dos últimos dias, o discurso é ser heteronormativo, pois o que destoa dessa realidade dita como “normal” é identificada como “errado, anormal”. Desta forma, é crescente nas notícias de jornais e em rede social em nosso país, a crescente exclusão da população LGBTQIA+ dos seus direitos de ir e vir, de se manifestar, até mesmo o direito a vida.

De acordo com Lopes, Figueredo e Barbosa (2016, p. 18), heteronormatividade é:

regime social que coloca como norma, que todas e todos devem se adequar, a linearidade obrigatória entre sexo, gênero e sexualidade. Segundo essa lógica, pressupõe-se, em todas as instituições sociais, que todas as pessoas devem ser criadas para terem um sexo bem definido, ao qual corresponde um gênero específico e uma orientação sexual heterossexual.

Desta forma, o sexo é visto somente no binarismo macho x fêmea, homem x mulher, outras formas de diversidade sexual serão negadas. Uma tentativa do enquadramento dos corpos somente nessa divisão biológica.

Lopes, Figueredo e Barbosa (2016) ratifica que “as ciências biomédicas têm, nos últimos séculos, tornado a ideia do sexo mais complexa, buscando características sexuais não apenas na genitália, mas também em gônadas, órgãos internos, estruturas anatômicas externas, cromossomos, e até mesmo no cérebro.” Conforme as autoras, o que esses novos estudos afirmam é que o sexo não pode ser dividido de forma binária – macho e fêmea – pois, as estruturas biológicas são muito mais diversificadas do que essas duas possibilidades, abrangendo, por exemplo, arranjos como os dos corpos das pessoas intersexo.

Retomando o conceito de heteronormatividade, perguntamos: Todo o mundo é hetero? Todos precisam ser heteros? Nesse questionamento procuramos mostrar que é necessário rever a construção dos conceitos. Nas famílias, as denominadas tradicionais, religiosas, o processo começa na infância, o padrão normal de sexualidade, inicia-se assim a limitar os corpos nos modelos masculino e feminino.

Quando os pais processam na cabeça dos filhos que eles são príncipes, quando bebês já encontram as futuras namoradas, será jogador de futebol e as meninas as princesinhas, brinquedos ligados ao fazer doméstico e materno, explicitamente ficionam na cabeça dos filhos, até demonstrando a sexualidade de personagens literários, heróis masculinos e femininos, já os considerando como héteros.

O sentimento empregado pelas igrejas, escola e família sobre a heteronormatividade mostra a visão de que todo mundo é hétero, que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, “filho vivo é macho, de outra forma, prefiro ver morto”. Essas manifestações são inculcadas na cabeça de adolescentes e jovens como verdade a ser defendida pela família e igrejas, uma verdade que está na palavra de Deus. Esse Deus, que é liberdade, justiça, amor e fraternidade, é transformado em opressor e inquisidor, o medo do pecado e do fogo eterno faz dos jovens pequenos inquisidores e ateadores de lenha nas fogueiras medievais. Dessa forma, os alunos chegam às escolas, cheios de verdades indubitáveis e irrefutáveis, sem condições de dialogar com outros conhecimentos, valores, práticas e vivências científicas ou de vida.

Assim, a ciência é colocada de lado, sendo desacreditada, pois a verdade já está com eles, que acreditam que esta os libertará. Disso tudo, surgem as diferenças e com elas os diferentes, excluídos das relações, violentados muitas vezes por preconceitos, palavras e ações. Os invisíveis sociais, que só são apontados para serem escarneados, violentados, amaldiçoados e condenados e, muitas vezes, até a morte. Antes disso, muitos se automutilam, se punem, autoflagelam.

Para encontrar espaço de diálogo, os indivíduos precisam estar e se sentir em comunidade, respeitados e ou muitas vezes protegidos, seguros. Para isto, os sujeitos que se identificavam homossexuais criam comunidades, guetos. Na atualidade, com os sentimentos transformados, essas pessoas estão inseridas em muitas instituições, principalmente na escola, que para muitos é o lugar da segurança, da proteção e do acolhimento.

[...] uma “verdade” só aparece quando pode aparecer. Em um dado momento, um conjunto de circunstâncias se combina e possibilita que algo seja admitido como verdade. Esse conjunto de circunstâncias está atravessado e ordenado por relações de poder. Sendo assim, é possível compreender que determinadas relações de poder permitem que determinadas “verdades” (e não outras) apareçam. Daí que os saberes ou os enunciados “verdadeiros” em torno dos quais vivemos e com os quais lidamos cotidianamente precisam ser analisados em função das estratégias de poder que os sustentam. Isto vale para as teorias, as leis ou as regras do passado, mas deve valer também para aquelas que hoje abraçamos, para aquelas que nos mobilizam e nas quais apostamos. (BRASIL/MEC/SECAD/UNESCO, 2009, p. 76).

Assim, na escola, as verdades podem ser confessadas, como nos indica Foucault (1988), as intimidades podem ser compreendidas e confiadas, se constituindo em poder.

Nesse sentido, ocorre o empoderamento de vivências, de comportamentos respeitados, de corpos que se ajustam a sexualidade desejada, na igualdade de falas e discursos, no respeito conquistado pela verdade encontrada neste ambiente formativo.

Conforme o livro *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos* (SECAD/MEC, 2007, p. 12), as preocupações em torno das sexualidades, das homossexualidades e das identidades e expressões de gênero também não são novas no espaço escolar. No entanto, no Brasil, só a partir da segunda metade dos anos de 1980, elas começaram a ser discutidas mais abertamente no interior de diversos espaços sociais – entre eles, a escola e a universidade (sobretudo nos programas de pós-graduação, a partir dos quais se constituíram núcleos de estudos e pesquisas sobre Gênero e a área de Estudos *Gays* e *Lésbicas*).

Contudo, até então, nas escolas, quando os temas relativos à sexualidade apareciam no currículo, ficavam circunscritos às áreas de Ciências ou, eventualmente, a Educação Moral e Cívica. Atualmente, a disciplina Projeto de Vida enseja um diálogo sobre o tema.

Na construção desta disciplina, em sua ementa, constitui eixo principal analisar as preocupações sobre a construção de sujeitos e suas conexões, que estão entre a vivência com a família, religião, cultura local, onde estes sujeitos estabelecem suas formações iniciais. Nos indivíduos, que são constituídos de corpos, gêneros e sexos, deverão observar os envolvidos que os mesmos desejam nos programas pedagógicos do dia-a-dia escolar e as políticas públicas inerentes aos processos de construção individuais, pensadas, dialogadas e postas em práticas, pelo Governo e suas Instituições. Tais anseios, particularmente, convém o propósito de ser a escola um espaço de normalização, disciplinamento e ajustamento heteronormativo de corpos, mentes, identidades e sexualidades.

Segundo Louro (2001, p. 542):

Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as ‘novas’ práticas, os ‘novos’ sujeitos, suas contestações ao estabelecido.

Não há mesmo como ignorar as transformações da atualidade, principalmente quando os alunos estão mais firmes nos propósitos e ideias em que querem ser, realizar, se

mostrar e serem vistos. Os modelos inúteis e as formas inoperantes não são mais os queridos e os requeridos pelos jovens, estão ultrapassados e sem configuração com o real.

Faz necessário agora, analisar, observar, perguntar, sugerir os caminhos por onde seguir para a conquista da confiança, para abertura de diálogo. O olhar do professor precisa ser mais sensível, contra o poder autoritário e a linguagem utilizada precisa ser a que mais se aproxima do entendimento do aluno para trazer confiabilidade, contra julgamentos e punições. O diálogo, o acolhimento e a construção do sujeito devem ser valorizados no espaço escolar e não pode correr o risco de perder os objetivos da formação do cidadão. As práticas de ideologias conservadoras e de extrema direita, de manipulações e opressão devem ser combatidas pelas linguagens utilizadas pela escola.

Os discursos e manifestações produzidas sobre “meninos vestem azul e meninas rosa”, “homossexuais são "doentes" e que sexo entre mulheres é aberração não cabem mais na sociedade atual.

A escola pode contribuir com discursos que manifestem conhecimentos contrários a esses pensamentos, buscando desconstruir e derrubar formas de exclusão do outro – a diferença, formas de produzir desrespeito e preconceito, modos de motivar a violência contra o homossexual, a comunidade LGBTQIA+ e as pessoas que se juntam na defesa da vida, dos direitos e da justiça social. Isso tudo repercute nos alunos que chegam às escolas com a formação religiosa e moral preconceituosa, racista, violenta e normativa, pensamentos que disseminam ódio e exclusão e que, na maioria das vezes, são reproduzidas pelos pais e/ou responsáveis e são idealizados, de ações e atitudes preconceituosas, excludentes e homofóbicas.

Por tudo isso, é necessário que as Escolas, as Universidades, cada vez mais, proponham projetos científicos e pedagógicos que possam motivar diálogos, construtores de novos comportamentos dos alunos, viabilizando as relações de respeito e dignidade. Mas, é preciso que surjam mais possibilidades de políticas públicas, que garantam as individualidades e as identidades dos sujeitos homossexuais, negros, de outras etnias e religiões. É preciso combater a violência, o desrespeito e buscar o entendimento de que é preciso valorizar a justiça, a igualdade de direitos na sociedade.

PARTE III**UMA DESCRIÇÃO DO MATERIAL, MÉTODOS,
PROCEDIMENTOS E PERCURSOS DA PESQUISA**

[...] metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

Minayo (2007, p. 14).

3. Uma descrição do material, métodos, procedimentos e percursos da pesquisa

Nesta Parte III da dissertação apresentamos a metodologia da pesquisa e o modo como ela está estruturada, mostrando os seus percursos teórico-metodológicos e conceituais e, nessa perspectiva, foram abordadas as etapas e fases da investigação, inclusive a entrada no campo e como foi feita a busca de dados para compreender melhor a realidade pesquisada.

Para melhor clareza, apresentamos tópicos e subtópicos para explicar o conjunto de procedimentos metodológicos organizados, a partir do tema e dos objetivos traçados pela pesquisa, que ajudaram na investigação do problema apresentado, mostramos ainda, o material e métodos e de que modo foram realizados a coleta, o tratamento, a análise e a interpretação dos dados recolhidos no campo, assim como a análise de resultados e discussão.

3.1 Material, métodos e procedimentos metodológicos

Este subtópico está estruturado para apresentar material, métodos e os procedimentos metodológicos, pensados e organizados de acordo com os objetivos estabelecidos e que auxiliaram na investigação, a fim de responder o problema apresentado por esta dissertação. Para tanto, apresenta o material, os métodos, instrumentos de coleta de dados, formas de abordagem e de que modo foram realizados o tratamento, a análise e a interpretação dos dados.

Para melhor compreensão dos procedimentos metodológicos, retomamos o objetivo principal que analisou a percepção de professores e alunos do ensino médio do Centro Estadual de Educação Profissional em Biosaúde e Segurança - CEEPBS, sediado no Sul da Bahia, com foco na violência de gênero, tendo como recorte, a homofobia/LGBTQIA+fobia nas relações de interações e sociabilidades entre alunos no cotidiano escolar, observando o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa (professores e alunos) sobre os termos homossexualidade, gênero, sexualidade, preconceitos, discriminação e brincadeiras em torno de alunos que são ou parecem ser homossexuais/transsexuais, além de observar de que modo a escola busca (ou não) combater a LGBTQIA+fóbica no espaço escolar.

De acordo com a sua natureza e conjunto de procedimentos técnicos, esta pesquisa foi classificada em abordagem teórica, com o propósito de construir os fundamentos

teóricos para explicar este estudo, o que foi importante para fundamentar a base conceitual utilizada pela investigação, tratando da seleção de autores referendados e discutidos nesta dissertação, contribuindo dessa forma, para estabelecer as bases teóricas na elaboração do problema e a proposição da pesquisa.

A pesquisa teórica apoiou-se na abordagem bibliográfica, buscando fontes da literatura branca, consultando livros, periódicos amplamente difundidos e disponíveis sobre o tema/objeto de estudo e apoiou-se também na literatura cinzenta que demandou mais pesquisas para a sua localização e recuperação. Realizou ainda, análise documental da legislação vigente e pertinente ao problema, para aprofundar conhecimentos sobre conceitos, concepções, definições e selecionar categorias teórico-conceituais de análise que foram utilizadas para auxiliar na realização da pesquisa de campo.

É importante destacar que uma pesquisa é sempre uma longa viagem, na qual precisamos estar atentos para ouvir, escutar, valorizar o olhar distanciado e, muitas vezes, observamos e procuramos desvelar e vasculhar lugares e espaços muitas vezes já visitados, observados. Para Minayo (1993, p. 87), “o método orienta o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”.

Assim, fomos orientados, buscamos um espaço e lugar já visitado, mas nada é igual, absolutamente original, acabado. Essa é a diferença de um modo diferente de olhar, auscultar, ouvir, pensar e dizer sobre determinada realidade, a partir de um novo olhar, de uma nova experiência e de uma apropriação do conhecimento que, certamente, são muito pessoais.

A partir dessa forma e compreensão sobre a realidade pesquisada, tomamos decisão pela realização da abordagem de campo que analisou a percepção de professores/as e alunos/as sobre a violência de gênero, tendo como recorte a LGBTQIA+fobia nas relações de interações e sociabilidades entre alunos no cotidiano escolar. Nessa perspectiva, observou o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa (professores e alunos) sobre a homossexualidade e o que tem feito a escola-campo para combater (ou não) (pre)conceitos e discriminação contra pessoas homossexuais no cotidiano escolar.

De acordo com Gil (2002, p. 53), a pesquisa de campo,

Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias... Como é desenvolvido

no próprio local em que ocorrem os fenômenos, seus resultados costumam ser mais fidedignos.

Além disso, foi possível entender que,

O estudo de campo apresenta muitas semelhanças com o levantamento. Distingue-se, porém, em diversos aspectos. De modo geral, pode-se dizer que o levantamento tem maior alcance e o estudo de campo, maior profundidade. Em termos práticos, podem ser feitas duas distinções essenciais. Primeiramente, o levantamento procura ser representativo de universo definido e oferecer resultados caracterizados pela precisão estatística. Já o estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa (GIL, 2002, p. 52- 53).

A decisão para realização da pesquisa de campo, de acordo com os objetivos, foi pela pesquisa exploratória e descritiva. Quanto a forma da abordagem do problema é de base qualitativa, mas que, nesta dissertação, buscou uma aproximação conceitual com apoio da abordagem quantitativa, que se constitui como uma abordagem pertinente e adequada, pois permitiu o aprofundamento exigido na busca do conhecimento sobre a violência de gênero – a LGBTQIA+fobia no campo pesquisado.

Segundo Gil (2017, p. 33), as pesquisas descritivas “têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis e

têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade.” (GIL, 2017, p. 42).

A decisão pela pesquisa qualitativa justifica-se porque este tipo de abordagem objetiva analisar o conteúdo da pesquisa e, considerando essa compreensão foram verificadas as categorias violência, gênero e sexualidade, além de outras que surgiram ao longo deste percurso (GIL, 2017). A pesquisa utilizou como técnica, a análise de transcrição de entrevista semiestruturada, notas de campo de observação *in loco*, direta,

assistemática e sistemática e formulário fechado e aberto aos interlocutores, professores/as e alunos/as.

No decorrer da investigação, com a análise qualitativa, foi possível descrever o fenômeno investigado, com análise cuidadosa - a violência de gênero – homofobia/LGBTQIA+fobia. Nesse processo, buscamos entender conceitos, definições e concepções de diferentes autores relacionados ao tema, a exemplo de homossexualidade.

Sobre a utilização da pesquisa qualitativa, Gil (2017, p. 42) explica que,

algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

Para Minayo (2003), a pesquisa qualitativa

responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para a técnica de coleta de dados, os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, sendo que a bibliográfica ocorreu durante todo o percurso da pesquisa, de março de 2021 a março de 2023, consultando diferentes publicações nacionais e internacionais pertinentes ao tema/objeto de estudo e problema, com foco nos objetivos estabelecidos.

A determinação pelo Centro Estadual de Educação Profissional Biosáude e Segurança – CEEPBS, como campo de pesquisa, deve-se ao índice de violências que ocorrem no seu cotidiano, com diferentes faces, segundo conversa informal com a gestão da escola (diretores e coordenadora pedagógica). Esse diálogo foi necessário para identificar se o objeto de estudo fazia parte desse espaço e, assim, justificar a sua escolha como campo relevante para realização da investigação. Assim, foi delineado nosso campo de pesquisa.

A Escola possui direção geral, composta por dois vice-diretores, um pedagógico e outro administrativo financeiro, uma coordenadora pedagógica, cinquenta e oito professores (desses, 10 professores decidiram pela participação da pesquisa), quinze

funcionários entre a recepção/secretaria e apoio administrativo. O pesquisador é gestor administrativo e financeiro dessa escola, portanto, faz parte da gestão escolar.

É importante destacar que a escolha pelo campo de pesquisa mostrou limitações pelo fato de o pesquisador atuar como vice-diretor administrativo e financeiro na escola, mas é mister ressaltar que não provocou problemas com a coleta de dados, uma vez que a coleta ocorreu através de conversas informais, observação *in loco*, direta, assistemática e sistemática e aplicação de formulário fechado e aberto aos/às interlocutores/as e esses instrumentos foram sendo aplicados no período de maio de 2001 a novembro de 2022.

O pesquisador trabalha nesta escola desde 31 de janeiro de 2016 aos dias atuais e, desde esse período, devido às suas atribuições na escola, tem observado e acompanhado o movimento entre alunos, professor-aluno, pais de alunos, coordenador-professor, funcionários técnico-administrativos e outros que compõem a comunidade escolar, o local e suas representações, formas de relações sociais e escolares, principalmente atuando no Colegiado Escolar no segmento gestor.

A partir desse entendimento e tomada de decisão pela escolha da abordagem teórica e de campo, esta pesquisa foi dividida em 3 etapas para a sua realização, a saber: Etapa – da elaboração do projeto de pesquisa; a Etapa II que foi dividida em duas Fases. A Fase I – da elaboração do marco teórico da pesquisa e a Fase II - da pesquisa de Campo e Etapa III – da escrita, revisão e defesa da dissertação.

3.1.1 Etapa I – da pesquisa exploratória e elaboração do Projeto de Pesquisa

A Etapa I, da pesquisa exploratória, foi feita entre os meses de março de 2021 e setembro de 2022 e a intenção foi de elaboração do projeto de pesquisa. Assim, foi realizada uma revisão da literatura existente sobre o tema/objeto de estudo, uma revisão sistemática de dissertações e teses que tratam da temática violência de gênero, com recorte para a LGBTQIA+fobia na escola e uma revisão bibliográfica da literatura existente sobre o tema/objeto de estudo.

É importante destacar que, no início da Etapa I, foi tomada a decisão de realizar um levantamento de dados para a elaboração do projeto de pesquisa e, para isso, foi realizada a abordagem exploratória, com apoio da revisão de literatura, para delimitar tema/objeto de estudo, formular o problema principal e estabelecer os objetivos da pesquisa, além da construção da justificativa/problematização do tema, o método, técnicas e instrumentos de

coleta de dados, população, amostra de colaboradores/participantes da pesquisa que, aqui neste estudo, denominamos de interlocutores da pesquisa – professores e alunos da escola-campo.

A revisão de literatura foi um processo necessário para elaboração do projeto de pesquisa, pois sem esta etapa, poderia colocar em risco a qualidade teórica da pesquisa. De acordo com Echer (2001), em seu artigo *A Revisão de Literatura na Construção do Trabalho Científico*, o pesquisador

deve acreditar na sua importância para a qualidade do projeto e da pesquisa e que tudo é aproveitável para os relatórios posteriores. Na elaboração do trabalho científico é preciso ter uma ideia clara do problema a ser resolvido e, para que ocorra essa clareza, a revisão de literatura é fundamental (ECHER, 2001, p. 6).

A partir dessa compreensão, foi tomada a decisão de elaborar uma revisão de literatura consistente e reflexiva à luz de referências norteadoras. Assim, seguindo as explicações de Echer (2001) de que a finalidade de uma revisão de literatura é dar qualidade à pesquisa, aproveitamos todas as informações, teorias, estudos disponibilizados e literatura conveniente ao tema e objetivo da pesquisa para leitura, análise, seleção e consulta. Esse momento foi importante para a delimitação do tema, e tomada de consciência de que, muitas vezes, o assunto está inserido no tema geral de uma pesquisa. Muitas vezes têm-se o assunto, mas não o tema, o problema central da investigação.

Conforme essa compreensão, nesse percurso teórico e técnico-metodológico, a pesquisa procurou construir o seu referencial teórico e de análise, com origem nas teorias e abordagens de gênero, violência de gênero, com recorte para o combate à homofobia/LGBTQIA+fobia na escola pesquisada. Além disso, foi realizada a análise documental da legislação educacional e sobre violência de gênero (BRASIL, 2007, 2009 e 2019) e violência na escola (BRASIL, 2019), com recorte para o combate à homofobia, LGBTQIA+fobia, preconceitos contra a diversidade sexual, no cotidiano escolar.

Simultaneamente, nesse momento de construção do referencial teórico foi realizado um levantamento de dados sobre escolas, população, professores, alunos, com a intenção de observar e delimitar tema/objeto de estudo, selecionar escola-campo, possíveis interlocutores da pesquisa, tipos de pesquisa, instrumentos e outros elementos para elaboração do projeto. Além disso, procuramos delinear o material e métodos, procedimentos metodológicos para auxiliar na formulação do problema principal, estabelecer objetivos e construir a proposição da pesquisa.

Conforme Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 45). Seguindo o entendimento do autor, para o desenvolvimento desta etapa, foi necessário buscar a procedência do material bibliográfico, e se especificam a partir das fontes encontradas com apoio do estudo exploratório da literatura existente sobre o objeto de estudo/tema, através de livros, periódicos e impressos científicos.

A pesquisa documental realizada nesse período foi concomitante à pesquisa bibliográfica e recolheu informações sobre documentos da escola – Projeto Político Pedagógico – PPP, Currículo dos cursos, Planos de disciplinas dos professores participantes da pesquisa e cursos escolhidos.

Para Gil (2002, p. 45):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

A diferença entre a pesquisa bibliográfica e a documental está justamente nas fontes onde se constituem o material, pois, na primeira, os instrumentos são encontrados nas bibliotecas, materiais impressos e, na segunda, suas fontes são diversas e dispersas.

Na perspectiva desse entendimento, continuamos a realizar a construção do marco teórico da pesquisa e, assim, o material selecionado foi lido, analisado e considerados os pressupostos do tema, com apoio do referencial teórico. Nele, foram consideradas as proposições, conceitos, definições, concepções e, nesse percurso, foram construídas as categorias de análise, que contribuíram com a compreensão do tema/objeto investigado, auxiliando a entrada, a escuta e a observação no campo.

Essa construção se deu com abordagem bibliográfica e análise dos documentos oficiais e oficiosos, tanto da/na escola como na busca de pesquisa na internet de sites do Ministério da Educação - MEC, Conselho Nacional de Educação - CNE, Conselho Estadual de Educação - CEE, e outros informados nesta dissertação, realizada entre os meses de março de 2021 e março de 2023, conforme exigências da pesquisa.

Assim, foi finalizada a primeira Etapa e foi chegada a hora da submissão do Projeto de pesquisa. o projeto elaborado foi submetido à Plataforma Brasil, ao Comitê de Ética de Pesquisa – CEP, da UESB em 31 de maio de 2022. Porém, a pesquisa teórica foi continuada para aprofundar o referencial teórico sobre o tema, categorias, conceitos,

durante todo o ano de 2021 e de março de 2022 a março de 2023, considerando a sua importância para que o pesquisador pudesse entrar em campo munido da teoria, logo após aprovação do projeto pelo CEP, com Parecer aprovado em 06 de março de 2023.

Simultaneamente, foi sendo realizada a análise documental das Leis e Normas da educação brasileira, especificamente da Educação Básica (BRASIL, 2022) LDB atualizada tomando como apoio a legislação educacional da Bahia para a modalidade Educação Profissional – Ensino Médio (BRASIL, 2012), a LDB n. 9394/96 (BRASIL, 1996) e as Resoluções e Pareceres que se referem ao combate a violência na escola, *bullying*, violência de gênero, Educação em Direitos Humanos (BRASIL/CNE/CEP, 2012).

Paralelamente, nessa etapa, foi pesquisada e analisada a legislação internacional e nacional sobre Direitos Humanos (2015 e 2019), Resolução 17/19 e Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância. Organização de Estados Americanos – OEA em 2013 e violência de gênero, destacando a homofobia/LGBTQIA+fobia, reconhecendo a importância da legislação que protege os indivíduos contra esse tipo de violência que é reconhecida como um crime, de acordo com as normas legais. A pesquisa levou em consideração a necessidade de ajustes para recolher informações sobre o marco teórico (pesquisa bibliográfica e análise documental) e o campo, população de professores/as e alunos/as da escola e, por fim, foi concluída a seleção de professores/as e alunos/as, interlocutores da pesquisa.

3.1.2 Etapa II – Da construção do marco teórico e da pesquisa de campo

O caminho metodológico da pesquisa continuou a ser trilhado e chegamos a Etapa II da elaboração do marco teórico da pesquisa e da pesquisa de campo.

A Etapa II corresponde, portanto, à construção do quadro de referência e realização da pesquisa de campo, que foi realizada após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da Pesquisa – CEP, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, prevista para novembro e dezembro de 2022 e continuada em janeiro de 2023 para recolher informações exigidas pela pesquisa.

Essa Etapa foi subdividida em duas Fases. A Fase I teve como finalidade a construção do marco teórico da pesquisa, que foi iniciado na Etapa I, da elaboração do projeto, e foi feito simultaneamente à análise bibliográfica e a documental.

A Fase I contribuiu para obter maior profundidade na pesquisa. A investigação de campo teve o CEEPBS, como escola-campo. E, para isso, o pesquisador, com apoio de Gil (2002 p. 53), entendeu que “tipicamente, o estudo de campo deveria focalizar uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana.”

A pesquisa bibliográfica foi realizada, simultaneamente, a análise documental das Leis e Normas da educação brasileira, especificamente da Educação Básica (BRASIL, 2022) LDB atualizada e, tomando como apoio a legislação educacional da Bahia para a modalidade Educação Profissional – Ensino Médio (BRASIL, 2012), a LDB n. 9394/96 (BRASIL, 1996) e as Resoluções e Pareceres que se referem ao combate a violência na escola, *bullying*, violência de gênero, EDH (BRASIL/CNE/CEP, 2012).

Nessa etapa, também foi pesquisada e analisada a legislação internacional e nacional sobre violência de gênero, homofobia/LGBTQIA+fobia, reconhecendo a importância da legislação que protege os indivíduos contra esse tipo de violência que é um crime, de acordo com as normas legais. A pesquisa levou em consideração a necessidade de ajustes da investigação para recolher informações sobre o marco teórico (pesquisa bibliográfica e análise documental) e o campo, a população de professores/as e de alunos/as da escola e, por fim, selecionou amostra de professores/as e alunos/as, interlocutores da pesquisa.

Além disso, procurou compreender que a pesquisa teórica (abordagem bibliográfica e análise documental), é necessária para a realização da pesquisa de campo e, desse modo, foi feita a construção do marco teórico que possibilitou o acesso a contextos e informações oriundos de pesquisas realizadas no campo teórico do problema analisado. E somente a partir daí, houve possibilidade de identificar as semelhanças e diferenças sobre o que foi investigado.

A pesquisa documental se configurou pela coleta de dados institucionais referentes ao conjunto dos registros de todos os envolvidos. Os registros organizados em base de dados foram utilizados para o detalhamento das informações sobre a população, a amostra de participantes da pesquisa que, aqui nesta pesquisa, denominamos de interlocutores da pesquisa – professores e alunos da escola-campo. Por meio desses dados, foi sendo possível verificar e comparar com a bibliografia revisada e os resultados pretendidos.

Esta dissertação, portanto, trata de uma pesquisa teórica (bibliográfica de análise documental) e de campo (exploratória, descritiva e qualitativa, com apoio da quantitativa),

que tem como local escolhido, o CEEPBS, localizado em Itabuna, município do Sul da Bahia. Essa unidade escolar tem uma abrangência na microrregião denominada como Litoral Sul da Bahia, atende adolescentes, jovens e adultos, com um total de 1200 alunos matriculados nos cursos técnicos que ofertam: Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Gastronomia, Nutrição e Dietética, Saúde Bucal e Segurança do Trabalho.

Na Fase II, procuramos preparar o campo e a entrada no campo a fim de buscar compreender melhor a realidade investigada

Para a elaboração dos instrumentos de pesquisa, buscamos o apoio de Gil (2002), definindo-os como ferramentas relevantes para a realização da pesquisa de campo e foram elaborados com bastante atenção, tomando como holofote, o problema, o objetivo geral e os seus desdobramentos, os objetivos específicos.

Para a investigação de campo foram utilizados variados instrumentos de pesquisa, buscando a triangulação de dados recolhidos pelo formulário fechado e aberto, as entrevistas semiestruturadas, a observação *in loco*, direta, assistemática e sistemática e conversas informais, diálogos em grupos de conversas informais, notas de campo. Esses foram os instrumentos adotados pela presente pesquisa e aplicados de modo simultâneo, com objetivo de realizar a análise no confronto de dados coletados pela investigação com os interlocutores, professores e alunos da escola-campo.

Segundo Gil (1987), a entrevista foi feita em forma de diálogo em que o pesquisador (uma das partes) buscou coletar dados e a outra (o entrevistado) se apresentou como fonte de informação. Assim, possibilitou a obtenção de dados referentes ao tema/objeto e essa técnica foi considerada pela pesquisa como um muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade, acerca do comportamento dos entrevistados. Os dados obtidos foram suscetíveis de classificação e de possibilidade de quantificação (GIL, 1987). A intenção foi ter questões básicas para que as respostas pudessem sair naturalmente dos entrevistados e, por isso, foram aqui vistas como um trabalho no qual o resultado foi essencial para que a pesquisa fosse verdadeira, porquanto, o que é necessário e imprescindível é fazer com que os envolvidos na pesquisa possam confiar e expressar-se de forma tranquila.

O formulário fechado e aberto foi utilizado para obter informações dos interlocutores, de forma individual e adequado a sua finalidade que foi a obtenção de informação sobre o tema da pesquisa. Segundo Gil (1987, p. 126), a construção do

formulário “consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos”.

Gil (1987, p. 126) ainda destaca que a relevância do formulário fechado e aberto mostra “a capacidade com que se interroga um quantitativo de pessoas em espaço de tempo curto”. Por isso, para que fosse um instrumento potente e as respostas fossem sinceras, foi imprescindível tomar alguns cuidados, a saber: as perguntas foram formuladas em linguagem clara e objetiva, com atenção especial para a organização e a sequência, as quais foram testadas para observar se obtiveram as informações necessárias, nos resultados, analisando ainda equação lógica do número de participantes e finalmente foi tomado cuidado com o rigor nas análises dos dados coletados, tabulados com clareza e, assim, estão apresentados nesta dissertação.

Para Gil (2002, p. 132),

Torna-se necessário, portanto, pré-testar cada instrumento antes de sua utilização, com vista em: (a) desenvolver os procedimentos de aplicação; (b) testar o vocabulário empregado nas questões; e (c) assegurar-se de que as questões ou as observações a serem feitas possibilitem medir as variáveis que se pretende medir. É necessário que o pré-teste dos instrumentos seja feito com população tão similar quanto possível à que será estudada. Não se requer, todavia, uma amostra rigorosamente representativa dessa população.

Os instrumentos foram utilizados, conforme as exigências da investigação, para a aplicação da observação *in loco*, direta, assistemática e sistemática, entrevistas semiestruturadas aos professores/as, formulários fechados e abertos aos/as professores/as e alunos/as, conversas informais e rodas de conversa com alunos/as e professores/as, interlocutores/as da pesquisa. A entrevista e o formulário foram aplicados no decorrer dos meses de novembro e dezembro de 2022. Assim, foram aplicados o roteiro de entrevista semiestruturada e o formulário fechado e aberto ao/a professor/a e foi utilizado o formulário ao/a aluno/. Importante ressaltar que todos foram feitos após a aprovação do projeto pelo CEP/UESB.

A observação *in loco* e direta foi definida com apoio de GIL (2002), como algo que constitui elemento fundamental para a pesquisa, pois foi a partir dela que houve possibilidade de planejar as etapas para tabulação de dados da pesquisa, representando em tabelas e fazendo a análise de resultados e discussão.

O material da pesquisa foi tratado e analisado a partir do questionamento interpretativo, por perceber que assim se foi possível fazer um apanhado dos processos

compreensivos e críticos. Segundo Minayo (2010, p. 168), a interpretação constitui um importante caminho do pensamento para fundamentar pesquisas qualitativas, cobrindo também uma quase ausência de pesquisas de fundamentação marxista que levem em conta a subjetividade.

Os instrumentos foram aplicados aos interlocutores na escola-campo, sendo que, em algum momento, aconteceu também de forma remota para atender aos processos de segurança, pois, estava ainda no contexto de pandemia, com uma população ainda sendo vacinada e as contaminações voltando em altos índices. Assim, tivemos que utilizar de aplicativos e rede sociais da Internet para a realização de reuniões e diálogos, entrevistas e redes de conversas. Desse modo, foram selecionados como interlocutores, professores/as e alunos/as do CEEPBS que decidiram pela participação na pesquisa e receberam nomes fictícios e essa nomeação permaneceu no decorrer de toda a pesquisa.

No que se refere aos aspectos éticos, o estudo se fundamentou na Resolução 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde do Brasil, respeitando os critérios de confidencialidade, privacidade e proteção da imagem dos participantes, assegurando o sigilo e o anonimato dos mesmos, os quais deram a permissão para a realização da pesquisa, com a consolidação da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Uma das interlocutoras, menor de 18 anos, por fazer parte do segmento de alunos do Colegiado apresentou muito interesse em participar e justificou sentir necessidade de estar inserida na pesquisa. Assim, ao mesmo tempo que ela assinou o TALE, sua mãe a autorizou assinando o TCLE. Ambos estão anexos no final da dissertação.

Para estruturar as etapas e fases da pesquisa, de modo organizado e de forma sistemática, foi sendo cumprido a rigor, um cronograma, indicando as atividades que foram realizadas, considerando os passos da investigação, de acordo com o período de mestrado que é planejado para realização em dois anos, mas devido a algumas questões encontradas nesse percurso, ocorreu entre março de 2021 a maio de 2023, momento da defesa final da dissertação.

Para melhor contextualização do tema/objeto de estudo e problema principal da pesquisa, buscamos uma descrição no subtópico 3.2 Caracterização do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia e da Educação Profissional local, para conhecer melhor esse espaço que tem uma história e uma realidade social, cultural e educacional, além de tratar da Educação Profissional local. Por fim, mostrados o subtópico 3.3 Caracterização da

Escola, Campo de Pesquisa e o 3.4 Perfil dos Professores e alunos do Centro Estadual de Educação Profissional Biosaúde.

3.2 Caracterização do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia e da Educação Profissional local

Neste subitem 3.2 *Caracterização do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia e da Educação Profissional local*, mostramos o contexto do campo de pesquisa, o espaço de identidade territorial baiano e a oferta de educação profissional local.

Para investigar violência de gênero no campo selecionado pela pesquisa, Centro Estadual de Educação Profissional em Biosaúde e Segurança - CEEPBS foi feita uma contextualização territorial, espacial, histórica, social, econômica e político-cultural do Território de Identidade, no qual a escola pesquisada está sediada. Esse Território é conhecido como Costa do Cacau e destaca-se no estado da Bahia pelo perfil turístico associado ao extenso litoral, composto de Mata Atlântica, reservas da lavoura cacaueteira e praias de águas mornas, que se estendem desde Marauá até Canavieiras. É um Território que conta história de espaços de encontros entre portugueses colonizadores, indígenas e africanos. A população negra foi trazida à força de seu território para ser escravizada e, junto às comunidades indígenas, foram colonizadas e desrespeitadas em suas culturas e etnias. Esse é um quadro de desumanidade, dominação-subordinação e exploração que a história não pode negar, sendo necessário destacar as perversidades, a intolerância e o ódio contra negros e indígenas, populações em situação de vulnerabilidade, assim como a diversidade de gênero e as relações homoafetivas entre indígenas, brancos e negros.

Nessa conjuntura, para contextualizar os processos que marcaram a construção da civilização do território Litoral Sul da Bahia, a história de perversidades, intolerância, ódio dos colonizadores contra a diversidade de gênero e as relações homoafetivas entre esses povos, buscamos na consulta documental e bibliográfica, nos livros, artigos e periódicos sobre a Região Cacaueira, os trabalhos e pesquisas elaborados por pesquisadores regionais e nacionais.

Nos livros de Jorge Amado e Adonias Filho, por exemplo, autores literários mais conhecidos, estão apresentados os papéis de gênero constituídos nessa região, marcados de muitas atitudes patriarcais, misóginas, preconceituosas e com altas performances de heteronormatividade, construídas com base em normas e preceitos religiosos, principalmente da Igreja Católica, de valores trazidos da Europa pelos colonizadores.

As características que determinam ou justificam identificar as relações de gênero no período colonial, quando esse território foi distribuído e criado, os modos, as falas, a cultura territorial foram muito importantes. Conforme os resultados da análise desse material, foi possível perceber que descolonizar os papéis empregados e a função dada a cada gênero, muitas vezes, choca, assusta. Os artigos de antropólogos, sociólogos, cientistas sociais e historiadores mostram as narrativas a respeito de como eram segmentados os papéis sociais, a partir da força de trabalho entre indígenas, negros, quilombolas, pequenos agricultores, associados ao sexo de cada um e que definem gênero pela força de trabalho. Homens sendo guerreiros, caçadores, senhores do mato, defensores e as mulheres com as tarefas do cuidado com as crianças, serviços domésticos e procriação. Mas, essas informações não foram avançadas em termos de pesquisa nesta região, não foram analisadas, por exemplo, como eram encontradas as diferentes maneiras de comportamentos entre os povos indígenas, negros, quilombolas, a respeito da afetividade e sexualidade, pois a universalização do conceito só se fazia no binarismo macho e fêmea.

O livro *Tybyra: uma tragédia indígena brasileira*, escrito por João Paulo Quirino da Silva, em 2020, trata de uma história sobre os povos originários e é um monólogo de uma peça de teatro, em que o protagonista é *Tybyra*, personagem indígena, baseado em um herói histórico com seu roteiro de vida dramático e trágico. Na peça é apresentado o personagem *Tybyra* e sua história e é lastimável o que foi pensado para identificar nessa crônica. Narra-se a infeliz vivência entre os portugueses e um grupo indígena, que se encontram, se conhecem e reconhecem na comunidade, a homossexualidade indígena, que foi marcada por diversos atos de violência, carregada de medo e desconhecimento.

O protagonista que é histórico e por ser apresentado em um escrito literário foi apresentado por figuras, revela, não muito claro, que o personagem homossexual era um morador das matas, espaço originário, um benzedeiro, no aprendizado fitoterápico das ervas. Mas o que me chama a atenção é que todas as atitudes e ações que se desenrolaram na trama e reveladas na história desenvolvem contra homossexuais, do mesmo modo, até nos dias atuais. O prazer, o medo, a repulsa e o ódio quando se tem atração um pelo outro e estes são dois homens ou duas mulheres, acontecem nas escuras, no escondido, mas não vive a emoção e o sentimento diante do gostar (DA SILVA, 2020, p 17-24).

Baseado nesse raciocínio, muitos pesquisadores continuam a desconsiderar a presença LGBTQIA+ entre os povos originários no mundo, pouco se ler sobre essa identidade nos livros de História, Sociologia, Ciências Sociais. Uma temática imensamente

delicada, devido ao machismo e autoritarismo entranhados nas culturas, como também, em todas as sociedades e o povo dela originado. Esta concepção parte muito da visão de que um homem gay se “caracteriza” como mulher, e uma mulher lésbica “se caracteriza” como homem.

O pesquisador já presenciou um caso de constrangimento de algumas pessoas em relação a uma indígena da tribo Pataxó Hãhãhãe, do município de Pau-Brasil. Nela, foi possível identificar traços e afirmar ser uma mulher trans indígena, quando da participação deste pesquisador na V Jornada Agroecológica da Bahia, no Assentamento Terra Vista, município de Arataca - BA. Quando a jovem apareceu, os olhos de algumas pessoas eram de espanto, de questionamentos e indagações. Diante dessa análise perguntamos: Como foram tratados os povos originários que aqui habitavam no tempo colonial ou como foram tratados os negros e negras que foram trazidos para esta região, quais eram seus gostos, desejos, prazeres, como eram vistas as suas sexualidades? Eis a questão...

Portanto, tratar desse tema, que percorre todo sistema emocional, psicológico, sensorial, sentimental, não deve ser somente na literatura ficcional ou apoiada em história real, criar contos e anedotas, mas, é preciso ser tratada como exploração e verificação de análises, proporcionar dados para a Ciência, registrar a verdade dos acontecimentos para as novas gerações, raças, povos, etnias, assim como, buscar preservar as culturas, modos, formas de linguagens, manifestações culturais, respeitar os diversos indivíduos e as suas construções subjetivas, reais e materiais.

Nesse contexto, voltando-se à identificação do território Litoral Sul, foi possível verificar que vários fatos marcaram a sua história, o seu desenvolvimento e valores políticos, econômicos, culturais e sociais que revelam suas marcas até os dias atuais.

Conforme nos fala Lurdes Bertol Rocha (2008), em seu livro *A região cacaueteira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação*, com o estabelecimento e o desenvolvimento da lavoura cacaueteira, a região Sul da Bahia, a partir do final do século XIX e início do XX, passou a ser vista como um Eldorado. Anualmente, milhares de pessoas chegavam de várias partes do país, principalmente de Sergipe, atraídos pela fama de riqueza atribuída à árvore dos frutos de ouro (ROCHA, 2008, p. 13-14).

O primeiro município a ser criado foi Ilhéus, em 1534, antes denominado São Jorge dos Ilhéus, elevado à categoria de cidade em 1881. Rocha (2008) lembra que o IBGE 2006 dividiu os estados brasileiros em mesorregiões e microrregiões. No caso da Bahia, são sete mesorregiões, cada uma dividida em microrregiões, num total de trinta e duas. As

mesorregiões são as do Extremo Oeste Baiano, Vale São Franciscano da Bahia, Centro Norte Baiano, Nordeste Baiano, Metropolitana de Salvador, Centro Sul Baiano e Sul Baiano (ROCHA, 2008, p. 16). A região é frequentemente lembrada como cenário de romances de Jorge Amado e Adonias Filho. Essa região é o que agrupa o maior número de municípios do estado da Bahia: 26. Possuindo área total de 14.683,5 Km², limita-se com os Territórios Costa do Descobrimento, Baixo Sul, Médio Rio de Contas e Médio Sudoeste da Bahia.

Na Fotografia 1, vemos uma das praias da Bahia, Caraíva, uma pequena vila que pertence ao Litoral Sul.

Fotografia 1: Praia de Caraiva, Litoral Sul, 2022



Fonte: <https://www.carpemundi.com.br>, 2022.¹³

De acordo com (ROCHA, 2008), na Região Cacaueira do Sul da Bahia, Adonias Filho (1976) descreve dois tipos sociais, o desbravador e o coronel. Jorge Amado, em sua obra de romancista ficcional, baseado na realidade, faz o retrato do alugado, do jagunço, do contratista e do gerente, além dos coronéis, todos personagens reais e ícones/símbolos de um tempo de luta, de tocaias, de mandos e desmandos, de poder, de formação de uma região especial no Sul da Bahia no contexto de uma época na qual o cacau era o centro de todas as ações políticas, sociais e econômicas (ROCHA, 2008, p. 130).

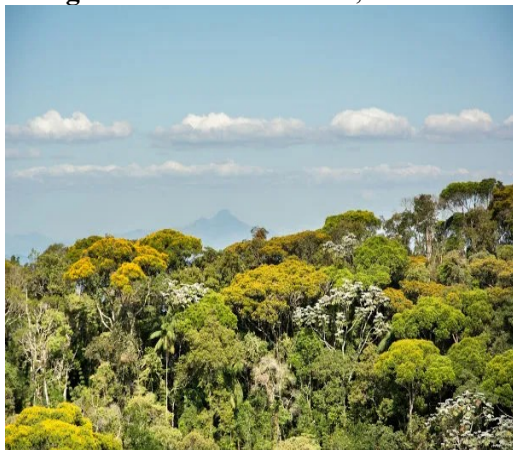
Segundo dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE), a sua população totaliza 771.636 habitantes, representando 5,5% da população baiana, com densidade demográfica de 52,55 hab/km². O Território Litoral Sul nos oferece muitas belezas naturais e, entre elas, está a Mata Atlântica, que é um bioma composto por um conjunto de florestas e ecossistemas, com regiões que conservam e preservam a fauna e a flora, corresponde 15%

¹³ <https://www.carpemundi.com.br>, 2022

(quinze) do território brasileiro. É um dos biomas brasileiros mais ricos em biodiversidade, junto à Floresta Amazônica. Ambas são muito parecidas devido à localização geográfica em baixas e médias latitudes.

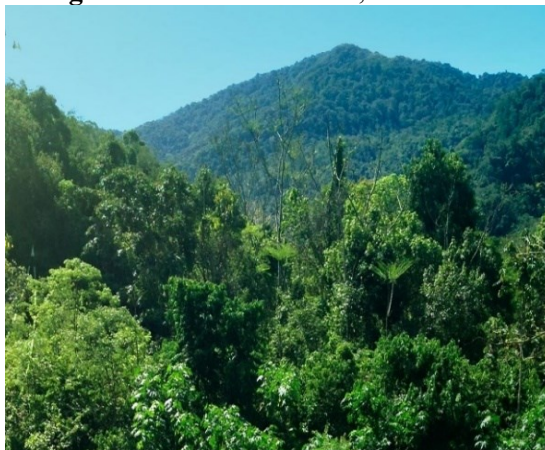
Abaixo, nas fotografia 2 e 3, podemos observar as característica geofísicas do Litoral Sul:

Fotografia 2: Mata Atlântica, 2022



Fonte: Mundo Educação, 2022¹⁴

Fotografia 3: Mata Atlântica, 2022



Fonte: Mundo Educação, 2022¹⁵.

Esses biomas são conhecidos por florestas tropicais e equatoriais, respectivamente.

A Mata Atlântica (Zonas produtoras de cacau: Espírito Santo e Bahia) é um ecossistema complexo com a maior biodiversidade do planeta, o qual a IBC- Indústria Brasileira de Cacau concentra seus esforços no relacionamento de compras de suas matérias-primas. No Brasil, boa parte da produção de cacau é feita dentro de sistemas agroflorestais de baixas emissões de carbono. O mais utilizado é o CABRUCA, um sistema ecológico de cultivo agroflorestal baseado na substituição de extratos florestais por uma cultura de interesse econômico, implantada no subbosque de forma descontínua e circundada por vegetação natural, gerando, desta forma, uma relação de consórcio entre a cultura implantada e o ecossistema remanescente e contribuindo para a preservação das regiões onde o cultivo de cacau ocorre.¹⁶

No início de sua saga no Sul da Bahia, o cacau foi introduzido no litoral. Canavieiras (à época fazendo parte do município de Ilhéus) foi a primeira área a cultivá-lo, em 1746, porém, foi a atual área do município de Ilhéus que se constituiu como ponto focal da região cacaueira. Mais tarde, a cultura expandiu-se para o interior, numa disputa pelas melhores terras. Dessa forma, diversas cidades surgiram em função dessa cultura,

¹⁴ Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/mata-atlantica.htm>, 2022.

¹⁵ Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/mata-atlantica.htm>, 2022.

¹⁶ <https://www.ibcacau.com.br/ibc-na-floresta/mata-atlantica>, 2022.

desviando sua atenção (ROCHA, 2008, p. 14). Nesse contexto da região cauaqueira, vemos claramente uma curiosa contradição e narrativas conflitantes sobre a riqueza da região, mistura de raças, etnias, mulheres, gênero, da produção acadêmica e literária da elite intelectual e, de outro, o discurso de uma classe média que surgiu e cresceu basicamente durante o século XX.

A Figura 4 é uma representação da lavoura cacaueira.

Fotografia 4: Lavoura Cacaueira, Itabuna, 2022



Fonte: [bnoticia.blogspot- produtora-de-cacau-do-municipio](https://bnoticia.blogspot.com/2015/03/produtora-de-cacau-do-municipio-de.html)¹⁷

As duas cidades que mais se desenvolveram neste Território foram Itabuna e Ilhéus, a primeira como polo de serviços, comércio, também na área da Educação e de Saúde. Na área de educação conta com escolas de educação básica e ensino superior, com Faculdades e Universidades, tanto públicas como privadas e foram cenários de novelas, uma região cercada de histórias e romances amadianos que descrevem a formação da zona cacaueira da Bahia.

Na pesquisa *Homossexualidade: a mestiçagem que Jorge Amado não viu. Um estudo sobre as personagens homossexuais nos romances de Jorge Amado*, de Ana Luíza Rodríguez Antunes (2009), a autora destaca que Santiago (2000) traz em sua obra o universo de personagens homossexuais masculinas de Jorge Amado e foi verificado “que poucas dessas criaturas pertencem à classe social mais abastada”. A autora relata que,

São elas um filho que fantasiado, faz-se passar por mulher e seduz seu próprio pai viúvo, num baile de carnaval, ambos criações ficcionais de um jornalista, em *O país do carnaval*; um embaixador e seu secretário, envolvidos amarosamente, e Bertinho Soares, um elegante frequentador da alta-roda, os três com rápidas aparições incidentais em Os

¹⁷ <https://bnoticia.blogspot.com/2015/03/produtora-de-cacau-do-municipio-de.html>, 2022.

subterrâneos da liberdade; Xandô, herdeiro dos poderosos Guedes, encontrado pelo tio em pleno coito com um trabalhador da usina de açúcar da família, em Tereza Batista cansada de guerra, e o cronista social Lulu, que aparece apenas em breves menções do narrador, no mesmo romance (ANTUNES, 2009, p. 26).

Jorge Amado, como lembra Antunes (2009) retrata suas personagens com características diversas, mas todas sofrem com a imposição do âmbito privado sobre suas vidas, especialmente na expressão de sua sexualidade. Temos como exemplo, os romances *Gabriela Cravo e Canela*, *São Jorge dos Ilhéus* e *Terras do Sem Fim*, que descrevem um espaço, uma história, uma realidade imaginada capturada do vivido, das relações amorosas, de capitão e jagunços, todas constituídas de sentidos.

O romancista Jorge Amado (1982, p. 120), na sua obra *O país do carnaval*, por exemplo, relata uma história imaginária, vivida por um filho que seduz o pai e retrata nesse romance a imagem festiva e contraditória do país, “do carnaval”. Este personagem foge do colégio interno e cobre-se com uma fantasia de pierrô com plano de dançar em uma baile com o próprio pai viúvo e, assim, fez: “à meia-noite, num quarto para onde vão, o pai levanta a máscara da companheira e horroriza-se ao reconhecer o filho adolescente” (p. 120).

Como destaca Antunes (2009, p. 26), [a] situação, inserida num conto que tem por finalidade ser original e chocar, tem seu clímax exacerbado pelos interditos – a fuga, a máscara, o incesto, a pedofilia, a homossexualidade”. Esses foram alguns exemplos de como a homossexualidade é representada nas ficções e escritos do autor. Assim como as representações dos personagens homossexuais, prostitutas, o machismo, a mestiçagem, o modelo heteronormatizado, a boemia da exclusão, a forte carga de estereótipos, preconceitos, discriminação e exclusão desses personagens e, segundo Corrêia (2006, p. 2), um “desvozeamento homossexual na obra”. Para Corrêia, quando escreve sobre *A boemia da exclusão: referências homossexuais na tradução de Gabriela Cravo and Cinnamon*, obra *Gabriela Cravo e Canela*, por exemplo,

No tocante às referências homossexuais encontradas nas duas obras, constituem-se em passagens rápidas, tanto na Gabriela de língua inglesa, quanto na de língua portuguesa, e o espaço de voz para a defesa dos personagens homossexuais, inexistente, ficando a mercê das várias interpretações, na maioria das vezes maldosas, e dos comentários dos outros personagens, o que cria uma margem altíssima de desvozeamento homossexual na obra. No entanto, em ambas as leituras, observa-se a forte carga de preconceito e de estereótipos produzidos pela conduta homossexual, no sentido, de haver na tradução uma confirmação do que se lê no texto original (2023, p. 2).

Retomando a caracterização dessa região, na área da saúde, podemos observar que há nessa região, hospitais de grande porte como a Santa Casa de Misericórdia, Hospital Manoel Novaes, Hospital de Base Luiz Eduardo Magalhães e Hospital Costa do Cacau. O município de Ilhéus cresceu pelo desenvolvimento do turismo e serviços de lazer e hotelaria. Conforme vemos nas Fotografias 5 e 6, tanto a cidade de Ilhéus como a cidade de Itabuna desenvolvem-se e se estruturam como cidades de grande porte.

Fotografia 5: Cidade de Itabuna - BA, 2022



Fonte: <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ba/itabuna>, 2022¹⁸.

Fotografia 6 – Cidade de Ilhéus – BA, 2022



Fonte: <http://jornaldoradialista.com.br/ilheus>, 2022¹⁹.

Essa região é composta por 26 Municípios. São eles: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Uma, Uruçuca. A região foi habitada inicialmente por índios tupis.

Hoje, os indígenas se distribuem em três povos: Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá, reunidos em 30 terras/aldeias, concentradas especialmente na área entre Ilhéus e Pau-Brasil. A área ocupada ultrapassa os 110 mil habitantes, e a população soma mais de 7 mil indígenas. As comunidades quilombolas, 34 entre certificadas e identificadas, distribuem-se no território principalmente nos municípios litorâneos, como Itacaré e Maraú.

¹⁸ <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ba/itabuna>, 2022

¹⁹ <http://jornaldoradialista.com.br/ilheus>, 2022

O Decreto n. 15.806 de 30 de dezembro de 2014 - Dispõe sobre a organização territorial dos Núcleos Territoriais de Educação, e dá outras providências. Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade.

Esses territórios são constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, em que as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, do art. 105, da Constituição do Estado da Bahia, D E C R E T A. Art. 1º - Os Núcleos Regionais de Educação - NRE terão sua regionalização definida de acordo com os Territórios de Identidade do Governo do Estado. Parágrafo único - Os cargos de Diretor dos Núcleos Regionais de Educação serão providos, exclusivamente, por servidores públicos efetivos, de acordo com o parágrafo único, do art. 14, da Lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014. (Legislação Estadual ²⁰)

Os Núcleos representam a Secretaria na administração regional e recebem apoio da sede, bem como desenvolvem programas que fortalecem a ação da Secretaria junto aos municípios do Estado. Os Núcleos acompanham os Territórios de Identidade da Bahia. (SEPLAN/ BAHIA, 2021).

Por sua definição, o território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, em que se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SEPLAN, 2021).

Nos Municípios que compõem o território, são identificadas 86 Escolas da Rede Estadual de Educação, coordenadas pelo Núcleo Territorial de Educação- NTE 05. Destas, seis são escolas da Rede Estadual da Educação Profissional e Tecnológica da Bahia, sendo duas Unidades em Itabuna, duas em Ilhéus, uma em Arataca e outra no Município de Marau - BA. Dentre essas seis, está o CEEPBS, campo de estudo desta Pesquisa.

²⁰ Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>.

Conforme relatório de dados NTE 05, a composição desse Território é de vinte e seis Municípios, tendo estes, sessenta e duas (62) escolas da Rede Estadual de Educação, Em alguns Municípios existem escolas na Sede, distrito e zona rural. Portanto, verifica-se que em alguns Municípios há mais de uma Unidade de Ensino – UE, da rede estadual.

Vejamos abaixo a Fotografia 7 e 8, duas unidades de Educação Profissional e Tecnológica da Bahia, sediadas no Território Litoral Sul:

Fotografia 7 - CETEP Litoral Sul II, Itabuna, 2022



Fonte: <http://www.iguaimix.com>, 2022²¹

Fotografia 8 – CETEP Litoral Sul I, Marauá, 2022



Fonte: <http://www.iguaimix.com>, 2022²²

De acordo com as informações analisadas pela pesquisa, entre os meses de março a julho de 2022, buscando através dos setores pedagógico e administrativo do NTE 05, foi apresentado relatório no qual verifica-se que em algumas UEs há a informação de escolas ainda com atendimento às modalidades Infantil e Fundamental, o que não é responsabilidade do Estado, conforme CF/88, art. 211 e 2120.

Na análise do PPP da escola-campo, percebemos dados apresentados pela organização da Intituição que a maioria das escolas deste território atendem as modalidades de Nível Médio, Profissional, Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Nessas escolas, o atendimento acontece nos três turnos, matutino, vespertino e noturno, observando que somente em treze escolas o atendimento não ocorre nos três turnos. Um outro dado apresentado no relatório do NTE 05 é em relação ao porte de cada escola, que são caracterizadas como instituição de pequeno, médio, grande e porte Especial, que é o caso das Escolas da Rede de Educação Profissional da Bahia.

²¹ <http://www.iguaimix.com>, 2022

²² <http://www.iguaimix.com>, 2022

Das oitenta e seis (86) Escolas, doze (12) são de porte Pequeno, dezoito (18) de porte Médio, dezoito (18) de porte Grande e quatorze (14) de porte Especial. Enfim, a Rede Estadual de Estadual de Educação Profissional e Tecnológica é composta atualmente por 33 Centros Territoriais de Educação Profissional, 38 Centros Estaduais de Educação Profissional, 22 anexos de Centros de Educação Profissional e 92 unidades escolares de Ensino Médio que também ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica abrangendo 121 municípios dos 27 Territórios de Identidade.

A Rede Estadual de Educação Profissional da Bahia, em 2013, estabeleceu-se como a segunda maior rede estadual do país, atrás apenas do Estado de São Paulo, segundo o Censo/INEP 2013. (Estado da Bahia, Secretaria de Educação da Bahia, site:bahia.gov.br, 2021). Abaixo, a Fotografia 9 do CEEP Álvaro Melo e a Fotografia 10 do CETEP Nelson Schaun. Os dois, sediados em Ilhéus - BA.

Fotografia 9- CEEP Álvaro Melo, Ilhéus -BA, 2022



Fonte: Folha da Praia²³

Fotografia 10 - CETEP Nelson Schaun, Ilhéus -BA, 2022



Fonte: Folha da Praia²⁴

Os Centros Territoriais e Estaduais de Educação Profissional foram criados pelo Decreto Estadual n. 11.355/2008.

A Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica tem como objetivo consolidar e ampliar a oferta da educação profissional em consonância com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios baianos, promovendo a inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho.

²³ Disponível em: <https://www.folhadapraia.com.br/ceep-amev>

²⁴ Disponível em: <https://www.folhadapraia.com.br/ceep-amev/ceep-nelson-schaun>

Vejam os abaixo, a Fotografia 11 - CEEP Campo Milton Santos, sediado em Arataca, em uma região rural. É uma escola do Campo.

Fotografia 11: CEEP Campo Milton Santos, Arataca -BA, 2022



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>²⁵

Esse CEEP – Campo Milton Santos, em Arataca está sediado em um espaço de Movimento Sem Terra. O Assentamento foi fundado oficialmente em 1994, mas a ocupação da terra, que fica às margens da BR 101, iniciou em 8 de março de 1992, como homenagem ao Dia Internacional das Mulheres.

As Fotografias 12 e 13 mostram o Assentamento Terra Vista, Arataca, BA

Fotografia 12 – Assentamento Terra Vista antes da ocupação, Arataca, BA, 1992



Fotografia 13 – Assentamento Terra Vista depois da ocupação, Arataca, BA, 1994



Fonte: <https://teiadospovos.org/conheca-o-assentamento-terra-vista>, 2022²⁶/

²⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>, 2022

²⁶ Disponível em: <https://teiadospovos.org/conheca-o-assentamento-terra-vista>, 2022

Com 913,6 hectares e 55 famílias assentadas atualmente, o Terra Vista é referência em preservação ambiental, agroecologia e produção de mudas de espécies da Mata Atlântica, como Jacarandá, Ipê Amarelo, Pau-Brasil, Jatobá e Cedro. Desde o início da ocupação, foram recuperados 90% da mata ciliar do Rio Aliança, que passa pelo assentamento, além da manutenção de 34% da reserva legal da área, que fica no entorno da Unidade de Conservação do Parque Nacional Serra das Lontras.

3.3 Caracterização da Escola, Campo de Pesquisa

O campo de pesquisa selecionado é um Centro Estadual de Educação Profissional, sediado em Itabuna - BA, onde realizamos a pesquisa com a participação de dez (10) professores/as de diferentes áreas de conhecimento e vinte (20) alunos/as dos diversos Cursos Técnicos ofertados pela Instituição, tomando como participantes alunos/as e professores/as que decidiram pela participação na pesquisa.

Nela, encontramos uma diversidade de situações-problema por ser uma instituição que oferta diferentes cursos de educação profissional e atende alunos de diferentes partes da cidade e residentes no município de Itabuna e de diferentes partes da sua zona rural, de municípios circunvizinhos, a exemplo de Buerarema, São José da Vitória, Ibicaraí, Floresta Azul, Lomanto Junior, Itapé, Itajuípe, Coaraci, Itapitanga, entre outros. Encontra-se localizada no Centro da Cidade de Itabuna, numa região caracterizada por vários conflitos e violência social, pois a mesma fica situada entre bairros onde a violência é uma das preocupações da sociedade e das políticas públicas locais.

Esses bairros ficam no entorno da Escola e apresentam alto índice de violências de diferentes tipos, assassinatos, desigualdades sociais, pobreza, consumo de entorpecentes, tráfico e uso de drogas, assassinatos, ocupação por traficantes de armas de fogo, dentre outros. Como também, fica próxima ao Hospital Calixto Midlej Filho, Santa Casa de Itabuna, espaço onde tem grande movimentação de usuários dos serviços de saúde oferecido pelo mesmo, oriundos de diversas cidades da microrregião e, esse espaço mais próximo da escola-campo, apresenta grande índice de assaltos, roubos e violência física. Mas também, é importante destacar que, por ser uma área urbana e central há moradias de classe média alta com alta incidência de invasões, roubos às residências, assaltos à mão armada, furtos que

Essa instituição, que constitui nosso campo de pesquisa, de acordo com o levantamento bibliográfico e documental disponibilizado para a análise, possui uma longa

história, desde a sua constituição como Escola Pública da Rede Estadual de 1º grau de 5ª a 8ª série, na década de 1970 até se transformar em um espaço de Educação Básica – etapa ensino médio de educação profissional. Este estudo foi realizado com a intenção de contextualizar a escola-campo, para coletar e analisar os projetos e ações pedagógicas que tratam do tema/objeto de estudo. O Centro Estadual de Educação Profissional foi criado em 2008, a partir de uma Proposta de Revitalização do Colégio Estadual Polivalente de Itabuna – BA (CEPI), elaborado pela gestão da escola, coordenadores pedagógicos, corpo docente e discente e pais de alunos, em parceria com a comunidade local. No PPP lê-se que este CEEP tem como objetivo:

consolidar e ampliar a oferta da educação profissional em consonância com o Centro Estadual de Educação Profissional Biosaúde e Segurança, CEEPBS, é uma das 38 Ues, que compõem os Centros Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica da Rede Estadual de Educação Profissional da Bahia desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios baianos, promovendo a inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho. Fortalecendo a inclusão educacional por meio da educação profissional para trabalhadores e populações tradicionalmente excluídas do acesso à educação profissional. Garantindo o desenvolvimento dos jovens para uma inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho, por meio da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio subsequente. Assegurando a escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, por meio de cursos de educação profissional integrados à elevação da escolaridade nos níveis fundamental e médio, em articulação com ações federais e estaduais voltadas à promoção de trabalho, emprego e renda. Ampliado o acesso à educação integral por meio da educação profissional.).²⁷

De acordo com os diálogos informais com a Diretora Geral da instituição, professora Mestre em Ciências Ambientais, professora Josenita da Silva Marinho, que atuou na gestão de 2008 a 30 de junho 2022, foi possível observar a caracterização do perfil dos alunos evadidos que abandonaram a escola, os problemas vivenciados pelo Colégio Estadual Polivalente, sua concepção de curso e as necessidades de mudanças urgentes, por conta da diminuição da quantidade de matrículas, principalmente no turno vespertino. (PPP do CEEPBS, 2019, p. 46). Era uma situação-problema muito séria e que exigia tomadas de decisão da gestão escolar.

O Colégio Polivalente era uma instituição de Educação Básica, séries finais do ensino fundamental e ensino médio mantida pelo governo do Estado, mas foi uma

²⁷ Estado da Bahia, Secretaria de Educação da Bahia, site:bahia.gov.br, 2009, s/n. Disponível em: bahia.gov.br, 2009

instituição criada na década de 1970 e ofertava educação tecnicista do período, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 5.692/71.

Vejamos as Figuras 14 e 15 das áreas internas do CEEPBS:

Fotografia: 14 – Área de entrada do CEEPBS, 2022



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador, 2022.

Figura 15 – Setores Administrativos do CEEPBS, 2022



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador, 2022.

Entre os anos de 2007 e 2008, a repetência de alunos tinha provocado o aumento da estatística de evasão e de abandono de alunos, que tinham desistido do espaço escolar. Esse foi um dos motivos que levou o Colegiado Escolar, em conformidade com a legislação educacional, pensar a escola, seu contexto educacional e quais as formas de possibilitar a revitalização da escola.

Fotografia: 16– Sala de Espera Gestão do CEEPBS, 2022



Fonte: arquivo da pesquisa, 2022.

Fotografia 17 - Sala dos Professores do CEEPBS, 2022



Fonte: arquivo da pesquisa, 2022.

Foi a partir de um projeto de revitalização da escola que ficou decidido pelas mudanças na forma de educação e oferta de ensino na modalidade educação profissional.

Ao entrarmos no corredor principal da escola, já é possível observar uma escola que preserva sua estrutura limpa, arejada, mesmo sendo sua construção datada de mais de 40 (quarenta) anos.

A Fotografia 18 mostra a sala de professores e a Fotografia 19, a ladeira e portão de acesso ao CEEPBS.

Fotografia 18 - Sala dos Professores, CEEPBS, CEEPBS, 2022



Fonte: arquivo da pesquisa, 2022.

Fotografia: 19– Ladeira e Portão de acesso ao 2022

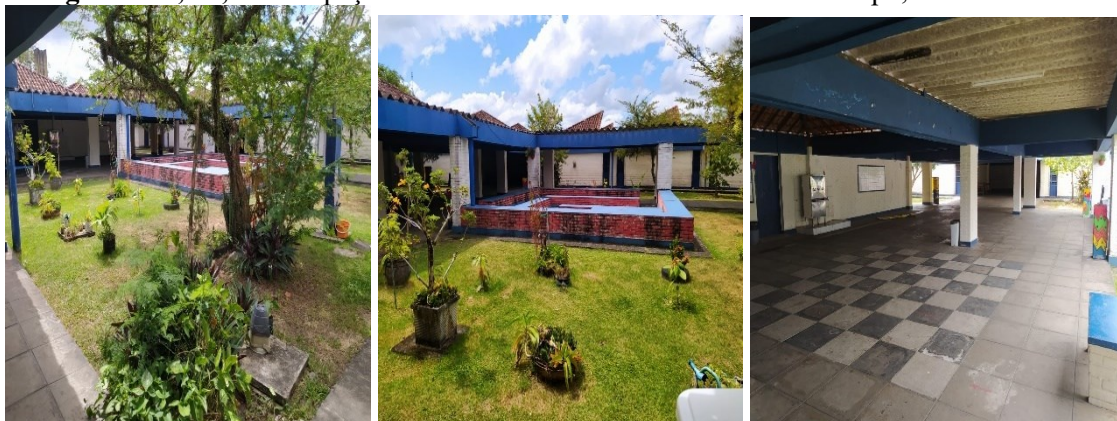


Fonte: arquivo da pesquisa, 2022.

Na visita *in loco*, durante a pesquisa exploratória, com o olhar do pesquisador, com a atenção ao ouvir, escutar, olhar, foi possível verificar que a secretaria e a parte interna do bloco administrativo, onde exibe quatro salas disponíveis para o exercício da Gestão da Escola e da Coordenação Pedagógica, além da Secretaria de Cursos, 2 Sanitários administrativos e Sala dos professores, é tudo muito bem higienizado, agradável e confortável.

Na Figura 20, 21 e 22 mostramos espaços internos e de convivência da escola-campo:

Fotografia 20, 21, 22 – Espaços internos e de convivência da escola-campo, 2022



Fonte: Fotos de arquivo pessoal do pesquisador, 2022.

Durante a análise do *Documento de Revitalização da Escola*, percebe-se que a instituição estava vivendo problemas de abandono, repetência e evasão escolar, além de outros relacionados ao processo de ensino e aprendizagem e institucional e, desse modo, verificou-se que era preciso buscar mudanças significativas. E, assim, nasceu a ideia de criação de uma escola técnica, como informada no projeto de Revitalização do Colégio Polivalente.

O CEEPBS está sediado no Centro da Cidade de Itabuna, tendo como referência de proximidade, o Hospital Calixto Midlej, a maior instituição hospitalar da região, atua em três níveis de ensino EPTNM (Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio), destinada a menores em idade, com conclusão do Ensino Fundamental 2 (9º Ano), PROEJA (Educação Profissional Integrada a Educação de Jovens e Adultos) e Subsequente (modalidade voltada a estudantes que já concluíram ensino médio).

Por ofertar Educação Profissional, essa escola desenvolve cursos técnicos por eixos. O Eixo Ambiente e saúde dos cursos correspondentes a esses eixos em funcionamento na escola são: Enfermagem, Nutrição e Dietética, Análises Clínicas, Gerencia em Saúde e Saúde Bucal. Eixo Produção Industrial o curso em funcionamento na escola é Biotecnologia. No eixo Segurança, o curso em funcionamento na escola é o curso em Segurança do Trabalho.

Fotografia: 23- Hospital Santa Casa de Itabuna



Fonte: arquivo pessoal do pesquisador, 2022.

O CEEPBS é mantido pelo Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Educação do Estado da Bahia, sendo coordenado pela Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica da Bahia. Seu porte é Especial.

De acordo com a análise do PPP, essa Unidade Educacional tem em sua visão, possibilitar aos alunos um processo ensino-aprendizagem profissional de qualidade, que lhes permitam uma preparação competente para interagir e intervir no contexto vigente, inter-relacionando a teoria e a prática numa dimensão inter, multi, pluri, transdisciplinar e transversal do processo de formação e atuação profissional.

De acordo com a análise documental de seu PPP, o CEEPBS é uma instituição que tem a missão de formar indivíduos-sujeitos com competências e habilidades nas áreas de conhecimento da Educação Básica (Ensino Médio, Educação Profissional e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio), por meio do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, educação e trabalho pedagógico inter/transdisciplinar, intercultural e valores.

Para tanto, procura estabelecer ligações de complementaridade, convergência, interconexões e interlocuções entre os conhecimentos da estrutura e organização curricular, valorizando as condições biopsicossociais, culturais e espirituais do aluno, a ampliação da sua capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria, espírito empreendedor e imaginativo - a formação como indivíduo-sujeito que demonstra senso de responsabilidade, autoestima, autoconfiança, sociabilidade, firmeza e segurança nas decisões e ações, honestidade e integridade ética, capacidade de visualização e resolução de problemas. (PPP/CEEP, 2019).

A escola tem uma estrutura com quinze (15) salas de aula, dez (10) laboratórios, um (1) auditório com capacidade para cento e cinquenta (150) pessoas, oito (8) Cursos Técnicos (Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Enfermagem, Gastronomia, Nutrição e Dietética, Saúde Bucal e Segurança do Trabalho).

A Unidade possui em seu quadro, oitenta e oito (88) servidores, contratados em regime de concurso efetivo, REDA- Regime Especial e Direito Administrativo, Programa Primeiro Emprego (FLEM-Fundação Luis Eduardo Magalhães), Seguranças MAP (empresa terceirizada para segurança das escolas). Assim, está formado seu corpo pedagógico e administrativo: um Gestor Geral, dois Vices Gestores (administrativo e pedagógico), cinquenta e oito (58) professores, uma (1) coordenadora pedagógica, quatro (4) preceptores em estágios e dezesseis (16) servidores para o apoio administrativo, entre recepção secretaria, apoio geral e pessoal da alimentação escolar (cozinheiras e merendeiras) e quatro (4) seguranças patrimoniais.

A Escola funciona nos três turnos e atende alunos residentes no município de Itabuna e de diferentes partes da sua zona rural e dos municípios circunvizinhos, a exemplo de Buerarema, São José da Vitória, Ibicaraí, Floresta Azul, Itapé, Itajuípe, Itapitanga, Coaraci, entre outros.

Está sediado em Itabuna e é uma instituição que procura cumprir sua responsabilidade social, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, buscando condições para que seu corpo docente possa trabalhar cumprindo sua carga horária destinada pela contratação ou como efetivos pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) e Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica (SUPROT), planejando os horários de modo que permita aos professores também buscar cursos de formação continuada para também melhorar as condições de ensino e sua qualidade técnica e profissional.

Além disso, o CEEPBS desenvolve projetos, junto a sua equipe pedagógica, buscando desenvolver entre seus alunos o aprendizado e a dinâmica das intervenções sociais. Dentre eles, podemos citar o Projeto como Educação e Saúde: O CEEPBS a Serviços da Vida, integrando toda a comunidade nos cuidados com a saúde, a nutrição, conceitos de segurança, articulando e tendo a participação dos Cursos Técnicos em Análises Clínicas, Biotecnologia, Enfermagem, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Segurança do Trabalho. Outro projeto desenvolvido na Escola e que obteve excelentes resultados foi o *Saúde em Movimento: O Caso dos Cursos de Saúde no CEEP, Itabuna, BA*. O Objetivo desse projeto foi analisar a situação de saúde da comunidade escolar CEEPBS e, a partir dos resultados da percepção dos problemas do estado de saúde e da falta de oportunidades de acessos aos serviços de saúde, formular seu cardápio escolar, levando também o aluno a um constante exercício teórico-prático para enriquecer seu conhecimento para a sua formação profissional.

Alem dos projetos citados, outros tantos foram desenvolvidos como ações interdisciplinares, como o *Dia mundial da Saúde, Vacinação contra hepatite B, Sensibilização quanto ao desperdício da merenda escolar no CEEP, Feira Baiana de Matemática e Feira de Ciências e Matemática*, participação ativa nos Projetos Estruturantes da SEC cujo foco é o despertar sensível para os diversos tipos de artes.

A escola também participou de um projeto muito importante, junto com o Conselho Tutelar e Ministério Público, intitulado *Maior Amarelo: Faça Bonito, proteja nossas*

Crianças e Adolescentes. Este projeto era desenvolvido com alunos do CEEPBS e suas famílias sobre abuso sexual infantil e na adolescência.

Desta forma, o CEEPBS é identificado na comunidade como uma escola onde seus alunos, família, equipe, sujeitos da ação educação, formação e técnicas da saúde, buscam desenvolver em seus alunos, também a consciência crítica cidadã, social e política, ampliando seus horizontes de expectativa, sendo integrados ao mundo do trabalho, como homens e mulheres comprometidos com suas habilidades e competências, mas para além disso, formando seres envolvidos e responsáveis com as transformações necessárias da sociedade onde está localizada – a comunidade de Itabuna – BA e de cidades circunvizinhas, de origem de seus alunos (as).

Itabuna é um município do sul do estado da Bahia, possui uma área total de 432.244 km² e está localizada a cerca de 426 quilômetros da capital da Bahia. É a quinta cidade mais populosa da Bahia, e dentre as cidades do interior do nordeste brasileiro, a cidade ocupa o décimo primeiro lugar. Sua população foi estimada em 214.123 habitantes, conforme dados do IBGE (2021).

Fotografia 24 – Cidade de Itabuna – BA, 2022



Fonte: <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ba/itabuna>, 2022²⁸.

A cidade de Itabuna, em conjunto com o município vizinho de Ilhéus, formam uma aglomeração urbana classificada pelo IBGE como uma capital regional B, exercendo influência em mais de 40 municípios que, juntos, apresentam pouco mais de um milhão de

²⁸ Disponível em: <https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ba/itabuna>, 2022

habitantes. Está situada na Região Geográfica Imediata de Ilhéus-Itabuna, dentro da Região Geográfica Intermediária de Ilhéus-Itabuna.

Segundo levantamento realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019), Itabuna apresenta o terceiro melhor Índice de Desenvolvimento Humano do Estado da Bahia, ficando atrás somente da capital baiana, Salvador, e do município de Lauro de Freitas.

É um município que se destaca na educação, principalmente como polo universitário regional, possuindo alguns dos melhores centros educacionais da Bahia. A cidade dispõe de várias escolas públicas, com destaque para o CEEP em Biotecnologia e Saúde, Colégio da Polícia Militar Antônio Carlos Magalhães, Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, Centro Integrado Oscar Marinho Falcão- CIOMF, Colégio Estadual Inácio Tosta Filho, e particulares como os colégios: Jorge Amado, Centro de Estudos Ronaldo Mendes (CERM), Galileu, São José da Ação Fraternal de Itabuna (AFI), Divina Providência e Pio XII, além de 3 faculdades particulares, Faculdade de Tecnologia e Ciências, União Metropolitana de Educação e Cultura - ex-FacSul, Faculdade Santo Agostinho, além de ter também um polo da UNIASSELVI.

A Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC surgiu da união de faculdades das duas cidades na década de 1970, oferecendo, juntas, mais de 50 cursos de nível superior em graduação e mais alguns em pós-graduação. Possui também um campus sede da UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia).

3.3.1 Caracterização dos Professores/as e funcionários/as técnico-administrativos do CEEPBS

Neste item 3.3.1 apresentamos a caracterização dos professores e funcionários técnico-administrativos que trabalham no Centro Estadual de Educação Profissional Biosaúde e Segurança - CEEPBS, resultado da pesquisa exploratória, realizada entre março e julho de 2021, que procurou responder o objetivo específico estabelecido para “Realizar pesquisa exploratória, na Etapa I da pesquisa, para delimitar o tema/objeto de estudo, formular problema e estabelecer objetivos, delimitando amostra, para elaborar o projeto de pesquisa

Durante a realização da Etapa 1 foi possível identificar que o corpo docente do CEEPBS, no momento atual, é composto por professores com graduação, bacharelado e licenciatura, com pós-graduação lato sensu e stricto sensu, com titulação de especialização

na área de atuação e mestrado. Alguns professores estão, nesse momento, cursando mestrado e/ou doutorado, com cursos e pesquisas em andamento, na área de atuação.

Vejamos o Quadro 1, que apresenta a caracterização do corpo docente da escola campo.

QUADRO 1 – Corpo de professores e funcionários da área pedagógica do CEEP, 2022

Nome	Vínculo	Curso que atua (caso seja professor ou estagiário)	Escolaridade	Graduação	Pós- Graduação	Mestrado	Doutorado	Quantitativo de horas		
								M	V	N
Adielle	Efetivo	Readaptação	Superior	Licenciatura em Biologia	Pós- Graduação em Literatura Comparada e Comunicação Social/ Rádio e TV			20	20	
Adiua	Efetivo	Todos os cursos técnicos	Superior	Licenciatura em Letras	Pós Graduação em Literatura Comparada e Comunicação Social/ Rádio e TV			20		
Agilmo	Efetivo	Curso de Segurança do Trabalho	Superior	Licenciatura em Matemática e Engenharia Civil	Pós -Graduação em Eng. Seg. do Trabalho			20		20
Alberthe	Efetivo	Todos os cursos técnicos	Superior	Licenciatura em Letras						
Alexnal	Efetivo	Todos os cursos técnicos	Superior	Licenciatura em Matemática	Especialista em Ensino de Matemática			20	20	
Antonieta	Efetivo	Todos os cursos técnicos	Superior	Licenciatura em Biologia				20		
Raul	Efetivo	Vice diretor	Superior	Licenciatura em Filosofia	Pós Graduando em Ensino de Filosofia	Mestrando em Ensino		20		20
Bertould	Efetivo	Sala multifuncional	Superior	Pós Graduação	Letras			20		
Claustro	Efetivo	Todos os cursos técnicos	Superior	Licenciatura em Matemática		Mestrando em Educação Matemática			20	20
Corbélia	Efetivo	Coordenação pedagógica	Superior	Pedagogia	Especialização em História do Brasil e em Educação Profissional	Mestrado em Educação				20
Douraci	Efetivo	Todos os cursos técnicos	Superior	Licenciatura em Filosofia	Superior com Pós Graduação em Metodologia do Ensino Superior, Educ. Infantil e Educação Especial			20		20
Fausta	Efetivo	Sala multifuncional	Superior	Pedagogia				20		
Gália	Efetivo	Todos os cursos técnicos	Superior	Educação Física				20	20	
Mariageu	Efetivo	Coordenadora pedagógica	Superior	Pedagogia	Especialização em Planejamento Educacional, Especialização em Coordenação Pedagógica e Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional			20	20	
Marthina	Efetivo	Todos os cursos técnicos	Superior	Licenciatura em Geografia						20
Floreis	Efetivo	Diretor geral	Superior	Licenciatura em Geografia e Direito		Mestre em formação de Professores		20	20	
Hamilton	Efetivo	Professor	Superior	Licenciatura em Química	Especialização em Psicologia Social, Gestão da Educação Profissional	Mestra em Ciência Ambiental		20		20
Isabande	Efetivo	Professora	Superior	Licenciatura em Matemática e Bacharel em Ciências Econômicas				20	20	
Leivider	Efetivo	Professora	Superior	Licenciatura em Ciências com habilitação. em Biologia.						
Lilianath	Efetivo	Professor	Superior	Licenciada em Filosofia		Mestrado em Educação		20		
Lorence	Efetivo	Professor	Superior	Licenciatura em Ciências Biológicas	Pós graduação em Saúde Pública			20		20
Laurence	Efetivo	Professor	Superior	Licenciatura em Geografia				20		20
Lucan	Efetivo	Professo	Superior	Licenciatura em Filosofia	Metodologia do ensino em Filosofia e sociologia			20	20	
Luchana	Efetivo	Professo P	Superior	Licenciada em Química	Especialista em Química			20	20	
Luielma	Efetivo	Professor	Superior	Licenciatura em Biologia e Bacharel em Enfermagem	Pós-graduação em Educação Profissional e Saúde Pública					20
Mandrel	Efetivo	Professor	Superior	Licenciado em Educação Física e Cirurgião Dentista				20		20
Marilyn	Efetivo	Professor	Superior	Licenciatura em Letras		Mestrado em Letras: Linguagens e Representações		20	20	
Mirlane	Efetivo	Professor	Superior	Licenciatura em Ciências Biológicas		Mestra	Doutorado em Genética e Biologia Molecular	20	20	
Nanderso	Efetivo	Professor	Superior	Licenciatura em Matemática e Bacharel em Administração	Pós graduação em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Matemática			20		20
Nielson	Efetivo	Professor	Superior	Licenciada em Filosofia	Pós em EJA e em Educação Profissional			20		
Patrila	Efetivo	Professor	Superior	Licenciada em História	Pós graduação em história regional e em metodologia da educação profissional.			20	20	
Robinstain	Efetivo	Professor	Superior	Licenciatura em Ciências Biológicas	Especialização em Educação Ambiental			20		
Rossi	Efetivo	Professor	Superior	Licenciada em Geografia	Pós graduação Métodos e técnicas de ensino e Educação Geocambiental			20		
Ziane	Efetivo	Professor	Superior	Licenciatura em Biologia		Mestrado em Educação Científica e Formação de Professor		20		20

Continuação do Quadro 1 na página 141.

Continuação do Quadro 1 da página 140.

Zildo	Efetivo	Professor	Superior	Licenciatura em Matemática	Especialização em Educação Matemática			20	20	
Aysla	Reda	Professor	Superior	Bacharel em Biomedicina			Doutora em Microbiologia e Biotecnologia			20
Ayllma	Reda	Professor	Superior	Bacharel em Enfermagem						20
Callin	Reda	Professor	Superior	Bacharel em Nutrição	Especialista em Nutrição Clínica e Fundamentos Metabólicos, Pós Graduada em Saúde Coletiva e Pós Graduada em Vigilância Sanitária e Qualidade dos Alimentos	Mestre em Bioengenharia			20	
Ella	Reda	Professor	Superior	Licenciatura em Biologia		Mestrado em Ensino de Ciências		20		
Nitzer	Reda	Professor	Superior	Bacharel em Nutrição	Pós Graduação em Nutrição Clínica e Nutricional			20		
Gracykelle	Reda	Professor	Superior	Bacharel em Enfermagem	Pós Graduação em Enfermagem Obstetra			20		
Jacil	Reda	Professora	Superior	Bacharel em Enfermagem						20
Jesyk	Reda	Professor	Superior	Cirurgiã Dentista	Pós Graduação em Saúde Coletiva			20		
Jullya	Reda	Professor	Superior	Bacharel em Nutrição	Especialista em Nutrição Clínica				20	20
Layca	Reda	Professor	Superior	Bacharel em Farmácia				20		
Larissy	Reda	Professor	Superior	Bacharel em Enfermagem	Especialista em Urgência e emergência; Especialista em Oncologia			20		
Luciwa	REDA	Professor	Superior	Bacharel em Nutrição	Pós em Fitoterápico			20		
Marciton	Reda	Professor	Superior	Engenheiro Ambiental, Tecnólogo em Segurança do Trabalho e Técnico em Segurança do Trabalho	Pós Graduação em Engenharia em Segurança do Trabalho e Pós Graduação em Engenharia de Incêndio e Pânico					20
Maristela	Reda	Professor	Superior	Licenciatura em Ciência da Natureza e Bacharel em Nutrição						20
Quelia	Reda	Professor	Superior	Bacharel em Enfermagem	Pós Graduação em Ginecologia e Obstetrícia					20
Sachia	Reda	Professora	Superior	Cirurgiã Dentista				20		
Reneguiu	Reda	Professor	Superior	Cirurgião Dentista				20		
Robéria	Reda	Professora	Superior	Bacharel em Biomedicina	Pós Graduada em Educação Nível Superior				20	
Tharcine	Reda	Professor	Superior	Bacharel em Biomedicina	Pós Graduação em vigilância Sanitária e Acupuntura					20
Thyná	Reda	Professor	Superior	Licenciada em Química e Bacharel em Engenharia Civil	Pós graduação em Planejamento, gestão e obras (em andamento)					20
Tamisse	Reda	Preceptor estágios	Superior	Bacharel em Enfermagem				20		
Veronice	Reda	Professor	Superior	Licenciatura em Ciências Biológicas	Mestrado em Produção Vegetal e Doutorado em Biotecnologia de Micro-organismos.			20		
Walters	Reda	Professor	Superior	Licenciatura em Biologia				20		
Gustavo	Reda	Preceptor estágios	Superior	Bacharel em Enfermagem	Pós Graduação em Urgência e Emergência			20		
Lamine	Reda	Preceptor estágios	Superior	Bacharel em Enfermagem		Mestrado em Ciências Saúde		20		
Leonardo	Reda	Preceptor estágios	Superior	Bacharel em Enfermagem e Odontologia				20		

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2022.

Foi possível verificar nos documentos analisado sobre caracterização de professores estaduais lotados no CEEPBS, que os programas distribuídos nos Cursos Técnicos, prioriza a formação profissional, de ensino médio técnico e estão organizados em disciplinas nas áreas básicas e técnicas, dando prioridade a critérios pedagógicos e formativo de cada professor.

Durante a análise documental (Os dados estão disponibilizados no Quadro I), foi possível identificar que dos cinquenta e oito (58) professores que formam o quadro de regência da Instituição Educacional, trinta e cinco (35) são contratados na forma de professores efetivos e vinte e três (23) são contratados pelo regime especial de direito administrativo (REDA). Trinta e cinco (35) são destinados às áreas básicas e vinte e três (23) são contratados para área técnica dos cursos.

Ainda sobre a análise documental, realizada entre os meses de março a julho de 2022, lê-se no PPP, que o CEEPBS, cumprindo com sua responsabilidade social, busca condições para que seu corpo docente possa trabalhar a carga horária destinada pela contratação em regime REDA ou professor efetivo pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) e Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica (SUPROT), planejando os horários de modo que permita aos professores também buscar cursos de formação continuada para melhorar as condições de ensino e sua qualidade técnica e profissional, nesse sentido, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB n. 9.394/96.

Abaixo, no Quadro 2, podemos observar a representação do corpo Técnico-Administrativo do CEEPBS, disponibilizado pela Secretaria de Cursos da instituição, em 2022.

Quadro 2 – Corpo Técnico-Administrativo do CEEPBS, 2022

Nome	Vínculo	Curso que atua (caso seja professor ou Estagiário)	Escolaridade	Graduação	Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado	Quantitativo de horas		
								M	V	N
1	Reda	Recepção	Superior							
2	Reda	Recepção	Superior							
3	Reda	Recepção	Superior incompleto							
4	Efetivo	Secretária	Superior							
5	Reda	Cozinheira	Superior							
6	Reda	Servente	Nível Médio							
7	Reda	Servente	Nível Médio							
8	Reda	Servente	Nível Médio incompleto							
9	Reda	Servente	Nível Fundamental							
10	Reda	Servente	Nível Fundamental							
11	Reda	Merendeira	Nível Médio							
12	Reda	Servente	Médio incompleto							
13	Reda	Merendeira	Nível Médio							
14	Reda	Merendeira	Nível Médio							

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2022.

Para buscar resposta sobre o universo da identidade de gênero, foi possível observar que dos cinquenta e oito (58) professores da escola-campo, quarenta e um (41) são do sexo feminino e dezesseis (17) são do sexo masculino. Observando dentre eles, alguns homens, (05) se autodeclararam com orientações sexuais bem definidas, inclusive os que se definem como homossexuais ou bissexuais.

De acordo com o Quadro de Recursos Humanos da SUPROT, todos os professores têm formação em Nível Superior, sendo Licenciados e Bacharéis. Desses, quarenta e cinco (45) são especialistas e pós-graduados, nove (09) possuem Mestrado e quatro (04) são Doutores.

Sobre a caracterização do corpo docentes, a partir da análise dos Mapas de Classes da Escola-Campo, foi possível verificar que existe uma condição de sazonalidade no número de alunos matriculados, pois pela dinâmica da Educação Profissional e Tecnológica, as modalidades PROEJA e PROSUB têm terminalidade semestral, uma vez que a duração dos cursos são modulares e, portanto, a cada semestre fecha-se um ciclo do curso para essas duas modalidades. Os cursos técnicos na modalidade EPNTM são anuais, portanto, ao analisar os documentos vimos essa condição que difere as escolas da EP das unidades que são Escolas de Ensino Básico Regular.

O levantamento de dados realizado na Etapa I da pesquisa exploratória, feito entre os meses de março de 2021 a dez. de 2021, com apoio de observação *in loco*, direta e assistemática, de coleta e análise documental e conversas informais com comunidade escolar, auxiliou na coleta de dados sobre professores/as e alunos/as, sobre os cursos ofertados na escola, turnos de funcionamento, dentre outras informações importantes para tomadas de decisão pelo pesquisador para a elaboração do projeto de pesquisa.

Durante esse estudo exploratório foi possível verificar que a escola selecionada tem um total de cinquenta e oito (58) professores, que fazem parte do corpo docente, através de concurso público para efetivos e, também, professores contratados pelo REDA - Regime Especial de Direito Administrativo.

Do total de cinquenta e oito (58) professores/as da escola que atuam nos cursos selecionados pela pesquisa, foi escolhido um total de dez (10), sendo cinco (5) professores e cinco (5) professoras das diferentes disciplinas da educação básica que compõem os currículos dos cursos. São elas: Português, Matemática, Biologia, Geografia, História, Educação Física, Sociologia, Mundo do Trabalho.

Como participantes da pesquisa, aqui denominados de interlocutores, foram escolhidos professores/as que decidiram pela participação na pesquisa de forma voluntária. Do total de dez (10) interlocutores, três (3) deles se autodeclararam homossexuais.

Essa escolha pelos interlocutores professores justifica-se porque as disciplinas estabelecida para a pesquisa, onde cada um leciona, refletem linguagens, falas, conceitos, concepções e definições, que se aproximam com os temas transversais de modo interdisciplinar, como sexualidade, diversidade sexual, violência física e simbólica, preconceitos, diversidade nos seus processos de ensino e aprendizagem. Para tanto, foi realizada a análise documental do ementário dessas disciplinas dos cursos selecionados pela pesquisa.

3.3.2 Perfil dos alunos do CEEPBS

Durante a Etapa I, da pesquisa exploratória, foi realizado um levantamento, com apoio da Secretaria de Cursos do CEEPBS, do perfil de alunos/as da escola selecionada como campo de pesquisa, procurando responder o objetivo principal e seus desdobramentos, para buscar dados no Sistema de matrículas da escola, com vistas a selecionar amostra de participantes alunos/as, considerando a importância de analisar a percepção de alunos sobre violência de gênero (LGBTQIA+fobia) nas relações de interações e sociabilidades na sala de aula e cotidiano da Escola Pública Estadual de Ensino Médio, denominada de Centro Estadual de Educação Profissional Biosaúde e Segurança - CEEPBS, localizada em Itabuna, município sediado na região Sul da Bahia.

O levantamento de dados realizado nessa Etapa I da pesquisa exploratória, feita entre os meses de março de 2021 a dez de 2021, com apoio de observação *in loco*, direta e assistemática, de coleta e análise documental e conversas informais com comunidade escolar, auxiliou na coleta de dados sobre professores/as e alunos/as sobre os cursos ofertados na escola, turnos de funcionamento, dentre outras informações importantes para tomadas de decisão pelo pesquisador para a elaboração do projeto de pesquisa.

Para realizar o levantamento de quantidade de alunos/as da escola a pesquisa buscou-se apoio do sistema da Secretaria de cursos da escola e, assim, os dados foram levantados pelo Sistema Integrado de Gestão da Educação - SIGEDUC. Esse sistema foi desenvolvido pela SEC- Secretaria de Educação do Estado da Bahia e foi constatado que a escola possui 1.200 (Hum mil e duzentos) alunos/as matriculados. Sendo que, um total de 980 alunos/as estão matriculados nas disciplinas teóricas e 220 estão em campo de estágios obrigatórios dos cursos técnicos ofertados pela unidade de ensino.

Do total de mil e duzentos (1200) alunos dos cursos selecionados pela pesquisa, foram escolhidos como interlocutores, um total de vinte (20) alunos, que aceitaram participar da pesquisa e o critério escolhido foi para que o resultado seja melhor verificado. Sendo que sete (07) se autodeclararam heterossexuais, seis (06) de homossexuais, duas (02) transgeneros femininos e três (03) bissexuais. E, foram selecionados apenas alunos da modalidade Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM). Pois, para os cursos desses alunos selecionados, a Escola inclui desde as qualificações profissionais técnicas de nível médio (EPTNM), como saídas intermediárias, até a correspondente habilitação profissional do técnico de nível médio, bem como, a especialização técnica de nível médio.

Nela, o aluno complementa profissionalmente o itinerário formativo planejado e ofertado pela instituição.

É importante destacar que a população de alunos da escola-campo são oriundos da zona urbana e rural do município de Itabuna e de outros municípios que formam a Microrregião do Sul da Bahia e Território de Identidade Litoral Sul, que compõem o conjunto de municípios circunvizinhos de Itabuna. São eles: Buerarema, São José da Vitória, Ibicaraí, Floresta Azul, Itapé, Lomanto Junior, Itajuípe, Coaraci e Itapitanga.

Esses alunos procuram essa Escola Pública da Rede Estadual de Educação Profissional em busca dos cursos técnicos ofertados. São eles: Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal. A escola ainda possui o curso técnico em Segurança do Trabalho, que não foi selecionado alunos, participantes da pesquisa. Estes alunos possuem maior idade, jovens e adultos, e o curso é ofertado somente no turno noturno.

Desses cursos relacionados, foram selecionados alunos somente dos cursos técnicos em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal, que funcionam nos turnos matutino e vespertino. Os alunos matriculados nas modalidades PROEJA e PROSUB são todos em idade maior que dezoito (18) anos, já os matriculados na modalidade EPNTM são da faixa etária entre quinze (15) anos a vinte e dois (22) anos.

Para melhor entendimento sobre o perfil dos alunos da escola -campo foi feita uma análise de dados fornecidos pela própria instituição sobre a evasão de alunos entre os meses de março e agosto de 2021, e foi possível perceber que, pelos dados analisados que esses discentes estão na lista da evasão escolar por diferentes motivos, dentre os quais, os principais e mais recorrentes são a necessidade de trabalho, manutenção de vida, outros por dificuldades financeiras, transportes, principalmente os que moram em zonas periféricas com altos índices de violências e, também, da zona rural. Esses dados foram verificados também em anos anteriores para chegar a essa conclusão, pois no ano de 2021 ainda estávamos vivendo o impacto da pandemia da COVID 19. A partir dessa pandemia, muitas mudanças foram observadas no cotidiano e contexto da escola e revelam as dificuldades para a manutenção de jovens no espaço escolar..

Além disso, outros aspectos verificados no perfil desses alunos ao analisar esses dados foi o índice elevado de alunos que se identificam de acordo com a formação religiosa, com valores marcados pela concepção familiar religiosa, com alguns

apresentando problemas emocionais, psicológicos fortes e que exibem em seus corpos sinais de automutilação e distúrbios psicossomáticos, tendo que ser atendidos em sala de multifuncionamento da escola.

Os nomes dos interlocutores envolvidos foram denominados por letras ou nomes fictícios, tanto dos docentes, quanto dos discentes com a intenção de preservar a sua identidade e da instituição onde atuam e estudam.

A questão do sigilo em pesquisa e a construção de nomes fictícios são tomadas de decisão importantes e, logo, no primeiro contato com participantes apresentamos a proposta de criar nomes e da estratégia utilizada para compreender que os nomes, ao mesmo tempo que nomeiam, também produzem sentidos.

3.4 A pesquisa de campo e o encontro com o objeto investigado

Neste subtópico apresentamos a pesquisa de Campo, Fase II, da Etapa II da pesquisa, o processo de pesquisar, as etapas que se interpõem, trazendo descrito em detalhes o caminho metodológico percorrido pelo pesquisador, durante o período de 2021-2023.

Para melhor clareza sobre a investigação, retomamos o objetivo principal formulado pela pesquisa que foi *Analisar a percepção de alunos/as e professores/as sobre violência de gênero (homofobia/LGBTQIA+fobia) entre alunos/as e professor-alunos no cotidiano do Centro Estadual de Educação Profissional Biosaúde e Segurança, observando o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa sobre preconceitos e discriminação contra homossexuais e de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula influenciam (ou não) no combate às violências (homofobia/ LGBTQIA+fobia) no cotidiano escolar.*

Nessa perspectiva, a violência de gênero teve como recorte a homofobia/LGBTQIA+fobia nas relações de interações e sociabilidades entre alunos/as no cotidiano escolar, observando o que dizem/falam/pensam os/as interlocutores/as da pesquisa (professores/as e alunos/as) sobre a homossexualidade, além de observar de que modo o Centro Estadual de Educação Profissional em Biosaúde e Segurança - CEEPBS, sediado no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, procura (ou não) combater preconceitos, discriminação contra pessoas por se assumirem homossexuais nas suas relações escolares com outros alunos e professores.

3.4.1 A entrada no campo, coleta, tratamento e análise de dados

Neste subitem 3.4.1 mostramos os procedimentos de entrada no campo, a forma de coleta, tratamento e análise de dados da pesquisa de campo. Na pesquisa, apresentamos material e métodos, as técnicas aplicadas, destacando as escolhas e opções do pesquisador na aplicação dos métodos, da análise e a interpretação dos dados recolhidos pela investigação.

Além disso, falamos do cuidado em relação à preparação do material empírico para a construção da análise.

De acordo com Bourguignon (2019, p. 89),

O processo da pesquisa exige do(a) pesquisador(a) atenção em relação a um conjunto de elementos que são de natureza objetiva e subjetiva como a experiência pessoal em relação à temática a ser investigada, a fundamentação teórica que garante consistência ao processo de sistematização de conhecimentos, o domínio de procedimentos metodológicos que imprimem materialidade aos objetivos da pesquisa, a disciplina e organização pessoal para cumprir com rigor os prazos acadêmicos, a observação sistemática da realidade em que se insere, a postura ética em relação às decisões pertinentes ao processo, e a capacidade crítica e investigativa que precisa ser alimentada para ultrapassar o dado mais imediato, buscando sempre o novo e proposições que contribuam com práticas e conhecimentos inovadores em relação às discussões desencadeadas pela pesquisa.

A partir dos objetivos traçados pela pesquisa, mostramos o conjunto de procedimentos metodológicos organizados, que foram utilizados para ajudar a investigação e responder ao problema apresentado por esta dissertação.

Como campo de pesquisa para a coleta de dados a opção pelo CEEPBS selecionado foi pelo entendimento, por exemplo, que a escola é, aqui, nesta pesquisa, considerada um lugar de construção de sociabilidades e de educar para a condição humana, cidadania. Contudo, percebemos que essa é uma instituição que ainda mantém no processo pedagógico e relacional, a “pedagogia do insulto”, que atinge de modo grosseiro e perverso, de diversos e diferentes modos, as pessoas LGBTTQIA+, tanto homossexuais femininos como os masculinos, sem precedentes.

Sobre a análise de dados das observações *in loco*, realizada na sala de aula, podemos dizer que nos levaram a perceber o quanto ainda é difícil trabalhar com temas transversais que precisam do comprometimento daqueles que estão ou vão trabalhar com as temáticas que exigem envolvimento no processo de ensino e aprendizagem do aluno/a.

Ao que tudo indica, a escola mostra dificuldades para trabalhar com a articulação entre conteúdos que tratam da diferença e diversidade sexual e de gênero.

Os conteúdos transversais, segundo o Ministério da Educação (MEC),

são temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes. Os temas transversais, nesse sentido, correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana. (BRASIL, MEC, 2022, p. 23)²⁹.

Aqueles que se dispõem desenvolver aprendizados e formação dos que estarão sob a sua escuta, precisam respeitar todas as realidades sociais existentes ao seu redor, construindo diálogos vinculados a princípios e valores que elevem e protejam todos ao seu alcance. Por tudo isso, na escola é preciso desenvolver conteúdos pedagógicos que atraiam a atenção de aluno/a, estimulando-o a práticas e relações que priorizem a inclusão e não a exclusão do outro, a ações que possam colaborar com a construção da dignidade humana, com o exercício da cidadania.

Falar em homossexualidade, violência, gênero, homofobia, é risco para quem acha esses temas abusivos, anormais, tendenciosos e amorais. Foram esses os primeiros sentimentos quando começamos abordar esses assuntos com os interlocutores desta pesquisa, mas ao desenvolver os diálogos, as conversas, os debates, abriu-se um universo de novos relacionamentos, novas perspectivas de falas e de encaminhamentos.

Sobre coleta de dados, Gil (2002) nos diz que,

[...] os estudos de campo costumam ser prolongados e requerer contatos variados com as mesmas pessoas, a cooperação da comunidade é essencial. Nesse sentido, Daniel Katz (1974, p. 85-87) sugere vários procedimentos capazes de auxiliar nesse intento: a) buscar apoio das lideranças locais... b) aliar-se a pessoas ou a grupos que tenham interesse na pesquisa... c) fornecer aos membros da comunidade as informações obtidas... d) preservar a identidade dos respondentes.

Sobre analisar os dados da pesquisa, Gil (2002, p. 133) nos diz.

Muitos estudos de campo possibilitam a análise estatística de dados, sobretudo quando se valem de questionários ou formulários para coleta de dados. No entanto, diferentemente dos levantamentos, os estudos de campo tendem a utilizar variadas técnicas de coleta de dados. Daí por que, nesse tipo de pesquisa, os procedimentos de análise costumam ser predominantemente qualitativos.

²⁹ Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br>, 2022.

Desta forma, seguimos nossos passos em busca de dados, de fontes, de informações e nas conversas percebemos o objetivo desta pesquisa que é analisar a percepção de alunos/as e professores/as sobre violência de gênero (LGBTQIA+fobia) entre alunos/as e professor/a e alunos/as no cotidiano do CEEPBS, observando o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa sobre preconceitos e discriminação contra homossexuais/população LGBTQIA+ e de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula influenciam (ou não) no combate às violências (LGBTQIA+fobia) no cotidiano escolar.

Nos meses de março a julho de 2022, muitas rodas de conversas nos presentearam com falas altamente marcantes, alguns com olhos brilhantes e marejados diziam como era importante para eles participar desses encontros, ouvir relatos de outros colegas que pareciam ser os seus. Uma das falas mais potente foi do professor Wallters. Vejamos o que disse esse interlocutor:

Me sinto representado por esta pesquisa, pois desde minha adolescência e juventude convivi com vários tipos de preconceitos, e olha que na minha época era muito claro as formas de nos chamar de bichinha, viadinho, afeminado. Uma vez pensei em sumir, não voltar mais para a Escola (INTERLOCUTOR WALLTERS, 2022).

Essa fala aumentou o interesse pela investigação do tema e motivou o pesquisador a continuar os estudos e a ter um olhar, um escutar, um ouvir atentos sobre os discursos que se manifestavam nos espaços da escola-campo.

É importante lembrar que o pesquisador atua nessa escola, atualmente, também como vice-diretor financeiro e, assim, a partir das vivências e do contato cotidiano, nos três turnos de funcionamento da escola, foi possível ouvir, escutar, presenciar, perceber, olhar e viver as interações como alunos/as e com o corpo docente. Foi assim que, no momento de contato com o Interlocutor Wallters, foi importante escutar o que ele tinha para dizer na conversa informal de que se sente “*representado por esta pesquisa*”. Como também, foi nesse momento que tivemos a oportunidade de ouvir de um outro professor que decidiu pela não participação na investigação e por isso, não foi selecionado como interlocutor da pesquisa. Contudo, durante o cotidiano da escola, sempre que surgiam momentos de conversas informais sobre o tema, em tempo-espacos livres na escola, como intervalos de recreio, reuniões na sala dos professores, nos corredores, reuniões de professores, surgiam comentários sobre as diversas percepções acerca do tema.

É relevante ressaltar que a escola abre essa oportunidade para o diálogo sobre o tema, tanto para alunos/as como para o corpo docente e funcionários, com a organização de eventos, abertura de espaços de diálogo. Nesse contexto, a fala de um professor me causou angústia como pesquisador e homossexual o qual foi enfático em sua resposta:

não participo e não concordo com essa pesquisa sobre gênero, prefiro as minhas convicções religiosas, sou seu amigo, mas não concordo (PROFESSOR ZILDO, 2022).

Depois, em minha rede social, esse professor escreveu pedindo desculpas, tornou a confirmar sua fala e após isso apagou. Em contraposição a esse posicionamento do professor, durante uma conversa, foi possível ouvir de uma Professora que

a escola estava necessitada de discussões de temas como esses, transversais e propositivos (INTERLOCUTORA ADIELLE, 2022).

Isso nos motivou a continuar a pesquisa e focar no objetivo da mesma. Nesse percurso ainda não haviam sido aplicados os instrumentos como entrevistas para os professores e formulários para os alunos, pois ainda não havia recebido a resposta da análise do Projeto pelo CEP/UESB. Mas o pesquisador trabalha na escola-campo e foi muitas vezes provocado a ouvir, auscultar, observar, conviver e escutar muitas coisas boas e outras que não gostaria de ouvir, mas como pesquisador sabia como deveria se comportar dentro do campo de pesquisa, com impessoalidade, olhar distanciado, foco no problema e nos objetivos que exigiam respostas, conforme as orientações da pesquisa científica.

Como nos diz bell hooks (2013 p. 114-115)

O ato de ouvir coletivamente uns aos outros afirma o valor e a unicidade de cada voz. Esse exercício ressalta a experiência sem privilegiar as vozes dos alunos de um grupo qualquer. Ajuda a criar uma consciência comunitária da diversidade das nossas experiências que podem informar o modo como pensamos e o que dizemos. Visto que esse exercício transforma a sala de aula num espaço onde a experiência é valorizada, não negada nem considerada sem significado, os alunos parecem menos tendentes a fazer do relato da experiência [...].

Desse modo, ouvindo os/as alunos/as, em conversas informais e momentos de “bate-papo” sobre o tema, que ocorreram em diferentes espaços escolares, diferentes momentos e horários. Aqui, destacamos um desses momentos de diálogos como muito importante, quando de forma voluntária uma das alunas, a interlocutora G, nos surpreendeu com seu depoimento e a sua opinião sobre a relevância desta pesquisa, assim:

Minha opinião sobre a proposta e o objeto dessa pesquisa, acho a abordagem desse tema extremamente necessária. Deveria ser algo mais frequente na escola, principalmente nas escolas de ensino médio. Muitos alunos se descobrem na adolescência e isso é uma luta interna, já passou da hora de quebrar os tabus... A escola deveria tratar essa pauta como prioridade. Nas escolas o preconceito e a homofobia é algo que acontece frequentemente, a escola tem obrigação de ajudar esses alunos que sofrem, e ajudar os outros alunos como é importante, respeitar, independente da sua orientação sexual ou da identidade de gênero..." professor, queria recitar uma poesia minha, posso?

Me falaram que sou bi, que esse papo de lésbica é só uma fase.

Me chamaram de vazia por pular em vários relacionamentos sem futuro.

Me disseram que sou insegura, que só finjo ser madura.

Me falaram que sei cantar, que tenho o dom.

Me falaram também que canto mal e que meus textos são tediosos.

Me falaram que amei fulana e nunca superei ciclana

Me falaram que o cabelo loiro combinava mais comigo

E que academia me deixaria mais bonita.

Me despreveram, me apresentaram, me definiram...

São várias pessoas de mim, várias que me contaram e muitos "eus" que não conheci.

Mas na real? Quem eu sou?

Uns me nomeiam puta, outros burra. Já eu, me nomeio muda.

Observo e ouço quem sou todos os dias e não me encaixo em ser eu.

Quem sou? Como me vejo? Ainda me vejo?

Eu sei que sou mulher, sou lésbica

Sou certeza e indecisão

Sou paixão e sou tristeza Sou fraca e resistência

Sou orgulho e decepção.

Sou a pessoa que não sabe dizer não,

Mas falo pouco sim

Eu sou tudo aquilo que falam sobre mim.

Sou alguém e não sei quem sou,

que se perdeu ou que nunca se achou.

Tu sabes quem tu és?

porque eu sou alguém, mas, não sei quem sou (G, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Nos mês de junho de 2022, um fato ocorrido com uma das participantes da pesquisa, a Interlocutora M, que se autodeclarou transgênero feminino, fez com que este pesquisador se fortalecesse e buscasse cada vez mais promover a busca do respeito para a população LGBTQIA+. Ela afirmou que havia sofrido preconceito LGBTQIA+fóbico em um hospital no Município de Camacan-BA, cidade da Região Cacaueira, Território Litoral Sul. A aluna M comentou:

Precisei buscar atendimento médico em uma instituição hospitalar e, estando neste local, mesmo advertindo que queria ser chamada por meu nome social, os atendentes, por diversas vezes, me chamava pelo nome de registro ou nome morto. Novamente me dirigi a outra atendente e pedi que fosse atendido meu pedido, a atendente disse que me chamaria pelo nome social e tempo depois gritou meu nome de registro causando constrangimento e tristeza (M, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Esse caso foi registrado em delegacia e divulgado em Rede de TV regional (TV Santa Cruz). Mediante esse caso, sentindo a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a pesquisa, ficamos atentos as falas, conversas que ocorriam na escola-campo para auscultar os/as alunos/as. M é aluna do curso Técnico em Enfermagem, na modalidade EPTNM. Foi possível observar que ela estava motivando outros interlocutores, tanto professores/as, quanto alunos/as para que a escola ampliasse o debate sobre as violências de gênero e ouvimos quando falou da necessidade de discutir a realidade das nossas políticas públicas, principalmente pelos discursos que vêm sendo desenvolvidos pelo Governo Federal que atuou até o ano 2022.

Nesse contexto de pesquisa foram observados também os movimentos cotidianos de alunos/as, corpo docente, participando de diálogos, manifestando suas opiniões sobre informações que eram passadas pelos/as alunos/as aos seus colegas e professores. Assim, ficamos atentos aos discursos dos docentes, as ações desenvolvidas no CEEPBS sobre gênero e violência e, no dia a dia da escola foi possível vivenciar momentos de discussão entre professores/as, alunos/as e ainda, analisar os projetos pedagógicos dos cursos pesquisados e outras atividades que são desenvolvidos na unidade educacional.

3.4.2 Perfil dos professores/as da pesquisa e por que escolheram a profissão professor/a

Este subitem apresenta o perfil do/a professor/a pesquisado/a, buscando responder ao desdobramento da pesquisa que procurou *(b) Realizar levantamento de dados, na Etapa II da pesquisa, sobre categorias, variáveis necessárias ao aprofundamento do conhecimento sobre o objeto pesquisado* e percebeu a importância de investigar o perfil dos professores pesquisados.

Para tanto, foi aplicado um formulário fechado e aberto e um roteiro de entrevista semiestruturada, cujos instrumentos foram elaborados com as mesmas questões com

objetivo de fazer a triangulação de dados quantitativos e qualitativos, detalhamento exigido pela abordagem descritiva. Podemos observar na Tabela 1, o total de dez (10) entrevistados/as, respondendo sobre seu nome, idade e sexo, o que cada um/a deles/as respondeu sobre essas variáveis e, assim, a pesquisa traçou o perfil dos/as interlocutores/as. Vejamos na Tabela:

Tabela 1: Identificação do nome, idade e sexo dos/as professores/as, interlocutores/as da pesquisa, 2022

Nome dos/as professores/as interlocutores/as da Pesquisa	Questão da Pesquisa: Qual sua idade e sexo?							
	Idade					Sexo		
	Menos de 25	26 a 31	32 a 37	38-43	Mais de 43	Masculino	Feminino	Outro
Adrielle					1		1	
Alberthe					1	1		
Mariageu					1		1	
Laurence	1					1		
Lilianat					1		1	
Robinstain				1		1		
Maristela					1		1	
Florisvan				1		1		
Veronice			1				1	
Walters				1		1		
TOTAL	1	0	1	3	5	5	5	

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2022

Quando foram perguntados sobre qual a sua formação, titulação, qual o curso que possui na graduação e pós-graduação, como é possível observar na Tabela 2, do total de dez (10) entrevistados que responderam ao formulário fechado e aberto, quatro (4) responderam que possuem especialização, quatro (4) mestrado, um (1) doutorado e um (1) mestrando. Sendo que, do total de dez (10) professores entrevistados, cinco (5) responderam que são do sexo feminino e cinco (5) que são do sexo masculino e nenhum respondeu que possui outro sexo. Vejamos a Tabela 2, abaixo:

Tabela 2 – Dados sobre formação, titulação e cursos dos/as professores/as do CEEPBS, 2022

Nome dos/as interlocutores/as da Pesquisa	Questões da Pesquisa e respostas dos/as interlocutores/as						
	Formação		Curso da graduação	Titulação	Curso de Pós- graduação		
	Bacharelado	Licenciatura			Especialização	Mestrado	Doutorado
Adrielle	0	1	1	0	1	0	0
Alberthe	0	1	1	0	1	0	0
Mariageu	0	1	1	0	1	0	0
Laurence	0	1	1	0	0	1	0
Lilianat	0	1	1	0	0	1	0
Robinstain	0	1	1	0	1	0	0
Maristela	0	1	1	0	0	1	0
Florisvan	1	1	1	0	0	1	0
Veronice	0	1	1	0	0	0	1
Walters	0	1	1	0	1	0	0
TOTAL	1	10	10	0	4	4	1

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2022.

Quando perguntado sobre por que é professor/a, do total de dez (10) interlocutores/as que responderam esta questão, sete (7) deles afirmaram: *Porque gosto de ser professor*, nenhum interlocutor respondeu: *Não tive outra opção e/ou Tenho outra formação mas gosto da profissão professor* e três (3) responderam que *Não têm opinião*.

É possível observar que a profissão professor, como afirma Paulo Freire (1993), entendida como o aprendizado do docente ao ensinar não se faz necessariamente através da retificação que o aprendiz lhe faça de erros observados.

Para o autor (1993), o aprendizado do ensinante ao ensinar se verifica à medida em que o ensinante, humilde, aberto, se ache permanentemente disponível a repensar o pensado, rever-se em suas posições. Essas posições são aquelas em que o professor procura envolver-se com a curiosidade dos alunos e dos diferentes caminhos e veredas, que ela os faz percorrer. Portanto, fica claro nas palavras e pensamentos de Freire que é no decorrer do percurso do ensino-aprendizado que se formará o corpo do professor, com suas dúvidas, dilemas e conclusões.

Alguns desses caminhos e algumas dessas veredas, que a curiosidade às vezes quase virgem dos alunos percorre, estão grávidas de sugestões, de perguntas que não foram percebidas antes pelo ensinante.

Desta forma, essa pesquisa precisa continuar nas escolas. “do ensinante ao ensinar se verifica à medida em que o ensinante, humilde, aberto, se ache permanentemente disponível a repensar o pensado, rever-se em suas posições...” (1993, p. 27-38). Essa é a grande contribuição de Freire (1993) na Carta ao professor, reveladaa no trecho do livro *Professora sim, tia não*.

Como disse Freire (1993, p. 42): “O educador se eterniza em cada ser que educa.” No poder dessa frase está inserida a esperança e afetividade aos professores e professoras, lembrando que as dificuldades existem e sempre existirão, mas a prática do encantar em sala de aula está a condição suprema do ser educador.

A troca do ensinar e aprender mutuamente acontecem no dia a dia, mudando e transformando vidas, motivando no educando a vontade de ser diferente e que sua diferença alcance o mundo, construindo a grande teia do saber que metaforicamente transporta ao entendimento racional.

Do total de 10 professores que justificaram o motivo de ter escolhido como profissão *Ser Professor*, como foi possível observar em suas narrativas, os diferentes motivos que foram explanados: por atenção e memória do cotidiano familiar, a mãe sendo

professora, tendo feito faculdade em área de atuação, disciplinas que o levaram a sala de aula, experimentou e gostou, nas brincadeiras da infância, observando seus professores, assim surgiu o gostar de ser professor. O que nos fez e faz questionar é quando um professor não tem motivo para ser professor, e na sua trajetória diária o seu ser professor é sem significado, justificando que está ali por não ter outra opção profissional. Vejamos o que diz os/as interlocutores/as no Quadro 3, abaixo:

Quadro 3: Por que o/a interlocutor/a da pesquisa escolheu “Ser Professor/a” (?), 2022

Nome do Professor, interlocutor da pesquisa	Questão da pesquisa: Você é professor/a...				
	Porque gosto de ser professor	Não tive outra opção	Tenho outra formação, mas gosto da profissão professor	Não tem opinião	Justifique sua resposta
Adrielle	0	0	0	1	<i>Não tenho opinião, passei em vestibular na área de Biologia e fiz concurso público para a rede estadual. Hoje amo ser professora..</i>
Alberthe	0	0	0	1	<i>Não quis justificar.</i>
Mariageu	1	0	0	0	<i>Sempre quis ser professora, desde pequena vendo minha mãe em sua tarefa diária, sendo professora.</i>
Laurence	1	0	0	0	<i>Ao ver meus professores em sala de aula.</i>
Lilianat	1	0	0	0	<i>Fiz Filosofia querendo ensinar, transformar, questionar com os alunos.</i>
Robinstain	1	0	0	0	<i>Vendo minha mãe no dia a dia professorando.</i>
Maristela	1	0	0	0	<i>Desde pequena brincava sendo professora, minha primeira professora, meu exemplo.</i>
Florisvan	1	0	0	0	<i>Vontade que surgiu na minha infância, vendo meus professores.</i>
Veronice	0	0	0	1	<i>Não sei opinar</i>
Wallters	1	0	0	0	<i>Vendo minha mãe.</i>

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2022

Na escala utilizada pela pesquisa para essa questão do formulário e da entrevista aos interlocutores/as foi solicitado que cada pesquisado justificasse sua resposta e, de acordo com os dados analisados, os motivos foram os abaixo relacionados, conforme a fala de cada um/a deles/as:

Não tenho opinião, passei em vestibular na área de Biologia e fiz concurso público para a rede estadual. Hoje amo ser professora. (INTERLOCUTORA ADRIELLE, 2022). [grifo nosso]

Dessa forma, buscamos responder ao objetivo da pesquisa descritiva, considerando a Questão sobre dados pessoais e perfil profissional dos interlocutores que procurou saber sobre a sua identificação, formação, titulação e por que escolheu ser professor.

Para melhor conhecimento sobre o perfil do/a professor/a participante da pesquisa, vejamos no Quadro 3 uma descrição detalhada das respostas dos/as interlocutores/as das Tabelas 1 e 2.

Quadro 4 – Perfil do Professor no CEEPBS, 2022

Nome dos/as professores/as	Dados pessoais e perfil profissional dos interlocutores: Identificação, formação, titulação e porque escolheu ser professor
Adrielle	Professora, idade maior que 43 anos, sexo feminino, licenciada em Ciências Biológicas, especializada em Biologia vegetal Metodologia de ensino para a Educação Profissional, escolheu ser professora, mas não tem opinião sobre o porquê é professora.
Alberthe	Professor, idade maior que 43 anos, sexo masculino, licenciado em Letras, especialista em Letras Língua Inglesa, pós graduado em Comunicação em Rádio e TV, escolheu ser professor, mas não tem opinião sobre o porquê escolheu ser professor.
Mariageu	Professora, idade maior que 43 anos, sexo feminino, licenciada em Pedagogia, pós graduada em Planejamento Educacional e Coordenação Pedagógica, escolheu ser professora, porque gosta de ser professora.
Laurence	Professor, idade menos de 25 anos, sexo masculino, licenciado em Ciências Biológicas, pós graduando em Educação em Ciências e Matemática, escolheu ser professor porque gosta de ser professor.
Lilianat	Professora, idade maior que 43 anos, sexo feminino, licenciada em Filosofia, pós graduada em Filosofia contemporânea e Educação, Mestra, escolheu ser professora porque gosta de ser professora.
Robinstain	Professor, idade entre 38 e 43 anos, sexo masculino, licenciado em Ciências Biológicas, pós graduando em Educação Ambiental e Docência em educação Profissional, Mestrando em Educação, escolheu ser professor porque gosta de ser professor.
Maristela	Professora, idade maior de 43 anos, sexo feminino, licenciada em Letras e Mestra em Letras: Linguagens e Representações, é professora porque gosta de ser professora.
Florisvan	Professor, idade entre 38 a 43 anos, sexo masculino, licenciado em Geografia e Bacharel em Direito, Mestre em Formação de Professores da Educação Básica, escolheu ser professor porque gosta de ser professor.
Veronice	Professora, idade entre 32 a 37 anos, sexo feminino, licenciada em Ciências Biológicas, pós graduada em biotecnologia de micro-organismos e doutora em microbiologia, é professora, mas não tem opinião sobre o porquê escolheu ser professora.
Wallters	Professor, idade entre 38 a 43 anos, sexo masculino, licenciado em Ciências Biológicas, especializado em Ensino de Biologia, escolheu ser professor porque gosta de ser professor.

Fonte: arquivo da pesquisa, 2022.

As questões sobre idade, sexo, formação e titulação do Roteiro de entrevista e das questões do formulário fechado e aberto, aplicados aos professores, interlocutores da pesquisa, foram pensadas para que pudéssemos desenvolver o quadro de informações do perfil dos interlocutores, de forma que pudessem livremente responder sobre cada um, como querem ser identificados.

De acordo com os resultados obtidos, a professora Adrielle respondeu que tem idade maior que 43 anos, sexo feminino, licenciada em Biologia, especializada em Biologia vegetal e Metodologia de Ensino para a Educação Profissional e escolheu ser professora, mas não possui opinião sobre o porquê é professora.

O professor Alberthe respondeu que tem idade maior que 43 anos, sexo masculino, licenciado em Letras, especialista em Letras Língua Inglesa, pós-graduado em

Comunicação em Rádio e TV, escolheu ser professor, mas não tem opinião do motivo pelo qual escolheu ser professor.

A professora e coordenadora pedagógica Mariageu respondeu que tem idade maior que 43 anos, sexo feminino, licenciada em Pedagogia, especializada em Planejamento Educacional e Coordenação Pedagógica, escolheu ser professora porque gosta de ser professora.

Quando perguntado sobre essas questões, o Professor Laurence respondeu que tem idade menos de 25 anos, sexo masculino, licenciado em Ciências Biológicas, pós-graduando em Educação em Ciências e Matemática, escolheu ser professor porque gosta de ser professor.

Do mesmo modo, a professora Lilianat respondeu que tem idade maior que 43 anos, é do sexo feminino, licenciada em Filosofia, pós-graduada em Filosofia contemporânea e Educação, Mestre em Filosofia Contemporânea, escolheu ser professora porque gosta de ser professora.

O professor Robistain respondeu que tem idade entre 38 e 43 anos, sexo masculino, licenciado em Ciências Biológicas, pós-graduando em Educação Ambiental e Docência em educação Profissional, Mestrando em Educação, escolheu ser professor porque gosta de ser professor.

A professora Maristela respondeu que tem idade maior que 43 anos, sexo feminino, licenciada em Letras e Mestra em Letras: Linguagens e Representações, é professora porque gosta de ser professora e o professor Florisvan respondeu que tem idade entre 37 a 43 anos, sexo masculino, licenciado em Geografia e Bacharel em Direito, Mestre em Formação de Professores da Educação Básica, escolheu ser professor porque gosta de ser professor.

A professora Veronice respondeu que tem idade entre 32 a 37 anos, sexo feminino, licenciada em Ciências Biológicas, pós graduada em biotecnologia de micro-organismos e doutora em microbiologia, é professora, mas não tem opinião por que escolheu a profissão.

Enquanto que, o professor Wallters respondeu que tem idade entre 38 a 43 anos, sexo masculino, licenciado em Ciências Biológicas, especializado em Ensino de Biologia, escolheu ser professor porque gosta de ser professor.

Diante do resultado das respostas analisadas, podemos verificar que o perfil da maioria dos interlocutores é de professores jovens, numa faixa etária que vai dos 32 e 43 anos de idade, poucos têm mais de 43 anos e outros com idade maior que 50 anos, todos

graduados, especialistas e pós-graduados em áreas afins à sua formação acadêmica. Além de quatro mestres, um mestrando e uma doutora.

Sobre o tempo de atuação do Professor no CEEPBS e na Educação Profissional, além de suas justificativas sobre suas narrativas que respondem se gostam de trabalhar nessa instituição de ensino, podemos verificar na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3: Há quanto tempo o/a professor/a trabalha no CEEPBS e se gosta de trabalhar nessa instituição, 2022

Nome dos/as professores/as interlocutores/as da Pesquisa	Questão da Pesquisa: 2. Sobre a atuação do Professor no CEEPBS e na Educação Profissional									
	2.1 Há quanto tempo você trabalha nesse CEEP?					Gosta de trabalhar no CEEPBS, Itabuna – BA?				
	Menos de 6 meses	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	de 3 a 4 anos	mais de 5 anos	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião
Adrielle	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Alberthe	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Mariageu	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
Laurence	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Lilianat	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Robinstain	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Maristela	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Florisvan	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Veronice	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Walters	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
TOTAL	0	0	2	1	7	7	0	3	0	0

É possível observar na Tabela 3 que, do total de dez (10) professores que responderam a questão que pergunta sobre Há quanto tem você trabalha nesse CEEPBS?, apenas dois (2) interlocutores tem de 1 a 2 anos no CEEPBS, um (1) respondeu que tem de 3 a 4 anos e a maioria, sete (7) interlocutores responderam que têm mais de 5 anos nessa escola. E quando perguntados sobre se Gosta de trabalhar no CEEPBS, Itabuna – BA?, do total de dez (10) que responderam essa questão, sete (7) afirmaram que “sim”, nenhum deles respondeu que “não”, mas três (3) disseram que gostam muito de trabalhar nessa instituição.

Quando foi pedido que justificassem suas respostas sobre por que Gosta de trabalhar no CEEPBS, Itabuna – BA?, as justificativas foram as seguintes:

- *Um excelente quadro de profissionais comprometidos com a Educação* (INTERLOCUTORA ADRIELLE, 2023).

- *Colegas e ambiente agradável.* (INTERLOCUTOR ALBERTHE, 2023).

- *A formação profissional possibilita o alcance de sonhos e objetivos na vida dos estudantes.* (INTERLOCUTORA MARIAGEU, 2023).

- *Gosto muito de trabalhar no CEEPBS, pois me sinto parte de uma unidade de ensino que busca sempre a excelência no processo formativo dos estudantes, promovendo uma formação humana e acolhedora. Além disso, de modo geral, é prazeroso compor um corpo de servidores*

comprometidos com melhorias para Educação e que se respeitam (INTERLOCUTOR LAURENCE, 2023).

- *É uma escola dinâmica, envolvida com a comunidade, de extrema qualidade, mesmo com todas as dificuldades.* (INTERLOCUTORA LILIANAT, 2023).

- *A escola possibilita um trabalho diversificado.* (INTERLOCUTOR ROBINSTAIN, 2023).

- *É um local de trabalho que possibilita interações, diálogos constantes entre professores, gestão e alunos. O que mais gosto no CEEP são as interações mencionadas entre professor x professor e professores e alunos.* (INTERLOCUTORA MARISTELA, 2023).

- *Enxerga numa dimensão social formativa, sendo uma escola dinâmica, comprometida com a formação técnica e profissional dos estudantes, os tonando profissionais em várias cidades e campos de atuação.* (INTERLOCUTOR FLORISVAN, 2023).

- *Pois é uma escola organizada.* (INTERLOCUTORA VERONICE, 2023).

- *Gosto do ambiente de trabalho, do comprometimento da equipe com uma educação pública de qualidade e emancipatória.* (INTERLOCUTOR WALTERS, 2023).

A atuação dos professores nesse universo da Educação Profissional precisa ser muito bem programada, pois sendo ela de ensino muito sazonal, ou seja, a semestralidade dos cursos provocam no seu dinamismo curricular a necessidade de preservar os professores da área básica e técnica para os cursos na modalidade EPTNM durante o ano, para PROEJA e PROSUB durante os módulos semestrais. Na mudança de módulos, graduação dos cursos, temos que aproveitar as habilidades e competências dos professores técnicos, e muitas vezes bacharéis, para cobrir toda carga horária das disciplinas específicas dos cursos.

Em determinado momento os/as professores/as não só ministram aulas em disciplinas de sua formação, como também são programados em disciplinas que têm facilidade de compreensão dos seus conteúdos programáticos. Nesse sentido, é necessário que os professores conheçam na íntegra a matriz curricular de cada curso para que possam organizar suas aulas mediante os conhecimentos que possuem. Foi possível observar que é uma “batalha” a distribuição de carga horária para todos os professores, pois a escola precisa estar atenta às suas condições, conhecimento e habilidades de formação dos professores, para que possam ministrar algumas disciplinas específicas que estão

diretamente ligadas à formação do estudante em sua área de atuação técnica, principalmente os professores que estarão à frente das disciplinas específicas e ou técnicas.

Desses interlocutores, sete (7) deles trabalham 40 horas/aulas e três (3) têm carga horária de 20 horas/aulas na escola. Sete (7) são de vínculo efetivo e três (3) são redas. Para os efetivos, que ocupam as disciplinas da área básica é mais tranquilo. Os professores são contratados através de concurso público e só saem da escola por necessidade própria ou com aposentadoria, mas os de vínculo Regime Especial de Direito Administrativo - REDA, são na maioria bacharéis, têm seus contratos com vencimentos entre dois (2) e quatro (4) anos e só podem ser renovados com nova seleção pública e, por isso, às vezes a escola fica sem esse profissional por mais de dois (2) meses, causando transtornos aos estudantes e à formação dos mesmos.

Para motivar a participação equânime de gêneros, foram escolhidos cinco professores e cinco professoras, sendo sete efetivos e três REDAs. A pesquisa também perguntou sobre a autodeclaração de gênero dos professores e obteve as seguintes respostas: cinco mulheres cis, três homens cis, dois homossexuais, conforme apresentados no Quadro 5, abaixo.

Quadro 5 – Perfil dos professores, identidade de Gênero, 2022

Nome	Perfil dos professores, interlocutores da pesquisa sobre Gênero
Adrielle	Mulher, sexo feminino, hetero
Alberthe	Homem, sexo masculino, homossexual
Mariageu	Mulher, sexo feminino, hetero
Laurence	Homem, sexo masculino, hetero
Lilianat	Mulher, sexo feminino, hetero
Robinstain	Homem, sexo masculino, hetero
Maristela	Mulher, sexo feminino, hetero
Florisvan	Homem, sexo masculino, homossexual
Veronice	Mulher, sexo feminino, hetero
Wallters	Homem, sexo masculino, hetero

Fonte: arquivo da pesquisa, 2022.

Para a construção do Quadro 5 e atendendo a liberdade e o respeito a individualidade de todos os entrevistados, foi perguntado a cada um em particular se no momento do debate, se sentiriam livres para responder a esta questão de identidade de gênero, todos foram unânimes que queriam responder sim sobre o gênero na atividade proposta.

Quando perguntados sobre a Questão 2.2 *Há quanto tempo trabalha com a Educação?* e a Questão *Há quanto tempo trabalha com a Educação Profissional?*, correspondente a Questão 2 que pergunta *Sobre a atuação do Professor no CEEPBS e na*

Educação Profissional, do formulário fechado e aberto e da entrevista semiestruturada os/as interlocutores/as responderam de diferentes formas, podendo ser verificadas suas respostas na Tabela 4, abaixo:

Tabela 4: Sobre quanto tempo o/a professor/a trabalha com a Educação e com a Educação Profissional 2022

Nome dos/as professores/as interlocutores/as da Pesquisa	Questões da Pesquisa									
	2.2 Há quanto tempo trabalha com a Educação?					2.3 Há quanto tempo trabalha com a Educação Profissional?				
	Menos de 6 meses	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	de 3 a 4 anos	mais de 5 anos	Menos de 6 meses	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	de 3 a 4 anos	mais de 5 anos
Adrielle	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Alberthe	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
Mariageu	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Laurence	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Lilianat	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Robinstain	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
Maristela	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Florisvan	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Veronice	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Walters	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0
TOTAL	0	0	1	1	8	0	0	3	1	6

A pesquisa também investigou sobre a participação do/a professor/a em cursos de qualificação na educação profissional e sobre em que cursos ministra aulas no CEEPBS, utilizando como instrumentos o formulário fechado e aberto e a entrevista semiestruturada.

Do total de dez (10) interlocutores que responderam a Questão 2.4 *Você participou de algum curso de qualificação em Educação Profissional?*, cinco (5) responderam que sim, cinco (5) disseram que não. E nenhum/a interlocutor/a respondeu que já participou muito, como também, que participou pouco, ou que não tem opinião.

Sobre o item 2.5.5 *Em que ano desse(s) curso(s) você ministra aulas?*, do total de dez (10) que responderam a essas duas perguntas nos dois instrumentos aplicados, o formulário e a entrevista, a professora Adrielle afirmou que trabalha nos cursos nos 1º e 2º Anos da modalidade EPTNM, no 1º módulo da modalidade PROSUB e 1º e 2º módulos da modalidade EJA, na disciplina de Biologia.

Quando perguntados 2.5 *Em que curso você ministra aulas no CEEPBS?* 2.5.1 a resposta foi a seguinte: Adrielle ministra aulas em Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética; Alberthe ministra aulas em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal; Mariageu por ser coordenadora pedagógica não ministra aulas, Laurence ministra aulas em Análises Clínicas, Biotecnologia, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal; a professora Lilianat respondeu que ministra aulas em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal; o professor Robinstain ministra aulas em Análises Clínicas,

Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal; a professora Maristela respondeu que ministra aulas em Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal; o professor Florisvan por ser o diretor da escola não ministra aulas neste momento. A professora Veronice respondeu que ministra aulas em Análises Clínicas, Biotecnologia, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal; por fim o professor Wallters respondeu que ministra aulas em Análises Clínicas, Biotecnologia, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal.

Percebe-se portanto, que os interlocutores, em sua maioria está em contato com todos os alunos interlocutores, pois estão ministrando aulas em quase todos os cursos técnicos.

Tabela 5: Sobre a participação do/a professor/a em curso de qualificação em Educação Profissional, 2022

Nome do Professor	Questões da Pesquisa													
	2.4 Você participou de algum curso de qualificação em Educação Profissional?					2.5 Em que curso você ministra aulas no CEEPBS?						Em que ano desse/s curso/s (EPTNM) você ministra aulas?		
	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tem opinião	Análises Clínicas	Biotecnologia	Gerência em Saúde	Nutrição e Dietética	Saúde Bucal	Outros	1º ano	2º ano	3º ano
Adrielle	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	0
Alberthe	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0
Mariageu	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Laurence	0	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1
Lilianat	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1
Robinstain	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Maristela	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Florisvan	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Veronice	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1
Walters	0	1	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1
TOTAL	5	5	1	0	0	6	8	5	8	8	4	7	8	7

Fonte: da pesquisa, 2022.

Retomando as questões representadas nas Tabelas 3, 4 e 5, mostramos o Quadro 5, (ver p. 160), que apresenta uma descrição das respostas dos/as professores/as, com a intenção de apresentar de forma mais detalhada o modelo de atuação dos/as interlocutores/as, pois, os depoimentos desses participantes representam a importância de suas experiências no campo pesquisado, e que a partir de então, eles/as se construíram como comunidade escolar do CEEPBS e tentam nesse espaço desenvolver uma relação de respeito com seus pares, alunos/as e outros segmentos no espaço escolar.

A professora Adrielle declara gostar de atuar nesta escola, pois, na sua concepção

[...] a escola possui um excelente quadro de profissionais comprometidos com a educação, está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos (INTERLOCUTORA ADRIELLE, 2023)

A professora Adrielle já se qualificou pela EP Bahia, especialização em Metodologia para educação profissional, ministra aulas nos cursos de Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética turmas de 1º, 2º anos EPTNM e turmas de PROEJA 1º e 2º módulos com a disciplina de Biologia.

O professor Alberthe, está há mais de 5 anos na educação profissional. Acreditamos, aqui, ter sido um erro de interpretação sua resposta, pois o mesmo veio transferido de outra instituição escolar por motivo da extinção de sua unidade escolar de origem e tal instituição não era educação profissional. No CEEPBS, o professor ministra aulas nos cursos de Análises Clínicas, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal turmas de 1º, 2º Anos EPTNM e turmas de PROEJA 1º, 2º e 3º módulos com as disciplinas de Língua Portuguesa e Inglês. E diz que gosta da escola porque

[...] possui colegas e ambiente agradável (INTERLOCUTOR ALBERTHE, 2023).

A professora Mariageu, atua no CEEPBS há mais de 5 anos, já se qualificou pela EP Bahia, formação oferecida pela SUPROT/SEC, é Coordenadora Pedagógica e que por isso, trabalha nas três modalidades ofertadas pela escola e diz que gosta muito de atuar nesta escola, justificando que,

[...] a formação profissional possibilita o alcance de sonhos e objetivos na vida dos estudantes e estou na educação e na educação profissional há mais de 5 anos. (INTERLOCUTORA MARIAGEU, 2023)

O professor Laurence atua na escola entre 1 a 2 anos, está na educação e na educação profissional de 1 a 2 anos, não se qualificou pela EP Bahia. Ministra aulas nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM, com as disciplinas EPTNM: Anatomia humana, Fisiologia Humana, Fundamentos de Anatomia, Biossegurança, Microbiologia, Biologia Celular e Molecular, Metodologia do Trabalho Científico, Biologia, Botânica e Fitoterapia, Introdução a Biotecnologia e Bioprocessos Industriais, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho. Subsequente: Empreendedorismo e Intervenção Social e no EJA: Empreendedorismo e Intervenção Social. E justificou que,

[...] gosto muito de trabalhar no CEEPBS, pois me sinto parte de uma unidade de ensino que busca sempre a excelência no processo formativo dos estudantes, promovendo uma formação humana e acolhedora. Além disso, de modo geral, é prazeroso compor um

corpo de servidores comprometidos com melhorias da Educação e que se respeitam (INTERLOCUTOR LAURENCE, 2023) .

A profesora Lilianat atua no CEEPBS há mais de 5 anos, gosta de atuar nesta escola, está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos, já se qualificou pela EP Bahia, ministra aulas nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM, com as disciplinas de Filosofia, MTC, Projeto de Vida e MP.

O professor Robinstain atua no CEEPBS de 1 a 2 anos, gosta de atuar nesta escola, porque é uma “*equipe diversificada e motivadas*”, está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos, qualificou-se pela EP Bahia. Ministra aulas nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM, com as disciplinas de Anatomia e Microbiologia.

A professora Maristela atua no CEEPBS há mais de 5 anos. Está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos, não se qualificou pela EP Bahia, mas participou de cursos de curta duração, palestras, além de ler e procurar informar-se sobre essa modalidade. Ministra aulas nos cursos de Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º anos EPTNM, SUBSEQUENTE E EJA, com as disciplinas de Língua Portuguesa, Literatura, Redação, Metodologia do Trabalho Científico. E gosta de atuar nesta escola,

[...] pois encontra no CEEP um ambiente propício para as discussões que abordam temas diversos, com foco na aprendizagem e na formação de sujeitos que não tenham só a formação técnica, mas também a humana.

O professor Florisvan respondeu que atua no CEEPBS há mais de 5 anos, gosta de atuar nesta escola, está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos, não se qualificou pela EP Bahia. *Em 2022 tornou-se Diretor geral desta Instituição de Ensino.* ministrava aulas nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM na disciplina de Geografia.

A professora Veronice respondeu que atua no CEEPBS há mais de 5 anos, gosta de atuar nesta escola, está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos, já se qualificou pela EP Bahia, ministra aulas nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM, com as

disciplinas Técnicas dos Cursos. O professor Wallters respondeu que atua no CEEPBS de 3 a 4 anos. Está na educação e na educação profissional de 3 a 4 anos, não se qualificou pela EP Bahia. ministra aulas nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM e SUBSEQUENTE e EJA, com as disciplinas: Biologia, Microbiologia e Parasitologia, Fisiologia da Nutrição, Anatomia e Fisiologia, Projeto de Vida e Higiene dos Alimentos. E disse que gosta de atuar muito nesta escola,

[...] pois mesmo na graduação não tendo uma formação voltada ao segmento da educação profissional, acredito no poder transformador dessa modalidade de ensino nas vidas dos alunos, sendo a porta de entrada de muitos no mercado trabalho (INTERLOCUTOR WALLTERS, 2023).

Por tudo que foi observado e analisado nas respostas dos interlocutores que afirmam gostar da escola a partir do envolvimento que cada um têm com essa instituição, com a Educação e a Educação Profissional e com os colegas, observa-se que esta é uma instituição escolar comprometida com a educação.

Durante as conversas informais e entrevista semiestruturada, a maioria dos profissionais entrevistados, falou da dinâmica da EP Bahia. Afirmam que gostam de trabalhar nessa modalidade de educação porque é voltada para a construção de projetos que permitem a condição de intervir no mundo do trabalho e na comunidade interna e externa.

Além disso, a pesquisa procurou saber qual a forma de atuação do professor interlocutor da pesquisa na Educação, no CEEPBS e na Educação Profissional, na busca de compreensão sobre o que representa essas três categorias construídas com intenção de procurar saber o que dizem/falam/pensam sobre para cada uma delas e sobre a escola.

Dessa forma, no Quadro 5, mostra as respostas dadas de modo livre por cada um interlocutor pesquisado, indica o seu tempo de experiência na educação e específico na Educação Profissional da Bahia, as disciplinas que atuam e da área básica da educação e disciplinas técnicas específicas de cada curso técnico.

De acordo com a análise documental e a triangulação de dados das conversas informais, aplicação de formulários e entrevistas, foi observado que as disciplinas são atribuídas aos professores pela coordenação pedagógica, de acordo com a formação de cada um deles, analisando ainda, a necessidade dos itinerários de cada curso.

Sobre essas questões, podemos observar no Quadro 6 (ver p. 166), a forma de atuação dos professores pesquisados, na Educação, no CEEPBS e na Educação Profissional e o que dizem/falam/pensam cada um deles sobre essas questões.

Vejamos a atuação dos interlocutores no Quadro 6

Quadro 6 – Sobre a atuação na Educação Profissional, no CEEPS e na Educação Profissional, 2022

Nome	Atuação como professor na Educação, no CEEPBS e na Educação Profissional
Adrielle	Atua no CEEP há mais de 5 anos, gosta de atuar nesta escola, justificando que <i>a escola possui um excelente quadro de profissionais comprometidos com a educação</i> , está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos, já se qualificou pela EP Bahia, <i>especialização em Metodologia para educação profissional</i> , ministra aulas nos cursos de Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética turmas de 1º, 2º Anos EPTNM e turmas de PROEJA 1º e 2º módulos com a disciplina de Biologia.
Alberthe	Atua no CEEP de 1 a 2 anos, gosta de atuar nesta escola, justificando que <i>a escola possui colegas e um ambiente agradável</i> . Está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos, não se qualificou pela EP Bahia, ministra aulas nos cursos de Análises Clínicas, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal turmas de 1º, 2º Anos EPTNM e turmas de PROEJA 1º, 2º e 3º módulos com as disciplinas de Língua Portuguesa e Inglês.
Mariageu	Atua no CEEP há mais de 5 anos, gosta muito de atuar nesta escola, justificando que <i>a formação profissional possibilita o alcance de sonhos e objetivos na vida dos estudantes</i> . Está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos, já se qualificou pela EP Bahia, <i>formação oferecida pela SUPROT/SEC, é Coordenadora Pedagógica e que por isso, trabalha nas três modalidades ofertadas pela escola</i> .
Laurence	Atua no CEEP de 1 a 2 anos, e afirma: <i>gosto muito de trabalhar no CEEPBS, pois me sinto parte de uma unidade de ensino que busca sempre a excelência no processo formativo dos estudantes, promovendo uma formação humana e acolhedora. Além disso, de modo geral, é prazeroso compor um corpo de servidores comprometidos com melhorias a Educação e que se respeitam</i> . Está na educação e na educação profissional de 1 a 2 anos, não se qualificou pela EP Bahia. Ministra aulas nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM, com as disciplinas EPTNM: Anatomia humana, Fisiologia Humana, Fundamentos de Anatomia, Biossegurança, Microbiologia, Biologia Celular e Molecular, Metodologia do Trabalho Científico, Biologia, Botânica e Fitoterapia, Introdução a Biotecnologia e Bioprocessos Industriais, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho. Subsequente: Empreendedorismo e Intervenção Social e no EJA: Empreendedorismo e Intervenção Social.
Lilianat	Atua no CEEP há mais de 5 anos, gosta de atuar nesta escola, está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos, já se qualificou pela EP Bahia, ministra aulas nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM, com as disciplinas de Filosofia, MTC, Projeto de Vida e MP.
Robinstain	Atua no CEEP de 1 a 2 anos, gosta de atuar nesta escola porque possui <i>equipe diversificada e motivada</i> . Está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos e se qualificou pela EP Bahia. Ministra aulas nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM, com as disciplinas de Anatomia e Microbiologia.
Maristela	Atua no CEEP há mais de 5 anos, gosta de atuar nesta escola, <i>pois encontra no CEEP um ambiente propício para as discussões que abordam temas diversos, com foco na aprendizagem e na formação de sujeitos que não tenham só a formação técnica, mas também a humana</i> . Está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos, não se qualificou pela EP Bahia, <i>mas participou de cursos de curta duração, palestras, além de ler e procurar informar-se sobre essa modalidade</i> . Ministra aulas nos cursos de Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM, SUBSEQUENTE E EJA, com as disciplinas de Língua Portuguesa, Literatura, Redação, Metodologia do Trabalho Científico.
Florivan	Atua no CEEP há mais de 5 anos, gosta de atuar nesta escola, está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos, não se qualificou pela EP Bahia. <i>Em 2022 tornou-se Diretor geral desta Instituição de Ensino</i> . Ministrava aulas nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM na disciplina de Geografia.
Veronice	Atua no CEEP há mais de 5 anos, gosta de atuar nesta escola, está na educação e na educação profissional há mais de 5 anos, já se qualificou pela EP Bahia, ministra aulas nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM, com as disciplinas Técnicas dos Cursos.
Walters	Atua no CEEP de 3 a 4 anos, gosta de atuar muito nesta escola, conforme ela justifica: <i>mesmo na graduação não tendo uma formação voltada ao segmento da educação profissional, acredito no poder transformador dessa modalidade de ensino nas vidas dos alunos, sendo a porta de entrada de muitos no mercado trabalho</i> . Está na educação e na educação profissional de 3 a 4 anos, não se qualificou pela EP Bahia. ministra aulas nos cursos de Análises Clínicas, Biotecnologia, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal nas turmas de 1º, 2º e 3º Anos EPTNM e SUBSEQUENTE e EJA, com as disciplinas: Biologia, Microbiologia e Parasitologia, Fisiologia da Nutrição, Anatomia e Fisiologia, Projeto de Vida e Higiene dos Alimentos.

Fonte: arquivo da pesquisa, 2022.

As respostas apresentam o grau de envolvimento e compromisso com a escola de cada professor, sendo possível observar nelas, várias possibilidades de ações desenvolvidas e a relação que cada um tem com o espaço formador.

A EP Bahia é construída por projetos que viabilizam o conhecimento e formação curricular de cada profissão técnica escolhida pelos estudantes e são esses projetos que irão desenvolver no estudante as habilidades e competência de cada profissional a partir da terminalidade do curso, que tem carga horária para disciplinas teóricas e estágios supervisionados obrigatórios e de seus percursos, conforme a Lei 11.788/2008, que normatiza:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando. § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (Lei 11.788/2008).

Conforme a Secretaria de Educação do Estado da Bahia- SEC/BA, Superintendência de Educação Profissional e Tecnológica da Bahia – SUPROT e Diretoria de Desenvolvimento da Educação Profissional – DIRDEP, cada curso segue sua ementa e seu currículo, assim normatizado pela SUPROT. As Ementas dos cursos da Educação Profissional, analisadas pela pesquisa foram publicadas em SEG, 14/01/2013 - 16:03 por Ascom/EducaçãoPalavras, 2013)³⁰. O Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB, é o normativo estadual que visa orientar os Sistemas, as Redes e as Instituições de Ensino da Educação Básica do Estado, na elaboração dos seus referenciais curriculares e/ou organização curricular escolar, por meio dos seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP).³¹ Para cada curso, suas ementas e currículos particularizam seus percursos, teorias e carga horária. Conforme determina em normativas emitidas pela SUPROT/SEC-BA, são apresentadas no site do Governo do Estado da Bahia, como eixos tecnológicos, ementário de cada curso, suas disciplinas de formação técnica específica – FTE e a Categoria Curricular Contextualização, em 2013³².

A educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão

³⁰ (<http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/ementas-dos-cursos-educacao-profissional->

³¹ (<http://dcrb.educacao.ba.gov.br/>, 2021).

³² (<http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/ementas-dos-cursos-educacao-profissional>),

possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos e são ofertados aos professores em serviço³³. Conforme o portal do MEC, a EPT prevê, ainda, integração com os diferentes níveis e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Dentre as várias possibilidades, destacam-se como exemplos a articulação da EPT com a modalidade da educação de jovens e adultos, o PROEJA ou EJA, em caráter preferencial, segundo a LDB; a educação básica no nível do ensino médio, na forma articulada de oferta (integrada, concomitante ou intercomplementar – concomitante na forma e integrado no conteúdo), EPTNM e na forma subsequente, PROSUB. Assim, a LDB coloca a educação profissional e tecnológica na garantia de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Isso a coloca em uma posição privilegiada, conforme determina o Art. 227 da Constituição Federal, ao incluir o direito a “educação” e a “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos “com absoluta prioridade”.

De acordo com o MEC, a educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. A EPT prevê, ainda, integração com os diferentes níveis e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.³⁴ A EP Bahia segue os parâmetros do Ministério da Educação. Nesse sentido, a Bahia definiu a Educação Profissional como uma política pública prioritária de Estado e vem implementando, desde 2008, o Plano de Educação Profissional da Bahia para investir, de forma contínua e sistemática, na formação de jovens e trabalhadores/as baiano/as, preparando-os/as para o mundo do trabalho.³⁵

³³ (<http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>).

³⁴ <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/apresentacao-ept>

³⁵ <https://geo.dieese.org.br/supprof>

Na Educação Profissional da Bahia, a matriz curricular contempla as bases científica e humana. Utiliza, para isso, a Base Nacional Comum (disciplinas das áreas de conhecimento Linguagens, Ciências Exatas e Naturais e Ciências Humanas) e a Formação Técnica Específica (disciplinas de caráter técnico, específicas para cada curso), mediadas pela Formação Técnica Geral (disciplinas fundamentais para a compreensão e atuação no mundo do trabalho).³⁶ Das diversas perspectivas da EP Bahia, evidenciamos por exemplo a articulação da EPT com as modalidades, sendo estas a da educação de jovens e adultos (EJA/PROEJA), a educação básica no nível do ensino médio, na forma articulada de oferta (integrada, concomitante ou intercomplementar – concomitante na forma e integrado no conteúdo com o Nível Médio) (EPTNM), determinada como a preferencial e por fim também a modalidade de forma subsequente, na EP Bahia PROSUB.

De acordo com esta concepção, ratifica-se que a LDB situa a educação profissional e tecnológica na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Isso a coloca em uma posição privilegiada, conforme determina o Art. 227 da Constituição Federal, ao incluir o direito a “educação” e a “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos “com absoluta prioridade”.³⁷ Desta forma e seguindo as normativas e os parâmetros apresentados, mostramos na Tabela 6, as informações sobre a modalidade e disciplinas em que atuam os(as) interlocutores(as) desta pesquisa no CEEPBS.

Tabela 6 - Modalidades de Ensino da Educação Profissional e ministradas no CEEPBS, 2022

	Questão da pesquisa: Em que modalidade de ensino desta Unidade você também ministra aulas?							
	Modalidade de curso							
	SUBSEQUENTE			EJA				
	Semestres do curso			Semestres do curso				
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	4º	5º
Adrielle	1	0	0	1	1	0	0	0
Alberthe	0	0	0	1	1	1	0	0
Mariageu	0	0	0	0	0	0	0	0
Laurence	1	0	0	1	0	0	0	0
Lilianat	1	0	0	0	0	0	0	0
Robinstain	1	0	0	1	0	0	0	0
Maristela	1	1	0	1	1	1	1	1
Florisvan	0	0	0	0	0	0	0	0
Veronice	0	1	0	0	0	0	0	0
Wallters	1	0	0	1	0	0	0	0

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2022

Compreendendo a Educação Profissional como é posta pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, pela SEC/SUPROT BAHIA, observamos a necessidade de termos profissionais comprometidos, envolvidos e apaixonados pelo que desempenham

³⁶ <http://escolas.educacao.ba.gov.br/principiosediretrizesep>.

³⁷ <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-pt/apresentacao-ep>

dentro de um Centro de Educação Profissional, escola assim denominada pela Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica da Bahia. No Quadro 7, abaixo podemos verificar as respostas dos professores investigados sobre a disciplina ministradas por eles/as no CEEPBS, em 2022.

Quadro 7 – Disciplinas ministradas pelos/as professores/as pesquisados/as no CEEPBS, 2022

Nome dos professores	Respostas do/a professor/a sobre a (s) disciplina (s) que ministra aulas nos cursos em que trabalha no CEEPBS
Adrielle	Biologia
Alberthe	Língua Portuguesa e Inglês
Mariageu	Coordenação Pedagógica
Laurence	Anatomia humana, Fisiologia Humana, Fundamentos de Anatomia, Biossegurança, Microbiologia, Biologia Celular e Molecular, Metodologia do Trabalho Científico, Biologia, Botânica e Fitoterapia, Introdução a Biotecnologia e Bioprocessos Industriais, Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho.
Lilianat	Filosofia, Metodologia Trabalho Científico, Projeto de Vida
Robinstain	Anatomia e Microbiologia
Maristela	Língua Portuguesa, Literatura, Redação, Metodologia do Trabalho Científico
Florisvan	Geografia/ Diretor
Veronice	
Walters	Biologia, Mircobiologia e Parasitologia, Fisiologia da Nutrição, Anatomia e Fisiologia, Projeto de Vida e Higiene dos Alimentos.

Fonte: arquivo da pesquisa

O Quadro 8 mostra o que dizem/falam/pensam os professores pesquisados sobre o CEEPBS e sua percepção sobre a Escola e os cursos técnicos ofertados.

Quadro 8 – Perfil dos professores, seu olhar para a Escola e para a Educação Profissional, 2022

Nome	Percepção sobre A Escola/CEEP e seus Cursos Técnicos (Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal)
Adrielle	A professora respondeu que gosta muito de trabalhar nesta escola, pois <i>é uma escola arrojada e dinâmica, vinculada às necessidades da comunidade estudantil, de extrema qualidade, apesar dos desafios. Gosta dos colegas que como ela, são envolvidas nas atividades e projetos desenvolvidos.</i> Acha que deveria melhorar no CEEP, <i>maior envolvimento das famílias, pois assim os alunos iriam se desenvolver melhor.</i>
Alberthe	O professor respondeu que gosta sim de trabalhar nesta escola, <i>porque foi muito bem recebido desde o primeiro dia, bons colegas, bons profissionais, etc. O que gosto mais nesta Escola é espaço físico e a proximidade com minha casa. Não vejo problemas de interação entre professor e alunos, mas sempre é bom melhorar!</i>
Mariageu	A coordenadora pedagógica e professora respondeu que gosta sim. O que mais gosta nessa Escola <i>é o envolvimento, parceria, compromisso e a qualidade.</i> Acha que deveria melhorar no CEEP, <i>maior apoio profissional, envolvimento do maior número de profissionais nas ações da escola, professores da área técnica efetivados.</i>
Laurence	O professor respondeu que <i>“gosto muito de trabalhar no CEEPBS, pois me sinto parte de uma unidade de ensino que busca sempre a excelência no processo formativo dos estudantes, promovendo uma formação humana e acolhedora. Além disso, de modo geral, é prazeroso compor um corpo de servidores comprometidos com melhorias da Educação e que se respeita. A relação da equipe gestora e coordenação pedagógica com o corpo de professores que nos permite executar nossas atividades com os alunos de forma satisfatória. Para melhorar, acredito que promover outros espaços de diálogo além das quatro paredes da sala de aula”.</i>
Lilianat	A professora respondeu que gosta de trabalhar nesta escola, pois <i>é uma escola dinâmica, envolvida com a comunidade, de extrema qualidade, mesmo com todas as dificuldades. Gosta das pessoas envolvidas nesta comunidade que é organizada.</i> Acha que deveria melhorar no CEEP, <i>encontros diários formativos, maior rigor com relação a postura negligente de alguns alunos.</i>
Robinstain	O professor respondeu que gosta sim de trabalhar nesta escola, <i>pois possibilita um trabalho diversificado, assim afirmando: O que mais gosto é autonomia no trabalho docente.</i> O que precisa melhorar, <i>possibilidade de incorporação de projetos na carga horária dos professores, reduzindo a carga horária em sala de aula.</i>
Maristela	A professora respondeu que gosta sim de trabalhar nesta escola, afirmando que <i>é um local de trabalho que possibilita interações, diálogos constantes entre professores, gestão e alunos. O que mais gosto no CEEP são as interações mencionadas entre professor x professor e professores e alunos.</i> O que precisa melhorar, <i>acredito que alguns professores ainda apresentam alguma resistência em falar sobre determinados assuntos. Assim, precisaria um trabalho mais específico com esses professores e também com alunos que apresentam essas resistências ou tabus em falar e expor suas opiniões e discutir sobre temas diversos.</i>
Florisvan	O professor/diretor respondeu que gosta de trabalhar nesta escola, pois <i>a enxerga numa dimensão social formativa, sendo uma escola dinâmica, comprometida com a formação técnica e profissional dos estudantes, os tonando profissionais em várias cidades e campos de atuação. Gosta muito por ver compromisso numa grande maioria de estudantes e nos profissionais que compõe sua equipe profissional.</i> Acha que deveria melhorar no CEEP: <i>o envolvimento de uma faixa menor dos estudantes que acabam envolvendo muitos que querem algo, melhor postura de alguns profissionais quanto atendimento curricular, que acabam negligenciando a meta da EP Bahia.</i>
Veronice	A professora respondeu que gosta de trabalhar nesta escola, pois <i>é uma escola organizada.</i> O que mais gosta na escola <i>são os colegas e os alunos.</i> O que deveria melhorar no CEEP, <i>diálogo e disposição.</i>
Walters	O professor respondeu que gosta sim de trabalhar nesta escola, assim, pontuando: <i>gosto do ambiente de trabalho, do comprometimento da equipe com uma educação pública de qualidade e emancipatória. Acredito que no CEEP existe uma boa relação entre professores e alunos, sempre observei uma relação de respeito e afeto de forma mútua.</i>

Fonte: arquivo da pesquisa (dados coletados em formulário de entrevista), 2022.

A partir do desenho apresentado, podemos observar no Quadro 8 o olhar positivo, crítico e comprometido sobre a escola dos sujeitos pesquisados, como é o caso da resposta da professora Maristela, interlocutora da pesquisa, que afirmou:

[...] gosto sim de trabalhar nesta escola, pois é um local de trabalho que possibilita interações, diálogos constantes entre professores, gestão e alunos. O que mais gosto no CEEP são as interações mencionadas entre professor x professor e professores e alunos. O que precisa melhorar, acredito que alguns professores ainda apresentam alguma resistência em falar sobre determinados assuntos. Assim, precisaria um trabalho mais específico com esses professores e também com alunos que apresentam essas resistências ou tabus em falar e expor suas opiniões e discutir sobre temas diversos (INTERLOCUTORA MARISTELA, 2023). [grifos nossos]

O professor Laurence define bem porque gosta da escola e o porquê da atuação nesta escola e, principalmente sendo ele um egresso do Curso Técnico em Nutrição e Dietética, foi importante a sua resposta, definindo o gostar e como percebe o dinamismo da mesma,

[...] gosto muito de trabalhar no CEEPBS, pois me sinto parte de uma unidade de ensino que busca sempre a excelência no processo formativo dos estudantes, promovendo uma formação humana e acolhedora. Além disso, de modo geral, é prazeroso compor um corpo de servidores comprometidos com melhorias da Educação e que se respeita. A relação da equipe gestora e coordenação pedagógica com o corpo de professores que nos permite executar nossas atividades com os alunos de forma satisfatória. Para melhorar, acredito que promover outros espaços de diálogo além das quatro paredes da sala de aula (INTERLOCUTOR LAURENCE, 2022). [grifos nossos]

A professora Adrielle diz que gosta muito de trabalhar nesta escola e justifica,

pois é uma escola arrojada e dinâmica, vinculada às necessidades da comunidade estudantil, de extrema qualidade, apesar dos desafios. Gosta dos colegas que como ela, são envolvidas nas atividades e projetos desenvolvidos. Acha que deveria melhorar no CEEP, maior envolvimento das famílias, pois assim os alunos iriam se desenvolver melhor (INTERLOCUTORA ADRIELLE, 2022). [grifos nossos]

O professor Florisvan, que passou a ser diretor em agosto de 2022, respondeu que,

[...] gosto de trabalhar nesta escola, pois a enxergo numa dimensão social formativa, sendo uma escola dinâmica, comprometida com a formação técnica e profissional dos estudantes, os tonando profissionais em várias cidades e campos

*de atuação. Gosta muito por ver compromisso numa grande maioria de estudantes e nos profissionais que compõe sua equipe profissional. Acha que deveria melhorar no CEEP o envolvimento de uma faixa menor dos estudantes que acabam envolvendo muitos que querem algo, **melhor postura de alguns profissionais quanto atendimento curricular**, que acabam negligenciando a meta da EP Bahia. (INTERLOCUTOR FLORISVAN, 2022).*

E o professor Wallters diz que

*gosto sim de trabalhar nesta escola, gosto do ambiente de trabalho, do comprometimento da equipe com **uma educação pública de qualidade e emancipatória**. Acredito que no CEEP existe uma boa relação entre professores e alunos, sempre observei **uma relação de respeito e afeto de forma mútua** (INTERLOCUTOR WALLTERS, 2022).*

Por tudo que foi possível constatar nas respostas dos professores e de que modo falam/pensam/dizem sobre porque gostam da escola mostram que este espaço é contexto de determinação da prática profissional. Como lembra Jose Gimeno Sacristán (1995), a prática docente “é realizada por um grupo definido, cujas características são condições para a expressão prática da actividade profissional, a qual não pode ser separada dos que a executam” (p. 63).

Nesse sentido, podemos dizer que as contribuições de Sacristán (1997) foram muito importantes para compreender que falar sobre violência de gênero ou de qualquer outro tipo de violência na escola, da/dentro da escola e/ou contra ou produzida pela própria escola, é preciso observar as diferentes dimensões do conjunto de questões que dizem respeito ao espaço escolar, inclusive a formação, o grau de satisfação, o estímulo, o envolvimento do profissional professor com a escola e seus alunos, o compromisso e a competência profissional, além da estrutura da escola e a sua organização da gestão técnico-administrativa, e inclusive a gestão didático-pedagógica e metodologias que vem sendo aplicadas ao ensino.

Sacristán (1995) ainda alerta que esta apreciação sobre os contextos de determinação da prática profissional, “reporta-se aos indivíduos e aos grupos”. Sendo que, esta situação é evidente “quando a ação profissional de um colectivo não se encontra regulada, de forma muito precisa, por regras ou por um corpus de conhecimentos especializados” (p. 66). E esse não é o caso que se aplica ao grupo de professores, participantes dessa pesquisa, que afirmam participar de cursos de formação profissional na sua área de atuação, mostram gostar da escola por diferentes razões.

Portanto, ao que tudo indica, o ensino desenvolvido por eles nessa escola, pode ser definido como uma prática social, não só porque se concretiza na interação entre eles e na relação do professor-alunos, mas também porque estes professores, interlocutores que responderam a pesquisa refletem nas suas falas, nos seus modos de dizer/pensar a escola, a sua formação e disciplinas que ensinam como um reflexo da cultura e contextos sociais a que pertencem – o CEEPBS.

Por fim, analisando a percepção no que dizem/falam/pensam os interlocutores dessa pesquisa, seu olhar para a Escola e para a Educação Profissional, deixam claro que é necessário envolvimento, conhecimento curricular dos cursos técnicos, compromisso com o desenvolvimento de projetos pedagógicos e de intervenção com os estudantes, com a comunidade interna e externa. Ademais, acreditam, assim como o autor desta pesquisa que somos responsáveis por transformações sociais na vida dos alunos e do seu entorno, pois só assim terão nos resultados, a motivação para continuação das experiências exitosas e a certeza de que é pela Educação que iremos inserir esse sujeitos do aprendizado no mundo do trabalho e no processo de pesquisa científica nas faculdades e universidades.

3.4.3 Perfil dos/as alunos/as do CEEPBS, interlocutores da pesquisa

Conforme dados coletados durante a pesquisa exploratória, realizada entre os meses de março a julho de 2022, com apoio de conversas informais para selecionar os interlocutores da pesquisa, delimitar objeto de estudo e estabelecer objetivos da investigação, com apoio de roda de conversas informais, bate papos, participação em evento dirigido aos participantes da pesquisa, foi possível verificar que, do total de vinte (20) alunos que decidiram participar da pesquisa, seis (6) autodeclararam-se homossexuais, duas (2) autodeclararam-se mulheres transgênero, inclusive uma delas já possui documentação para o sexo feminino, ainda sem cirurgia reparadora, três (3) se autodeclararam bissexuais, sete (7) se declararam heterossexuais e dois (2) não quiseram responder a pergunta.

Mediante a desistência, evasão de 9 alunos interlocutores da pesquisa, no momento da pesquisa propriamente dita – a entrada no campo “para valer”, essa amostra foi modificada e, assim, sobre o perfil de gênero dos que responderam até o final da pesquisa, foi um total de onze (11) interlocutores que se declararam em um bate papo e roda de conversa, a saber: seis (6) alunas (feminino) e cinco (5) alunos (masculino) e, desses, três

(3) se autodeclararam heterossexuais, três (3) se autodeclararam homossexuais, três (3) lésbicas e duas (2) se autodeclararam transgêneros femininos.

Esses dados estão sistematizados no Quadro 9, conforme cada resposta individual e autodelaração de cada um e, por ter dois interlocutores menores de idade, o pesquisador solicitou a participação dos pais em uma das reuniões e duas mães compareceram e afirmaram a importância dos filhos participarem do projeto, dando autorização para os mesmos.

Quadro 9 – Sobre autodeclaração da identidade de Gênero, interlocutores anônimos, 2022

Nome	Sexo	Heterossexual	Homossexual	Lésbica	Bissexual	Transgenero
A	Feminino	-	-	-	-	Sim
B	Feminino	-	-	Sim	-	-
C	Masculino	-	Sim	-	-	-
D	-	-	-	-	-	-
E	-	-	-	-	-	-
F	-	-	-	-	-	-
G	Masculino	Sim	-	-	-	-
H	-	-	-	-	-	-
I	-	-	-	-	-	-
J	Masculino	-	Sim	-	-	-
K	Feminino	-	-	Sim	-	-
L	Feminino	Sim	-	-	-	-
M	Feminino	-	-	-	-	Sim
N	-	-	-	-	-	-
O	-	-	-	-	-	-
P	Masculino	Sim	-	-	-	-
Q	-	-	-	-	-	-
R	Feminino	-	-	Sim	-	-
S	-	-	-	-	-	-
T	Masculino	-	Sim	-	-	-

Fonte: arquivo da pesquisa - Questionário de autodeclaração aplicado, 2022.

Diante desse resultado sobre a autodeclaração de identidade de gênero, podemos dizer que a escola mudou? Que mudanças foram provocadas pela escola sobre a formação de seus alunos? Ou ainda podemos falar, de fato, que os alunos mudaram suas concepções de gênero, identidade de gênero e na escola, falar de resistência à mudança ainda é uma provocação válida? Teóricos têm tratado desse problema, demonstrando que é muito frequente a mera rejeição de uma proposta, por falta de acordo com o espírito ou o conteúdo do que se pretende ensinar, de como ensinar, por que ensinar e o porquê da importância de ensinar conteúdos que se referem a temas sobre diversidades e educação no espaço da sala de aula e escola.

Conforme evidenciado pela pesquisa, os complexos exercícios de poder, autoritarismo, machismo e dominação na escola ainda são presenciados por professores e alunos, mas as mudanças estão a caminho. Os estudos sobre identidade nos indicam que encontramos na escola, o aspecto individual e coletivo, contudo, têm-se mostrado, na verdade, cada vez mais diversos e complexos e mostram inúmeras derivações que temos

que acompanhar atentos e não deixar de fora do currículo e cotidiano escolar. A escola deverá criar espaços de discussão e reflexões sobre relações de gênero e buscar contribuições dos saberes e das práticas docentes.

Sobre a idade desses interlocutores, conforme representado na Tabela 7, abaixo, observamos que um (1) interlocutor é menor de 18 anos, sete (7) são maiores de 18 anos e três (3) são maiores de 19 a 22 anos. Desses, cinco (5) são do sexo masculino e seis (6) do sexo feminino. Participaram de todas as rodas de conversa, bate-papo e eventos dirigidos sobre o tema, um total de onze (11) interlocutores.

A seguir, apresentamos as representações dos dados coletados pela pesquisa sobre nome, idade e sexo dos/as alunos/as, modalidade EPTNM (EPI).

Tabela 7 - Sobre nome, idade e sexo dos/as alunos/as pesquisados/as, modalidade EPTNM (EPI), 2022

Nome dos/as alunos/as interlocutores/as da Pesquisa	Questão da Pesquisa: 1.1 e 1.2 Qual sua idade e sexo?						
	Idade				Sexo		
	Menos de 18 anos	Maior de 18 anos	De 19 a 22 anos	De 23 a 26 anos	Masculino	Feminino	Outro
A	0	0	1	0	0	1	0
B	1	0	0	0	0	1	0
C	0	1	0	0	1	0	0
D	0	0	0	0	0	0	0
E	0	0	0	0	0	0	0
F	0	0	0	0	0	0	0
G	0	1	0	0	1	0	0
H	0	0	0	0	0	0	0
I	0	0	0	0	0	0	0
J	0	1	0	0	0	1	0
K	0	0	1	0	0	1	0
L	0	1	0	0	1	0	0
M	0	0	1	0	0	1	0
N	0	0	0	0	0	0	0
O	0	0	0	0	0	0	0
P	0	1	0	0	1	0	0
Q	0	0	0	0	0	0	0
R	0	1	0	0	0	1	0
S	0	0	0	0	0	0	0
T	0	1	0	0	1	0	0
TOTAL	1	7	3	0	5	6	0

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20//22

Do mesmo modo, foram disponibilizados aos interlocutores um questionário fechado e aberto para coleta de dados, este mesmo instrumento foi disponibilizado para os 20 (vinte) alunos que se colocaram a disposição do pesquisador no início da pesquisa, quando foi apresentado o problema e os objetivos da pesquisa, mas, desse total de 20 (vinte), somente 11 (onze) devolveram, respondendo a todas as questões analisadas pela pesquisa. A motivação para ter o resultado dessa pesquisa aumentava a cada momento, à medida em que o pesquisador ouvia de positivo acerca do problema e objetivos dessa

pesquisa. Ointerlocutores mostravam-se motivados e interessados pela participação e apresentavam justificativas para a importância dessa pesquisa na escola, “pois até o momento, ninguém propôs discussão de tal tema dentro da escola”.

Quando a interlocutora B procurou o pesquisador para fazer parte da pesquisa, logo foi aceita, pelo seu interesse e disposição para participar. Uma mulher negra, alta, de atitudes e fala decidida, que despertou um sentimento de encantamento, de resistência negra e de gênero.

Louro (1998, p. 33) quando traz um trecho da música de Chico Buarque, O que será?, de 1976, destaca:

Uma pergunta provocativamente repetida numa das músicas mais bonitas e conhecidas de Chico Buarque: O que será? Para incitar sua resposta, pistas se multiplicam nos vários versos, mexendo com representações de desejo e de prazer, falando de uma força que “bole por dentro” e “brota à flor da pele”; de algo que faz confessar” e “corar”, de alguma coisa que “desacata”. A resposta mais imediata (ainda que talvez não a única) parece ser a sexualidade, representada aqui como uma energia, um turbilhão de emoções e sensações que move todos indivíduos, independentemente de sua vontade; uma força incontrolável e nunca saciada (1998, p. 33).

No momento que fomos ver documentação, idade, o susto, ela só tinha 16 (dezesesseis) anos de idade e, naquele momento, convidamos para conversarmos à parte e, para isso, perguntamos se ela aceitava o nosso convite. Foi nesse momento que falamos para a interlocutora B sobre a dificuldade de uma menor de 18 (dezoito) anos participar de uma pesquisa sem a permissão dos seus pais/responsáveis, e que teria que pedir permissão aos seus responsáveis e assinar documentação. Ela automaticamente ligou para a mãe e nos colocou para falar, foi uma grande alegria ouvir do outro lado do telefone,

[...]professor, bom dia, se é para minha filha participar do seu mestrado e da sua pesquisa, pode contar com minha autorização, ela me falou do tema, preciso muito desse apoio (MÃE DA INTERLOCUTORA B).

A positividade de viver uma emoção numa pesquisa social não é novidade. Como dizem Bulgacov e Vizeu (2011, p. 488):

Um problema corrente na produção do conhecimento científico é o mito da racionalidade na prática da pesquisa, pois, ainda que adote uma concepção de homem concreto que age sobre o mundo, não podemos deixar de considerar a dimensão da emoção, cuja mediação é inevitável. Nesse sentido, é preciso considerar a ideia de indissociabilidade entre razão e emoção no processo de conhecer.

Continuamos a pesquisa, realizando a coleta de dados como nos recomenda Daniel Katz (1974, p. 85-87) que sugere vários procedimentos capazes de auxiliar nesse intento: (a) buscar apoio das lideranças locais[...] (b) aliar-se a pessoas ou a grupos que tenham interesse na pesquisa [...] (c) fornecer aos membros da comunidade as informações obtidas [...] (d) preservar a identidade dos respondentes.

Assim como também nos sugere bell hooks (2013 p. 114): “O ato de ouvir coletivamente uns aos outros afirma o valor e a unicidade de cada voz” e tomamos como lição de que esse exercício ressalta a experiência sem privilegiar as vozes dos alunos de um grupo qualquer.

Os interlocutores desta pesquisa não é um grupo com essas características, mas participantes, interessados pelo caminhar da pesquisa, pois, em alguns momentos tornaram-se também pesquisadores, curiosos, interessados.

Essa intenção de pesquisa ajudou o pesquisador e os seus interlocutores a criarem uma consciência comunitária da diversidade das nossas experiências para que fosse possível informar o modo de como pensamos e o que dizemos. Nesse sentido, a pesquisa apoiou-se em Louro (1998, p. 40-41) quando lembra que,

Quando se permite entrar nesse terreno, a escola fala da sexualidade como uma das dimensões da vida adulta. Também, aqui, os adultos que entram em cena são os pais e mães, ou são jovens que estão preparando para casar e ter filhos, tornando-se pais e mães. A sexualidade, usualmente, é apresentada em estreita articulação com a família e a reprodução. [...] as práticas sexuais não reprodutivas ou não são consideradas, deixando de ser observadas, ou são cercadas de receios e medos. A associação da sexualidade ao prazer e ao desejo é deslocada em favor da prevenção dos perigos e das doenças. Nesse contexto que centraliza a reprodução, os/as homossexuais ficam fora da discussão. Não se contempla a possibilidade de uniões afetivas e sexuais entre indivíduos do mesmo sexo e, muito menos, a existência de famílias constituídas por gays ou lésbicas. A homossexualidade é virtualmente negada, mas é, ao mesmo tempo, profundamente vigiada.

A partir dessa compreensão de Louro (1998) é importante destacar que as identidades sexuais, como ocorre com as identidades de classe, étnicas ou de gênero, não são fixas, imutáveis, mas elas nunca são finalizadas, no entanto, a escola lida com “verdade”, por isso, é preciso combater o pensamento de verdades “indicutíveis e contraditórias”. Além das questões já mencionadas nesta dissertação, os interlocutores foram perguntados sobre o grau/série que estão estudando na escola.

Por tudo que foi possível observar, conforme os resultados sobre a faixa etária dos interlocutores, foi identificado que a maioria de alunos acima dos 18 anos estudam no

terceiro ano do Curso Técnico, sendo dois (2) interlocutores no primeiro ano e dois no segundo ano do curso.

Logo abaixo, na Tabela 8, podemos verificar o que dizem/pensam/falam os interlocutores sobre a sua formação e satisfação em relação ao Curso Técnico que fazem parte.

Tabela 8: Sobre formação e satisfação em relação ao Curso Técnico, interlocutores/as da pesquisa, 2022

Nome dos/as alunos/as interlocutores/as da Pesquisa	Questão da Pesquisa: 1.3.2 e 1.3.3 Qual seu ano/série e grau de satisfação com seu curso técnico.							
	Ano do Curso			Satisfação com o Curso Técnico				
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião
A	0	0	1	0	0	1	0	0
B	1	0	0	0	0	1	0	0
C	0	1	0	1	0	0	0	0
D	0	0	0	0	0	0	0	0
E	0	0	0	0	0	0	0	0
F	0	0	0	0	0	0	0	0
G	0	0	1	1	0	0	0	0
H	0	0	0	0	0	0	0	0
I	0	0	0	0	0	0	0	0
J	0	0	1	1	0	0	0	0
K	0	0	1	1	0	0	0	0
L	0	0	1	1	0	0	0	0
M	0	0	1	0	0	1	0	0
N	0	0	0	0	0	0	0	0
O	0	0	0	0	0	0	0	0
P	0	0	1	1	0	0	0	0
Q	0	0	0	0	0	0	0	0
R	1	0	0	1	0	0	0	0
S	0	0	0	0	0	0	0	0
T	0	0	1	0	0	1	0	0
TOTAL	2	1	8	7	0	4	0	0

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20//22

Com a aplicação desse instrumento, o formulário fechado e aberto, também foi analisado o grau de satisfação que eles têm do curso em que estudam, como pode ser observado na Tabela 8, e do total de onze (11) que responderam ao formulário, sete (7) responderam que gostam, “sim”, dos cursos técnicos que fazem parte e quatro (4) afirmaram que gostam “muito” dos seus cursos. Esses resultados foram muito importantes para saber sobre a forma de pertencimento do aluno com a escola, pois, assim, os fatores intervenientes são complexos, múltiplos dificilmente

poder-se-á dar um estudo sobre identidade como concluído, definitivo. É mais apropriado, sem dúvida, pensar que, a cada estudo, ocorra uma aproximação em relação ao núcleo da temática. Mais ainda, como a identidade pertinente a cada indivíduo é questão singular, pode-se afirmar no *limite* que serão possíveis tantos estudos sobre identidade quantos indivíduos existam. Acredito poder afirmar que o mesmo seja verdadeiro em relação a identidades coletivas (FISCHMANN, 2000, p. 95).

Para se concluir bem os cursos técnicos na Educação Profissional, por serem esses cursos um grande passo para que os estudantes nos estágios obrigatórios mostrem seus conhecimentos na prática, é preciso estar gostando, envolvidos e bem preparados nas disciplinas teóricas do curso que escolheu.

Pelo grau de envolvimento que foi estabelecido com os estudantes interlocutores, afirmamos que são alunos comprometidos, assíduos, participativos e que desejam continuar os estudos em outros níveis, aperfeiçoando cada vez mais suas habilidades e competências na profissão que escolheram a partir de curso técnico.

Segundo os resultados da análise documental, a educação profissional técnica de nível médio inclui desde as qualificações profissionais técnicas de nível médio (EPTNM), como saídas intermediárias, até a correspondente habilitação profissional do técnico de nível médio. Inclui, também, a especialização técnica de nível médio, que complementa profissionalmente o itinerário formativo planejado e ofertado pela instituição.

Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino para a modalidade de EPTNM.³⁸

Na próxima seção 5.3, apresentamos uma discussão dos resultados de dados coletados pela pesquisa sobre *O que diz/fala/pensa os/as professores/as sobre sexualidade, gênero, violência de gênero, preconceito e discriminação no CEEPBS e sala de aula*, buscando compreender os discursos dos alunos sobre essas questões tão cara à diversidade de gênero e sexualidades, os sentidos e as relações de poder que constituíram e que estão ainda sendo constituídas nos dias atuais.

3.5 O que diz/fala/pensa os/as professores/as sobre sexualidade, gênero, violência de gênero, preconceito e discriminação no CEEPBS em sala de aula

Nesse momento da pesquisa, foi importante a observação da análise das falas, depoimentos, entrevistas feitas com os professores interlocutores da pesquisa, e também nas respostas no formulário fechado e aberto, no qual, nas respostas dos interlocutores

³⁸ <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/cursos-da-educacao-profissional-tecnica-de-nivel-medio>

encontramos indicações de conceitos e ou preconceitos inseridos no que/dizem/falam/pensam os mesmos.

Conforme Louro (1998), ao buscar apoio de Jeffrey Weeks (1995), direcionando essas questões para a educação escolar, direciona alguns questionamentos: sobre de que modos a normalização da sexualidade é exercida pela escola, assim como sobre os efeitos do processo de heteronormatividade sobre seus/suas alunos/as, que representações das identidades sexuais a escola produz em seus espaços e cotidiano escolar e de que modo elas são veiculadas por professores, coordenadores, dirigentes da escola, comunidade escolar de modo geral e, por fim, que sentimentos se aprende nas relações intraescolares ao associar a essas várias identidades. No pensamento de Louro e Weeks,

O problema real não está em saber se a homossexualidade é inata ou aprendida. Está, em vez disso, na questão: quais são os sentidos que essa cultura particular dá ao comportamento homossexual, seja o que for que o tenha causado, e quais são os efeitos desses sentidos sobre formas pelas quais os indivíduos organizam suas vidas sexuais. Esta é uma questão histórica. É também uma questão altamente política, nos obriga a analisar as relações de poder que determinam por que este conjunto de sentidos, e não aquele outro, é hegemônico. Há ainda a questão de saber como os sentidos podem ser mudados (WEEKS, 1995, p. 7 *apud* LOURO, 1998, p. 43).

Além das dificuldades e complexidade de compreensão sobre a categoria sexualidade, também é evidenciado que a escola parece ainda ter dificuldades para lidar com as categorias sexualidade, gênero, violência de gênero, preconceito e discriminação sexual e de gênero.

Essas são questões que, ao que tudo que foi possível perceber, estão ainda travadas na/dentro da escola, pois as situações analisadas pela pesquisa confirmam que a incompreensão, os tabus, os mitos, em torno das identidades sexuais e de gênero no ambiente escolar são evidenciados nos discursos dos diferentes segmentos da escola.

De um lado, apresenta discursos hegemônicos que remetem a norma cristã, branca, masculina, autoritária, patriarcal, heterossexual, fundadas na colonização da sociedade brasileira e, do outro, discursos plurais de grupos de professores e alunos que não hegemônicos lutam e resistem para se fazer auscultar, ouvir, dizer, falar, reivindicar e, assim, buscar estratégias para romper com os silenciamentos a que foram historicamente submetidos.

A partir dessa compreensão, podemos verificar os dados analisados e representados no Quadro 9 e foi possível verificar que, nas respostas dadas pelos professores

pesquisados, podemos observar que, o compromisso e envolvimento dos interlocutores quando respondem sobre o dizer/falar/pensar sobre temas ligados a identidade de gênero, sexualidade é sempre muito importante.

No Quadro 9 apresentamos as justificativas dos/as interlocutores/as da pesquisa quando perfuntados sobre *Por que escolheu “Ser Professor/a”*, 2022 e foi possível notar na triangulação dos resultados de dados analisados pela pesquisa que mostra o que pensam/falam/dizem os alunos quando perguntados: Você fala de sexualidade no CEEPBS? Assim, responderam:

Quadro 10 - Sobre se o/a professor/a fala sobre sexualidade no CEEPBS, 2022

Nome do Professor, interlocutor da pesquisa	Questão da pesquisa: 3.1 Você fala de Sexualidade no CEEPBS?										
	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tem opinião	Se sim, então indique que sua opinião:					Se não, justifique sua resposta:
						Sala de aula	Projeto	Proposta pedagógica	Currículo	Não tem opinião	
Adrielle	x	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-
Alberthe	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	Não justificou
Mariageu	x	-	-	-	-	x	x	x	-	-	
Laurence	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-	
Lilianat	x	-	-	-	-	x	x	-	x	-	
Robinstain	-	-	x	-	-	x	x	x	x	-	
Maristela	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	
Florisvan	-	-	x	-	-	-	x	x	x	-	
Veronice	-	X	-	-	-	-	-	-	-	x	Não justificou
Wallters	x	-	-	-	-	X	-	-	-	-	

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2022

A interlocutora Adrielle respondeu que fala sobre sexualidade com seus alunos, em sala de aula e em projeto sobre o tema. Enquanto que, o professor Alberthe respondeu que “não” fala sobre o assunto e não quis justificar o porquê, não disse por que “não fala”.

A professora Mariageu, coordenadora pedagógica, além de afirmar que fala sobre a temática, apresenta informações sobre o que faz em sala de aula, no desenvolvimento de projetos e ações pedagógicas e o professor Laurence respondeu que fala “sim” sobre sexualidade em sala de aula.

A professora Lilianat respondeu que fala de sexualidade em sua sala de aula, em projetos e reconhece essa temática no currículo da disciplina e do curso. E o professor Robinstain respondeu que fala “muito” de sexualidade, em sala de aula, em projetos, em propostas pedagógicas e insere no currículo da disciplina e curso.

O professor, atualmente diretor geral da escola, Florisvan, respondeu que fala “muito” em projetos, propostas pedagógicas e reconhece em currículos.

Contudo, nas situações analisadas foi possível identificar uma professora, a Veronice que respondeu que “não” fala, “não tem opinião” sobre sexualidade e “não” quis justificar a sua resposta. E, por fim, o professor Wallters respondeu que fala “sim”, em projetos sobre sexualidade.

Vejamos que, a escola ainda precisa buscar mudanças de subjetividades sociais, práticas de poder e de modelos dominantes do pensamento, assumir a sua organização pedagógica, desenvolver mecanismos que favoreçam o interior de sua própria unidade escolar, revolucionar os saberes e práticas de seus professores para avançar na educação e no ensino que oferta aos seus alunos.

Apesar de a maioria dos professores entrevistados responderem ao formulário fechado e aberto, a escola ainda opera com práticas não desejáveis e contraditórias, com silenciamentos, pensamentos preconceituosos e de discriminação de gênero, homofóbicas, LGBTQIA+fóbicas. Tais práticas fazem com que a escola encontre barreiras, fronteiras permanentemente fechadas, enquanto que o ideal é que essas fronteiras estejam abertas. Atitudes passivas de silenciamento não possibilitam o enfrentamento dessas barreiras, permanecendo atitudes intactas, imersas em estereótipos, preconceitos e discriminação sexual, de gênero, sobre sexualidades, cujos marcadores encontram outros para se entrelaçarem no cotidiano escolar e continuarem fazendo vítimas.

Como foi possível verificar no resultado da análise, do total de dez (10) professores que responderam essa questão *Você fala de Sexualidade no CEEPBS?*, dois desses disseram que “não”. Foram eles: o professor Alberthe e a professora Veronice que, por opiniões diferentes, responderam negativamente sobre falar sobre o tema sexualidade na escola. O primeiro por não se envolver com o assunto e a segunda por ser evangélica, como disse ao pesquisador no momento de conversa informal: “falar sobre esse assunto vai de encontro a minha religião”.

Conforme Lopes, (2000, p. 9), “Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos “outros” (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pelanegação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos.”

Dessa forma, segue a humanidade, principalmente quando as convenções que ditam as consciências e valores para alguns grupos são de cunho religioso, representam, dialogam somente com suas doutrinas, mas estando inseridas em diversas outras dimensões, e esta estão necessariamente envolvidas com outras vidas, outras consciências, outros projetos, apresentam somente o que lhes convêm, “seus padrões estéticos e éticos”, tirando do outro possibilidades de ser e viver .

Em outros momentos, assim como o atual, a sexualidade foi/é, geralmente, encarada como algo privado e individual, permeado por decisões morais e religiosas, cabendo pouca discussão ampla e coletiva. Isso restringe o debate a determinados espaços – como a família –, negando sua presença na escola (LOURO, 2008).

Continuando com as análises abaixo, no Quadro 11 e associando com análises anteriores, que são instrumentos importantes para chegarmos a um dos objetivos específicos que é *investigar a percepção dos/as professores/as e alunos/as, interlocutores/as da pesquisa sobre a homossexualidade na escola investigada*, observando o que dizem/falam/pensam sobre violência de gênero (LGBTQIA+fobia, preconceitos, discriminação, agressões, exclusão) contra pessoas LGBTQIA+, percebidos entre alunos/as.

Quadro 11 – Sobre o que da importância em abordar sobre preconceitos e discriminação com seus alunos em sala de aula, 2022

	Questão da pesquisa: 3.2 Você acha importante falar sobre preconceitos e discriminação com seus alunos em sala de aula?					Se não, justifique porque:
	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião	
Adrielle	X	-	-	-	-	
Alberthe	X	-	-	-	-	
Mariageu	X	-	-	-	-	
Laurence	-	-	x	-	-	
Lilianat	X	-	-	-	-	<i>É uma questão que integra o cotidiano social e na escola é preciso ser combatido a todo tempo.</i>
Robinstain	-	-	x	-	-	
Maristela	X	-	-	-	-	<i>Falar sobre preconceitos e discriminação contribui para a construção de uma sociedade que respeita a sua natureza heterogênea e formar pessoas capazes de lidar com as diferenças</i>
Florisvan	-	-	x	-	-	
Veronice	X	-	-	-	-	
Wallters	X	-	-	-	-	

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2022

Nesta etapa, percebemos diante das resposta e falas dos interlocutores, algumas incoerências no conceito e consciência nas falas de alguns. Enquanto não falam e não têm opinião sobre falar em identidade de gênero e sexualidade, respondem que acham

importante falar de preconceitos e discriminação com os alunos. Contudo, outros se envolvem e se comprometem com sua postura dentro da escola, falam sobre identidade de gênero, sexualidade, preconceitos e ainda, justificam suas falas e seus posicionamentos como foi o caso dessas duas interlocutoras da pesquisa:

“É uma questão que integra o cotidiano social e na escola é preciso ser combatido a todo tempo.” (LLIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

“Falar sobre preconceitos e discriminação contribui para a construção de uma sociedade que respeita a sua natureza heterogênea e formar pessoas capazes de lidar com as diferenças.” (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

Como disse a professora Maristela, o contributo para banir os preconceitos e a discriminação é falar e denunciar em sala de aula, dentro da escola, nos ambientes escolares, pois desta forma contribuiremos para uma sociedade respeitosa em sua diversidade, formando indivíduos emancipados e respeitosos. Não estaremos contribuindo para a redução de violências, preconceitos, discriminações na escola se não for usada a fala potente e consciente do papel formador do professor. A escola deve ser entendida como o campo, o lugar das transformações necessárias para uma sociedade mais justa e igual.

Como nos fala o professor Marcos Lopes (2019, p. 182-183): “falar sobre sexualidade e gênero, em uma perspectiva que se afaste das normatizações e determinismos, não é apenas discutir uma temática, mas é também se posicionar diante de um contexto demarcado por estigmatizações e discriminações”. Vejamos as respostas dos/as professores/as pesquisados/as no Quadro 12, a seguir:

Quadro 12 – O que sabe/diz/pensa o/a professor/a sobre o diálogo, participação em projeto pedagógico sobre violência de gênero e opinião sobre a inserção do debate sobre diversidade em sala de aula, 2022

Nome do Professor, interlocutor da pesquisa	Questão da Pesquisa: 3.3, 3.4, 3.5													
	3.3 A sua escola motiva o diálogo sobre violência de gênero em sala de aula?					3.4 Na sua escola, você conhece ou participou de algum projeto pedagógico sobre violência de gênero?					3.5 Qual a sua opinião sobre a inserção do debate sobre diversidade em sala de aula?			
	Sim	Não	Muitas	Pouco	Não tenho opinião	Sim	Não	Diretamente	Pouco envolvido	Não conheço	Concordo	Não concordo	Desconheço esse assunto	Não tenho opinião
Adrielle	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-	-	-
Alberthe	-	-	-	-	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-
Mariageu	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Laurence	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-
Lilianat	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Robinstain	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Maristela	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Florisvan	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Veronice	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-	-	-
Wallters	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2022

Diante do que nos diz Lopes, lembramos da fala da interlocutora, professora Maristela, quando respondeu que “*o nosso contributo para banir os preconceitos e a discriminação é falar e denunciar em sala de aula*”.

Foi possível perceber que há desconhecimento dos interlocutores sobre essas questões, mas a maioria concorda em inserir na escola debate sobre diversidade em sala de aula. Em algumas justificativas dadas por eles fica evidenciado onde o interlocutor se coloca dentro da escola, o que apoia, o que concorda e o que não está envolvido e não quer envolver-se nesta questão para dar opinião. Esse foi o caso do professor Alberthe.

A professora Adrielle respondeu em sua justificativa que

[...] enxerga a escola motivadora de diálogos sobre violência de gênero, mas pouco se envolveu em projeto pedagógico sobre o tema, mas concorda que a Escola precisa inserir o debate sobre diversidade em sala de aula.

O professor Laurence disse:

[...] tenho desconhecimento de projetos unicamente para essa finalidade, entretanto a escola aproveita de alguns momentos como datas comemorativas (Dia da mulher, Outubro Rosa, e datas voltadas para a Mulher ou Saúde da Mulher para inserir algumas discussões), mas acredito que haja a necessidade de projetos que ampliem essas discussões, além de incluir outras questões relacionadas a violência de gênero a exemplo de pessoas transgênero.

Foi possível observar na fala do professor Laurence e da professora Adrielle o que afirma Andrade (2018) sobre a escola como lugar de formação e socialização, compreendendo que ela precisa estar cada vez mais consciente dos mecanismos legais, programas e propostas educacionais disponíveis, buscando condições que permitam combater (pre) conceitos, discriminação e desigualdades de gênero entre alunos e outras pessoas no espaço escolar. Para provocar mudanças é necessário que essas falas sejam potencializadas no espaço escolar, na comunidade, dentro das salas, no meio da escola, onde estiver o principal, o sujeito do aprendizado, o aluno.

É importante ressaltar o que nos diz Marcos Lopes (2019, p. 14):

É importante percebermos, contudo, que a sexualidade e os gêneros estão presentes na escola para além dessas questões que ‘podem ser faladas’. Nas aulas e nos outros espaços escolares, não são ensinados apenas os conteúdos estabelecidos nos currículos, mas são também ensinadas perspectivas de mundo, ensinados posicionamentos sociais e políticos – inclusive no que se refere aos gêneros e às sexualidades.

Neste ponto fica clara a opinião dos interlocutores a respeito da homofobia/LGBTQIA+fobia. As justificativas identificam o interlocutor e sua ação diante desta violência, pois muitos responderam que não concordam, outros que dialogam com os alunos evitando práticas e ações violentas, mas um deles respondeu que observa, mas não se envolve.

Abaixo, apresentamos as respostas dos/as pesquisados/as sobre a homofobia, as práticas discriminatórias e a opinião sobre se o interlocutor já ouviu seu colega professor/a falar sobre atitudes de preconceitos em sala de aula.

Quadro 13 – Opinião do/a professor/a sobre homofobia e práticas discriminatórias, se o professor/a e atitudes de preconceitos em sala de aula, 2022

Nome do Professor/a, interlocutor/a da pesquisa	Questão da Pesquisa: 3.6, 3.8									
	3.6 Qual a sua opinião sobre homofobia e práticas discriminatórias na escola?					3.8 Você já ouviu seus colegas professores falarem sobre atitudes de preconceitos em sala de aula?				
	Não concordo	Observo, mas não me envolvo	Pouco me importa essa questão	Dialogo com os alunos evitando práticas e ações	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião
Adrielle	-	-	-	X	-	X	-	-	-	-
Alberthe	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-
Mariageu	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Laurence	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-
Lilianat	-	-	-	X	-	X	-	-	-	-
Robinstain	x	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Maristela	x	-	-	X	-	-	-	-	x	-
Florisvan	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-
Veronice	x	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Walters	-	-	-	X	-	X	-	-	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20//22

Para Diniz (2011, p. 41),

Questionar os limites e os preconceitos no uso da linguagem constitui também um exercício de resistência a processos de discriminação e exclusão e devem ser encorajados no espaço da educação. Um conceito é sempre uma tentativa de simplificar por meio de uma palavra, criada em um determinado contexto histórico-cultural, uma complexidade de experiências, no caso da sexualidade, uma complexidade de experiências com nossos corpos, com nossos prazeres e com outras pessoas.

Esse entendimento de Diniz (2011) contribuiu com a análise e interpretação das respostas dadas pelos/as pesquisados/as, em especial, pelas tentativas que persistem em simplificar os problemas existentes nas relações escolares quando a questão é sexualidade.

A interlocutora Adrielle disse que

[...] homofobia é crime e precisa ser banido do contexto educacional, já presenciei atitude homofóbica entre alunos e intervir, pouco se fala sobre heteronormatividade na escola.

O professor Florisvan

[...] não concorda com a homofobia, pois é crime tipificado por Lei e como práticas discriminatórias tem que ser abolido nas escolas.

Fa-se mister salientar que LGBTQIA+fobia é crime, já normatizado no Brasil . Assim, foi discutido na questão 4 do formulário, sobre as concepções e saberes dos interlocutores sobre a Lei 7.716/89. O/a professor/a que foi perguntado/a se já ouviu seus colegas professores falarem sobre atitudes de preconceitos em sala de aula e, do total de 10 que respondeu essa questão, sete (7) responderam que sim, dois (2) disseram que não e um (1) respondeu que poucas vezes. Em suas justificativas, os interlocutores Adrielle, Marigeu e Maristela disseram o seguinte:

[...] Já ouvi sim, em decorrência de alguma atitude preconceituosa em relação a colegas, utilizando texto/palavra a respeito da identidade de gênero. (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

[...] falas preconceituosas em diálogos entre colegas. (MARIGEUE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

[...] Pouco, em geral, comenta-se nos intervalos na sala dos professores. Fala-se de alguns alunos que demonstram atitudes preconceituosas com os colegas. (MARISTELA INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

De acordo com Diniz (2011, p. 41),

a homofobia se tornou, no mundo contemporâneo, um dos últimos preconceitos ainda tolerados. Qualquer brasileiro (a) pode se lembrar facilmente de vários nomes da política nacional ou dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos que defendem publicamente o direito das minorias étnico-raciais, das mulheres, das (dos) presidiárias (os), dos (as) sem-terra, das pessoas com necessidades educativas especiais, mas que se escondem quando o assunto em pauta é o combate à violência ou a luta pelos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Portanto, incluir o tema no currículo e dialogar sobre homofobia e práticas discriminatórias na escola é uma necessidade para a redução ou até mesmo a erradicação das violências contra homossexuais, gays, lésbicas, travestis ou transsexuais dentro das Escolas, pois esse é o lugar de formação e, nesse espaço , ninguém poderá ser excluído do seu direito de conhecer.

Na questão 3.9 *Você já testemunhou violência entre alunos por práticas discriminatórias ou preconceituosas no seu convívio com seus alunos, na escola?*, foi possível perceber que um total de 6 (seis) professores disseram que já testemunharam violência entre alunos por práticas discriminatórias ou preconceituosas no dia a dia com

seus alunos na escola, três (3) afirmaram que não testemunharam nenhuma violência deste tipo e apenas um (1) respondeu que poucas vezes testemunhou tal violência.

No Quadro 14, apresentamos as respostas dos/as interlocutores/as sobre se já testemunhou casos de violência, práticas discriminatórias ou preconceitos no seu convívio com seus alunos na escola e o que conhece o professor sobre heteronormatividade e se já conversou sobre essa questão na sala de aula, 2022.

Quadro 14 – O que dizem os professores/as sobre testemunhos de violências, discriminação, preconceitos e o que conhece sobre heteronormatividade no CEEPBS, 2022

Nome do Professor, interlocutor da pesquisa	Questão da Pesquisa: 3.9 e 3.10									
	3.9 Você já testemunhou violência entre alunos por práticas discriminatórias ou preconceituosas no seu convívio com seus alunos, na escola?				3.10 O que você conhece sobre heteronormatividade, já conversou sobre isto em sala de aula?					
	Sim	Não	Pouco vezes	Não quero responder	Sim	Não	Desconheço	Não me importo com o conceito	Não tenho opinião	
Adrielle	-	-	X	-	x	-	-	-	-	
Alberthe	-	X	-	-	-	x	-	-	-	
Mariageu	x	-	-	-	-	x	-	-	-	
Laurence	-	X	-	-	x	-	-	-	-	
Lilianat	x	-	-	-	x	-	-	-	-	
Robinstain	x	-	-	-	x	-	-	-	-	
Maristela	x	-	-	-	x	-	-	-	-	
Florisvan	x	-	-	-	x	-	-	-	-	
Veronice	x	-	-	-	-	-	-	-	x	
Wallters	-	X	-	-	x	-	-	-	-	

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20//22

Dentre as que testemunharam, a interlocutora Adrielle disse:

[...] em decorrência de alguma atitude preconceituosa em relação a colegas, utilizando texto/palavra a respeito da identidade de gênero.

Para Pierre Bourdieu (1989, p. 7), violência simbólica é uma violência “invisível”, adotada por meios genuinamente simbólicos de comunicação e conhecimento, que se constitui em um vínculo de subjugação-submissão e que resulta de uma dominação, da qual o dominado é cúmplice, dado o estado natural em que a realidade se apresenta.

Dessa forma, muitas vezes o silenciamento e a invisibilidade de ações negativas, restringem atitudes que passam despercebidas no dia a dia da escola, mas identificadas por alguns colegas, como disse a interlocutora Adrielle na sua fala que devido a atitude preconceituosa na relação entre colegas, toma decisão de trabalhar com textos e palavras que se referem ao termo gênero.

Os meios simbólicos utilizados nas pequenas brincadeiras no cotidiano são identificados ou testemunhados no contexto escolar e, muitas vezes, comunicado “sem

intenção”, mas que fazem profundas marcas no emocional daqueles que ouvem, sentem, presenciam essas falas.

Para a questão 3.10 O que você conhece sobre heteronormatividade, já conversou sobre isto em sala de aula? Sete (7) responderam que sim, duas (2) que não conhecem sobre heteronormatividade e uma (1) respondeu que não tem opinião.

Novamente fica de fora da opinião a interlocutora que tem ligações fortes com a religiosidade, demonstrando em alguns momentos que essa pesquisa é interessante e em outros momentos, por definir conceitos não quis opinar.

Mais uma vez o professor Alberthe se diz desconhecedor do tema ligado aos preconceitos, nesse caso heteronormatividade e não quis opinar. Como vemos, essas respostas dos dois últimos professores estão no âmbito da obscuridade e incertezas em relação aos preconceitos por conta de preceitos e normas religiosas.

Segundo Bourdieu (2002), há uma relação extraordinariamente ordinária que deixa explícita a forma de dominação que é exercida por diferentes meios, tendo como objeto os conjuntos de bens simbólicos: estilo de vida, maneira de agir, pensar, falar, entre outros, que são distintos e se tornam emblemas ou estigmas, dos quais são eficientes simbolicamente, sendo totalmente arbitrária.

Observamos que diante das respostas obtidas negativamente, continuam a prática de preconceitos e esses são derivados do exercício de práticas de estilo de vida (religiosa, incubada), dando assim, a ordem do modo como agem, pensam, falam, criando máscaras que irão se transformar em habilidades simbólicas quando vão tratar de preconceitos, desrespeito, identidade de gênero ou temas ligados a sexualidade, LGBTQIA+fobia entre outros dessa condição humana.

Para Saffioti (2011), é de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a "superioridade" dos homens, assim como a dos brancos, dos heterossexuais e a dos ricos” (p. 11).

A heteronormatividade está no contexto e na ordem da realidade atual, por isso precisa estar inserida no centro das construções curriculares, devendo ser a escola uma instituição fortemente atenta a afirmação e reafirmação da promoção dos consequentes processos de heterossexualização determinada e da inclusão de normas de gênero, impondo observações sobre os corpos de todos/as. Guacira Louro, em seu livro “O corpo educado” (2009) trata dessas questões, deixando a compreensão de que é preciso tomar decisões

acertadas nas práticas pedagógicas, saberes docentes, modos de agir na escola, dentre outras questões.

3.5.1 O que dizem/falam/pensam os alunos/as sobre preconceito, homossexualidade, violência no CEEPBS, Itabuna-BA

Neste tópico, apresentamos na Tabela 9, as respostas dos alunos quando foram perguntados sobre o item 2.1 do formulário fechado e aberto se Você já ouviu falar sobre comunidade LGBTQIA+?.

Do total de onze (11) interlocutores que responderam a esse instrumento, cinco (5) disseram que sim, já ouviram falar sobre a comunidade LGBTQIA+ e seis (6) responderam que conhece muito.

Na Tabela 9, vejamos o que responderam os alunos:

Tabela 9: – Concepção e Saberes dos alunos sobre preconceitos, homossexualidade, violência aos alunos CEEPBS, 2022

Nome dos/as alunos/as interlocutores/as da Pesquisa	Questão da Pesquisa: 2.1 Você já ouviu falar sobre comunidade LGBTQIA+?				
	Respostas dos pesquisados				
	2.1.1 Sim	2.1.2 Não	2.1.3 Muito	2.1.4 Pouco	2.1.5 Não tenho opinião
A	0	0	1	0	0
B	0	0	1	0	0
C	1	0	0	0	0
D	0	0	0	0	0
E	0	0	0	0	0
F	0	0	0	0	0
G	1	0	0	0	0
H	0	0	0	0	0
I	0	0	0	0	0
J	1	0	0	0	0
K	0	0	1	0	0
L	1	0	0	0	0
M	0	0	1	0	0
N	0	0	0	0	0
O	0	0	0	0	0
P	0	0	1	0	0
Q	0	0	0	0	0
R	1	0	0	0	0
S	0	0	0	0	0
T	0	0	1	0	0
TOTAL	5	0	6	0	0

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20//225

Assim, diz Giacomo Vicenzo:

A sigla LGBTQIA+ é resultado de uma evolução do movimento que, ao longo do tempo — não só no Brasil, mas também em outros países — ganhou espaço e mostrou a importância da singularidade de indivíduos

que integram cada uma dessas letras e vivem experiências, preconceitos e lutas distintas...³⁹

Ana Paula Quintino Rocha, Maria Aparecida Colares Mendes (2020, p. 26) discutindo sobre *Cidadania e diversidade: dialogando com as transformações*, dizem que, com o objetivo de abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero o símbolo + é acrescentado à sigla LGBT, formando outras variações (LGBT+, LGBTI+, LGBTQI+, dentre outras).”

Ao analisar a questão 2.1.6 do formulário fechado e aberto ao aluno que pergunta “Se já ouviu falar sobre comunidade LGBTQIA+, “Se já ouviu fale sobre”, foi possível observar que cada resposta dada pelos interlocutores mostra o conhecimento e o envolvimento de cada aluno com essa questão e, ao falar, dialogar sobre o tema revelam que sabem, conhecem os problemas que a homofobia causa às vítimas.

De acordo com as respostas dadas, foi possível identificar os alunos que responderam que conhecem superficialmente e os que conhecem por estarem inseridos na conjuntura das políticas de favorecimento aos direitos aos homossexuais, na luta contra preconceitos e violência e esses se colocam com maior conhecimento sobre o tema.

Do total de 13 alunos que responderam ao formulário, 5 disseram que sim, já ouviram falar, 6 deles afirmaram que conhecem muito, pois convivem com pessoas da comunidade LGBTQIA+ e dois não responderam. Quando dizem, falam e/ou pensam sobre essas questões, ao que tudo indica, mostram o envolvimento e a postura daqueles que querem expor suas opiniões sobre a diversidade sexual.

Assim disseram:

- *É uma comunidade de minoria de direitos, coposta por dissidentes sexuais e de gênero à norma cis-heterossexual.* (A, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *A comunidade é um grupo de pessoas que representa indivíduos historicamente marginalizados e excluídos da sociedade.* (B, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *É o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para essa população.* (C, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

³⁹ <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/12/07/o-que-significa-lgbtqia-e-como-a-sigla-da-visibility-a-diferentes-lutas.htm>³⁹

- *A comunidade é composta por pessoas de gênero e sexualidade diferentes, na busca por mais representatividade e direitos.* (F, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

Pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero diversas. (G, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“É uma comunidade de pessoas com diversas orientações sexuais e identidades de gênero.” (J, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

“É uma comunidade de pessoas que sentem atração pela mesmo gênero ou não se identificam com o de nascimento.” (K, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

“A comunidade LGBTQIA é uma comunidade que representa indivíduos que fogem do padrão binário de gênero ou sexualidade.” (L, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“A comunidade é composta por pessoas de gênero e sexualidade diferentes, na busca por mais representatividade e direitos.” (M, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“É um movimento político e social, que defende os direitos e acolhe todos ou grande maioria da diversidade, e busca representatividade e direitos para todos.” (P, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

“A comunidade LGBTQIA+, inclui qualquer gênero ou orientação sexual e existe uma grande luta por direitos iguais para todos.” (R, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“A comunidade LGBTQIA+ , é a comunidade do amor onde todos podem amar da forma que quiser sem opressão.” (T, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

As respostas dos alunos nos levaram a Fry, Peter (1985) que, em suas discussões sobre *O que é a homossexualidade?*, explica:

Esta pergunta tem como pressuposto que a homossexualidade é alguma coisa. O problema é que para a homossexualidade há uma infinita variação sobre um mesmo tema. Diz muita coisa. Fala das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Assim, ela é uma coisa na Grécia Antiga, outra coisa na Europa do fim do século XIX, outra coisa ainda entre os índios Guaiáqui do Paraguai. Com este mesmo raciocínio, a homossexualidade pode ser uma coisa para um camponês do Mato Grosso, outra coisa para um candidato a governador do Estado de São Paulo em 1982 e, de fato, tantas coisas quanto os diversos segmentos sociais da sociedade brasileira contemporânea (1985. p. 7).

Desta forma se caracterizou a percepção na observação das respostas dos interlocutores, a partir da visão de cada um o que é a homossexualidade.

Quando perguntados sobre o que acham da discussão sobre respeito às pessoas LGBTQIA+, se já perceberam algum tipo de preconceito, o que caracteriza a violência de gênero, o que sabem sobre *bullying*, a importância da escola desenvolver projetos e ações para diminuir as violências contra homossexuais, os diálogos ficaram mais acalourados, uns mais tímidos, outros com maior compreensão justificaram mais seguros do que diziam, seguidos em bons e grandes debates.

Vejamos na Tabela 10, a seguir, as respostas dadas pelos alunos:

Tabela 10: Saberes dos alunos sobre respeito à comunidade LGBTQIA+, preconceitos a homossexuais e características de violência de gênero, 2022

Nome dos/as alunos/as interlocutores/as da Pesquisa	Questão da Pesquisa: 2.2, 2.3 e 2.4														
	2.2 Você acha essa discussão sobre respeito à comunidade LGBTQIA+ importante?					2.3 Você já percebeu algum tipo de preconceito contra homossexuais no CEEP?					2.4 Você sabe o que se caracteriza como violência de gênero?				
	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião
A	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
B	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
C	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
D	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
G	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
I	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
J	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
K	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0
L	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0
M	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
O	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0
Q	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
S	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
T	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0
TOTAL	3	0	8	0	0	6	2	0	3	0	09	0	1	1	0

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20//22

Analisando as respostas dos alunos interlocutores da pesquisa sobre concepções e saberes de preconceitos, homossexualidade, violência aos alunos do CEEPBS, obtivemos as seguintes respostas quando perguntamos: você acha essa discussão sobre respeito à comunidade LGBTQIA+ importante?

Do total de 20 que responderam ao formulário fechado e aberto, três (3) desses responderam que sim e oito (8) responderam que acha muito importante. Para a pergunta: você já percebeu algum tipo de preconceito contra homossexuais no CEEPBS? Seis (6) responderam que sim, dois (2) responderam que não e três (3) responderam que poucas

vezes. Sobre a pergunta: você sabe o que se caracteriza como violência de gênero? Nove (09) responderam que sim, um (1) que sabe muito e um (1) respondeu que sabe pouco.

A partir dessas respostas, fomos aprofundando as questões para compreendermos melhor as concepções e saberes dos alunos e continuamos questionando e pedindo justificativa nas respostas, como as descritas abaixo.

Com o resultado da análise de cada resposta dada ao formulário fechado e aberto dos alunos nos itens 2.2.6, 2.3.6, 2.3.7 e 2.4.6, obtivemos como respostas:

[...]o respeito é a base do diálogo social que se deve travar sobre as pessoas da comunidade em vista de toda a violência que nos atravessa. sim principalmente nos comentários das pessoas, alunos... e na animalização e patologização das sexualidades. prontamente refutar as afirmações e provocações. A transfobia e a misoginia são exemplos claros da violência de gênero, ódio as mulheres sejam elas cisgêneras ou transgêneras é o mais comum no Brasil, somos violentadas por sermos quem somos a cada instante! (A INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

[...]discutir este assunto é contribuir na desnaturalização das desigualdes. (B, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Na questão 2.3.6 sobre as formas de preconceitos percebidos no CEEPBS, essa mesma interlocutora B respondeu que, com “[...] apelidos e comentários maldosos diretos (homofobia velada ou de forma direta, não feitas especificamente na frente do alvo). A resposta dessa interlocutora para a questão 2.3.7, quando perguntada sobre qual foi a sua reação ao perceber preconceitos entre alunos: “[...] tentei explicar o quanto os comentários maldosos trazem danos para quem os recebe (B, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).” E, a sua resposta para a Questão 2.4.6 foi a seguinte:

[...] qualquer tipo de agressão dirigida a uma pessoa devido a sua orientação ou identidade sexual (B, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

A interlocutora C respondeu para a questão 2.3.5:

[...] discutir este assunto é uma pauta que deve ser bastante levantada, pois devemos nos informar sobre assuntos como esse todos os dias.

Para a questão 2.3.6, a interlocutora C justificou: *que não presenciei nenhum tipo de preconceitos no CEEPBS.* Não respondeu a questão 2.3.7 por não ter presenciado nenhuma forma de preconceito. Mas respondeu a questão 2.4.6 afirmando que:

[...] *como violência física, agressão física, psicológica, sexual, ou simbólica contra alguém em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual.* (C, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

A interlocutora G disse que, “[...] *tais pessoas sofrem em nossa sociedade ignorante onde tais discussões fortalecem o respeito por elas*”. Para a questão 2.3.6, justificou que presenciou preconceitos no CEEPBS *de forma verbal por meio de “brincadeiras”*. A sua resposta para a questão 2.3.7 foi: *“repreendeu imediatamente”*. Enquanto que, para a pergunta 2.4.6, respondeu: [...] *agressão física, sexual, psicológica, moral e patrimonial.*(G, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

A interlocutora J deu a seguinte resposta para a questão 2.3.5: “[...] *pois muitas questões sobre essa comunidade deve ser esclarecida para pessoas com pouco entendimento.*” Sendo que, essa interlocutora respondeu na questão 2.3.6 que percebe apelidos e ofensas. E respondeu a questão 2.3.7 dizendo: *“não gostei e me sentir incomodada porém não falei nada a pessoa por falta de intimidade”*. E na questão 2.4.6 disse que a violência de gênero, *a homofobia é um estupro e etc.* (J, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022). A sua resposta à questão 2.4.6 mostra o seu sentimento de repulsa e indignação sobre a homofobia de forma escancarada.

A interlocutora K respondeu a questão 2.3.5 dizendo que *“por ser da comunidade, sei o quão é ruim lidar com exclusão e preconceitos diários”*. E na questão 2.3.6 e 2.3.7, afirmou não ter percebido no CEEPBS nenhum tipo de preconceito e não justificou. Contudo, na questão 2.4.6, respondeu que “[...] *são agressões físicas, psicológicas, sexuais ou simbólicas a alguém por conta de gênero ou orientação sexual.* (K, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

A interlocutora L respondeu à questão 2.3.5:

vivemos numa comunidade que por mais que esta questão de gênero e sexualidade vem sendo discutida a muito tempo, eles ainda mantém uma mente fechada sobre o assunto tendo assim atitudes agressivas e desrespeitosas com pessoas dessa comunidade. É necessário discutirmos sobre este tema, mostra que não se trata de uma outra espécie e sim de pessoas como nós.

Na pergunta 2.3.6, essa interlocutora respondeu: “[...] *de forma passiva agressiva, onde o preconceito vinha escondido de uma brincadeira*”. Sua resposta à questão 2.3.7 foi a seguinte: [...] *observar e tentar alertar pra o individuo o que estava acontecendo, porém muitas das vezes não era necessário pois a própria vítima tinha noção.* E para a questão

2.4.6 respondeu que entende como *prostituição forçada, estupro, discriminação trabalhista, etc.* (L, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

A interlocutora M respondeu à questão 2.3.5, assim:

A comunidade LGBTTQIA+ merece todo nosso respeito, discutir sobre o respeito a quem nos defende, busca direitos, oferece proteção é essencial.

Já para a questão 2.3.6 foi dada a seguinte resposta: “ [...] *sim, muitos momentos na sala, nos comentários de alguns colegas, alunos em salas de aula*”.

Na questão 2.3.7 essa interlocutroa respondeu que “*sim, no mesmo momento cobrei respeito*”. E para a questão 2.4.6 disse que,

A misoginia e transfobia são exemplos claros da violência de gênero, mais ainda quando são feitos por pessoas esclarecidas, em condição de escolaridade e consciência. (M, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Enquanto que, o interlocutor P respondeu para a questão 2.3.5 que,

O combate ao preconceito se inicia com o diálogo com isso quanto mais o tema for discutido de forma geral, menos preconceitosteremos na sociedade.

E para a questão 2.3.6, não deu nenhuma justificativa. Porém, afirmou que respondeu a questão 2.3.7, “*por não ter presenciado nenhuma forma de preconceito. Na questão 2.4.6 não quis responder*” (P, INTELOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

A resposta da interlocutora R a questão 2.3.5 foi muito interessante e chamou muito a atenção sobre o seu posicionamento e opinião sobre essas questões no espaço escolar. Essa foi a sua resposta: “ [...] *é importante para que a nossa comunidade tenha mais voz ativa, e que haja respeito para todos*”. Para a questão 2.3.6, ela respondeu que já percebeu a homofobia no espaço escolar, e disse: “ [...] *vendo um colega chamar o outro de viadinho*”. Quando foi perguntada sobre a questão 2.3.7, ela disse: “*me comuniquei com a professora que estava na sala de aula no momento*”. Na questão 2.4.6 ela respondeu que já presenciou “*violência física, sexual, verba, doméstica, dentre outras.* (R, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

O interlocutor T respondeu a questão 2.3.5 dizendo que “*é justamente a falta de conhecimento que faz surgir o preconceito*”. Na questão 2.3.6, ele responde que já percebeu homofobia na escola “*no olhar, principalmente de homens heteros, falas e algum cochichos e risadinhas*”. Ao responder a questão 2.3.7 ele disse que acontece com

“afrontas com olhar”. Para a pergunta 2.4.6 respondeu que presenciou “agressão física, psicológica, sexual a alguém de situação de vulnerabilidade devido a identidade de gênero ou orientação sexual”.(T, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

Ao analisar essas respostas ficou muito claro que o caminho percorrido estava nos dando boas percepções das falas, modos de pensar e dizer evidenciados nas respostas dos entrevistados. Contudo, foi preciso continuar na proposta de buscar entender o que os alunos investigados tinham para dizer, falar sobre as questões sobre preconceitos, discriminação e violências nas relações vivenciadas na escola. Pois, foi possível responder o objetivo específico da pesquisa que procurou *Analisar a percepção dos/as professores/as e alunos/as, interlocutores/as da pesquisa sobre a homossexualidade na escola investigada, observando o que dizem/falam/pensam sobre violência de gênero (homofobia/LGBTQIA+fobia, preconceitos, discriminação, agressões, exclusão) contra pessoas LGBTQIA+, percebidos entre alunos/as.*”

Na Tabela 11 mostramos as respostas dos interlocutores sobre o que sabem sobre *bullying*, projetos contra violência, homossexualidade e características de violência de gênero. Foi perguntado também sobre ações da Escola, professores, alunos, a inserção das famílias no diálogo motivador de projetos, ações e atitudes que podem proporcionar melhorias nas relações inter e intrapessoais.

Tabela 11: Saberes dos alunos sobre *bullying*, projetos contra violência aos homossexuais e características de violência de gênero, 2022.

Nome dos/as alunos/as interlocutores/as da Pesquisa	Questão da Pesquisa: 2.5, 2.6 e 2.7														
	2.5 Você sabe o que é Bullying?					2.6 Você acha importante a sua escola desenvolver projetos e ações que diminuam as violências contra o homossexual?					2.7 Você já percebeu alguma fala, atitude, ação de algum professor, professora, gestão, equipe de apoio da escola que se caracteriza por alguma forma de preconceito, discriminação sexual no CEEPBS?				
	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito vezes	Nunca	Não tenho opinião
A	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
B	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
C	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
D	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
G	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
I	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
J	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
K	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
L	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
M	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
O	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Q	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
S	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
T	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
TOTAL	8	0	3	0	0	6	0	5	0	0	3	6	0	2	0

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20//22

O *bullying* acompanha os seres humanos desde os tempos imemoriais e está presente em todas as idades, contextos culturais e sociais (PICADO, 2011). Para Pinheiro (2006), esse fenômeno é

Uma das formas de violência escolar, que tem merecido grande atenção por parte de pesquisadores nas últimas décadas, tem sido denominada, na literatura internacional, como *bullying*. *Bullying* é uma forma de violência frequente ocorridas entre colegas na escola. Alguns autores tem utilizado o termo intimidação para se referirem ao fenômeno” (2006, p. 4)

Segundo relatório da Assembleia Geral das Nações Unidas - ONU, de 23 de agosto de 2006, os “Ambientes educacionais expõem muitas crianças à violência e podem ensiná-las a praticar atos de violência.” Percebemos que esta afirmação mostra a preocupação da ONU com a violência no espaço escolar.

De acordo com a análise e interpretação das respostas da Tabela 11, temos a seguinte compreensão sobre a questão que investigou o aluno sobre o que ele sabe sobre o *bullying* (*Você sabe o que é bullying?*): esse é um fenômeno de sentido multidimensional, complexo, perverso, sistemático, mas ainda precisa ser discutido na escola, o conhecimento dos alunos sobre o fenômeno ainda se apresenta como muito tímido, exige maior compreensão e conhecimento sobre as formas de como prevenir, combater e, também, denunciar sempre que ele se apresentar nos espaços da escola. As respostas dos alunos sobre o que sabem sobre o *bullying* foram as seguintes: oito (8) responderam que sim, três (3) responderam que sabem muito.

Quando foram perguntados sobre “Você acha importante a sua escola desenvolver projetos e ações que diminuam as violências contra o homossexual?”, as respostas foram as seguintes: seis (6) responderam que sim, cinco (5) responderam que acha muito importante. Na questão “Você já percebeu alguma fala, atitude, ação de algum professor, professora, gestão, equipe de apoio da escola que se caracteriza por alguma forma de preconceito, discriminação sexual no CEEPBS?”, os interlocutores responderam: três (3) disseram que sim, seis (6) que não e dois (2) responderam que nunca perceberam.

Continuando a análise sobre os conhecimentos dos alunos sobre o *bullying* e importancia do desenvolvimento de projetos e ações para reduzir violências contra o homossexual dentro da escola e se sabem comentar sobre alguma fala, atitude, ação da equipe gestora, professores, apoio administrativo caracterizada como alguma forma de preconceito ou discriminação no CEEPBS, as respostas foram diversas, mas mostraram as diferentes formas de visão dos interlocutores investigados.

Diversos conceitos de *bullying* foram formulados pelos alunos. Uma interlocutora disse que o *bullying*

É o ato de difamar, caluniar ou intimidar usando até mesmo trejeitos próprios do alvo como arma, segundo outro o bullying se caracteriza por atitudes físicas, verbais, escrita, material, cyberbullying, social e o psicológico (B, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Para outra, a interlocutora G, o *bullying*

a intimidação, humilhação, xingamento e agressão física, são características da violência. Ofender a pessoa por causa de seu peso (G, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Esse fenômeno foi definido também por outra aluna como *atos de agressão ou intimidação a alguém que seja mais excluído*. Como também respondeu que

bullying é humilhação física ou psicológica, também como, é uma agressão verbal ou física, feitas por pessoas ignorantes que não aceita a opinião do próximo e apelidos ofensivos. (J, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

Uma das interlocutoras foi mais enfática disse:

[...] somos uma sociedade generificada e ao longo do tempo os padrões mudam mas as repressões a tudo foge desse padrão podem levar a uma situação de bullying, que é uma violência direta a diversos marcadores de um indivíduo usado para animalizar, patologizar e ridicularizar sua existência ou condição. (A, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

Quando perguntado sobre desenvolvimento de projetos promotores de redução da violência na escola, houve somente uma justificativa que evidencia esse entendimento,

a escola deve ser um espaço educativo, as mazelas sociais são criadas em sociedade mantidas enquanto não forem preventivamente dialogadas em espaço educativo com os agentes que a sofrem, existe uma cultura de violência estabelecida e perpetuada nesses corpos em todos os espaços (A, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

A questão sobre fala, atitude, ação da equipe gestora, professores, apoio administrativo caracterizada como alguma forma de preconceito ou discriminação foi identificada por 2 (dois) interlocutores que justificaram:

pouquíssimas vezes (B, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022) e, infelizmente por ele estar na condição de autoridade na sala me calei. (A, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

Diante dessa fala, é possível dizer que a escola precisa se preocupar em estar na constante observação de ações ou atitudes de preconceitos, discriminações entre alunos/as, pois esses são eventos motivadores de violências dentro da comunidade escolar.

Na próxima Tabela 12 examinamos os itens do formulário que perguntou sobre falas e ações de alunos que manifestam preconceitos dentro da escola, como também, sobre a forma de participação no combate as discriminações nas relações entre eles no CEEP e se a escola utiliza o diálogo construtivo com familiares e percebe algum tipo de discriminação em sua casa e no entorno da escola.

Vejamos na Tabela 12, as respostas dadas a essas questões pelos interlocutores:

Tabela 12: Saberes dos alunos sobre atitudes e preconceitos dos colegas, participação em eventos e diálogos construtivos dentro de casa, na família, 2022.

Nome dos/as alunos/as interlocutores/as da Pesquisa	Questão da Pesquisa: 2.8, 2.9 e 2.10 do Formulário fechado e aberto ao aluno														
	2.8 Você já percebeu alguma fala, atitude, ação de algum colega, outro aluno ou aluna que se caracteriza por alguma forma de preconceito, discriminação sexual no CEEPBS?					2.9 Já participou de algum evento ou projeto no CEEPBS sobre o tema violência de gênero?					2.10 Você se propõe conversar em casa, com sua família sobre homossexualidade, discriminação, preconceitos, homofobia?				
	Sim	Não	Muitas vezes	Nunca	Não tenho opinião	Sim	Não	Muitas vezes	Nunca	Não tenho opinião	Sim	Não	Não vejo abertura	Minha Religião não permite	Não tenho opinião
A	1	0	0	0	0	1	0	0	0	-	1	0	0	0	0
B	1	0	0	0	0	1	0	0	0	-	0	0	1	0	0
C	0	0	0	1	0	0	0	1	0	-	1	0	0	0	0
D	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0
E	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0
F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0
G	1	0	0	0	0	1	0	0	0	-	0	0	1	0	0
H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0
I	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0
J	1	0	0	0	0	1	0	0	0	-	1	0	0	0	0
K	0	1	0	0	0	0	1	0	0	-	0	0	1	0	0
L	0	0	1	0	0	0	1	0	0	-	1	0	0	0	0
M	1	0	0	0	0	1	0	0	0	-	1	0	0	0	0
N	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0
O	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0
P	1	0	0	0	0	1	0	0	0	-	0	1	0	0	0
Q	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0
R	1	0	0	0	0	0	1	0	0	-	1	0	0	0	0
S	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	0	0	0	0	0
T	1	0	0	0	0	0	0	1	0	-	1	0	0	0	0
TOTAL	8	1	1	1	0	6	3	2	0		7	1	2	0	0

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20/22

Analisadas as resposta dos estudantes para as questões trabalhadas no questionário sobre alguma fala, atitude, ação de aluno ou aluna, colegas caracterizada por alguma forma de preconceito, discriminação sexual no CEEPBS, também sobre o questionamento de participação em algum evento ou projeto no CEEPBS sobre o tema violência de gênero e

se há proposta de diálogo em casa, com sua família sobre homossexualidade, discriminação, preconceitos, homofobia, identificamos pistas de onde surgem ou são construídas possibilidades de violência de gênero, física ou simbólica, pois diante de símbolos, signos, palavras, manifestações vividas pelos interlocutores, o resultado será apresentado no que dizem, falam ou pensam.

De acordo bell hooks (2013, p. 175), “Se realmente queremos criar uma atmosfera cultural em que os preconceitos possam ser questionados e modificados, todos os atos de cruzar fronteiras devem ser vistos como válidos e legítimos.”

Conforme as respostas dos interlocutores sobre concepções e saberes sobre homossexualidade, preconceitos, violência de gênero, *bullying*, e a visão dos mesmos a respeito das promoções da escola em ações que minimizem as discriminações e exclusões no ambiente formador e formativo, foi possível verificar que há diferentes modos para se pensar sobre essas questões, de acordo com o que disseram os interlocutores.

Um interlocutor respondeu que, diante de alguma fala ou atitude de,

[...] um colega, *refutei as falas (A, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)*, o outro disse *o discente que estava na sala se portou muito bem, apenas concordei com ele diante da fala do colega. (B, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)*

Outra interlocutora, a aluna (G, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022) foi mais enfática e disse:

[...] *reclamei com a pessoa para que tal ato não se repetisse. Repudiei a pessoa, disse outro. Deixei bem claro meu incômodo com tal atitude,*

A interlocutora (R, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022) respondeu com outra postura e afirmou:

[...] *falei com a pessoa sobre o respeito e que se continuasse eu iria falar com a gestão.*

E o interlocutor (T, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022) disse:

[...] *mostrei como deveria trata as pessoas e a forma correta a se referi a ela.*

Assim, é possível perceber que ainda há falas e atitudes geradoras de preconceitos entre os alunos, contudo, se a escola promove ações, eventos e propõe diálogos

construtivos entre a família e a escola, com certeza teremos resultados diferentes e melhores no futuro.

No tópico seguinte, a pesquisa procurou traçar o perfil dos alunos interlocutores da pesquisa. Foram analisadas nas respostas do formulário fechado e aberto, seus dados pessoais, suas concepções e saberes.

Para tanto, tivemos atenção para observar sempre nas respostas se estávamos no caminho certo para encontrar resposta para o problema formulado pela pesquisa sobre a percepção de professores e alunos sobre violência de gênero, homossexualidade, com recorte na LGBTTQIA+fobia, uma das violências mais cruéis que atingem muitos adolescentes e jovens e que motiva o pesquisador buscar nos objetivos dessa pesquisa reduzir os problemas que violentam alunos diretamente nas emoções e no psicológico, gerando seres humanos desequilibrados e, conseqüentemente, uma sociedade instável e desigual.

3.5.2 Concepção e saberes pedagógicos de professor/a sobre a Lei 7716/89 e violências contra a população LGBTQIA+ no currículo dos cursos do CEEPBS, Itabuna, BA

Neste subitem 3.5.5 a pesquisa investigou a concepção e saberes pedagógicos dos professores sobre a Lei 7.716/89 no currículo dos cursos técnicos do CEEPBS, Itabuna, BA, que determinou em 13 de junho de 2019, que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerada um crime, introduzido na lei de racismo.

E se a escola já inseriu essa discussão nas disciplinas dos cursos que oferta e de que modo ocorre (ou não), a interação com temas associados a sociedade, direitos humanos, respeito e dignidade da pessoa humana no Currículo dos cursos técnicos, CEEPBS, Itabuna, BA.

O resultado da análise das questões referentes às concepções e saberes dos professores, principalmente quando perguntamos sobre a Lei 7.716/89, foi possível observar que escola já obteve uma importante conquista em relação ao conhecimento sobre a comunidade LGBTQIA+ nos seus espaços.

De acordo com as respostas dos interlocutores para a questão 4.1 que investiga se o pesquisado concorda em discutir em sala de aula sobre discriminação em relação a orientação sexual e identidade de gênero no CEEPBS, oito (8) interlocutores responderam que sim, um (1) deles afirmou que é muito importante e somente um (1) respondeu que não.

Podemos observar as respostas dadas pelos interlocutores sobre essas questões no Quadro 15, abaixo:

Quadro 15 – Concepção e saberes dos Professores sobre a Lei 7716/89, que determinou em a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerada um crime, BA, 2022

Nome do Professor, interlocutor/a da pesquisa	Questão da Pesquisa: 4.1, 4.2									
	4.1 Você concorda em discutir em sala de aula sobre discriminação em relação a orientação sexual e identidade de gênero no CEEPBS?					4.2 Você acha importante a sua escola falar sobre o crime de discriminação contra a população LGBTQIA+?				
	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião
Adrielle	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Alberthe	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-
Mariageu	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Laurence	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-
Lilianat	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Robinstain	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Maristela	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Florisvan	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Veronice	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Wallters	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20/22

Na questão 4.2 que investigou sobre se o professor acha importante a sua escola falar sobre o crime de discriminação contra a população LGBTQIA+, obtivemos todas as respostas, sendo que a maioria, oito (8) inteslocutores responderam que sim, um (1) respondeu que acha muito importante e somente um (1) respondeu que acha pouco importante. É possível observar que algumas falas das questões abertas reforçam essa importância, como é o caso da interlocutora Adrielle que disse:

- A discussão sobre discriminação em relação a orientação sexual e identidade de gênero em salas de aula, acho sim importante falar sobre discriminação à população Lgbtqia+, essa discussão deverá ser abordada vinculada ao tema de direitos e deveres dos cidadãos, do respeito e da diversidade humana, inserida por debates. Utilização de práticas que contribuam mais efetivamente para a reflexão desse tema tão contemporâneo, usando o enfrentamento das discriminações, a promoção da igualdade e do respeito às diversidades. Atividades em grupo de forma interdisciplinar, oficinas ou feiras e ciências e literatura, campanha que ressalte o respeito aos diferentes. Importante criar projetos e ações pedagógicas que viabilizem a leitura e conhecimento da Lei 7716/89. (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

A coordenadora pedagógica Mariageu disse,

[...] projetos pedagógicos que viabilizem a construção da conscientização da dignidade da pessoa humana respeito as diferenças, criando ações que viabilizem diálogos nas relações de respeito a identidade de gênero, raça, etnia. Sim importante fazer a

leitura da Lei 7716/89 promovendo temas que viabilizem a criação de políticas públicas para a promoção da comunidade LGBTQIA+ (INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Para o Professor Laurence é

[...] promovendo muitas ações que viabilizem ao diálogo sobre problemas de violência gerada nas relações de desrespeito a identidade de gênero, raça, etnia, estudando a Lei 7.716, promovendo respeito à comunidade, na disciplina de empreendedorismo e intervenção social a temática é associada a ementa e incluída no planejamento (INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

A professora Lilianat afirmou que,

[...] sim importante fazer a leitura da Lei 7716/89 para conhecimento da legislação pertinente a questão e garantia de direitos (INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

A interlocutora Maristela disse que

[...] acho sim importante criar projetos pedagógicos que viabilizem a construção da conscientização da dignidade da pessoa humana respeitando as diferenças, criando ações que viabilizem diálogos nas relações de respeito a identidade de gênero, raça, etnia. Sim importante ler e reler a Lei 7716/89 para conhecimento da legislação pertinente a questão e garantia de direitos (INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Esta Lei que foi criada para assegurar o direito a todo brasileiro de se defender contra os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, e estabeleceu no dia treze de junho de 2019, a criminalização da homofobia e da transfobia por discriminação ou preconceito, conforme sua aprovação pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Quando foram perguntados sobre a questão 4.2.2, de que forma você acha importante inserir no currículo e nas disciplinas Sociologia, Filosofia, Políticas Públicas, Projeto de Vida, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo, temas sobre o crime de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, as respostas foram diversas. Assim, podemos verificar o que cada interlocutor pensa/diz/fala sobre essa questão:

- Essa discussão deverá ser abordada vinculada ao tema de direitos e deveres dos cidadãos, do respeito e da diversidade humana. (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022

- [...] por que deverá ter uma disciplina específica para isso no currículo (!?) (ALBERTH, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

- [...] como tema transversal em todas as disciplinas, bem como em projetos. (LILANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- [...] Importante criar projetos e ações pedagógicas no currículo das disciplinas de Sociologia, Filosofia, Políticas Públicas, Projeto de Vida, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo como tema transversal em todas as disciplinas, bem como em projetos. (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- [...] Em todas essas disciplinas citadas é necessário relacionar a temática aos conteúdos abordados, na disciplina de empreendedorismo e intervenção social (que é a disciplina que ministro no curso de segurança no trabalho) busco inserir e debater as dificuldades encontradas pelas mulheres e pessoas com orientação sexual que não segue a heteronormatividade, propor a reflexão de atitudes possam diminuir a discriminação por gênero ou orientação sexual no ambiente de trabalho, bem como apresentar as leis referentes a esses crimes. (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

- [...] no currículo das disciplinas que levem o sujeito a pensar e refletir (ROBINSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

[...] É extremamente relevante inserir a discussão em sala de aula sobre discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

[...] de forma interdisciplinar para que essas disciplinas abordem essa temática de acordo a cada realidade. (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

[...] por discussões (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

[...] Sendo o Brasil o país que mais registra casos de violência contra a população LGBTQIA+, se faz necessário combater a na gênese de todo preconceito.” (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

A análise de resultados das respostas dadas ao formulário, nessa etapa da pesquisa, nos animou prosseguir com a investigação e, assim, buscamos responder os objetivos e, ao mesmo tempo, fomos em busca de respostas por meio de conversas informais para saber o que dizem/falam/pensam os pesquisados sobre as questões colocadas pela pesquisa. Dentre as respostas dadas pelos interlocutores destacamos uma que, negativamente, respondeu quando perguntados se as disciplinas devem discutir os temas acima referendados:

[...] por que deverá ter uma disciplina específica para isso no currículo (!?). (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

No Quadro 16 apresentamos as respostas dos pesquisados para as questões 4.3, 4.2 e 4.5 do formulário fechado e aberto aplicado aos/as professores/as.

Quadro 16 – O que pensam os professores do CEEPBS sobre criar projetos, promover ações, diálogo e estudar a Lei 7716/89, em sala de aula, 2022

Nome do Professor, interlocutor/a da pesquisa	Questão da Pesquisa: 4.3, 4.4 e 4.5														
	4.3 Você acha importante criar projetos e ações pedagógicas que viabilizem a construção da consciência da dignidade humana e do respeito às diferenças?					4.4 Você acha importante o CEEPBS promover ações que viabilizem ao diálogo sobre problemas de violência gerada nas relações de desrespeito a identidade de gênero, raça, etnia?					4.5 Você acha importante estudar em sala de aula a Lei 7716/89 e temas que estejam ligados a políticas pública para promover o respeito à comunidade LGBTQIA+?				
	Sim	Não	Muitas	Pouco	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião
Adrielle	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Alberthe	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	X	-
Mariageu	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Laurence	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
Lilianat	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Robinstain	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Maristela	X	-	x	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Florisvan	X	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
Veronice	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x
Walters	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20/22.

Diante das respostas das questões analisadas nesta etapa, observamos que dos interlocutores investigados, a maioria aprova e apoia o projeto de esclarecer, estudar e reconhecer na Lei 7.716/89 uma forma de proteção necessária contra os preconceitos e a homofobia/LGBTQIA+fobia.

Na questão 4.3 Você acha importante criar projetos e ações pedagógicas que viabilizem a construção da consciência da dignidade humana e do respeito às diferenças?, todos eles (10) responderam essa questão. Dentre eles, nove (9) responderam que sim, acham importante e apenas uma (1) interlocutora respondeu que é muito importante e outro disse que é muito importante.

Na questão 4.4 Você acha importante o CEEPBS promover ações que viabilizem ao diálogo sobre problemas de violência gerada nas relações de desrespeito a identidade de gênero, raça, etnia?. Do total de 10 (dez) articuladores, oito (8) responderam sim e dois (2) afirmaram que é muito importante.

Na questão 4.5 Você acha importante estudar em sala de aula a Lei 7716/89 e temas que estejam ligados a políticas pública para promover o respeito à comunidade LGBTQIA+?, do total de 10 pesquisados, oito (8) responderam que sim e apenas um (1) desses respondeu que é pouco importante e outra que não tem opinião.

As respostas para a questão 4.5.7 da entrevista que perguntou *De que forma esses assuntos são comentados por você na sala de aula*, foram as seguintes:

A professora Adrielle respondeu:

- [...] *atividades em grupo de forma interdisciplinar, oficinas ou feiras e ciências e literatura, campanha que ressalte o respeito aos diferentes* (INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

O professor Alberth disse que,

- *Só comento quando acontece algum motivo e digo que as diferenças devem ser respeitadas independente dos lados* (INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)..

A coordenadora pedagógica Mariageu, interlocutora da pesquisa disse:

- *Abordo com os professores em AC visando que os mesmos introduzam essas discussões em sala* (INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

O professor Laurence quando perguntado respondeu:

- *Na disciplina de empreendedorismo e intervenção social a temática é associada a ementa e incluída no planejamento. Nas disciplinas de Biologia e áreas relacionadas, os conteúdos são apresentados de modo associativo ao conteúdo (Exemplo genética e definição do sexo biológico), mas grande parte das vezes é um conteúdo que emerge pela procura e interação dos estudantes. É notório o interesse dos estudantes por assuntos relacionados a essa temática, e neste momento é oportuno a inserção de discussão além da curiosidade* (INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

Lilianat disse: “[...] *por mim por meio de aulas expositivas e dialogadas.*”

Observamos que, ao que tudo indica, a professora não respondeu de forma clara como ela pensa sobre essa questão, deixando lacunas na sua resposta e, ao que tudo indica, há algo que ela preferiu não dizer ou, então, não há muito o que falar sobre o assunto perguntado.

Maristela respondeu que

- *Geralmente trabalho com textos e temas que se relacionam com questões sociais a fim de tentar discussões problematizadoras e despertar o senso crítico dos alunos* (INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

A resposta do professor Florivan foi que trabalha

[...] *de forma interdisciplinar para que essas disciplinas abordem essa temática de acordo com a cada realidade* (INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

Ouvir as vozes e os pensamentos individuais uns dos outros e, às vezes, relacionar essas vozes com nossa experiência pessoal, nos torna mais conscientes uns dos outros. Esse momento de participação e diálogo coletivo significa que tanto os alunos quanto os professores investigados, ao que tudo indica, trabalham o tema, mesmo que de forma ainda muito tímida.

Diante do que foi constatado na observação *in loco* e dos resultados dos dados analisados dos formulários e das entrevistas aplicadas aos interlocutores, é possível invocar, aqui, o significado originário da palavra olhar e da expressão "olham para" - uns aos outros, efetuam atos de mútuo reconhecimento e não falam somente com o professor. A partilha de experiências e narrativas confessionais em sala de aula ajudam a estabelecer o compromisso comunitário com o aprendizado (HOOKS, 2013, p. 247).

Desta forma, a escola poderá criar projetos e ações em que o aluno deve se sentir seguro e respeitado, pois, estará dialogando com os professores suas reais necessidades. É possível dizer que a escuta respeitosa e a sensibilidade do olhar um para o outro, numa construção coletiva de projetos e ações pedagógicas, que visem a consciência da dignidade humana e do respeito às diferenças, poderá ser o caminho para a escola promover a diminuição das violências oriundas dos desrespeitos, discriminações, preconceitos ao gênero, a raça e a cor da pele.

Quadro 17 – Percepção dos professores do CEEPBS sobre falar de violência contra populações LGBTQIA+, respeito à diversidade e dignidade da pessoa humana com os alunos, 2022

Nome do Professor, interlocutor da pesquisa	Questão da Pesquisa: 4.6, 4.7									
	4.6 Você acha importante discutir com os alunos da modalidade EPTNM sobre a violência contra populações LGBTQIA+, ensinando a respeitar a diversidade no CEEPBS?					4.7 Você já participou de algum evento sobre diversidade, respeito, dignidade LGBTQIA+, dentro ou fora do CEEPBS?				
	Sim	Não	Muito importante	Pouco importante	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito importante	Pouco importante	Não tenho interesse
Adrielle	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Alberthe	-	-	-	-	x	-	X	-	-	-
Mariageu	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Laurence	-	-	X	-	-	x	-	-	-	-
Lilianat	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Robinstain	-	-	X	-	-	x	-	-	-	-
Maristela	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Florisvan	x	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Veronice	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-
Walters	x	-	-	-	-	-	X	-	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20/22

Sobre a questão 4.6 Você acha importante discutir com os alunos da modalidade EPTNM sobre a violência contra populações LGBTQIA+, ensinando a respeitar a diversidade no CEEPBS, todos os interlocutores (10) responderam. Desses 10, seis (6)

responderam que sim, dois (2) responderam que percebem como muito importante e dois (2) responderam que não tem opinião sobre o assunto.

Na questão 4.7 *Você já participou de algum evento sobre diversidade, respeito, dignidade LGBTQIA+, dentro ou fora do CEEPBS*, do total de 10 que responderam a essa pergunta, sete (7) disseram que sim e três (3) responderam que não participaram de eventos sobre diversidade, respeito e dignidade LGBTQIA+. Foi possível observar que as respostas da maioria dos professores vão em direção a uma percepção positiva sobre essa questão. Observamos que a maioria desses interlocutores se não conhecem totalmente a Lei n. 7.716, ao menos desejam conhecê-la e discutir com seus alunos.

A Lei n. 7.716/89 categorizou, inicialmente, como crime em seus artigos, os hábitos discriminatórios oriundos de preconceitos de raça e cor, tendo sido acrescentado pela Lei n. 9.459/97 a discriminação contra etnia, religião ou procedência nacional, incluindo crimes contra homossexuais. Com isso, o legislador atribuiu penas de reclusão para quem praticasse os tais crimes tipificados. Com a publicação desta Lei a sociedade vem se conscientizando a respeito do racismo, preconceitos, discriminações, mas temos também visto em notícias veiculadas nas mídias sociais e reportagens em TVs sobre o aumento de casos tipificados pela mesma. Com essa análise, temos a certeza de que não podemos recuar, temos que promover o conhecimento desta Lei que assegura direitos, proteção e resguarda o direito da defesa ao ofendido.

3.5.3 Concepção e saberes de alunos/as sobre a Lei 7716/89, discriminação por orientação sexual e identidade de gênero considerada um crime

Neste subitem 3.5.6, a pesquisa investigou a concepção e saberes pedagógicos dos alunos sobre a Lei 7.716/89 no currículo dos cursos técnicos do CEEPBS, Itabuna, BA, que determinou em 13 de junho de 2019, que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerada um crime, introduzido na lei de racismo.

Para responder a esse objetivo, foram realizadas conversas com os interlocutores sobre a percepção, concepções e conhecimentos sobre a Lei, além de procurar saber sobre sua divulgação com os colegas e a necessidade dessa discussão para a inserção dos conteúdos nas disciplinas que estudam. Para isso, foram realizadas conversas informais, sobre a interação deles com temas associados à sociedade, direitos humanos, respeito e dignidade da pessoa humana no currículo dos cursos técnicos, CEEPBS, Itabuna, BA. Além de aplicação de formulário fechado e aberto para recolher informações que foram

cruzadas para garantir a confiabilidade das respostas. Como podemos verificar, no Quadro 18, as respostas dos interlocutores:

Quadro 18 – Concepções e saberes dos alunos sobre a Lei n. 7.716/89 e a importância de divulgação, 2022

Nome do Professor, interlocutor da pesquisa	Questão da Pesquisa: 3.1, 3.2 e 3.3														
	3.1. Você já ouviu falar sobre a Lei 7716/89?					3.2 Se já ouviu falar, onde e com quem conversou sobre ela?					3.3 Você acha importante divulgar a Lei 7716/89?				
	Sim	Não	Desconheço totalmente	Não me importo com esse assunto	Não tenho opinião	Em casa	No CEEPBS	Na TV	Com Professor	Outro local	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião
A	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-
B	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-
C	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-
D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-
H	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J	x	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-
K	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-
L	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-
M	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-
N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-
Q	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-
S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 2022.

Sobre a questão 3.1 Você já ouviu falar sobre a Lei 7716/89?, a maioria (10) dos entrevistados disseram que sim, já ouviram falar e somente um (1) não conhecia sobre a Lei 7716/89. E os 10 (dez) restantes não deram resposta para essa questão. Contudo, no entendimento desta pesquisa, o silêncio diz muita coisa e o silenciamento foi a forma utilizada pelos 10 interlocutores para não emitirem opinião.

Quanto às respostas para a questão 3.2 Se já ouviu falar, onde e com quem conversou sobre ela? Um total de dez (10) alunos responderam que já ouviu ou conversou sobre a Lei em outro lugar, em casa, no CEEPBS, já viu e ouviu na TV.

No entanto, dizem que, com o professor, não observou diálogo sobre esse assunto e sim em “outro lugar”.

Ao que parece, há lugares fora da escola onde os jovens estão sendo mais ouvidos, falando e expressando seus pensamentos, batendo papo com amigos, em roda de conversas, eventos externos aos locais que deveriam ser os primeiros a falar sobre segurança, cuidado, acolhimento – a escola, família, igreja. As respostas para a questão 3.3 “Você acha importante divulgar a Lei 7716/89?” mostram que os alunos dizem sim e acham muito importante. Vejamos o que disseram sobre essa questão:

- *A lei que só surgiu a partir da ADI do STF mostra como a LGBTTQIAPN+fobia é estrutural no Brasil, onde o legislativo se exime da responsabilidade de legislar sobre as nossas vidas sobre uma política de morte a esses corpos que está em curso! A lei equipara o crime de LGBTTQIAPN+fobia ao Racismo no Brasil isso é um grande avanço pq a tipificação do crime é inafiançável e imprescritível, as revisões dos criminosos de racismo no Brasil são raras ou quase inexistentes e isso é um ponto fraco da equiparação e reparação histórica da lei.” (A, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)*

- *De total importância. (B, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)*

- *Achei e acho muito necessário, isso é uma pequena grande vitória que conseguimos. (C, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Importante para a validação de todos como ser humano. (G. INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Muito importante para proteger as pessoas que sofrem com isso. (J, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Necessária (K, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Totalmente necessária. (T, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

Nas respostas ao formulário e em bate-papo com falas transcritas no caderno de campo, foi possível observar que os alunos estão em busca de saberes que podem proporcionar segurança diante de preconceitos, desrespeito ou qualquer outra forma de agravo, quando se sentirem ofendidos pela raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, inclusive por preconceitos sexuais e contra a identificação do gênero, LGBTQIA+fobia.

Esta Lei foi criada para assegurar o direito a todo brasileiro de se defender contra os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, criminalização da homofobia e da transfobia por discriminação ou preconceito.

Portanto, com a sociedade mais atenta e conhecendo seus direitos, com certeza, essa atualização da Lei pode proporcionar aos ofendidos os direitos previstos e a certeza de que não mais estarão subjulgados a atitudes e atos violentos como tem sido identificados em reportagens, nas rede sociais da Internet e de comunicação televisiva que informam,

cotidianamente, diferentes tipos de violências contra negros, refugiados, principalmente os da América Latina, contra lésbicas, gays e homossexuais.

Quadro 19 – O que dizem os alunos sobre se os professores conversam em sala de aula sobre a importância da proteção e da divulgação na escola da Lei 7716/89, 2022

Nome do Professor, interlocutor da pesquisa	Questão da Pesquisa: 3.4, 3.5 e 3.6														
	3.4 Se seus professores nunca conversaram sobre esta Lei, acha importante começar um diálogo sobre ela em sala de aula?					3.5 Essa Lei é uma proteção à comunidade LGBTQIA+, você acha importante essa proteção com esse direito? 2 Se já ouviu falar, onde e com quem conversou sobre ela?					3.6 Você acha importante a sua escola divulgar sobre a Lei 7716/89?				
	Sim	Não	Muito importante	Pouco importante	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito importante	Me importo com esse assunto	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito importante	Pouco importante	Não tenho opinião
A	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-
B	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-
C	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-
D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-
H	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	x	-	-	-	-
K	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-
L	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-
M	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-
N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Q	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-
S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20/22

No diálogo, usando a questão 3.4 *se seus professores nunca conversaram sobre esta Lei, acha importante começar um diálogo sobre ela em sala de aula?*

Muito importante, foi a resposta que teve maior número de interlocutores, dez (10) dos onze alunos. Percebe-se aqui uma ansiedade dos nossos alunos em trazer para o centro dos diálogos construtivos, uma escola promotora de diálogos e falas entre professores e alunos.

Na questão 3.5 *Essa lei é uma proteção à comunidade LGBTQIA+, você acha importante essa proteção com esse direito?*

Continuando a percepção da resposta anterior, aqui, os alunos interlocutores também assinalaram ser muito importante ter direitos e proteção para os que se encontram excluídos dos direitos, da justiça e do respeito.

Ainda seguindo a mesma intensidade das respostas anteriores, segue a pergunta 3.6 *Você acha importante a sua escola divulgar sobre a Lei 7716/89?* Nas respostas dadas para essa questão também foi evidenciada a mesma relevância, em que os interlocutores declararam ser muito importante a escola difundir a lei em seu ambiente.

Vejamos no Quadro 20, essa representação sobre o que dizem os alunos sobre a importância de conhecer/estudar os direitos das pessoas discriminadas pela LGBTQIA+FOBIA e a atribuição de culpabilidade dos índices crescentes de mortes de homossexuais no Brasil, em 2022.

Quadro 20 – O que dizem os alunos sobre a importância de conhecer/estudar os direitos das pessoas discriminadas pela LGBTTQIA+fobia e atribuição de culpabilidade dos índices crescentes de mortes de homossexuais no Brasil, 2022

Nome do Professor, interlocutor da pesquisa	Questão da Pesquisa: 3.7e 3.9									
	3.7 Você acha importante estudar os direitos das pessoas discriminadas, violentadas pela homofobia ou por sua identidade de gênero?					3.9 Você atribui a culpa pelo crescente índice de mortalidade de homossexuais no Brasil a quem?				
	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião	Governo Federal	Governo Estadual	Governo Municipal	Escolas	Não tenho opinião
A	-	-	x	-	-	x	X	-	x	-
B	-	-	x	-	-	-	-	-	-	x
C	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G	X	-	-	-	-	x	X	x	-	-
H	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J	-	-	x	-	-	-	-	-	-	x
K	-	-	x	-	-	x	X	x	-	-
L	-	-	x	-	-	-	-	-	-	x
M	-	-	x	-	-	x	X	-	x	-
N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Q	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-
S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20/22

Debater e analisar tais questões nos leva a identificar um conjunto de situações relevantes que poderão interferir nos processos para manter a qualidade de vida e a paz nos ambientes educacionais, nas relações sociais mais amplas entre escola, professor e aluno ao estabelecer as normas necessárias. No entanto, há questões macroestruturais, como estilo de vida, religião, família, que estão no envolvimento no mundo dos alunos e professores que podem levar os projetos educacionais a não terem a eficácia pretendida em sua aplicação no espaço escolar.

Portanto, as instituições escolares precisam entender a importância dessa discussão e desse aprendizado no conhecimento das leis e normas, apoiando seus debates, senão tudo não terá função, se houver outras avaliações e contestações.

Em outras palavras, é fundamental ressaltar que a educação se articule a diferentes dimensões e espaços da vida social dos envolvidos, fazendo diálogos que estimulem os parceiros ao apoio e confiança.

A educação, portanto, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural, religiosa e política de uma dada sociedade e esta precisará confiar em seus encaminhamentos para a integral formação dos educandos.

As duas últimas questões acerca da concepção e saberes dos/as alunos/as sobre a Lei 7716/89, discriminação por orientação sexual e identidade de gênero considerada um crime foram muito importantes para saber o que diz/pensa/fala os pesquisados sobre a importância de estudar os direitos das pessoas discriminadas, violentadas pela homofobia ou por sua identidade de gênero na escola.

Um total de dez (10) professores responderam que é muito importante estudar a Lei 7.716/89 e, também conhecer e adquirir o entendimento das normativas que vão assegurar ao outro seus direitos e, com isso, a segurança para suas vidas.

Alguns deles justificaram, assim:

- É importante estudar as raízes dessas violências em espaço acadêmico com os agentes atravessados pela mesma, para compreender os efeitos e forma de combater a essas violências. (A, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Porque é desta forma que podemos ajudar essas pessoas a levar conhecimento para outra. (B, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Devemos estudar e nos informar sobre esse tema para nós entendermos que isso não é uma luta fácil. (C, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Porque todos têm seus direitos e devem ser respeitados. (G, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Para ter o melhor entendimento e saber como reagir melhor em tais situações. (J, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

- Para alguém enxergar além de suas vidas e terem mais empatia com o próximo. (K, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Claro, para alguns esse tipo de violência é bem clara, porém para outros ainda é muito desconhecidas. Isso ajudaria para que possamos identificá-las. (L, INTERLOCUTORA DA PESQUISA)

- Eu acredito que os problemas sociais que enfrentamos é reflexo da nossa sociedade, portanto, quase nunca ou nunca é culpa de um indivíduo, por isso é muito necessário analisar e estudar esse tipo de problema a fim de descobrir a causa para que seja erradicada. Todos, sem exceção, devem ter seus direitos

garantidos, independentemente de opinião política ou ideologia. (P, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Para que as pessoas se conscientizem e se coloquem no lugar dos outros. (R, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Assim, as pessoas iriam ficar mais cientes, de como não ser preconceituosa, pois a lei protege a comunidade. (T, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

Na questão 3.9 Você atribui a culpa pelo crescente índice de mortandade de homossexuais no Brasil a quem? A maioria, sete (7) deles responderam que foi do Governo Federal, quatro (4) disseram que foi o poder estadual, duas (2) para Governo Municipal, duas (2) para a escola, uma (1) q opinião. No bate-papo sobre essas questões, vimos surgir nas respostas a escola como, também, responsabilizada pela maioria da respostas e, também, o Governo Federal. Então, fomos em busca dos porquês.

- Os governos Federais, Estaduais e Municipais precisam antes de tudo fortificar o aparato já existente de depressão a essas violências, capacitar os agentes envolvidos nos processos da administração pública, como delegacias e secretarias de direitos humanos e segurança pública, fazer valer os termos da Lei não só da tipificação dos crimes de LGBTQIAPN+FOBIA mas também todos os direitos reservados a cada letra dessa cigla, direito ao uso do nome social, direito de acesso a Educação, emprego e renda, e promover as discussões em torno disso em ambientes escolares e sociedade civil como um todo. Nada de nós sem nós! (A, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

E porque a escola também?

- Respeitar o uso de nome social de seus discentes, acolher e ter equipe interdisciplinar para lidar com os problemas que permeiam essa comunidade, assistência social, psicológica ao pares desta comunidade, bem como explicitar que as violências a essa comunidade é crime em seus espaços de convivência, capacitar seu corpo de profissionais de secretariado, administração, docência, coordenação, higienização, segurança e outros agentdo processo, promover por meio da formulação de comitês de depressão a essas violências possibilidade de denúncia dessas ações dentro do ambiente escolar, e formação de rodas de conversas (A, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Ajudar e apoiar causas da comunidade LGBTQIA+, e parar de propagar o ódio e o preconceito como o Presidente Jair bolsonaro faz. (C, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *Respeitar e criar leis de proteção e acolhimento.* (G, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *Trazer tais informações ao público, dizendo a realidade e seus fatos.* (K, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *Na verdade isso deve a todo sistema capitalista como um todo, e seus dogmas conservadores e religiosos usados de diversas formas para prejudicar minorias para o lucro absoluto. Portanto, uma revolução é necessária.* (P, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *Acredito que se as escolas abordarem mais esses assuntos, o futuro possa melhorar. Começar a falar mais, desde o primário, fazer palestras sempre incentivando os alunos a participarem, dentre outras coisas.* (R, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *Medidas mais severas de segurança para distanciar os assassinos de suas vítimas.* (T, INTERLOCUTOR CA PESQUISA, 2022)

Na roda de conversa e bate-papo lançamos a questão 3.8 *De que forma os problemas e consequências dos preconceitos, chegando até a morte de homossexuais masculinos e femininos, lhe atingem?* Nesse momento, analisamos atentamente cada fala, pois essa discussão foi muito importante para entendermos e percebermos as reações e sentimentos aflorados em cada um e todos demonstraram muita indignação ao expor seus pontos de vista

- *Eu sou parte da comunidade então qualquer subtração dos direitos dos meus iguais me atinge de forma direta porque coloca a minha existência em vulnerabilidade também.”* (A, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *De grande forma. É extremamente triste ver “pessoas como eu” sofrendo e sendo assassinada por apenas serem elas mesmas.”*(B, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *Me afeta e me amedronta todos os dias, pois hoje foi um dos meus, amanhã pode ser um amigo, ou até eu mesmo.* (C, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

- *Muito grande, são parentes, amigos, seres humanos que correm risco por serem quem são.* (G, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *Mesmo eu não fazendo partet dessa comunidade, é questão de ter empatia ao próximo, principalmente porque tenho familiares LGBTQIA+ e amigos que não quero que passem por isso, pois nenhum ser humano merece.* (J, INTERLOCUTOR A PESQUISA, 2022)

- *De forma devastadora, pois imagino que possa acontecer comigo ou com alguém próximo a qualquer momento ou lugar.* (K, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *Nos atinge alimentando o medo de quem somos, de querer viver nossas vidas, nos atinge pois mostra que tudo o que estamos fazendo não está sendo suficiente para obter o respeito que buscamos.* (L, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *Não me atinge diretamente, porém todos devem ter seus direitos garantidos, e eu tenho amigos que são homossexuais, mesmo que não me atinja diretamente me afeta de alguma forma.* (P, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

- *De uma forma amedrontadora, porque tenho medo de a qualquer momento acontecer comigo também.* (R, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- *Grandiosamente, pois todos nós temos direito de viver, e morrer por ter alguém que se identifica diferente da gente é muito cruel.* (T, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

Nesta etapa da análise do que dizem/pensam/falam, de compreender as concepções e saberes de alunos/as sobre a Lei 7716/89, discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, considerando tais discriminações e preconceitos como crime a partir do conhecimento da Lei, nossos alunos/as começam a perceber que será necessária a criação de Políticas Públicas que possam resguardar os seus direitos, garantidos por lei. Podemos observar pelas falas, discussões, bate-papos, que despertaram em seus posicionamentos críticos e se acaloraram, pois aqui enxergam os responsáveis pelas ações propositivas para assegurarem tais direitos. Asseveram as responsabilidades em âmbito Federal, Estadual e Municipal e que a escola poderá propor ações e projetos que possam atrair pessoas públicas ligadas a Educação, podendo viabilizar novos programas governamentais que irão promover aos estudantes condições que inibam violências e lhes assegurem condições de igualdade. Como disse a Interlocutora A:

Os governos Federais, Estaduais e Municipais precisam antes de tudo fortificar o parato já existente de depressão a essas violências, capacitar

os agentes envolvidos nos processos da administração pública, como delegacias e secretarias de direitos humanos e segurança pública, fazer valer os termos da Lei não só da tipificação dos crimes de LGBTQIAPN+FOBIA mas também todos os direitos reservados a cada letra dessa sigla, direito ao uso do nome social, direito de acesso a Educação, emprego e renda, e promover as discussões em torno disso em ambientes escolares e sociedade civil como um todo. Nada de nós sem nós!

3.5.4 O que dizem/pensam/falam os professores/as do CEEPBSS sobre inclusão dos termos homossexualidade, homofobia, bullying, violência de gênero na escola

Neste item 3.5.4 a pesquisa mostra o que dizem/falam/pensam os/as interlocutores/as sobre as suas contribuições (ou não) sobre a concepção, definição e conceitos dos termos homossexualidade, homofobia, bullying, violência de gênero e de que modo buscam (ou não) estratégias e discussões para possibilitar conhecimentos sobre os termos e se percebem mudanças de atitudes e comportamento dos alunos no CEEPBSS.

Os professores foram assim, também perguntados sobre o que dizem/pensam/ falam os professores sobre homossexualidade, homofobia, bullying, violência de gênero na escola e as respostas foram diversas.

Quando perguntados sobre a questão 5.1 do formulário sobre se “Você percebe alguma mudança de atitude, comportamento, práticas dos seus alunos em relação ao tema em relação ao respeito às diferenças?” obtivemos as seguintes respostas como justificativas:

- [...] a partir do conhecimento sobre o tema eles se tornaram mais sensíveis, visto que tais atitudes já estão arraigadas no meio de suas convivências (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022.).

- [...] não tem opinião (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022.).

- Sim. percebo alguma mudança de atitude, comportamento, práticas dos alunos em relação ao tema homossexualidade, homofobia, bullying, violência de gênero, as discussões promovem mudanças em atitudes e valores (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022.).

- Sim. Mudança de atitude, comportamento, práticas dos alunos em relação ao tema homossexualidade, homofobia, bullying, violência de gênero, percebo que os estudantes (principalmente os da modalidade EPTNM) possuem atitudes mais respeitadas e

compreensivas com as questões que envolvem homossexualidade, homofobia, bullying, violência de gênero. Entretanto não se pode descartar as atitudes que ocorrem de forma velada ou explícita em momentos que o professor não está presente, como o intervalo escolar. Além disso, percebo que os alunos afetados por essas questões têm apresentado mudanças a partir do envolvimento com a pesquisa.

(LAURENCE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022.).

- [...] os educandos passam a respeitar seus colegas que integram tal contexto. (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022.).

- Sim, eles passaram a respeitar e ter empatia. (ROBINSTAIN, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022.).

- [...] percebo que eles já demonstram um cuidado maior em falar sobre o assunto de forma respeitadora e que compreende a diversidade. Infelizmente, alguns ainda mantêm-se muito fechados (MARISSTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022.).

Para essa questão, os professores Florisvan e Wallters responderam apenas que “sim” e a professora Verônica foi a única que respondeu que “muito pouco”. No entanto, a professora Adrielle respondeu que “sim” e justificou que percebe alguma mudança de atitude, comportamento, práticas dos seus alunos em relação ao tema homossexualidade, homofobia, *bullying*, violência de gênero na escola pesquisada.

As justificativas para a Questão 5.2 “Você já participou, junto ao CEEPBS no projeto FAÇA BONITO, junto com o Conselho Tutelar, sobre abuso a menores?” também nos chamaram muito a atenção, como podemos verificar abaixo relacionadas:

- Não participei do projeto FAÇA BONITO, não envolvimento, só presenciei (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Não participou (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Sim. Projeto excelente por promover discussões e mudanças. Respondeu que para ela bullying é atitudes de julgamento de maneira ofensiva. (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Sim, muito importante, com bastante sensibilidade, um tema que é tão perturbador e triste (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Dentre os professores que disseram que não participaram do Projeto “FAÇA BONITO” desenvolvido pela escola, 5 deles justificaram apenas afirmando “Não”, sem dizer mais nada sobre essa questão. Foram eles: Laurence, Robstain, Florivan, Veronice e Wallters. E, do total de 3 que responderam que sim, apenas a professora Lilianat, não expressou o porquê da sua participação, respondendo apenas “Sim”.

Na Questão 5.3 que interrogou os interlocutores sobre “O que é BULLYING para você?”, obtivemos as seguintes respostas, mostrando as concepções dos interlocutores sobre esse fenômeno:

- Bullying é discriminar, excluir, humilhar alguém por meio de atividades, palavras ou de agressões físicas (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Bullying é discriminação, preconceito ou até uma simples brincadeira.” (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Atitudes de julgamento de maneira ofensiva (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- É o ato repetitivo de violência física e/ou psicológica que um indivíduo ou um grupo submete outro indivíduo. Esse ato pode ser uma atitude intimidatória, discriminatória, homofóbica, falas sobre o corpo ou partes do corpo de uma pessoa para ocasionar uma situação vexatória, a denominação (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Bullying é atingir a integridade moral do outro, por meio de ofensas e injúrias LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- É prática e ato de violência física ou psicológica, repetida de forma intencional, cometidos por um ou mais agressores contra uma determinada pessoa, vítima (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Bullying são conceitos estereotipados que se criam com o objetivo de colocar o outro numa condição inferior (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

-Bullying: um ato de violência contra um indivíduo de forma continua, em que busca causar dor e afastamento do convívio do grupo (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Do total dos que responderam, apenas dois não quiseram responder, deixando essa questão sem mostrar qual a concepção que tem sobre o *bullying* e, ao que tudo indica, a definição e conceito do termo podem não estar claro para esses interlocutores e, portanto, não foi possível mostrar a concepção sobre esse tipo de violência e, por tudo que foi evidenciado durante as observações in loco, está muito presente nas relações entre seus alunos.

Para a Questão 5.4 “Você concorda que o bullying é uma forma de violência que atinge diretamente às escolas?” a qual perguntou sobre a opinião do professor sobre o assunto, foram dadas as seguintes respostas: do total de 10 interlocutores que responderam essa questão, apenas 1 professor afirmou que “não concorda”, 7 responderam que “concorda” e dois responderam “Sim”. O uso do apenas “sim” e “concordo” já é bem melhor do que “não concordo”. A tática que utiliza as palavras mais secas, ao que tudo indica, dá uma impressão de não querer emitir muito a sua opinião ou de “desconhecimento”, de ignorância sobre a definição e/ou conceito do termo que pela sua complexidade é difícil de definição e bastante complexo.

Apenas duas professoras, a Adrielle e a Lilianat deixaram presentes nas suas falas o motivo pelo qual concorda que o *bullying* é uma forma de violência e, assim, estão as suas respostas, abaixo relacionadas:

- *Concordo que o bullying é uma forma de violência que atinge diretamente as escolas. (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*
- *Concordo. Bullying é uma forma de violência que atinge diretamente as escolas. Sim, poucas vezes pratiquei bullying com alguém (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*
- *Concordo (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*
- Sim (Laurence, Interlocutor da Pesquisa, 2022).
- Concordo (Robstain, Interlocutor da Pesquisa, 2022).
- Sim (Maristela, Interlocutora da Pesquisa, 2022).
- Concordo (Florivan, Interlocutor da Pesquisa, 2022).
- Concordo (Veronice, Interlocutora da Pesquisa, 2022).
- Concordo (Wallters, Interlocutora da Pesquisa, 2022).

- Não Concordo (Alberthe, Interlocutor da Pesquisa, 2022).

Sobre inclusão dos termos homossexualidade, homofobia, *bullying*, violência de gênero na escola, que dizem/pensam/falam os professores, 2022, obtivemos respostas que, ao que tudo indica, a escola precisa ampliar a formação continuada de professores nos seus espaços e as Atividades Curriculares Complementares – ACC, que é caracterizada pelo encontro dos professores para planejar, discutir, refletir e são encontros coletivos por área de conhecimento e disciplinas curriculares.

No entanto, quando foram perguntados sobre a Questão 5.5 “Você percebe que em suas ações e falas, já realizou bullying com alguém ou com seu aluno?”, observamos na triangulação de dados que ocorreram algumas contradições nas respostas que foram dadas para as perguntas que, sequencialmente tiveram a intenção de buscar a veracidade e confiabilidade dos dados. Desse modo, podemos observar o que foi respondido por cada interlocutor sobre essa questão, a saber:

-Sim, sinto vergonha, arrependimento com conseqüente mudança de comportamento (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Não (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Sim, quando percebi me envergonhei e mudei (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Não percebi (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Sim (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Não quis responder (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Quando era adolescente e não tinha nenhuma consciência do que estava fazendo, e me senti muito mal porque minha mãe conversou comigo que aquilo era muito errado. Sim, e não tenho nenhuma dificuldade em falar sobre tais assuntos em sala de aula, considero produtivo e significativo. Sim (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Sim já pratiquei algumas formas de bullying, e por conta disto tenho vergonha, trauma que afeta o sujeito e até a formação

psicológica (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Não (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Não (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Do total de 10 que responderam a essa pergunta sobre o *bullying*, observamos que apenas 3 deles formularam uma resposta mais concisa, com clareza e consistente sobre a pergunta, *se percebe que em suas ações e falas, já realizou bullying com alguém ou com seu aluno*. A maioria, 5 desses afirmaram categoricamente que “Não” e apenas uma disse que Sim”, utilizando também a tática do uso da palavra mais seca – “não” ou “sim”.

A pesquisa mostra que essa questão, ao que tudo informa, não está muito resolvida na escola e sabemos que a homofobia/LGBTQIA+fobia sempre se manifesta com muitos tipos de violências e, dentre eles, o *bullying* se apresenta como o mais utilizado entre adolescentes, jovens que ainda estão entre dúvidas, medos, insegurança, trazendo os resquícios de uma educação misógina, autoritária, homofóbica, machista, que vivenciam em casa com a educação familiar, religiosa e, logo, vão vivenciar na escola, na rua e dentre outros espaços de trocas de vivências múltiplas e plurais com a diversidade e a diferença.

Nas respostas dadas pelos interlocutores sobre essa questão 5.6 “Você aborda a temática sobre homofobia, *bullying* em sala de aula?”, é possível notar as dificuldades que os interlocutores têm até de responder sobre o que fazem na sala de aula para combater este tipo de violência. Essas foram as suas respostas, a saber:

- Sim, abordo a temática sobre homofobia e bullying e não tenho vergonha de fazer isto. Na maioria das vezes os alunos gostaram de falar sobre o tema, muitos conseguem entender o seu papel de vítima, reconhecer que sofrem com esse tipo de agressão (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Sim, de modo geral houveram opiniões diferentes. Ocorreu a tentativa de minimizar algumas atitudes homofóbicas, a defesa de colegas que sofreram bullying, mas foram receptivos a discussão (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Abordo essa temática como meus alunos que acharam interessante, pois tinham muitas dúvidas (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- A reação dos alunos em geral, a maioria se envolve na discussão e expõem seu ponto de vista (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Nas respostas dadas pelos interlocutores Adrielle, Laurence, Lilianat e Maristela observamos que mostram que há uma preocupação que parece constante em suas ações pedagógicas na sala de aula com alunos.

Mas, como notamos na resposta do interlocutor Florivan, apesar de responder que “Sim”, mostra que há duas situações. A primeira, que aborda pouco e a outra que, “muitos alunos não concordam e acaba gerando desconforto com outros alunos”. Daí, perguntamos:

Por que isso acontece? Por que causa tantos desconfortos uma discussão que é tão séria e pertinente? Essa resposta não foi esclarecida pelo interlocutor na sua resposta e justificativa para ela.

- Sim, pouco mas abordo, mas não permitir que a situação acabasse perpetuando, muitos alunos não concordam e acaba gerando um desconforto com outros alunos (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

Na resposta dada pelo professor Robstain foi possível perceber que “Sim”, o interlocutor discute, conforme sua afirmação positiva, mas também, traz uma inquietação na sua justificativa um novo questionamento para a pesquisa: Por que trabalha apenas “em algumas turmas”?

- Sim, em algumas turmas (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

Do mesmo modo, podemos observar nas respostas da professora Veronice e do professor Alberthe que apenas afirmam: “Muito pouco”, sem dizer a razão por que eles trabalham muito pouco, quando o *bullying* se faz tão presente no espaço escolar

- Sim. Não encontro dificuldades (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA)

E uma professora respondeu com uma palavra apenas: - *Sim (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)*. A professora Veronice respondeu, assim como os Professores Florivan e Alberthe que trabalham “Muito pouco”, mas também, não dizem porque isso corre na sala de aula, na qual o *bullying* está presente – falar sobre o fenômeno “muito pouco”.

Sobre a homofobia, ao que tudo indica, é outro problema que a escola precisa incluir na sua lista de preocupações com o desenvolvimento de ações para a formação da cidadania, da condição humana e do respeito ao outro no espaço escolar. Sobre esse termo que significa muita coisa e está incluído na lista de uma violência cruel, perversa e

repugnante, a pesquisa interrogou os professores sobre 5.7 “*Quais as dificuldades que encontrou ao abordar sobre o tema homofobia, bullying no CEEPBS na sala de aula ou com colegas?*” As respostas para essas questões foram as seguintes:

- *Não tenho dificuldades em abordar sobre essa temática, pois leio muito, dialogo com meus alunos e sempre estão tratando deste assunto e participo de todos os projetos que a escola desenvolve (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Não tenho dificuldades nenhuma, pois não tenho esse tema como prioridade (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Abordo essa temática toda vez que preciso em minhas ações pedagógicas, nos acolhimentos e participações das discussões na escola (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Nenhuma (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Não, nenhuma (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Sim, em algumas turmas (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Não tenho nenhuma dificuldade (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Nenhuma (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Não (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Não, nenhuma dificuldade (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

Novas dúvidas, contradições, (des)conhecimento sobre o tema e a violência que está presente e de modo cotidiano e constante nas relações sociais e escolares nos ambientes de vivências pedagógicas, de encontros entre alunos, a maioria adolescentes, indivíduos em desenvolvimento de valores éticos, morais, psicológicos e cognitivos. Vejam o que dizem/falam/pensam os professores pesquisados, na Questão 5.7 que investiga “*Quais as dificuldades que encontrou ao abordar sobre o tema homofobia, bullying no CEEPBS na sala de aula ou com colegas?*”, todos os investigados responderam essa pergunta quando questionados, porém, percebemos que, assim como as questões anteriores respondidas sobre o *bullying*, também são representadas nas respostas

dadas para a homofobia na escola. Podemos verificar que do total de 6 interlocutores que afirmaram que “Não”, apenas 2 justificam suas respostas, que foram: Adrielle e Alberthe. Assim, podemos ver nas suas falas, abaixo descritas:

- Não tenho dificuldades em abordar sobre essa temática, pois leio muito, dialogo com meus alunos e sempre estão tratando deste assunto e participo de todos os projetos que a escola desenvolve (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Não tenho dificuldades nenhuma, pois não tenho esse tema como prioridade (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

A professora Mariageu respondeu:

- Abordo essa temática toda vez que preciso em minhas ações pedagógicas, nos acolhimentos e participações das discussões na escola (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

E os interlocutores Laurence e Florivan responderam, usando a palavra “Nenhuma”, a professora Lilianat disse: “Não, nenhuma”. A professora Maristela afirmou: “Não tenho nenhuma dificuldade e o interlocutor Wallters diz: “Não, nenhuma dificuldade. Apenas a professora Veronice respondeu um “Não” seco e o professor Robstain respondeu: “Sim, em algumas turmas.

- Nenhuma (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Não, nenhuma (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Sim, em algumas turmas (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

-Não tenho nenhuma dificuldade (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Nenhuma (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Não (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Não, nenhuma dificuldade (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Contudo, ao serem perguntados sobre a Questão 5.8 Você se considera capacitado/preparado para falar sobre sexualidade, sexo, discriminação, preconceitos,

direitos humanos, homossexualidade, homofobia em suas aulas, com seus alunos?”, as respostas obtidas foram as abaixo relacionadas:

- *Sim, me considero capaz de falar com meus alunos, pois esse tema é atual e acontece a todo instante, principalmente enxergar em nossos alunos algumas práticas negativas neste sentido (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022). [grifos nossos]*

- *Não tenho capacidade para falar em sexualidade, sexo, discriminação, preconceitos, direitos humanos, homossexualidade, homofobia nas aulas, pois não tenho formação em Psicologia ou Direito (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Sim. Encontro na resistência em mudança de concepção e ação (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *É mais fácil abordar a temática na sala de aula do que com os colegas de profissão. Aparentemente existe uma repulsa em compreender que algumas atitudes de um professor com anos de experiência é errônea ou ainda a normalização desses professores das atitudes de bullying pelos estudantes na justificativa e que “antigamente todo mundo passava por isso e não tinha nada (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Sim, me considero capacitada para desenvolver temas de sexualidade, sexo, discriminação, preconceitos, direitos humanos, homossexualidade e homofobia, pois fazem parte do itinerante das minhas disciplinas, especialmente no respeito e às diferenças (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Sim, me considero capacitado para desenvolver temas sobre identidade, gênero, preconceitos e sobre direitos. Encontro dificuldades por questões religiosas e a interpretação negativa pelos mesmos (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Sim, já faço em sala de aula, falo sempre sobre o respeito às diferenças que deve existir em uma sociedade, sobre os direitos conquistados e ainda a conquistar (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Não encontro dificuldade em falar do tema por ser o mesmo sempre abordado em sala de aula (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Pouco (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Sim (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

Essas expressões destacadas nas respostas acima dizem muita coisa se comparadas com as falas de questões anteriores sobre os termos que foram considerados nessa questão do formulário e da entrevista pela pesquisa e responde muito bem se os professores investigados se sentem/ consideram capacitados/preparados para falar sobre sexualidade, sexo, discriminação, preconceitos, direitos humanos, homossexualidade, homofobia em suas aulas, com seus alunos. São elas:

“principalmente enxergar em nossos alunos algumas práticas negativas neste sentido”, “tenho capacidade para falar”, “não tenho formação em Psicologia ou Direito”, “Não em sexualidade, sexo, discriminação, preconceitos, direitos humanos, homossexualidade, homofobia nas aulas”, “Encontro na resistência em mudança de concepção e ação, “É mais fácil abordar a temática na sala de aula do que com os colegas de profissão”, “me considero capacitada para desenvolver”, “Encontro dificuldades por questões religiosas e a interpretação negativa pelos mesmos”, “já faço em sala de aula, falo sempre”, Não encontro dificuldade em falar do tema por ser o mesmo sempre abordado em sala de aula.

A Questão 5.9 procurou saber se a gestão e o pedagógico do CEEP BSS propõem falas sobre respeito, dignidade da pessoa humana, cria ambientes propícios à aprendizagem e aprofundamento sobre a temática em questão. A triangulação de dados entre os dados coletados pela Questão 5.8 e a 5.9 foi fundamental para saber sobre se a escola vem desenvolvendo conhecimento sobre sexualidade, sexo, discriminação, preconceitos, direitos humanos, homossexualidade, homofobia em suas aulas, com seus alunos. Se nesse percurso trata de temas necessários ao aluno para que ele possa tomar consciência crítica sobre que é preciso criar uma cultura de respeito, solidariedade, trocas de conhecimentos entre eles e com outras pessoas na escola e na sociedade, nos bairros onde vivem, lugares que frequentam, na sociedade onde vivem.

Sobre isso, a professora Adrielle não respondeu. O restante, 7 deles responderam que sim. Sendo que a interlocutora Laurence respondeu apenas que “Sim”. Vejamos o que diz a maioria sobre essa questão: Alberthe, Mariageu, Lilianat, Robstain, Maristela, Florivan, Veronice e Wallters:

- Sim, a gestão e o pedagógico do CEEP propõem falas sobre o tema e acha importante que a escola promova essa discussão. Já trabalhou em suas aulas sobre o tema convivência fraterna e respeito (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- *Desenvolvemos no CEEP diálogos construtivos sobre essa temática, articulando disciplinas, palestras e seminários (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *A escola desenvolve sim atividades voltadas para essas discussões, propondo ações pedagógicas e nas discussões nos ACs e na Jornada Pedagógica, possibilitando convivências dignas e respeitadas entre todos (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *A escola desenvolve sim atividades voltadas para essas discussões, nas proposições e ações pedagógicas. Sobre convivência fraternal discuto sim em sala de aula, compreensão eu e o outro (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Sim, sempre e acho importante que seja assim. Já trabalhei em minhas aulas o tema convivência fraterna, a possibilidade de termos pessoas mais conscientes, sem preconceitos, que respeitam as diferenças (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *A escola desenvolve sim atividades voltadas para essas discussões, nas propostas e ações pedagógicas a partir da Jornada Pedagógica e nos ACs promovidos pela coordenação pedagógica (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *A escola desenvolve sim atividades voltadas para essas discussões, acho sim importante (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *A escola pouco desenvolve atividades voltadas para essas discussões. Sobre convivência fraterna não discuto em sala de aula (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

Além disso, a pesquisa também perguntou ao interlocutor: *5.10 Você acha importante que o CEEP/BSS motive falas sobre violência de gênero e respeito aos diferentes?* As respostas também deixaram lacunas e, por isso, deixaram de revelar com melhor clareza o que dizem/pensam/falam os pesquisados sobre essa questão. Mas, a triangulação de dados contribuiu para um melhor aprofundamento da análise de resultados e descrição interpretativa para responder ao problemas e aos objetivos. Foram essas as respostas:

- *A escola desenvolve sim atividades voltadas para essas discussões e a importância dessas ações é de grande valor (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Sim (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*
- *Sim, me considero capacitada, pela própria experiência em coordenar ações e projetos, porém é sempre necessário mais estudos sobre o tema (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*
- *Muito importante (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*
- *Muito importante (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*
- *Sim (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*
- *Sim. Alguns ainda têm dificuldades para falar sobre o assunto, geralmente acontece com os alunos mais tímidos ou com aqueles que pertencem a uma congregação religiosa muito severa, com uma visão ainda extremamente preconceituosa (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*
- *Sim (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*
- *(VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022) Não tem opinião.*
- *Sim (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

As respostas dadas para essa questão 5.10 não foram muito diferentes. Observamos que 4 entrevistados foram bem sucintos, responderam apenas “Sim”. Apenas 2 deles responderam ser “muito importante e uma afirmou que “Não tem opinião”. Nesse caso, novamente confirmamos que é melhor um “Sim” do que “não ter opinião”. Apenas 3 professoras, Adrielle, Mariageu e Maristela falaram de forma menos simplificada e deram suas opiniões, informações sobre o que lhes foi perguntado.

Sobre a Questão 5.11 “Você já trabalhou nas suas aulas sobre convivência fraterna, respeito?”, que investigou sobre o que o professor pensa/diz/fala sobre isso, apenas um deles, o professor Florivan, não respondeu a essa questão, 3 disseram que “Não” e um respondeu “Sim”. Podemos verificar as respostas dos interlocutores, abaixo relacionadas:

- *Já sofri muitos preconceitos e sei o quanto é importante falar e inibir estes. (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*
- *Não (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *A escola desenvolve sim atividades voltadas para essas discussões, trabalho com os professores nos diálogos de AC e Jornadas Pedagógicas e a importância dessas ações é de grande valor (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Sim (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Sim, já desenvolvi no CEEP em turmas da escola por meio de oficinas e temáticas, já disse acima sobre isto (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Sobre convivência fraternos discuto sim em sala de aula, compreensão eu e o outro (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Sim. Alguns ainda têm dificuldades para falar sobre o assunto, geralmente acontece com os alunos mais tímidos ou com aqueles que pertencem a uma congregação religiosa muito severa, com uma visão ainda extremamente preconceituosa (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Não (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Não (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

Sobre a Questão 5.12 Você identifica em sua formação algum tipo de preconceito contra homossexuais? , colocamos em questionamento a resposta dada pelos interlocutores que dizem “Não” ter identificado nenhum tipo de preconceito contra homossexuais, quando vivemos em uma sociedade eminentemente machista, misógina, autoritária e homofóbica, na qual vivemos, ouvimos, presenciamos a todo momento, basta sair na rua, entrar em *shopping*, uma igreja, dentre outros espaços sociais e não se valer de privilégios brancos. A todo momento, a violação de direitos, é perversa, contraditória e acentua desigualdades sociais diversas e suas implicações são multidimensionais, complexas e percebidas no dia a dia das pessoas negras, pobres, analfabetas, gays, lésbicas, moradores de favelas, periferias, dentre outras. Foram assim, as respostas: do total de 10 entrevistas, destacamos que 8 deles responderam que “Não” e, desse total, 2 responderam um “Não” seco. Apenas um respondeu que sim e um destacou que presenciou o “silêncio na graduação”.

- *Não (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Não (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- Não Identifico preconceitos em minha formação, porém culturalmente enraizadas em nossas atitudes, precisamos ter cuidado sempre com falas e atitudes (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Não (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Não identifico em minha formação algum tipo de preconceito contra homossexuais (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Na graduação o silêncio! (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Não (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Sim. Identifico em minha formação familiar e religiosa da infância e adolescência algum tipo de preconceito contra homossexuais (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Não (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Não (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Portanto, podemos dizer, finalmente, que o que dizem/pensam/falam os professores/as do CEEPBS sobre inclusão dos termos homossexualidade, homofobia, *bullying*, violência de gênero na escola, dentre outras questões neste tópico colocadas, ao que tudo indica, a escola contemporânea enfrenta muitas dificuldades, entre as quais a violência e a crescente crise de identidade e autoridade como instituição destinada a essa função de ensinar e educar o ser humano, de quebrar preconceitos, estereótipos, combater discriminação, desigualdades de toda e qualquer forma, modalidade e tipo de violências em seus espaços, o que agrava as incertezas, a insegurança, o medo, as intolerâncias.

3.5.5 O que dizem/falam/pensam os/as alunos/as sobre as contribuições do CEEPBS no combate à homofobia, preconceitos e violência de gênero no espaço escolar

Neste 3.5.5 mostramos a análise de resultados sobre “O que dizem/falam/pensam os/as alunos/as sobre as contribuições do CEEPBS no combate à homofobia, preconceitos e violência de gênero no espaço escolar”, dando continuidade a análise do tópico anterior.

Nesta etapa da pesquisa o resultado analisado mostra o que os alunos esperam da sua escola, como eles pensam esse espaço, quais as suas contribuições para o seu desenvolvimento humano, social e plural. Nas respostas dadas à questão 4.1 sobre “A

diversidade no meio educacional e no ambiente escolar” foram desenvolvidas ações com os interlocutores e as questões propostas foram tratadas como processos democráticos. Contudo, ao que tudo indica, as instituições escolares têm formado pessoas preconceituosas, racistas e intolerantes às diferenças sociais.

Esse modo de pensar a formação escolar atualmente, foi notada no tópico anterior que utilizou a mesma questão aqui formulada para o professor e, ao que tudo indica, nas respostas dadas para as seguintes questões do formulário aplicado aos alunos. Foram elas: O que você acha dessa afirmação? Percebemos aqui uma discussão da visão e concepção dos interlocutores, pois para dois (2) nos leva a crer que para esses alunos precisam reconhecer e gostar da escola como palco das discussões e reflexões sobre qual é o seu papel como instituição formadora de seres humanos. Foi possível perceber que, enquanto para quatro (4) interlocutores, o não concordar com a questão é deixar escapar que na escola ainda há opressão, em que a formação está somente voltada à informação e não para a formação do ser humano e social, observamos nas respostas dos seis (6) restantes, a oportunidade de a escola vivenciar seu papel de promotora do questionamento, da dúvida, das ponderações, das considerações e do debate.

Vejamos no Quadro 20, abaixo, o que dizem/pensam/falam os alunos sobre as contribuições do CEEPBS no combate à homofobia, preconceitos e violência de gênero no espaço escolar, em 2022.

Quadro 21 – O que dizem/falam/pensam sobre as contribuições do CEEPBS no combate à homofobia, preconceitos e violência de gênero no espaço escolar, 2022

Nome do Professor/a, interlocutor/a da pesquisa	Questão da Pesquisa: 4.1, 4.2 e 4.3					4.2 Qual sua opinião sobre a discussão de sexualidade, corpo, sexo e homossexualidade no contexto educacional, sala de aula, escola?					4.3 Você achou importante a Pesquisa deste Projeto em sua escola, CEEPBS?				
	Sim, concordo	Não concordo	Muito importante refletir	Pouco me importo	Não tenho opinião	Concordo apoio	Não concordo	Muito importante refletir	Não me importo	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito importante	Pouco importante	Não tenho opinião
A	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-
B	-	x	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
C	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G	-	x	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
H	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J	-	x	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
K	-	x	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
L	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
M	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-
N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P	X	-	-	-	-	-	x	-	-	-	X	-	-	-	-
Q	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20/2

Vejamos a resposta quando falamos em roda de conversa, alguns foram em defesa da escola, pois não refletiu a questão.

-Muitos professores e a gestão estão abertos para conversas e aulas com este tema. (B, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Acredito que a família que tem o preconceito enraizado só faz que a criança cresça com o mesmo pensamento, é algo que vem de casa. (C, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“Não é a escola que torna alguém preconceituoso, a pessoa, se caso seja assim, é por escolha própria.” (G, INTERLOCUTORA DA PESQUISA)

“Não concordo, pois as escolas que eu conheço não apoiam e nem compactuam com tais coisas.” (J, INTERLOCUTOR DA PESQUISA)

“Muitas instituições influenciam, porém, isso vem de casa, da criação.” (K, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“Existem sim pessoas ignorantes que formam no colégio, mas não são todas, assim. Como também tem muita gente que não respeita e lutam junto para ajudar a comunidade LGBTQIA+.” (R, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

Para a discussão da questão 4.2 Qual sua opinião sobre a discussão de sexualidade, corpo, sexo e homossexualidade no contexto educacional, sala de aula, escola? O resultado foi o seguinte dez (10) concordaram e apoiaram e um (1) não concordou.

Na questão 4.3 Você achou importante a Pesquisa deste Projeto em sua escola, CEEPBS? as respostas foram as seguintes, oito (8) acharam muito importante a pesquisa e três (3) responderam que sim, importante essa pesquisa no CEEPBS.

Analisando as falas dos alunos nessa etapa, percebemos que nosso caminhar com eles durante um ano de aplicação dos instrumentos, dos bate-papos, rodas de conversa, conversas informais e formais, renderam frutos que nem mesmo o pesquisador possa mensurar, mas com certeza deu mais ânimo para seguir pesquisando e buscar na ciência as respostas para muitas indagações.

“Possibilita incluir no processo parte crucial, agentes muitas vezes negligenciados na construção das políticas institucionais de enfrentamento.” (A, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“Esta pesquisa além de encher o aluno de curiosidade, conhecimento, faz com que ele se sinta acolhido.”(B, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“Simplesmente necessária, acredito que todos as instituições de ensino deveriam aplicar essa pesquisa.”(C, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“Pois é a melhor forma de entender o que cada um pensa.”(J, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

“É uma forma de mostrar que o CEEP se importa ao máximo com seus alunos.” (K, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“Essa pesquisa vai servir para abrir as mentes que ainda estão fechadas e oferecer um conhecimentos vividos por pessoa que passam por esse problema todo dia.” (L, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“Essa é uma das formas de lutarmos pelos nossos direitos dentro do ambiente escolar.”(R, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

“Pois essa pesquisa transforma a forma de conhecer melhor sobre a comunidade.” (T, INTERLOCUTORES DA PESQUISA, 2022)

Depois de ouvir, auscultar, questionar e muitas vezes responder, fica a certeza do bom caminhar. Uma boa pesquisa passa pela análise de dados, mas também sofrer, refletir e se perguntar. Como não acreditar que pela escuta, pelo carinho, por ter alguém que acredita e acreditou em você e em seu projeto não chegaríamos a um bom resultado?

Perceber o falar/dizer e pensar de profissionais e jovens estudantes em um lugar que muitas vezes o principal é informação e formação, enquanto que muitos jovens precisam ser ouvidos, de falar, de se expressar com toda energia que tem, se mostrar com o corpo, o sexo e a identidade que melhor lhe serve, será o ponto principal para análises em pesquisas futuras.

Os sentidos e significados das palavras, dos gestos, mostram a importância social da linguagem, das palavras, das formas diversas de comunicação, interações humanas e sociais e das ações que não podem ser desconsideradas no espaço e cotidiano escolar. Esses significados e sentidos são claramente uma produção social e, por isso, a escola deverá ficar atenta as formas de linguagens utilizadas nos seus ambientes de sociabilização, de interações, de construções dialógicas entre seus alunos e alunas.

Vejamos no Quadro 22, as respostas dadas pelos investigados sobre a importância de promover projetos, ações e eventos com temas atuais com participação da família e responsáveis por alunos do CEEPBS, 2022:

Quadro 22 –Sobre importância de promover projetos, ações e eventos com temas atuais com participação da família e responsáveis por alunos do CEEPBS, 2022

Nome do Professor, interlocutor da pesquisa	Questão da Pesquisa: 4.4 e 4.5									
	4.4 Acha importante levarmos essa Pesquisa, discussão, diálogos para as outras modalidades existentes no CEEPBS, Subsequente e Projeja?					4.5 Você acha importante que a escola, por sua coordenação pedagógica, desenvolva projetos, ações, eventos que possibilitem aos pais e responsáveis também participarem dessa discussão, desse diálogo no CEEPBS?				
	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito importante	Pouco importante	Não tenho opinião
A	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
B	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
C	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
H	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
K	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
L	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-
M	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Q	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-
S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20/22

Nesta análise do quadro 22, percebemos a importância e a necessidade que o alunos têm em inserir a família nessa discussão, sobre importância de promover projetos, ações e eventos com temas atuais com participação da família e responsáveis por alunos do CEEPBS, pois assim os assuntos atuais que incluem preconceitos, discriminação, violências, LGBTQIA+fobia, entre outros, serão debatidos e analisados no lugar que em muitas vezes são geradoras de conflitos. A escola mais uma vez será a ponte para esse diálogo, tendo ações e projetos que possibilitem a participação desses responsáveis no contexto real e atual da vida dos seus filhos, nossos alunos.

3.5.6 O que sabem os Professores sobre currículos, Projeto Político Pedagógico do CEEPBS.

Neste tópico sobre currículos, Projeto Político Pedagógico do CEEPBS o que dizem/pensam/falam os professores, 2022 foram coletados dados com aplicação de formulário e entrevista semiestruturada ao professor.

Sobre a Questão 6.1 “Você já ouviu falar no Projeto Político Pedagógico da sua Escola?”, que investigou sobre o que o professor pensa/diz/fala sobre PPP, três interlocutores responderam que ouviu pouco sobre, um deles, o professor Walters respondeu que não ouviu falar, e seis responderam que sim, que já ouviu falar do PPP do CEEPBS. Podemos verificar as respostas dos interlocutores, abaixo relacionadas:

- Pouco. Pouco ouvi falar sobre o PPP do CEEP (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Pouco ouvi falar sobre o PPP do CEEP (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Sim (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Pouco (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Já ouvi falar sobre o PPP do CEEP desde 2019, quando propuseram atualização do mesmo (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Sim (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Sim, já ouvi falar sobre o PPP do CEEP. (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Já ouvi falar sobre o PPP do CEEP onde precisei estudar por conta do meu mestrado em 2018 e agora como diretor precisa atualizá-lo (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Ouvi falar sobre o PPP do CEEP desde final de 2018, quando precisou para construção de tese de doutorado (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Não (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Percebemos neste tópico 6.1 a falta de conhecimento por parte de alguns professores, isso numa amostragem de 10 profissionais, de um dos principais documentos da escola que é o PPP- Projeto Político Pedagógico, o qual constitui-se como o referencial de uma instituição escolar para estabelecer suas metas, seus protejos e ações, e o cumprimento de pontos primordiais para o dia a dia formativo. Pode-se afirmar que sem ele e sem o conhecimento do mesmo, a escola fica sem rumo pedagógico . Além disso, a

falta de conhecimento e informação sobre tal documento, faz com que os professores tenham dificuldades em estabelecer, em suas organizações, percursos a fim de alcançar as metas pedagógicas desejadas.

Sobre a Questão 6.2 “Você reconhece no Projeto Político Pedagógico da sua Escola alguma indicação de desenvolvimento de práticas pedagógicas que planejam criar hábitos contra as discriminações e desrespeito?”, ao analisar as respostas a esta questão, percebemos o quanto é necessário ler, apreender sobre esse documento, conhecer as informações necessárias, norteadoras de projetos e ações pedagógicas, pois, sem o conhecimento do mesmo, será difícil a escola estabelecer e cumprir metas. Vejamos as respostas a seguir:

- *(ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022) Por conhecer pouco não respondi*

- *Por não conhecer, pouco sei responder sobre indicação de desenvolvimento de práticas pedagógicas que planejam criar hábitos contra as discriminações e desrespeito (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

-*Reconheço no PPP da escola alguma indicação para desenvolvermos práticas pedagógicas que planejem criar hábitos contra a discriminação e desrespeito, que viabilizem discussões buscando desenvolver mudanças em atitudes (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Pouco (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Nele está previsto práticas pedagógicas para planejar hábitos contra discriminações preconceitos (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Já houve diálogos sobre a formação dos alunos (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Sim. Reconheço nas abordagens, nas quais apontam para a necessidade da formação humana dos sujeitos (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- *Nele está disposto sim a previsão de práticas pedagógicas para planejar hábitos contra discriminações e preconceitos (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).*

- *Não lembro (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).*

- Por não o conhecer não sei se há previsão de práticas pedagógicas para planejar hábitos contra discriminações e preconceitos (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Conforme o que dissemos na questão anterior, a 6.1, por falta de conhecimento do PPP as respostas da questão 6.2 foram as seguintes: por não conhecer ou pouco conhecer não responderam os Interlocutores Adrielle, Alberthe, Laurence, Veronice, e Walters. Conhecendo, vemos a diferença nas respostas dos interlocutores Mariageu, Lilianat, Maristela e Florisvan, somente o interlocutor Robinstain respondeu sem muita certeza.

Avaliando a Questão 6.3 “Você já ouviu falar de currículo?”, uma outra questão fundamental para compreender o caminho da formação pedagógica dos nossos alunos, a falta do conhecimento e leitura sobre os currículos dos cursos técnicos indicarão as respostas dos Interlocutores professores nesta questão e em outras durante a análise dos dados, vejamos a seguir:

- Sim. (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Não (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Sim (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Sim (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Sim. Conheço todos os currículos pois precisa para sistematizar conteúdo para todos os curso e assim construir ações destinada a cada um dos cursos técnicos, inclusive de planejar hábitos contra (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Sim (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Sim. O currículo surge de uma necessidade social, econômica e cultural (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Conheço todos os currículos pois estando na direção se faz necessário, neles está a condição de sistematização de conteúdos e as práticas de cada curso e como desenvolver ações norteadoras para cada um dos cursos técnicos, com suas peculiaridades (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Sim (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Sim (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

As respostas dadas para essa questão 6.3 foram as seguintes, dos dez interlocutores perguntados, nove responderam que sim, conhecem os currículos, desses Lilianat, Maristela e Florestan justificam a importância desses currículos e a necessidade de conhecê-los para a programação de suas aulas, somente um deles, Alberthe não conhece os currículos dos cursos. Por isso, justifica-se sua resposta à questão “4.2.2, de que forma você acha importante inserir no currículo e nas disciplinas Sociologia, Filosofia, Políticas Públicas, Projeto de Vida, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo temas sobre o crime de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero?”, tendo em sua resposta a seguinte pergunta: *“porque deverá ter uma disciplina específica para isso no currículo (!?)”*.

Quando não conhecemos, não sabemos ser caminho, ponte para que o conhecimento possa passar e transformar-se em sabedoria.

Sobre a Questão 6.4 “Você conhece o currículo do (s) curso (s) que trabalha no CEEP/BSS?”, observando as respostas a esta questão, percebemos o quanto é necessário ler, apreender desse documento as informações necessárias, norteadoras de projetos e ações pedagógicas, uma vez que, sem o conhecimento do mesmo, será difícil a escola estabelecer e cumprir metas. Vejamos as respostas a seguir:

- Sim. Conheço, pois trabalho com eles para propor minhas aulas nas turmas e nos cursos. Conheço dos cursos técnicos em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal. Sobre esses cursos posso dizer que são excelentes para desenvolver o estudante para o mundo do trabalho e suas habilidades (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Sobre currículo, conhece pouco, não se interessou conhecer. Conhece pouco dos cursos técnicos desenvolvidos na escola. (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Sim. Faz parte do meu trabalho e por isso reconheço os currículos de todos os cursos do CEEP, legislações específicas, estudos, artigos e seminários que estes provocam nos cursos. O que me levou a escolher o CEEP para trabalhar foi remoção da antiga DIREC 7, hoje NTE 05 para a Escola e hoje sou apaixonada pela EPT/BAHIA. Pelo PPP conseguimos sim desenvolver temas transversais e há sim facilidade em inclui-los nas disciplinas, organizadas na Jornada Pedagógica e nos ACs (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- O que sei é que currículo é um dos documentos norteadores para a formação dos estudantes, neles geralmente encontramos os

objetivos daquele curso, os componentes curriculares, carga horária necessária para formação, além de ementas referentes a esses componentes. Além disso, podemos encontrar também as orientações pedagógicas e estrutura dos cursos (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Conheço de todos os cursos técnicos, pois dou aulas em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética, Saúde Bucal, Segurança do Trabalho, em todos afirmo a excelência e qualidade (LILIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Currículos dos cursos. Por conhecê-los sei que há previsão de práticas pedagógicas para planejar hábitos contra discriminações e preconceitos, pois trata de um ambiente escolar que trata da formação de alunos a caminho do mundo do trabalho. Conheço os currículos, neles permite uma formação ampla (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Conheço os currículos de todos os cursos, ele é bom, mas ainda pode ser melhorado por conta dos avanços das discussões sobre as questões de gênero, por exemplo. Sinto-me à vontade e gosto dos cursos os quais trabalho porque podemos discutir tanto os conteúdos específicos do curso, quanto projetos relacionados à vida do estudante (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Conheço de todos os cursos técnicos, pois já ministrei aulas em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética, Saúde Bucal, Segurança do Trabalho, em todos afirmo a excelência e qualidade (FLORIVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

- Conheci todos os currículos pois é um caminho, uma orientação sobre o curso. Conheci o currículo de todos os cursos técnicos, dei aula em Análises Clínicas, Biotecnologia, Saúde Buca, todos bons cursos (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

- Sim (WALLTERS, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

Conforme vimos nas respostas da questão anterior, a 6.3, as respostas para a 6.4 irão representar o que foi dito sobre o conhecimento necessário para a condução, postura, projeções e ações futuras dos professores e equipe pedagógica na condução dos cursos técnicos e a real preparação para os alunos no futuro profissional e individual dos mesmos.

Serão os currículos que darão instrumentos e ferramentas e todas as possibilidades de conteúdos teóricos e técnicos e também na inserção de conteúdos transversais que

possibilitem acrescentar temáticas que viabilizarão diálogos e propostas pedagógicas com temas atuais e relevantes à vida dos alunos.

3.5.7 - O que falam/dizem os Professores sobre os Cursos em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal no CEEPBS?

Na questão 7.1 O que levou você a escolher/trabalhar nos CEEPBS e nos Cursos Técnicos em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal no CEEP?, obtivemos as seguintes respostas dos interlocutores.

- No CEEP encontrei amigos, parceiros e por isso gosto demais de estar aqui, ser professora aqui, um ambiente amigável, acolhedor, estrutura antiga, mas que é preservada e mantida com muito zelo pela Gestão e Equipe. (ADRIELLE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Ambiente saudável, agradável, bons colegas e profissionais.” (ALBERTHE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

- Removida para a escola e hoje sou apaixonada pela EPT. (MARIAGEU, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Me sinto confortável em ministrar as disciplinas afins com meu curso de formação, entretanto o número alto de disciplinas gera um comprometimento da qualidade final de cada disciplina e uma redução da possibilidade de variação das metodologias de ensino. Sou egresso desta escola, do curso Técnico em Nutrição e Dietética, portanto, amo essa escola, pois aqui encontrei meu sonho. (LAURENCE, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

- Por determinação da gestão, por determinação da disciplina em que sou habilitado, por conhecer o currículo do curso e indicação da Educação Profissional. (ROBSTAIN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

- Sinto-me à vontade e gosto dos cursos os quais trabalho porque podemos discutir tanto os conteúdos específicos do curso, quanto projeto relacionado com a vida dos estudantes. (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Sobre o CEEP o que me levou a escolher estar aqui foi indicação de uma amiga, que por ocasião da extinção da escola que trabalhava precisava encontrar nova unidade de ensino. Agora como diretor a minha admiração por essa escola cresce a cada dia e também pela Educação Profissional. (FLORISVAN, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

- Sobre o CEEP o que me levou a escolher estar aqui foi por ser de disciplina técnica e precisavam das minhas habilidades, gosto

muito do CEEP, dos alunos e dos colegas. (VERONICE, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

- Estar aqui no CEEP foi uma oportunidade de emprego, estava saindo da graduação e fui indicado. Comecei a lecionar e fui gostando e hoje tenho amor ao Centro e a seus cursos técnicos. (WALTERS, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022)

Neste ponto da pesquisa, diante das respostas dos interlocutores, o gostar, amar, se adaptar ao CEEPBS se deu a partir da experiência da sala de aula, com os alunos, colegas, no contexto educacional.

Percebemos em diversas falas, bate-papo, conversas informais que o sentimento que nos une na chamada “família CEEP” é o que no dia a dia acontece, as boas relações, respeito, palavras que foram ditas pelos professores e equipe gestora, encontrar aqui um ambiente acolhedor e de parceiros, saudável e agradável, paixão pela Educação Profissional, ter sido aluno e agora um profissional dentro da escola, sentir-se à vontade, uma oportunidade de trabalho que se transformou em amor. Todos os discursos representam sentimentos pelo lugar que ocupam e trabalham.

Segundo o Ministério da Educação, “os temas transversais estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política”.

A educação para a cidadania requer que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. Com isso, o currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e que novos temas sempre podem ser incluídos. O conjunto de temas aqui proposto — Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo — recebeu o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento didático. (Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998, pg 25)⁴⁰

⁴⁰ Disponível em: portal.mec.gov.br - Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998

Continuando a análise das falas e respostas para esta pesquisa, vamos observar as perguntas dos pontos seguintes.

Para as questões 7.2 Você trabalha temas transversais nas disciplinas nas quais está lecionando? e 7.3 Há facilidade de incluir conteúdos transversais nas disciplinas nas quais está lecionando? Fizemos uma tabela como vamos demonstrar abaixo.

Quadro 23 – Concepções e saberes dos Professores sobre temas transversais, 2022

Nome do Professor, interlocutor da pesquisa	Questão da Pesquisa: 7.2 e 7.3									
	7.2 Você trabalha temas transversais nas disciplinas nas quais está lecionando?					7.3 Há facilidade de incluir conteúdos transversais nas disciplinas nas quais está lecionando? Você acha importante a sua escola falar sobre o crime de discriminação contra a população LGBTQIA+?				
	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião
Adrielle	x	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Alberthe	-	-	-	x	-	X	-	-	-	-
Mariageu	x	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Laurence	-	X	-	-	-	-	-	-	x	-
Lilianat	x	-	-	-	-	-	-	-	-	--
Robinstain	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
Maristela	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Florisvan	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-
Veronice	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-
Wallters	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20/22

Neste contexto e percebendo e analisando as respostas dos interlocutores, identificamos que nessa base da educação e para a conseqüente introdução do que dizem, falam e pensam nossos professores, avaliaremos onde e como podemos sugerir novas propostas pedagógicas para iniciarmos projetos contra os preconceitos, discriminação, LGBTTQIA+fobia, homossexualidade... pois são assuntos que estão no cotidiano dos nossos alunos e irão flexibilizar e oportunizar diálogos contrutivos nos currículos de cada curso e conseqüentemente enriquecer a formação humana e política dos nossos alunos.

Dos dez (10) interlocutores que responderam no questionário fechado e aberto a questão Você trabalha temas transversais nas disciplinas nas quais está lecionando? Cinco (5) responderam que sim, um (1) respondeu que não, dois (2) responderam que usa muito e dois (2) responderam que pouco.

Continuando com temas transversais perguntamos na questão 7.3 Há facilidade de incluir conteúdos transversais nas disciplinas nas quais está lecionando? Você acha importante a sua escola falar sobre o crime de discriminação contra a população LGBTQIA+? As respostas foram as seguintes, oito (8) disseram que sim e dois (2) que

pouco. Aqui, percebemos que as possibilidades de ações são identificadas, visualizadas, o importante agora é o agir de cada um. Os interlocutores disseram que será fácil incluir nos currículos dos cursos os temas transversais, inserindo nas suas aulas os temas que permitem a inserção de assuntos e conteúdos que irão construir a consciência da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, e com a afirmação do princípio da participação política de cada aluno e aluna da escola. Desta forma possibilitará novas ações, projetos pedagógicos que abordem temas que precisam estar no dia a dia, evitando violências, desrespeitos, preconceitos e exclusões.

3.5.8 O que sabem os/as alunos/as sobre o currículo do curso Técnico Profissional, CEEPBS

Neste momento da pesquisa, ao analisar as respostas no quadro abaixo, teremos a percepção se ao aluno foi dado o conhecimento do que é currículo e dos currículos específicos de cada curso técnico, pois será necessário essa informação para as proposições necessárias ao aprendizado dos mesmos para que compreenda o percurso no qual cada curso precisará seguir.

Quadro 24– O que o aluno sabe sobre o Currículo do Curso Técnico Profissional que possa alinhar com a pesquisa de campo?, 2022

Nome do Aluno, interlocutor da pesquisa	Questão da Pesquisa: 5.1, 5.2 e 5.2.6														
	5.1 Você já ouviu falar de currículo?					5.2 Você conhece o currículo do seu curso?					5.2.6 Se já ouviu falar de Currículo, o que você acha que precisa melhor no currículo do seu curso?				
	Sim,	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião	Sim	Não	Muito	Pouco	Não tenho opinião	Muito bom	Bom	Ruim	Muito ruim	Não tenho opinião
A	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	X	-	-
B	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x
C	X	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-
D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
G	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	X	-	-	-	-
H	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
J	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-
K	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	x
L	X	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x
M	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-
N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
O	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P	X	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Q	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R	X	-	-	-	-	-	-	-	x	-	x	-	-	-	-
S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-	x	-	-	-

Fonte: Arquivo da pesquisa, 20/22

Nas respostas dadas no questionário fechado da pesquisa e analisada neste quadro acima, podemos perceber que dos onze (11) interlocutores alunos, nove (9) responderam

que sim, já ouviu falar de currículo. A questão seguinte, Você conhece o currículo do seu curso? As respostas foram as seguintes, seis (6) responderam que sim, um (1) respondeu que conhece muito e quatro responderam que conhece pouco.

Na questão 5.2.6 se já ouviu falar de Currículo, o que você acha que precisa melhorar no currículo do seu curso? As respostas foram as seguintes, dois (2) reconhecem que o currículo é muito bom, cinco (5) como bom e dois (2) que não tem opinião sobre o assunto.

Dessa forma, podemos perceber que conhecendo sobre o currículo dos cursos, os alunos podem a partir da leitura do currículo específico ao curso técnico que escolheram, propor alterações, atualizações e cobrar algum desvio nos mesmos.

Pelos currículos, os cursos serão pensados e construídos através das ementas, componentes curriculares, disciplinas, temas transversais e os seus resultados. O Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) é o normativo estadual que visa orientar os Sistemas, as Redes e as Instituições de Ensino da Educação Básica do Estado, na elaboração dos seus referenciais curriculares e/ou organização curricular escolar, por meio dos seus Projetos Político Pedagógico (PPP). (<http://dcrb.educacao.ba.gov.br/>, 2022⁴¹).

Como por exemplo o curso técnico em **Análises Clínicas** tem seu eixo tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança, ementário: curso técnico em análises clínicas, disciplinas da Formação Técnica Específica – FTE e sua Categoria Curricular: Contextualização pelas disciplinas: Gestão e Administração em Laboratório de Análises Clínicas, Saúde Coletiva. Categoria Curricular: Fundamentos: Ética e Postura Profissional, Anatomia e Fisiologia Humana, Química e Preparo de Soluções, Bioquímica. Categoria Curricular: Tecnológicas: Biologia Molecular, Microbiologia. Categoria Curricular: Instrumentais: Biossegurança e Primeiros Socorros, Hematologia, Imunologia, Parasitologia, Saúde e Comunidade, Urinálise e Fisiologia.

Assim seguem todos os cursos técnicos da EP Bahia, analisados e fundamentados a partir dos seus currículos e componentes que os identificam e fundamentam.

Neste item 3.4.1 mostramos os resultados e discussão, com a finalidade de responder ao problema da pesquisa que questiona: Qual a percepção de alunos e professores sobre violência de gênero (homofobia) no cotidiano do Centro Estadual de

⁴¹ Disponível em: <http://dcrb.educacao.ba.gov.br/>, 2022

Educação Profissional Biosaúde e Segurança e o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa sobre preconceitos e discriminação contra homossexuais, percebidos entre alunos e professor-aluno, observando de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula influenciaram (ou não) no combate às violências (Lgbtqia+fobia/homofobia) no cotidiano escolar?

E, a partir daí, a pesquisa buscou responder o seu objetivo principal: - Analisar a percepção de alunos/as e professores/as sobre violência de gênero (Lgbtqia+fobia/homofobia) entre alunos/as e professor-alunos no cotidiano do Centro Estadual de Educação Profissional Biosaúde, observando o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa sobre preconceitos e discriminação contra homossexuais e de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula influenciam (ou não) no combate às violências (homofobia) no cotidiano escolar.

No subitem 3.4.1.1 apresentamos os resultados da análise sobre o perfil de professores e alunos que colaboraram com a investigação, os interlocutores da pesquisa.

Logo, a seguir no item 3.4.1.2 mostramos os resultados da análise sobre os tipos de violência na escola, violências de gênero, LGBTTQI+fobia na relação de interação e sociabilidades entre alunos(as) no cotidiano escolar.

E, no subitem 3.4.1.3, os resultados e discussão sobre a percepção dos(as) professores(as) e alunos(as), interlocutores(as) da pesquisa sobre a homossexualidade na escola investigada. Nesse item ainda apresentamos os resultados da análise de dados da observação direta e sistemática sobre o que dizem/falam/pensam sobre violência de gênero (homofobia/LGBTTQI+fobia), preconceitos, discriminação, agressões e de que modo os interlocutores falam sobre a exclusão contra homossexuais, percebidos entre alunos/as.

Ademais, apresentamos ainda, os resultados e discussão de dados coletados pela pesquisa com a aplicação de formulário fechado e aberto aos alunos e professores, entrevista aos professores e observação *in loco*, direta e sistemática, sobre de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes são construídas sobre a homossexualidade na sala de aula/escola e se influenciam (ou não) no combate às violências (homofobia/Lgbtqia+fobia na relação entre professor-alunos e alunos na sala de aula/cotidiano escolar.

3.6.1 Violências de gênero: percepção dos/as alunos/as sobre homossexualidade e Lgbtqia+fobia na relação de interação e sociabilidades entre alunos(as) no cotidiano escolar

Neste subitem a pesquisa procurou responder ao objetivo específico que procurou identificar os tipos de violência na escola, especificamente as manifestações/atos de violências de gênero (LGBTQIA+fobia/homofobia) presentes na relação de interação e sociabilidades entre alunos no cotidiano escolar, a partir da análise de dados coletados pelo formulário fechado e aberto.

Com as respostas dos alunos nas questões que identificam a percepção do Aluno sobre o CEEPBS e Curso Técnico Profissional, a pergunta *-Você gosta de estudar no CEEPBS?* Identificamos no sim e no muito o gostar do aluno, por sua escola, espaço onde exercitam seus processos de aprendizagem e também as relações de interação com colegas, com professores, com a equipe de apoio e gestão, tendo como pano de fundo uma estrutura organizacional e patrimonial que motivam construções no aprendizado científico, teórico e técnico dos cursos, mas também o aprendizado das convivências fraternas, de respeito, de sociabilidade que servirão para a vida interior. A partir das respostas dos nossos interlocutores, vamos analisar por onde estão caminhando, falando, dizendo e pensando sobre tudo isto.

“É dentro desse espaço que posso me entender enquanto sujeito e estimular isso as minhas subjetividades bem como me formar em uma área do conhecimento específico e ingressar no mercado de trabalho. Respeito por parte da secretaria com o uso de nome social, nas listas de presença e como pede a legislação em todos os formulários e instrumentos expressos ou circuláveis.” (A, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“A metodologia de ensino, a forma que os docentes e gestão fazem com os alunos, se sentirem confortáveis é o que melhor aproveito aqui.” (B, INTELLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“Um lugar onde me sinto bem, tenho meus amigos, colegas. A gincana solidária, é um momento de interação e diversão. Adoraria que tivessem mais palestras, atividades esportivas.”(C, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“É um local agradável, a atenção da direção para com os alunos. O que menos gosto no CEEPBS são alguns professores preguiçosos.” (G, ARTICULADORA DA PESQUISA, 2022)

“Me encantei muito na escola, com os professores e colegas. A forma como a direção lida com os alunos é muito boa. O que menos gosto é a falta de dinâmica fora da sala de aula. Deveria ter mais atividades extraclasse.” (J, ARTICULADOR DA PESQUISA, 20220

“Pelo acolhimento, me sinto em casa. O tratamento dos funcionários e professores. O que menos gosto é a falta de organização.” (K, INTERLOCUTORA DA PESQUIS, 2022)

“É um local onde faz tudo para incluir tudo e todos, onde busca desenvolver habilidade dos alunos. Os projetos de teatro, canto, dança e literatura. Não tem nada que atrapalha essas relações, todos estão sempre abertos a conversas.” (L, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“Aqui aprendi a me conhecer e me reconhecer, neste espaço que pude me descobrir e ser a mulher trans que sou hoje, sujeito estimulado a desenvolver nas minhas subjetividades a forma e o corpo que tenho hoje. A sexualidade foi um pouco oprimida com alguns comentários e gestos, mas nada disso me fez menor. O que menos gosto nesta instituição é a falta de um projeto específico para as discriminações, desrespeitos, preconceitos, envolvendo todos os docentes e discentes, que precisam melhorar suas formas de enxergar o outro.” (M, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

“Fui muito bem recepcionada e me adaptei muito rápido. Gosto dos projetos que unem todos os alunos do colégio. O que menos gosto é a organização da cantina.” (R, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

“Uma nova oportunidade de ampliar os conhecimentos. Momentos de diálogo. O que menos gosto discussões, sobre assuntos irrelevantes.” (t, INTERLOCUTOR DA PESQUISA, 2022).

Analisando cada fala, cada dizer e assim o pensamento externado de cada interlocutor - aluno, participantes dessa pesquisa, percebemos que o ambiente no qual eles escolheram para se formar, se construir como estudante, técnico, mas também como pessoa, ser humanos, inseridos numa profissão ou emprego, no mundo do trabalho deu sentido a muitas planos que nos sonhos dos mesmos se edificava. Percebemos que no percurso houve alguns obstáculos, mas estes não destruíram a caminhada de cada um.

Concluo essa etapa da pesquisa com uma frase do historiador inglês Edward Gibbon, *“Todo o homem recebe duas espécies de educação: a que lhe é dada pelos outros, e, muito mais importante, a que ele dá a si mesmo.”*

3.6.2 Percepção dos(as) professores(as) da pesquisa sobre a homossexualidade e a LGBTTQIA+fobia na escola investigada

Neste subitem mostramos resultados e discussão de dados coletados pela pesquisa que buscou responder o objetivo de analisar a percepção dos/as professores/as e alunos/as, interlocutores/as da pesquisa sobre a homossexualidade na escola investigada, observando o que dizem/falam/pensam sobre violência de gênero (LGBTTQIA+fobia - preconceitos, discriminação, agressões, exclusão) contra homossexuais, percebidos entre alunos/as, observando de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula/escola influenciam (ou não) no combate às violências (LGBTTQIA+fobia) na relação entre professor-alunos e alunos na sala de aula/cotidiano escolar.

Nesta etapa da pesquisa, analisando o que dizem, falam, pensam os interlocutores professores do CEEPBS, observamos em algumas falas verdadeiros profissionais da educação que pensam o fazer educador em todas as dimensões da sua condução em sala de aula. Quando perguntados sobre a importância de incluir em suas aulas discursos transversais sobre preconceitos discriminações em sala de aula, algumas respostas nos encantaram:

“É uma questão que integra o cotidiano social e na escola é preciso ser combatido a todo tempo.” (LLIANAT, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022).

“Falar sobre preconceitos e discriminação contribui para a construção de uma sociedade que respeita a sua natureza heterogênea e formar pessoas capazes de lidar com as diferenças.” (MARISTELA, INTERLOCUTORA DA PESQUISA, 2022)

Ao mesmo tempo, identificamos em outros interlocutores falta de preparo profissional e humano, por possuírem inatos preconceitos e enraizamento religiosos, preconceitos de uma vida de formação religiosa e preconceituosa, algumas incoerências nos conceitos apresentados, negando sua participação social no diálogo com seus alunos ou não opinando por caminhos onde irão ajudar a comunidade a reduzir ou até mesmo acabar com as violências materiais ou simbólicas.

Como disse a professora Maristela,

“o nosso contributo para banir os preconceitos e a discriminação é falar e denunciar em sala de aula, dentro da escola, nos ambientes escolares, pois desta forma contribuiremos para uma sociedade

respeitosa em sua diversidade, formando indivíduos emancipados e respeitosos.”

Não estaremos contribuindo para a redução das violências, dos preconceitos, das discriminações entre os membros da comunidade estudantil se não usarmos a nossa fala potente e consciente do papel formador do professor, propondo que a escola seja o campo, o lugar das transformações necessárias para uma sociedade mais justa e igual. (ARTUR, 2022)

O saber dizer, falar e pensar dos/as professores/ras sobre o diálogo, participação em projeto pedagógico sobre violência de gênero e opinião sobre a inserção do debate sobre diversidade em sala de aula foi demonstrado nas perguntas: A sua escola motiva o diálogo sobre violência de gênero em sala de aula? na sua escola, você conhece ou participou de algum projeto pedagógico sobre violência de gênero? e qual a sua opinião sobre a inserção do debate sobre diversidade em sala de aula? Percebemos muitos envolvidos, mas também desconhecedores desses temas. Foi percebido aqui muitos que se envolvem, desenvolvem ações e projetos que visam diminuir as tensões quando o assunto é homossexualidade, preconceitos, desrespeito, violência de gênero, LGBTTQIA+fobia. Esses, enxergam uma escola motivadora de diálogos, mesmo desconhecendo na escola projetos para tal, mas que ela aproveita momentos para inseri-los, entendem que a escola é o lugar da formação e socialização e que a mesma precisa estar cada vez mais consciente dos mecanismos legais, programas e propostas educacionais disponíveis, buscando condições que permitam combater (pre) conceitos, discriminação e desigualdades de gênero entre alunos e outras pessoas no espaço escolar (ANDRADE, 2018).

Assim fomos identificando cada interlocutor em suas justificativas nas ações do dia a dia e nas respostas no questionário fechado e aberto, nos diálogos informais e entrevista in loco.

Nessa perspectiva, portanto, foi observado que diante das respostas obtidas na negatividade de cada interlocutor, a persistência de práticas preconceituosas, sendo essas provenientes do exercício de hábitos cristalizados no estilo de vida religiosa, reprimidos, dando assim, a identificação do modo como agem, pensam, falam, criando disfarces no que se incute no interior de cada um, criando hábitos e costumes no momento em que vão tratar de preconceitos, desrespeito, identidade de gênero ou temas ligados a sexualidade, Lgbtqia+fobia entre outros dessa condição humana.

PARTE IV**CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES “NÃO” FINAIS DA PESQUISA**

O ato de ouvir coletivamente uns aos outros afirma o valor e a unicidade de cada voz. Esse exercício ressalta a experiência sem privilegiar as vozes dos alunos de um grupo qualquer. Ajuda a criar uma consciência comunitária da diversidade das nossas experiências que podem informar o modo como pensamos e o que dizemos.

bell hooks (2013 p. 114).

4 Conclusão e considerações “não” finais da pesquisa

É importante destacar que uma pesquisa é sempre uma longa viagem, na qual, precisamos estar atentos para ouvir, escutar, valorizar o olhar distanciado e, muitas vezes, observamos e procuramos desvelar e vasculhar lugares e espaços muitas vezes já visitados, observado. A realização desta dissertação contribui com a construção de novos conhecimentos sobre o tema e o enriquecimento de minha formação, como gestor e professor de escola pública de ensino médio e educação profissional, pesquisador e um indivíduo-sujeito de transformação social.

Ao concluir esta dissertação, não temos como não voltar ao início e novamente nos perguntar: *Qual a percepção de alunos e professores sobre violência de gênero (LGBTQIA+fobia) no cotidiano do Centro Estadual de Educação Profissional Biosaúde e Segurança (CEEPBS) e o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa sobre preconceitos e discriminação contra homossexuais, percebidos entre alunos e professor-aluno, observando de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula influenciaram (ou não) no combate às violências (LGBTQIA+fobia) no cotidiano escolar?* E aqui ainda cabe nos perguntar as outras questões que surgiram diante do problema delimitador: *de que modo o CEEPBS pode interferir/intervir para que se possa construir relação de respeito entre seus alunos e na relação professor-aluno? - Quais projetos ou ações pedagógicas o CEEPBS tem construído (ou não) para que o/a aluno/a que se percebe diferente dos “normais”, possa se sentir acolhido/respeitado no espaço educacional?*

Ao analisarmos as questões propostas nos questionários aos interlocutores foram percebidas e identificadas as violências encontradas na escola Campo, um dos objetivos específicos dessa pesquisa, dentre eles estão LGBTQIA+fobia (homofobia), discriminações, preconceitos de gênero, raciais, étnicos, *bullying*, *entre outros*.

Percebemos também nas resposta de alguns interlocutores professores, um descuido em não conhecer e estudar o PPP- Projeto Político Pedagógico e, por consequência, não conhecer os currículos dos cursos ativos do CEEPBS, pois neles há possibilidades de inserção de falas, conteúdos transversais que viabilizem ações e projetos contra as violências que maltratam e impedem o crescimento educacional dos alunos. Dessa forma, buscamos analisar dois objetivos específicos, os quais são: *analisar a percepção dos/as professores/as e alunos/as, sobre a homossexualidade na escola investigada, observando o*

que dizem/falam/pensam sobre violência de gênero (LGBTQIA+fobia, preconceitos, discriminação, agressões, exclusão) contra pessoas LGBTQIA+, percebidos entre alunos/as e observar de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula/escola influenciam (ou não) no combate às violências (LGBTQIA+fobia) na relação entre professor-alunos e alunos na sala de aula e cotidiano escolar.

Por conseguinte, para a realização dos percursos da obtenção de dados para montar o corpo dessa dissertação, foram necessários identificar as características da Escola, Centro Estadual de Educação Profissional em Biosaúde e Segurança, Campo da Pesquisa e do seu entorno, do território na qual a mesma está inserida, Litoral Sul, a rede a qual pertence, da Educação Profissional e dos Interlocutores professores/as e alunos/as que se colocaram à disposição da pesquisa. Várias descobertas e aprendizados foram observados, percebidos, assim como ao identificar os perfis dos interlocutores, tanto professores, quanto alunos, as várias qualidades, potencialidades e habilidades foram encontradas, como também a inquietação do silêncio muitas vezes percebido.

Não objetivamos trazer finalização à pesquisa, observando que ao longo do percurso, o objeto de estudo foi atravessado por várias outras questões. No entanto, trouxemos considerações e reflexões importantes para se pensar as relações de preconceitos, discriminação, possibilidades de ações pedagógicas que viabilizem a redução de violências, principalmente as de gênero, que promovem exclusões no contexto escolar.

Atingir a meta dessa pesquisa até aqui foi árduo, principalmente convivendo com uma pandemia, a da COVID 19, circunstâncias em que tive diversas perdas, principalmente a dos meus grandes amores, o companheiro de mais de 24 anos e duas irmãs, porém neste momento tenho a certeza de que consegui chegar até aqui e perceber por diversas falas e depoimentos de colegas, familiares e dos interlocutores da pesquisa que teremos, muito ainda por fazer, muito ainda para resistir e muito a seguir. Indubitavelmente, tudo isso nos motivou e nos motiva a continuar pesquisando, analisando e focando na investigação do problema da pesquisa, respondendo aos objetivos da mesma.

Passamos por vários processos que nos amedrontavam a continuar, principalmente o momento político no qual a pesquisa foi realizada, de 2021 a 2022, estivemos na condução de um presidente, Sr Jair Messias Bolsonaro, homem inescrupuloso, maligno, difusor de consciência e pensamentos preconceituosos, discriminatório e desrespeitador para as etnias, religiões, raça, comunidades, principalmente a Lgbtquia+, o qual muitas

vezes estimulou o ódio a mulheres, gays e lésbicas, negros, religiosos de matrizes africana, difundindo o ódio e o armamento de civis, culminando no aumento de mortes e do femicídio. Entretanto, graças ao povo brasileiro, principalmente do Nordeste, tivemos eleições no ano de 2022, e conseguimos mudar os rumos do nosso País. Voltamos e manteremos nossa Democracia, tantas vezes atacada, vilipendiada, negada e desrespeitada.

Como nos diz Adorno,

“A democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir de seu próprio entendimento.” (ADORNO, pg 168).

As percepções sobre a escola, alunos e professores partiu da compreensão e da interpretação das informações produzidas no percurso investigativo em que foram realizadas a produção e aplicação de questionário fechado e aberto, observações sistemáticas e assistemáticas, entrevistas e análise documental além de duas reuniões com os interlocutores feitas através de aplicativo da internet, por via remota, momento em que foi possível apresentar o problema e objetivos da pesquisa.

A importância desse percurso permitiu compreender as relações de gênero e de que modo esse marcador social da diferença se entrelaça com raça, etnia, religião, classe social, dentre outros. E, no decorrer da elaboração desta pesquisa, foi possível aprofundar meus estudos sobre diferentes temáticas, como identidade, homofobia/Lgbtqia+fobia, escola, dentre outros.

Com todos os dados levantados, é possível observar e afirmar que o PPP da escola/campo, os currículos dos cursos técnicos da escola, as atividades de sala de aula, os discursos e o ambiente afetaram diretamente os dados da pesquisa. Percebemos que a falta do conhecimentos do PPP, dos curriculos, da Lei 7716/89, dos temas transversais no planejamento das aulas dos professoras não possibilitam que estes possam abordar as questões étnico-raciais, crimes de preconceitos, LGBTTQIA+fobia, e ou temas da atualidade. Ademais, é mister salientar que esses atravessamentos como falta de cohecimento do PPP, dos curriculos e dos temas tranverssais, não garantem que o assunto seja discutido criticamente de forma a combater a discriminação e o preconceito em todas suas violências gênero, cor/raça, religiosos, em sala de aula.

No que diz respeito a percepção dos professores/ras, alunos/as autodeclarados homossexuais, lésbicas, bissexuais, héteros, observamos que quase todos eles já

conviveram com alguma situação na vida e em sala de aula ou fora dela, que colocassem a homossexualidade ou bissexualidade como identificador de situações de desrespeito, preconceitos que marcaram em algum momento suas vidas. Em conversas informais quase todos disseram ter vivenciado alguma ação ou atitude que marcou as suas vidas, dentre elas, formas de segregação, intolerância, preconceitos, Lgbtqia+fobia, violência de gênero, racial, religiosa.

A evidente diversidade em nossa sociedade atual, contemporânea e moderna, nos induz a questionamentos, principalmente vendo e sendo informados diariamente sobre os fatos que as diferenças de níveis socioculturais, econômicos, raciais, políticos, religiosos, físicos ou sexuais podem contribuir de forma considerável com as permanências ou exclusões de alunos no ambiente escolar, formativo e de aprendizado, onde nas relações de amizade, inimizade, partilhas, podem enriquecer o ser humano e o transformar e transformar a sociedade a qual ele faz parte.

As entrevistas denunciaram que nos interlocutores professores/as, alunos/ em alguns momentos e situações foram identificados discursos preconceituosos e discriminatórios. No entanto, ao que percebemos, a escola tem criado em momentos pedagógicos ações e práticas que motivam consciência crítica para reduzir, acabar e ou melhorar essa visão discriminadora e preconceituosa. Observamos também que alguns poucos apresentam formação religiosa e familiar, portadoras de muitos preconceitos e ou de afastamento do diálogo que exigem destes posicionamentos contrários às diversas formas de preconceitos encontrados nos discursos em alguns seguimentos da sociedade, como religiões, famílias, setores políticos. De forma naturalizada, acreditam que estão certos.

Ao que podemos atentar, a religião também tem se colocado sob desconfiança. A partir da pesquisa em campo foi possível perceber a hegemonia de condutas religiosas como “verdadeiras, irrefutáveis”, portanto, deverá ser seguida pelos fiéis professores e alunos. Nesse sentido, identificamos o silenciamento de alguns professores que não querem se indispor com seus colegas e a afirmação de uma religião em detrimento do silenciamento de outras tem estado diretamente ligada ao processo proativo das ações pedagógicas em sala de aula/escola campo da pesquisa. E essa afirmação pode ser corroborada pelo seguinte exemplo vivenciado na escola campo desta pesquisa.

Uma professora construiu um projeto pedagógico e desenvolveu com algumas turmas sobre as discriminações religiosas, sexuais, de gênero, raça, etnia e alguns

professores não participaram por conta da religião e muitos pais procuraram a escola para interpelar o apoio da gestão e coordenação pedagógica e impediram os filhos, nossos alunos de participarem.

Nesse sentido, nossa esperança está nas práticas e ações educacionais, nos posicionamentos institucionais e políticos, que possam acordar para uma consciência individual, social e coletiva das lutas contra a arbitrariedade da população e de grupos sociais e religiosos que violentam, oprimem, discriminam, as populações excluídas de direitos e justiça, os de religião de matriz africana, negros, gays e lésbicas. Precisamos, de fato, que nas gerações que surgirão, tenham menos discriminação, preconceitos, mortes e violência, principalmente a de gênero, por querer possuir e afirmar seus traços raciais, sua sexualidade, sua religião, sem fobias e temor, em que possam encontrar uma sociedade mais justa, humana e de iguais em direitos e justiça.

Em 26 de dezembro de 2022, em matéria do Jornal Nacional, foi apresentada uma matéria que tinha como título CRIMES DE HOMOFOBIA. Segundo o jornalista Fábio Turce da TV GLOBO, os dados são exclusivos de pesquisa deste jornal através da Lei de acesso a informações, 12.527/2011. Nesta matéria foram apresentados vários dados sobre esses crimes, como casos registrados, ameaças, agressões (lesões corporais e vias de fato), ofensas, mas o que nos assombrou foi o total de casos em todo o Brasil, 2018- 1.292, 2019- 1.426, 2020-1.726 e em 2021 o aumento foi muito grande, 4.347, aumento de 150% entre 2020 e 2021. A justificativa para tal aumento, a diversificação do discurso de ódio nos últimos quatro anos. Uma matéria de 10 minutos e 30 segundos, numa das emissoras mais caras do país, sinal que essa violência está incomodando a uma grande parte da sociedade.

Por tudo isto, a pesquisa precisa continuar, não se esvaiu, não se consumiu nesse trabalho, identificamos no caminho percorrido muitas respostas, mas ainda falta muito a percorrer, trilhar, na luta contra formas e práticas racistas, preconceituosas, injustas, silenciadas muitas vezes pelo obscurantismo das políticas perversas e das religiões falsas. Convivemos diariamente com atos que reforçam ainda mais a discriminação dos negros, dos gays, lésbicas, da homoafetividade, fazendo-se presentes nos diversos espaços sociais, inclusive na escola.

Segundo Foucault, não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassa em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens

e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre as ministrações e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade (Foucault, 1988, pg 98).

Infelizmente, percebemos essa guerra entre os conceitos de sexualidade, em que a compreensão é dada pelos discursos de poder, a garantia do ordenador conceitual de superioridade e inferioridade. A mulher, o homossexual, o gay, a lésbica sempre foram condicionados a essa prática de inferioridade, portanto, pensar e desconstruir esses significados e conceitos devem ser uma prática na escola, lugar onde os questionamentos são possíveis, lugar onde as transformações são vistas, onde as possibilidades se encontram e se tornam realizáveis.

Esperamos que esta pesquisa possa indicar novos caminhos e processos de discussão e reflexões sobre as relações de gênero e combate à Lgbtqia+fobia/homofobia, a estereótipos, discriminação e exclusão de pessoas LGBTQIA+, em Itabuna, na Bahia, no Brasil e no mundo.

“A escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmos...” (Paulo Freire, 2011, 50ª Edição, pg 30).

Referência

ADORNO, Theodor W., **Educação e Emancipação** Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ABRAMOVAY, Miriam **Violências nas escolas/** Miriam Abramovay et alii. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam (Org). **Conversando sobre violência e convivência nas escolas.** Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012.

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo.** Sociedade e Estado, v. 15, n.2, p.303-330, 2000.

ANTUNES, Ana Luiza Rodríguez **HOMOSSEXUALIDADE: A MESTIÇAGEM QUE JORGE AMADO NÃO VIU** - um estudo sobre as personagens homossexuais nos romances de Jorge Amado, Tese de Doutorado Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. , Porto Alegre, 2009.

ARENDDT, Hannad. **Sobre a violência.** Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ALMEIDA, M. Vale de Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal. In **Anuário Antropológico** 95. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 161-189.

Assembléia Geral das Nações Unidas- **Direitos da criança**, Relatório do especialista independente para o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência Contra Crianças** Assembléia Geral das Nações Unidas, Distr.: Geral, 23 de agosto de 2006- Original: inglês

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BENEDITO Eugenio Gonçalves, SANTANA, José Valdir Jesus, MOREIRA, Jussara Tânia Silva, FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade (Orgs.) **Diversidade e educação: múltiplos olhares** – Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559 , 2011

BENTO, Berenice A. de Melo. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002 **A dominação masculina**/Pierre Kühner. - 11º ed. - Rio de Janeiro 160p. Bourdieu tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIER, Pierre, 1930-2002. **A economia das trocas simbólicas** / Pierre Bourdier; introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. – São Paulo : Perspectiva, 2007. – (Coleção estudos ; 20 / dirigida por J. Guinsburg.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**; [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O projeto de pesquisa e os procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados da pesquisa social e qualitativa. *Revista Humanidades em Perspectivas*, v1, n 1, jan.-jun., p. 88-107, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC, 2012. Disponível: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf Acesso em: 31 de ago. 2019.

BRASIL. Gênero e diversidade na escola: formação de professora/res em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. **Livro de conteúdo**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD. **Caderno de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de out. de 1988. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 01 de set. 2019.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 11/2012, - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. aprovado em 9 de maio de 2012.

BRITZMAN, Deborah P. **O QUE É ESTA COISA CHAMADA AMOR** - Identidade homossexual, educação e currículo. jan. a jun. 1996.

BUTLER. Judith. “**Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**”. Tradução Pedro Maia Soares. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998.

CAETANO, Marcio, Renan Quinalha, Marisa Fernandes- **História do Movimento LGBT no Brasil**/ organização James N. Green, is n. d 1 d - São Paulo: - 1ª ed. São Paulo, Alameda, 2018.

CORRÊIA, Adilson da Silva. **A boemia da exclusão: Referências homossexuais na tradução de *Gabriela clove and cinnamon***. In: Congresso Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos, n. 8, 2004, Rio de Janeiro. *Anais Eletrônicos*. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2004.

DINIS, Nilson Fernandes- **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência**, *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Editora UFPR

ECHER, Isabel Cristina. **A Revisão de Literatura na Construção do Trabalho Científico**, Revista Gaúcha de Enfermagem. Porto Alegre. Vol. 22, n. 2 (jul. 2001), p. 5-20.

FERRARI, Anderson e Almeida, Marcos Adriano. Corpo, Gênero e Sexualidade nos Registros de Indisciplina, Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 865-885, set./dez. 2012.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. Apresentação. In: **Violência, diversidade e educação em Direitos Humanos na Escola**. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2017. p. 19-28.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. Escola, violência e educação em direitos humanos. In: **Violência, diversidade e educação em Direitos Humanos na Escola**. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2017. p. 35-64.

FIGUEIREDO, Roniel Santos, LOPES, Marcos de Souza, BARBOSA, Ana Angélica Leal - **Gênero e Sexualidade na Escola: Uma Experiência com o Programa Institucional de Bolsa e Iniciação à Docência (Pibid)**, REnBio - Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio - ISSN: 1982-1867 - vol. 12, n.2, p. 135-187, 2019.

FLORES, Cintya Dantas. **Território de Identidade na Bahia: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente a Dinâmica Territorial**. UFBA/ Salvador, 2015.

FISCHMANN, Roseli. **Identidade, identidades – indivíduo, escola: passividade, ruptura**, construção. In: TRINDADE, Azoilda Loretto da; SANTOS, Rafael dos. Multiculturalismo, mil e uma faces da escola. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000. p. 91-113.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo, **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FRY, Peter. **O que é homossexualidade** / Peter Fry e Edward MacRae . - Sao Paulo Abril Cultural Brasiliense, 1985.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo, artigo Gênero o que é Isso? Professora Assistente I do Depto de Psicologia. Social e Escolar de UPPA. Psicologia. Mestre, Publicado em 1995 Psicologia: Ciência e Profissão.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** como pratica da liberdade. Tradução Marcelo Brandao Cipolla. Sao Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

DA SILVA, João Paulo Quirino, JOÃO NYN, Denilson Baniwa (Ilustrador) e Luã Apyka (Tradutor) **TYBYRA: uma Tragédia Indígena Brasileira.** São Luís do Maranhão, Brasil, (1614), 2020.

LERNER, Gerda, 1920-2013 **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIONÇO, Tatiana. Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio . Tatiana Lionço; Debora Diniz (Organizadoras). Brasília: LetrasLivres : EdUnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado:** pedagogia da sexualidade. Traduções Tomaz Tadeu da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Segredos e mentiras do currículo.** Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). A escola no contexto da globalização. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998. p. 47.

MINAYO Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. Maria Cecília de Souza Minayo. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

MILLET, K. (1969). **Sexual politics.** London. 1969- Tradução espanhol por Ana María Bravo García, ediciones Cátedra S.A, 1995.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. **Dimensões - Revista de História da UFES,** Vitória, n. 14, 2002.

OEA. **Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância.** Organização de Estados Americanos – OEA, 2013.

ONU. **Declaração Conjunta - Dar fim à violência e à discriminação contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersex.** Agências e órgãos da Organização das Nações Unidas ONU 2015.

ONU. **Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Resolução 17/19,** Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas - ONU 2019.

PICADO, Luís. **Bullying em Contexto Escolar,** Professor Coordenador do Instituto Superior de Ciências Educativas (ISCE), Portugal. Doutor em Psicologia da Educação, www.psicologia.pt, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

ROCHA, Ana Paula Quintino, - **Cidadania e diversidade: dialogando com as transformações** / Ana Paula Quintino Rocha; Maria Aparecida Colares Mendes. Montes Claros: IFNMG, 2020

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacauera da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação** / Lurdes Bertol Rocha. – Ilhéus: Editus, 2008

SACRISTÁN, Jose Gimeno. **Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores**. In: NÓVOA, António (Org.). Profissão professor. Porto, Portugal: Editora Porto, 1997. p. 67-88.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2ª ed.—São Paulo: Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Para uma concepção multicultural de direitos humanos**. Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, v. 23, n.1, jan.-jun. 2001. p. 7-34.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução Christine R. Dabat e Maria Betânia Ávila. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, jul.- dez.1995, p.71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acesso em: 22 de set de 2019.

SILVA, Aida Maria Monteiro e SILVA, Lívio Paulino Francisco. **A educação em direitos humanos no enfrentamento a governo autoritário**. RIDH. Bauru, v. 9, n. 2, p. 57-73, jul./dez., 2021.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude**. Universidade do Rio Grande do Norte, dez. 2009.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WEEKS, Jeffrey. Inventd moralities. **Sexual values in an age of uncertainty**. Nova York, Columbia University Press, 1995.

AMADO, Jorge. **O país do Carnaval**, Editora: Record, Idioma: português, 100p. 1999.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário aos Professores (as) CEEPBS - percepção sobre o tema e o objetivo da pesquisa.

APÊNDICE B - Formulários aos Alunos (as) CEEPBS. – Percepção e entendimento ao Tema e Objeto da pesquisa.

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semiestruturadas aos Professores (as) CEEPBS

ANEXOS

ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

ANEXO 2 - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE

ANEXO 3 - Autorização para Coleta de Dados.

ANEXO 4 - Folha de Rosto.

ANEXO 5 - Parecer Consubstanciado do CEP

APÊNDICE A

Formulário aos Professores (as) CEEPBS - percepção sobre o tema e o objetivo da pesquisa.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – PPGEN
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**

Mestranda: Artur de Oliveira Neto.

Orientadora: Professora Doutora Maria de Fátima de Andrade Ferreira

FORMULÁRIO AOS PROFESSORES DO CEEPB

Este formulário tem como objetivo coletar dados sobre a percepção dos professores dos cursos técnicos em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerencia em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde bucal, na modalidade EPTNM- Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ofertados pelo Centro Estadual de Educação Profissional em Biosáude e Segurança (CEEPBSS), quando da inserção da discussão sobre preconceitos e discriminações contra homossexuais, observando de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na escola influenciam (ou não) no combate às violências (homofobia) na relação entre professor-aluno e alunos na sala de aula, cotidiano escolar.

1. Perfil do Professor

1.1 Dados Pessoais

1.1.1 Idade: 1.1.1.1 () menos de 25 anos 1.1.1.2 () de 26 a 31 anos 1.1.1.3 () de 32 a 37 anos
1.1.1.4 () de 38 a 43 anos 1.1.1.5 () mais de 43 anos.

1.2 Sexo: 1.2.1 () Masculino 1.2.2 () Feminino 1.2.3 () Outro

1.3 Formação: 1.3.1 Qual a sua titulação? 1.3.1.1 () graduação 1.3.1.2 () Especialização

1.3.1.3 () Mestrado 1.3.1.4 () Doutorado

1.3.2 A sua formação na Graduação foi 1.3.2.1 () Licenciatura 1.3.2.2 () Bacharelado

1.3.3 Qual(is) o(s) curso(s) de graduação possui? _____

1.3.4 Qual a sua formação na pós-graduação (cite o nome do curso)? _____

1.4 Você é professor 1.4.1 () porque gosta de ser professor 1.4.2 () não teve outra opção

1.4.3 () tenho outra formação mais gosto da profissão professor 1.4.4 () não tem opinião. 1.4.5 Justifique sua resposta: _____

2 Sobre a atuação do Professor no CEEPBS e na Educação Profissional

2.1 Há quanto tempo você trabalha nesse CEEP 2.1.1 () menos de 6 meses 2.1.2 () menos de 1 ano
2.1.3 () 1 a 2 anos 2.1.4 () de 3 a 4 2.1.5 () mais de 5 anos

2.1.6 Gosta de trabalhar no CEEPBS, Itabuna, BA? 2.1.6.1 () sim 2.1.6.2 () não 2.1.6.3 () muito

2.1.6.4 () pouco 2.1.6.5 () não tenho opinião

2.1.6.6 Justifique a sua resposta: _____

2.2 Há quanto tempo trabalha com a Educação? 2.2.1 () menos de 6 meses 2.2.2 () menos de 1 ano
2.2.3 () 1 a 2 anos 2.2.4 () de 3 a 4 2.2.5 () mais de 5 anos

2.3 Há quanto tempo trabalha com a Educação Profissional? 2.3.1 () menos de 6 meses
2.3.2 () menos de 1 ano 2.3.3 () 1 a 2 anos 2.3.4 () de 3 a 4 2.3.5 () mais de 5 anos.

2.4 Você participou de algum curso de qualificação em Educação Profissional? 2.4.1 () sim
2.4.2 () não 2.4.3 () muito 2.4.4 () pouco 2.4.5 () não tem opinião 2.4.6 Se participou, qual(is)
foi(ram) o (s) curso (s)? _____

2.5 Em que curso você ministra aulas no CEEPBS? 2.5.1 () Análises Clínicas 2.5.2 () Biotecnologia
2.5.3 () Gerência em Saúde 2.5.4 () Nutrição e Dietética 2.5.5 () Saúde Bucal 2.5.6 () E outros

2.5.5 Em que ano desse (s) curso (s) você ministra aulas?

2.5.5.1 EPTNM: 2.5.5.1.1 () 1º ano 2.5.5.1.2 () 2º ano 2.5.5.1.3 () 3º ano

2.5.6 Em que modalidade de ensino desta Unidade você também ministra aulas?

2.5.6.1 Subsequente: 2.5.6.1.1 () 1º semestre 2.5.6.1.2 () 2º semestre 2.5.6.1.3 () 3º semestre

2.5.6.2 EJA: 2.5.6.2.1 () 1º semestre 2.5.6.2.2 () 2º semestre 2.5.6.2.3 () 3º semestre

2.5.6.2.4 () 4º semestre 2.5.6.2.5 () 5º semestre

2.5.6.2.6 Qual a (s) disciplina (s) você ministra aulas nos cursos em que trabalha? _____

3. Concepção e Saberes Pedagógicos dos Professores dos Cursos Técnicos de Educação Profissional do CEEPBS sobre o Identidade de Gênero

3.1 Você fala de Sexualidade no CEEPBS? 3.1.1 () sim 3.1.2 () não 3.1.3 () muito 3.1.4 () pouco
3.1.5 () não tenho opinião

3.1.6 Se sim, então indique: 3.1.6.1 () sala de aula 3.1.6.2 () projeto 3.1.6.3 () proposta pedagógica

3.1.6.4 () currículo 3.1.6.5 () não tem opinião

3.1.6.6 Se não, Justifique a sua resposta: _____

3.2 Você acha importante falar sobre preconceitos e discriminação com seus alunos em sala de aula?

3.2.1 () sim 3.2.2 () não 3.2.3 () muito 3.2.4 () pouco 3.2.5 () não tenho opinião 3.2.6 se não,
justifique porque: _____

3.3 A sua escola motiva o diálogo sobre violência de gênero em sala de aula? 3.3.1 () sim 3.3.2 ()
não 3.3.3 () muito 3.3.4 () pouco 3.3.5 () não tenho opinião

3.3.6. Se não, qual sua opinião sobre? _____

3.4 Na sua escola, você conhece ou participou de algum projeto pedagógico sobre violência de gênero?

3.4.1 () sim 3.4.2 () não 3.4.3 () diretamente 3.4.4 () pouco envolvido 3.4.5 () não conheço

3.4.6. Se não, qual sua opinião sobre? _____

3.5 Qual a sua opinião sobre a inserção do debate sobre diversidade em sala de aula?

3.5.1 () concordo 3.5.2 () não concordo 3.5.3 () desconheço esse assunto 3.5.4 () não tenho opinião

3.5.5 se não concorda, justifique sua opinião: _____

3.6 Qual a sua opinião sobre homofobia e práticas discriminatórias na escola? 3.6.1 () não concordo

3.6.2 () observo, mas não me envolvo 3.6.3 () pouco me importa essa questão 3.6.4 () dialogo com os alunos

evitando práticas e ações 3.6.5 () não tenho opinião 3.6.6 se pouco lhe importa esse assunto, justifique sua
opinião: _____

3.8 Você já ouviu seus colegas professores falarem sobre atitudes de preconceitos em sala de aula?

3.8.1 () sim 3.8.2 () não 3.8.3 () muito 3.8.4 () pouco 3.8.5 () não tenho opinião 3.8.6 Se, como,
quando e sobre o que falaram? _____

**3.9 Você já testemunhou violência entre alunos por práticas discriminatórias ou preconceituosas no seu
convívio com seus alunos, na escola?** 3.9.1 () sim 3.9.2 () não 3.9.3 () poucas vezes 3.9.4 () não

quero responder 3.9.5 Se não quer responder, por que? _____

3.10 O que você conhece sobre heteronormatividade, já conversou sobre isto em sala de aula? 3.10.1 ()
sim 3.10.2 () não 3.10.3 () desconheço 3.10.4 () não me importo com o conceito 3.10.5 () não
tenho opinião

4. Concepção e Saberes Pedagógicos dos Professores sobre a Lei 7716/89, que determinou em 13 de junho de 2019, que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerada um crime, introduzido na lei de racismo. Inserindo essa discussão nas disciplinas que façam interação com temas associados a sociedade, direitos humanos, respeito e dignidade da pessoa humana, no Currículo dos cursos técnicos, CEEPBS, Itabuna, BA.

4.1 Você concorda em discutir em sala de aula sobre discriminação em relação a orientação sexual e identidade de gênero no CEEPBS? 4.1.1() sim 4.1.2 () não 4.1.3 () muito 4.1.4 () pouco 4.1.5 () não concordo com o tema 4.1.6 Se não concorda, porque?:

4.2 Você acha importante a sua escola falar sobre o crime de discriminação contra a população LGBTQIA+? 4.2.1 () sim 4.2.2 () não 4.2.3 () muito 4.2.4 () pouco 4.2.5 () não tenho opinião 4.2.6 Se sim, por que acha importante falar sobre esse tema?

4.2.2 De que forma você acha importante inserir no currículo das disciplinas Sociologia, Filosofia, Políticas Públicas, Projeto de Vida, Mundo do Trabalho e Empreendedorismo o tema sobre o crime de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero?

4.3 Você acha importante criar projetos e ações pedagógicas que viabilizem a construção da consciência da dignidade humana e do respeito às diferenças? 4.3.1() sim 4.3.2() não 4.3.3() muito 4.3.4() pouco 4.3.5() não tenho opinião 4.3.6 Se não, por que?

4.4 Você acha importante o CEEPBS promover ações que viabilizem ao diálogo sobre problemas de violência gerada nas relações de desrespeito a identidade de gênero, raça, etnia? 4.4.1() sim 4.4.2 () não 4.4.3() muito 4.4.4 () pouco 4.4.5 () não tenho opinião 4.4.6 Se não, por quê? Justifique:

4.5 Você acha importante estudar em sala de aula a Lei 7716/89 e temas que estejam ligados a políticas pública para promover o respeito à comunidade LGBTQIA+? 4.5.1 () sim 4.5.2 () não 4.5.3 () muito 4.5.4 () pouco 4.5.5 () não tenho opinião 4.5.6 se não, por quê? Justifique:

4.5.7 De que forma esses assuntos são comentados por você na sala de aula?

4.6 Você acha importante discutir com os alunos da modalidade EPTNM sobre a violência contra populações LGBTQIA+, ensinando a respeitar a diversidade no CEEPBS? 4.6.1 () sim 4.6.2 () não 4.6.3 () muito importante 4.6.4 () pouco importante 4.6.5 () não tenho opinião sobre 4.6.6 Se não, qual seria a forma de diminuirmos os preconceitos contra homossexuais?

4.7 Você já participou de algum evento sobre diversidade, respeito, dignidade LGBTQIA+, dentro ou fora do CEEPBS? 4.7.1 () sim 4.7.2 () não 4.7.3 () muito importante 4.7.4 () pouco importante 4.7.5 () não tenho interesse.

5. Contribuições (ou não) de entender e conceber a discussão a respeito da homossexualidade, homofobia, bullying, violência de gênero, para mudanças de atitudes e comportamentos, dos alunos no CEEPBS.

5.1 Você percebe alguma mudança de atitude, comportamento, práticas dos seus alunos em relação ao tema em relação ao respeito às diferenças?

5.1.1 () sim 5.1.2 () não 5.1.3 () muito pouco 5.1.4 () não me envolvo 5.1.5 () não tenho opinião 5.1.6 Se sim, justifique?

5.2 Você já participou, junto ao CEEPBS no projeto FAÇA BONITO, junto com o Conselho Tutelar, sobre abuso a menores?

5.2.1 () sim 5.2.2 () não 5.2.3 () muito pouco 5.2.4 () não me envolvi, só presenciei 5.2.5 () não tenho opinião 5.2.6 Se sim, diz o que acha do mesmo:

5.3 O que é BULLYING para você?

5.4 Você concorda que o bullying é uma forma de violência que atinge diretamente as escolas? 5.4.1 () sim 5.4.2 () não 5.4.3 () muito forte 5.4.4 () pouco importa 5.4.5 () não tenho opinião

5.5 Você percebe que em suas ações e falas, já realizou bullying com alguém ou com seu aluno? 5.5.1 () sim 5.5.2 () não 5.5.3 () muitas vezes 5.5.4 () poucas vezes 5.5.5 () não percebi 5.5.6 Se sim, fala o que sentiu?

5.6 Você aborda a temática sobre homofobia, bullying em sala de aula? 5.6.1 () sim 5.6.2 () não 5.6.3 () muito pouco 5.6.4 () nunca 5.6.5 () não tenho opinião 5.6.7 Se sim, sente dificuldade no diálogo? 5.6.8 Se sim, como foi a reação dos alunos?

5.7 Quais as dificuldades que encontrou ao abordar sobre o tema homofobia, bullying no CEEPBS na sala de aula ou com colegas?

5.8 Você já participou ou desenvolveu algum projeto sobre respeito a dignidade e respeito aos diferentes no CEEPBS? 5.8.1 () sim 5.8.2 () não 5.8.3 não me interessa () não tenho opinião. 5.7.6 Se sim, qual foi o resultado?

5.7.7 Se sim, como foi sua participação e o desenvolveu no projeto?

5.9 Você se considera capacitado/preparado para falar sobre sexualidade, sexo, discriminação, preconceitos, direitos humanos, homossexualidade, homofobia em suas aulas, com seus alunos?

5.9.1 () sim 5.9.2 () não 5.9.3 () muito 5.9.4 () pouco 5.9.5 () não tenho opinião

5.9.6 se não, o que acha que falta?

5.9.7 Se, sobre o que fala?

5.10 A gestão e o pedagógico do CEEPBS propõe falas sobre respeito, dignidade da pessoa humana, cria ambientes propícios à aprendizagem e aprofundamento sobre a temática em questão? 5.10.1 () sim 5.10.2 () não 5.10.3 () muito 5.10.4 () pouco 5.10.5 () não conheço

5.11 Você acha importante que o CEEPBS motive falas sobre violência de gênero e respeito aos diferentes? 5.11.1 () sim 5.11.2 () não 5.11.3 () muito importante 5.11.4 () pouco importante 5.11.5 () não tenho opinião 5.11.6 Se não, por que?

5.12 Você já trabalhou nas suas aulas sobre convivência fraterna, respeito? 5.12.1 () sim 5.12.2 () não 5.12.3 () muito 5.12.4 () pouco 5.12.5 () não tenho opinião 5.12.6 O que esse tema significa para você?

5.13 Você identifica em sua formação algum tipo de preconceito contra homossexuais? 5.13.1 () sim 5.13.2 () não 5.13.3 () muito 5.13.4 () pouco 5.13.5 () não tenho opinião 5.13.6 Se sim, quais?

6. O que sabem os Professores dos Cursos Técnicos em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal sobre do CEEPBS sobre currículos.

6.1 Você já ouviu falar no Projeto Político Pedagógico da sua Escola? 6.1.1 () sim 6.1.2 () não 6.1.3 () muito 6.1.4 () pouco 6.1.5 () não tenho opinião 6.1.6 Se sim, o que viu sobre currículos?

6.2 Você reconhece no Projeto Político Pedagógico da sua Escola alguma indicação de desenvolvimento de práticas pedagógicas que planejam criar hábitos contra as discriminações e desrespeito? 6.1.1 () sim 6.1.2 () não 6.1.3 () muito 6.1.4 () pouco 6.1.5 () não conheço 6.1.6 Se sim, o que viu sobre o tema?

6.2 Você já ouviu falar de currículo? 6.1.1 () sim 6.1.2 () não 6.1.3 () muito 6.1.4 () pouco 6.1.5 () não tenho opinião 6.1.6 Se sim, o que ouviu?

6.3 Você conhece o currículo do (s) curso (s) que trabalha no CEEP/B? 6.2.1 () sim 6.2.2 () não 6.2.3 () muito 6.2.4 () pouco 6.2.5 () não tenho opinião 6.2.6 O que você acha do currículo do seu curso? 6.2.6.1 () muito bom 6.2.6.2 () bom 6.2.6.3 () ruim 6.2.6.4 () muito ruim 6.2.6.5 () não tenho opinião 6.2.6.6 Por quê?

7. O que falam/dizem os Professores sobre os Cursos em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal no CEEP/B?

7.1 O que levou você a escolher/trabalhar nos CEEP/B e nos Cursos Técnicos em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal no CEEP/B? 7.1.1 () por determinação da gestão 7.1.2 () por determinação da disciplina em que é habilitado 7.1.3 () por conhecer o currículo do curso 7.1.4 () indicação da Educação Profissional 7.1.5 () Não tem opinião 7.1.6. Se sente a vontade no curso onde está? justifique:

7.2 Você trabalha temas transversais nas disciplinas nas quais está lecionando? 7.2.1 () sim 7.2.2 () não 7.2.3 () muito 7.2.4 () pouco 7.2.5 () não tenho opinião

7.3 Há facilidade de incluir conteúdos transversais nas disciplinas nas quais está lecionando? 7.3.1 () sim 7.3.2 () não 7.3.3 () muito 7.3.4 () pouco 7.3.5 () não tenho opinião

8. Percepção do Professor sobre o CEEP/B e Curso Técnico Profissional em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerência em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde Bucal.

8.1 Você gosta de trabalhar no CEEP/B ? 8.1.1 () sim 8.1.2 () não 8.1.3 () muito 8.1.4 () pouco 8.1.5 () não tenho opinião 8.1.6 Se gosta, fale o porquê?

8.1.7 O que você mais gosta no CEEP/B?

8.1.8 O que você acha que deveria melhorar no CEEP/BSS para que houvesse mais interação entre professores e alunos em suas relações diárias?

Muito obrigado!

APÊNDICE B

Formulários aos Alunos CEEPBS. – Percepção e entendimento ao Tema e Objeto da pesquisa.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – PPGEN
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO

Mestranda: Artur de Oliveira Neto.

Orientadora: Professora Doutora Maria de Fátima de Andrade Ferreira

FORMULÁRIO AOS ALUNOS DO CEEPBS

Este formulário tem como objetivo coletar dados sobre os alunos dos cursos técnicos em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerencia em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde bucal, na modalidade EPTNM- Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ofertados pelo Centro Estadual de Educação Profissional em Biosáude e Segurança (CEEPBSS), através da relação com seus pares/colegas, professores, gestão e toda comunidade educacional, investigando a percepção e a concepção dos mesmos, sobre o que pensam, falam, agem quando a discussão é sobre preconceito e discriminação, observando de que modo as práticas pedagógicas e saberes dos docentes construídos sobre a identidade de gênero e homossexualidade, influenciam (ou não) no combate às violências (homofobia, *bullying*) no cotidiano escolar – Itabuna-Ba.

1. Dados Pessoais

1.1 Idade:

1.1.1 () menor de 18 anos 1.1.2 () maior de 18 anos 1.1.3 () de 19 a 22 anos 1.1.4 () de 23 a 26 anos.

1.2 Sexo:

1.2.1 () Masculino 1.2.2 () Feminino 1.2.3 () Outro

1.3 Formação: Modalidade de ensino no curso

1.3.1 () EPTNM

1.3.2 Que ano está cursando este curso de Educação Profissional?

1.3.2.1 () 1º ano 1.3.2.2 () 2º ano 1.3.2.3 () 3º ano

1.3.3 Você gosta do seu curso?

1.3.3.1 () sim 1.3.3.2 () não 1.3.3.3 () muito 1.3.3.4 () pouco 1.3.3.5 () não tenho opinião

2. Concepção e Saberes sobre preconceito, homossexualidade, violência aos Alunos do Curso Técnico Profissional no CEEPBS, Itabuna-BA

2.1 Você já ouviu falar sobre comunidade LGBTQIA+?

2.1.1 () sim 2.1.2 () não 2.1.3 () muito 2.1.4 () pouco 2.1.5 () desconheço

2.1.6 Se já ouviu, fale o que você sabe sobre comunidade LGBTQIA+:

2.2 Você acha essa discussão sobre respeito à comunidade LGBTQIA+ importante?

2.2.1 () sim 2.2.2 () não 2.2.3 () muito 2.2.4 () pouco 2.2.5 () não tenho opinião

2.2.6 Justifique a sua resposta a esta questão:

2.3 Você já percebeu algum tipo de preconceito contra homossexuais no CEEPBS, onde você estuda?

2.3.1 () sim 2.3.2 () não 2.3.3 () muito 2.3.4 () pouco 2.3.5 () não tenho opinião

2.3.6 Se sim, de que forma?

2.3.7 Se você percebeu algum tipo de preconceito/discriminação no CEEPBS, qual foi sua reação?

2.4 Você sabe o que se caracteriza como violência de gênero?

2.4.1 () sim 2.4.2 () não 2.4.3 () muito 2.4.4 () pouco 2.4.5 () não tenho opinião
 2.4.6 Se sabe, descreva algum ou alguns tipos de violência de gênero:

2.5 Você sabe o que é Bullying?

2.5.1 () sim 2.5.2 () não 2.5.3 () muito 2.5.4 () pouco 2.5.5 () não tenho opinião
 2.5.6 Se sim, descreva alguma atitude que caracteriza como tal violência:

2.6 Você acha importante a sua escola desenvolver projetos e ações que diminuam as violências contra o homossexual?

2.6.1 () sim 2.6.2 () não 2.6.3 () muito 2.6.4 () pouco 2.6.5 () não tenho opinião
 2.6.6 se não, por quê?

2.7 Você já percebeu alguma fala, atitude, ação de algum professor, professora, gestão, equipe de apoio da escola que se caracteriza por alguma forma de preconceito, discriminação sexual no CEEP/B?

2.7.1 () sim 2.7.2 () não 2.7.3 () muito vezes 2.7.4 () nunca 2.7.5 () não tenho opinião
 2.7.6 Se sim, como se portou?

2.8 Você já percebeu alguma fala, atitude, ação de algum colega, outro aluno ou aluna que se caracteriza por alguma forma de preconceito, discriminação sexual no CEEP/B?

2.8.1 () sim 2.8.2 () não 2.8.3 () muito vezes 2.8.4 () nunca 2.8.5 () não tenho opinião
 2.8.6 Se sim, como se portou?

2.9 Já participou de algum evento ou projeto no CEEP/B sobre o tema violência de gênero?

2.9.1 () sim 2.9.2 () não 2.9.3 () nunca 2.9.4 () não tenho opinião 2.9.5 Se sim, como avalia?
 2.9.6 () importante 2.9.7 () muito importante 2.9.8 () pouco importante 2.9.9 () o CEEP/B não discute esse assunto 2.9.10 () não tenho opinião

2.10 Você se propõe conversar em casa, com sua família sobre homossexualidade, discriminação, preconceitos, homofobia?

2.10.1 () sim 2.10.2 () não 2.10.3 () não vejo abertura 2.10.4 () minha religião não permite 2.10.5 () não tenho opinião. 2.10.6 Se sim, como foi a reação da família?

2.10.7 Você achou importante? 2.10.7.1. () sim 2.10.7.2 () não 2.10.7.3 () muito 2.10.7.4 () pouco
 2.10.5 () não tenho opinião 2.10.6 Se não, por que?

3. Concepção e Saberes dos Alunos sobre a Lei 7716/89, que determinou em 13 de junho de 2019, que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerada um crime.

3.1. Você já ouviu falar sobre a Lei 7716/89?

3.1.1 () sim 3.1.2 () não 3.1.3 () desconheço totalmente 3.1.4 () não me importo com esse assunto 3.1.5 () não tenho opinião

3.2 Se já ouviu falar, onde e com quem conversou sobre ela?

3.2.1 () em casa 3.2.2 () no CEEP/BSS 3.2.3 () na TV 3.2.4 () com professor 3.2.5 () outro local 3.2.6 Se já ouviu, o que achou sobre esta Lei?

3.3 Você acha importante divulgar a Lei 7716/89?

3.3.1 () sim 3.3.2 () não 3.3.3 () muito 3.3.4 () pouco 3.3.5 () não tenho opinião
 3.3.6 Se não, por que não acha importante a divulgação desta Lei?

3.4 Se seus professores nunca conversaram sobre esta Lei, acha importante começar um diálogo sobre ela em sala de aula?

3.4.1 () sim 3.4.2 () não 3.4.3 () muito importante 3.4.4 () pouco importante 3.4.5 () não tenho opinião 3.4.6 Se não, porque não acha importante?

3.5 Essa Lei é uma proteção à comunidade LGBTQIA+, você acha importante essa proteção com esse direito?

3.5.1 () sim 3.5.2 () não 3.5.3 () muito importante 3.5.4 () me importo com esse assunto 3.5.5 () não tenho opinião 3.5.6 Se não se importa com esse assunto, proteção à comunidade LGBTQIA+, por que?

3.6 Você acha importante a sua escola divulgar sobre a Lei 7716/89?

3.6.1 () sim 3.6.2 () não 3.6.3 () muito importante 3.6.4 () pouco importante 3.6.5 () não tenho opinião 3.6.6 Se acha pouco importante ou não tem opinião, justifique o porquê?

3.7 Você acha importante estudar os direitos das pessoas discriminadas, violentadas pela homofobia ou por sua identidade de gênero?

3.7.1 () sim 3.7.2 () não 3.7.3 () muito 3.7.4 () pouco 3.7.5 () não tenho opinião 3.7.6 Por quê? Justifique:

3.8 De que forma os problemas e consequências dos preconceitos, chegando até a morte de homossexuais masculinos e femininos, lhe atingem?

3.9 Você atribui a culpa pelo crescente índice de mortandade de homossexuais no Brasil a quem?

3.9.1 () Governo Federal 3.9.2 () Governo Estadual 3.9.3 () Governo Municipal 3.9.4 () escolas 3.9.5 () não tenho opinião 3.9.6 Se você atribuir a algum dos Governos, qual a saída eles devem tomar?

3.9.7 Se você atribuir a escola, o que ela precisará fazer para mudar esse quadro?

4 Contribuições (ou não) da Discussão Sexual, contra homofobia, violência de gênero e preconceitos para mudanças de atitudes, comportamento e valores sociais dos alunos no CEEPBS:

4.1 A diversidade no meio educacional e no ambiente escolar, tem desenvolvido ações e são tratadas como processos democráticos, contudo, as instituições escolares têm formado pessoas preconceituosas, racistas e intolerantes as diferenças sociais. O que você acha dessa afirmação?

4.1.1 () sim, concordo 4.1.2 () não concordo 4.1.3 () muito importante refletir 4.1.4 () pouco me importo 4.1.5 () não tenho opinião 4.1.6 Se não concorda, justifique:

4.2 Qual sua opinião sobre a discussão de sexualidade, corpo, sexo e homossexualidade no contexto educacional, sala de aula, escola?

4.2.1 concordo, apoio 4.2.2 não concordo, não poio 4.2.3 não me interesse pelo assunto 4.2.4 não opino 4.2.5 se não concorda, por que?

4.3 Você achou importante o a Pesquisa deste Projeto em sua escola, CEEPBS?

4.3.1 () sim 4.3.2 () não 4.3.3 () muito importante 4.3.4 () pouco me importo 4.3.5 () não tenho opinião 4.3.6 Se sim, justifique por que?

4.4 Acha importante levarmos essa Pesquisa, discussão, diálogos para as outras modalidades existentes no CEEPBS, Subsequente e Proeja?

4.4.1 () sim 4.4.2 () não 4.4.3 () muito 4.4.4 () pouco 4.4.5 () não tenho opinião 4.4.6 Se concorda, justifique sua opinião:

4.5 Você acha importante o que a escola, por sua coordenação pedagógica, desenvolva projetos, ações, eventos que possibilitem aos pais e responsáveis também participarem dessa discussão, desse diálogo no CEEPBS?

4.3.1 () sim 4.3.2 () não 4.3.3 () muito importante 4.3.4 () pouco importante 4.3.5 () não tenho opinião 4.3.6 Se acha muito importante, dê sua contribuição no que acha que podemos realizar para isto:

5. O que o aluno sabe sobre o Currículo do Curso Técnico Profissional que possa alinhar com a pesquisa de campo?

5.1 Você já ouviu falar de currículo?

5.1.1 () sim 5.1.2 () não 5.1.3 () muito 5.1.4 () pouco 5.1.5 () não tenho opinião

5.2 Você conhece o currículo do seu curso?

5.2.1 () sim 5.2.2 () não 5.2.3 () muito 5.2.4 () pouco 5.2.5 () não tenho opinião

5.2.6 Se já ouviu falar de Currículo, o que você acha que precisa melhor no currículo do seu curso?

5.2.6.1 () muito bom 5.2.6.2 () bom 5.2.6.3 () ruim 5.2.6.4 () muito ruim 5.2.6.5 () não tenho opinião

6. Percepção do Aluno sobre o CEEPb e Curso Técnico Profissional

6.1 Você gosta de estudar no CEEPb ?

6.1.1 () sim 6.1.2 () não 6.1.3 () muito 6.1.4 () pouco 6.1.5 () não tenho opinião

6.1.6 Se gosta, fale porquê?

6.1.7 O que você mais gosta no CEEPb que será utilizado para melhorar a convivência entre os alunos?

6.1.8 O que você menos gosta no CEEPb e acha que atrapalha as relações entre aluno e alunos, professores e alunos?

6.1.9 O que você acha que deveria melhorar no CEEPb?

6.1.9 Você já participou de algum evento sobre temas ligados a sexualidade, homossexualidade, homofobia, bullying no CEEPb?

Muito obrigado!

APÊNDICE C

Roteiro de Entrevista Semiestruturadas aos Professores (as) CEEPBS –

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PRÓ-
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – PPGEN
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**

Mestranda: Artur de Oliveira Neto.

Orientadora: Professora Doutora Maria de Fátima de Andrade Ferreira

Roteiro de Entrevista Semiestruturadas aos Professores (as) CEEPBS

Este roteiro de entrevistas semiestruturado tem como objetivo coletar dados sobre a percepção dos professores dos cursos técnicos em Análises Clínicas, Biotecnologia, Gerencia em Saúde, Nutrição e Dietética e Saúde bucal, na modalidade EPTNM- Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ofertados pelo Centro Estadual de Educação Profissional em Biosáude e Segurança (CEEPBS), quando da inserção da discussão sobre preconceitos e discriminações contra homossexuais, observando de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na escola influenciam (ou não) no combate às violências (homofobia) na relação entre professor-aluno e alunos na sala de aula, cotidiano escolar.

- 1- Você é professor porque gosta de ser professor, não teve outra opção, tenho outra formação mais gosto da profissão professor ou não tem opinião?
- 2- Você fala de Sexualidade no CEEPBS?
- 3- Você acha importante falar sobre preconceitos e discriminação com seus alunos em sala de aula?
- 4- Você já testemunhou violência entre alunos por práticas discriminatórias ou preconceituosas no seu convívio com seus alunos, na escola?
- 5- O que você conhece sobre heteronormatividade, já conversou sobre isto em sala de aula?
- 6- Você conhece sobre a Lei 7.716/89, que protege e assegura direitos sobre racismo, preconceitos, Lgbtqia+fobia?
- 7- Você concorda em discutir em sala de aula sobre discriminação em relação a orientação sexual e identidade de gênero no CEEPBS?
- 8- Você acha importante discutir com os alunos da modalidade EPTNM sobre a violência contra populações LGBTQIA+, ensinando a respeitar a diversidade no CEEPBS?
- 9- Você se considera capacitado/preparado para falar sobre sexualidade, sexo, discriminação, preconceitos, direitos humanos, homossexualidade, homofobia em suas aulas, com seus alunos?

10- Você contribuiu (ou não) nas motivações em sala de aula com discussões a respeito da homossexualidade, homofobia, bullying, violência de gênero, para mudanças de atitudes e comportamentos, dos alunos no CEEPBS?

ANEXO 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde CNS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

CONVIDAMOS o(a) senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar de uma pesquisa científica.

Por favor, leia este documento com bastante atenção e, se você estiver de acordo, rubricue as primeiras páginas e assine na linha "Assinatura do participante", no ponto 8.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: ARTUR DE OLIVEIRA NETO

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: MARIA DE FÁTIMA DE ANDRADE FERREIRA

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?**2.1. TÍTULO DA PESQUISA**

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO SUL DA BAHIA.

2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):

Trata-se de uma pesquisa para a conclusão do mestrado do Programa de Pós-Graduação de Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista – BA.

A justificativa desta Pesquisa nasceu dos questionamentos, inquietações, provocações e vivências do pesquisador com a percepção sobre a violência de gênero, especialmente por ser este homossexual e ter vivido desde a adolescência e juventude, a presença de muitos medos, preconceitos, indagações religiosas, familiares e do meio no qual convivia e vivia experiências de atitudes, brincadeiras, ações preconceituosas e discriminação de gênero nas brincadeiras no ambiente escolar e social. Enxerguei na homofobia velada, as formas sutis de preconceitos, principalmente as pequenas brincadeiras. Justifica-se, também, pela necessidade de estudos mais aprofundados sobre o objeto de estudo, a violência de gênero, com recorte para a homofobia/LGBTQIA+FOBIA, quando se pretende buscar investigar a percepção de professores e alunos sobre o tema no cotidiano de uma escola pública estadual de educação profissional no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, observando o que dizem/falam/pensam sobre atos/manifestações de violência de gênero (homofobia) contra alunos/as, professores/as e funcionários. O tema desta pesquisa justifica-se pela sua importância para a Ciência, a sociedade e o pesquisador.

2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

Para analisar a percepção de alunos/as e professores/as sobre violência de gênero (homofobia), observando e o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa sobre preconceitos e discriminação contra homossexuais, percebidos nas relações em salas de aula, observando de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade influenciam (ou não) no combate às violências entre professor-aluno e alunos no cotidiano escolar. Realizando pesquisa exploratória, delimitando o tema/objeto de estudo, formulando problema e estabelecendo objetivos para elaborar o projeto de pesquisa, buscando na revisão de literatura aprofundar conhecimentos sobre categorias metodológica, seus percursos teóricos e técnico-metodológicos.

Realizar levantamento bibliográfico e documental, sobre conceitos, concepções e definições de violência, violência de gênero, homofobia, homossexualidade na escola e outras categorias, variáveis necessárias ao aprofundamento do conhecimento sobre o tema e aprofundamento do marco teórico da pesquisa. Desta

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:

forma, identificar os tipos de violência que acontecem na escola, presentes na relação de interação e sociabilidades entre alunos no cotidiano escolar.

Analisando a percepção dos/as professores/as e alunos/as, interlocutores/as da pesquisa sobre a homossexualidade na escola investigada, observando o que dizem/falam/pensam sobre violência de gênero (homofobia - preconceitos, discriminação, agressões, exclusão) contra homossexuais, percebidos entre alunos/as, e de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula/escola influenciam (ou não) no combate às violências (homofobia) na relação entre professor-alunos e alunos na sala de aula/cotidiano escolar.

3. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Será realizada uma pesquisa de campo, exploratória, descritiva e qualitativa com professores e alunos, objetivando a análise da percepção de professores e alunos, selecionados, observando suas relações de interações e sociabilidades nos ambientes/cotidiano escolar.

Para tanto, os dados serão coletados através de questionários fechados e abertos a professores e alunos, entrevistas semiestruturadas para professores/as, rodas de conversas informais com alunos/ase professores/as, além de diálogos abertos, observação in loco, direta, assistemática e sistemática, observação e participação em palestras e lives em redes sociais. Nas entrevistas haverá algumas questões básicas para que as respostas possam sair naturalmente dos entrevistados, o que carece de ser vista como um trabalho no qual o resultado é essencial para que a pesquisa seja verdadeira, visto que o que será necessário e imprescindível é fazer com que os envolvidos na pesquisa confiem e possam confessar, falar o pretendido.

Tudo isto, acontecerá na escola/campo da pesquisa, sendo que os diálogos, as observações in loco já acontecem, pois o pesquisador trabalha na Instituição. Os outros instrumentos serão aplicados a partir da análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB.

O tempo para cada aplicação dos instrumentos será de no máximo 45 minutos por participante. O material será tratado e analisado a partir do questionamento hermenêutico dialético, por perceber que assim se fará o apanhado dos processos compreensivos e críticos.

Para a construção do corpus de análise seguiremos as etapas da técnica: (1) pré-análise; (2) exploração do material; e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

No Centro Estadual de Educação Profissional Biosaúde e Segurança, município de Itabuna-Bahia, entre os meses de agosto a outubro do ano de 2022.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

Por conta da pandemia do Corona Virus 19, não terei como determinar a duração das sessões, especialmente se for necessário o uso de tecnologias, aplicativos ou rede de internet. A pretensão será de 25 minutos por cada participante.

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO

MODERADO

ALTO

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Durante a pesquisa, pode acontecer de algum participante ou interlocutor se sentir constrangido em responder ou participar de algum diálogo, bate papo, roda de conversa, responder aos instrumentos da pesquisa (questionários fechados e abertos, entrevistas semiestruturadas).

Prevendo os riscos, foram mantidos diálogos com todos os participantes, evidenciando o tema e o objetivo desta pesquisa, evitando assim, algum tipo de perigo que possa ocasionar a desistência de algum participante ou algum interlocutor.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Diálogos constantes, conforme vinha acontecendo com todos os participantes informando o tema e o objetivo da pesquisa, evitando que aconteça alguma insatisfação ou constrangimento. Também mantido os diálogos com os pais dos menores de 17 (3 interlocutores), onde foi apresentado e dado o conhecimento do tema (situação problema) e do objetivo da pesquisa.

Logo após a aprovação do projeto pelo CEP, será iniciada imediatamente a coleta de dados para evitar que haja a possibilidade da ocorrência de riscos para a pesquisa.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

Enriquecimento direto ao aluno participantes, promovendo a conscientização da identidade de gênero, desenvolvendo práticas de respeito na convivência cotidiana e nas práticas pedagógicas dentro da Escola, diminuindo a incidência de violência, dentro e ao redor da Comunidade Escolar.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

A proposta da pesquisa é promover a conscientização do papel do professor, discutindo sua ação enquanto formador de indivíduos livres de preconceitos, prontos para assumir o destino de suas vidas, viver e conviver numa sociedade mais justa e igualitária. Conviver com as diferenças e as diversidades de pessoas, raça, etnia e cultura. Promover uma sociedade mais justa e humana, respeitadora e tolerante. Oportunizar que outras pessoas possam utilizar dessa pesquisa para continuar a promoção da igualdade entre os diversos sujeitos que se encontram na condição de invisibilidade social, construindo formas de harmonia nas escolas e Intuições de Ensino.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas e se você acabar gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: Não. Você só precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. O que acontecerá com os dados que você fornecer nessa pesquisa?

R: Eles serão reunidos com os dados fornecidos por outras pessoas e analisados para gerar o resultado do estudo. Depois disso, poderão ser apresentados em eventos científicos ou constar em publicações, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos em revistas, livros, reportagens, etc.

6.8. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Em geral, não. O(A) pesquisador(a) tem a obrigação de garantir a sua privacidade e o sigilo dos seus dados. Porém, a depender do tipo de pesquisa, ele(a) pode pedir para te identificar e ligar os dados fornecidos por você ao seu nome, foto, ou até produzir um áudio ou vídeo com você. Nesse caso, a decisão é sua em aceitar ou não. Ele precisará te oferecer um documento chamado "Termo de Autorização para Uso de Imagens e Depoimentos". Se você não aceitar a exposição ou a divulgação das suas informações, não o assine.

6.9. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídas.

6.10. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Há, também uma cartilha específica para tratar sobre os direitos dos participantes. Todos esses documento podem ser encontrados no nosso site (www2.uesb.br/comitedeetica).

6.11. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: **ARTUR DE OLIVEIRA NETO**

Endereço: **Rua Floresta, 331 - Condomínio Vila das Pedras, Bl. 08 - apt° 203 - B. São Caetano - Itabuna/BA.**

Fone: (73) 98115-0990 / E-mail: artur.neto@enova.educacao.ba.gov.br

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiézinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

8. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

em participar do presente estudo;

com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

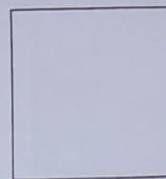
Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Itabuna-Bahia, Clique aqui para inserir uma data.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - UESB/Jequié
(73) 3528-9727 | cepjq@uesb.edu.br

Rubricas:

Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)



Impressão Digital
(Se for o caso)

9. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Itabuna-Bahia, 5 de maio de 2022

Assinatura do(a) pesquisador

ANEXO 2

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE
 Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS
 (Para participantes entre 12 e 17 anos de idade)

Olá!

Gostaríamos de te CONVIDAR para participar de uma pesquisa científica.
 Por favor, leia este documento, com atenção, e me diga se você concorda. Se concordar, assine na caixa onde tem escrito “Rubrica” em todas as páginas e, também, lá no final, na linha “Assinatura do Participante”.

O seu pai, mãe ou outro responsável precisará ler e assinar um documento bem parecido com este, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que o pesquisador lhe entregará. Sem isso você não pode participar da pesquisa, ok?!. Desde já, obrigado!

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: ARTUR DE OLIVEIRA NETO

1.2. ORIENTADOR/ORIANTANDO: MARIA DE FÁTIMA DE ANDRADE FERREIRA

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA

PERCEÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO SUL DA BAHIA

2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):

Trata-se de uma pesquisa para a conclusão do mestrado do Programa de Pós-Graduação de Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista – BA.

A justificativa desta Pesquisa nasceu dos questionamentos, inquietações, provocações e vivências do pesquisador com a percepção sobre a violência de gênero, especialmente por ser este homossexual e ter vivido desde a adolescência e juventude, a presença de muitos medos, preconceitos, indagações religiosas, familiares e do meio no qual convivia e vivia experiências de atitudes, brincadeiras, ações preconceituosas e discriminação de gênero nas brincadeiras no ambiente escolar e social. Enxerguei na homofobia velada, as formas sutis de preconceitos, principalmente as pequenas brincadeiras. Justifica-se, também, pela necessidade de estudos mais aprofundados sobre o objeto de estudo, a violência de gênero, com recorte para a homofobia/LGBTQIA+FOBIA, quando se pretende buscar investigar a percepção de professores e alunos sobre o tema no cotidiano de uma escola pública estadual de educação profissional no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, observando o que dizem/falam/pensam sobre atos/manifestações de violência de gênero (homofobia) contra alunos/as, professores/as e funcionários. O tema desta pesquisa justifica-se pela sua importância para a Ciência, a sociedade e o pesquisador.

2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

Para analisar a percepção de alunos/as e professores/as sobre violência de gênero (homofobia), observando e o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa sobre preconceitos e discriminação contra homossexuais, percebidos nas relações em salas de aula, observando de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade influenciam (ou não) no combate às violências entre professor-aluno e alunos no cotidiano escolar. Realizando pesquisa exploratória, delimitando o tema/objeto de estudo, formulando problema e estabelecendo objetivos para elaborar o projeto de pesquisa, buscando na revisão de literatura aprofundar conhecimentos sobre categorias

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 1

principais da pesquisa e apropriação do tema pesquisado e construindo o marco teórico da pesquisa, a metodologia, seus percursos teóricos e técnico-metodológicos.

Realizar levantamento bibliográfico e documental, sobre conceitos, concepções e definições de violência, violência de gênero, homofobia, homossexualidade na escola e outras categorias, variáveis necessárias ao aprofundamento do conhecimento sobre o tema e aprofundamento do marco teórico da pesquisa. Desta forma, identificar os tipos de violência que acontecem na escola, presentes na relação de interação e sociabilidades entre alunos no cotidiano escolar.

Analisando a percepção dos/as professores/as e alunos/as, interlocutores/as da pesquisa sobre a homossexualidade na escola investigada, observando o que dizem/falam/pensam sobre violência de gênero (homofobia - preconceitos, discriminação, agressões, exclusão) contra homossexuais, percebidos entre alunos/as, e de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula/escola influenciam (ou não) no combate às violências (homofobia) na relação entre professor-alunos e alunos na sala de aula/cotidiano escolar.

3. O QUE VOCÊ TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Será realizada uma pesquisa de campo, exploratória, descritiva e qualitativa com professores e alunos, objetivando a análise da percepção de professores e alunos, selecionados, observando suas relações de interações e sociabilidades nos ambientes/cotidiano escolar.

Para tanto, os dados serão coletados através de questionários fechados e abertos a professores e alunos, entrevistas semiestruturadas para professores/as, rodas de conversas informais com alunos/ase professores/as, além de diálogos abertos, observação in loco, direta, assistemática e sistemática, observação e participação em palestras e lives em redes sociais. Nas entrevistas haverá algumas questões básicas para que as respostas possam sair naturalmente dos entrevistados, o que carece de ser vista como um trabalho no qual o resultado é essencial para que a pesquisa seja verdadeira, visto que o que será necessário e imprescindível é fazer com que os envolvidos na pesquisa confiem e possam confessar, falar o pretendido.

Tudo isto, acontecerá na escola/campo da pesquisa, sendo que os diálogos, as observações in loco já acontecem, pois o pesquisador trabalha na Instituição. Os outros instrumentos serão aplicados a partir da análise e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB.

O tempo para cada aplicação dos instrumentos será de no máximo 45 minutos por participante. O material será tratado e analisado a partir do questionamento hermenêutico dialético, por perceber que assim se fará o apanhado dos processos compreensivos e críticos.

Para a construção do corpus de análise seguiremos as etapas da técnica: (1) pré-análise; (2) exploração do material; e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

No Centro Estadual de Educação Profissional Biosaúde e Segurança, município de Itabuna-Bahia, entre os meses de agosto a outubro do ano de 2022.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

Por conta da Pandemia do Corona Vírus 19, não terei como determinar a duração das sessões, especialmente se for necessário o uso das tecnologias, aplicativos ou da rede de internet. A pretensão será de 25 minutos por participante.

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA? (Riscos da pesquisa)

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, podemos dizer que o risco é

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

Durante a pesquisa, pode acontecer de algum participante ou interlocutor se sentir constrangido em responder ou participar de algum diálogo, bate papo, roda de conversa, responder aos instrumentos da pesquisa (questionários fechados e abertos, entrevistas semiestruturadas).

Prevedo os riscos, foram mantidos diálogos com todos os participantes, evidenciando o tema e o objetivo desta pesquisa, evitando assim, algum tipo de perigo que possa ocasionar a desistência de algum participante ou algum interlocutor.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Diálogos constantes, conforme vinha acontecendo com todos os participantes informando o tema e o objetivo da pesquisa, evitando que aconteça alguma insatisfação ou constrangimento. Também mantido os diálogos com os pais dos menores de 17 (3 interlocutores), onde foi apresentado e dado o conhecimento do tema (situação problema) e do objetivo da pesquisa.

Logo após a aprovação do projeto pelo CEP, será iniciada imediatamente a coleta de dados para evitar que haja a possibilidade da ocorrência de riscos para a pesquisa.

5. O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

Enriquecimento direto aos alunos participantes, promovendo a conscientização da identidade de gênero e desenvolver práticas de respeito na convivência cotidiana e nas práticas pedagógicas da Escola, diminuindo a incidência de violência, dentro e ao redor da Comunidade Estudantil.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

A proposta da pesquisa é promover a conscientização do papel do professor, discutindo sua ação enquanto formador de indivíduos livres de preconceitos, prontos para assumir o destino de suas vidas, viver e conviver numa sociedade mais justa e igualitária. Conviver com as diferenças e as diversidades de pessoas, raça, etnia e cultura. Promover uma sociedade mais justa e humana, respeitadora e tolerante. Oportunizar que outras pessoas possam utilizar dessa pesquisa para continuar a promoção da igualdade entre os diversos sujeitos que se encontram na condição de invisibilidade social, construindo formas de harmonia nas escolas e Intituições de Ensino.

6. MAIS ALGUMAS COISAS QUE VOCÊ E O SEU RESPONSÁVEL PODEM QUERER SABER: (Direitos dos participantes)

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: *Nenhum dos dois.* A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas se acabarmos gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: *O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.*

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: *Voce pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.*

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: *Não. Só se precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.*

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: *Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.*

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. O que acontecerá com os dados que você fornecer nessa pesquisa?

R: Eles serão reunidos com os dados fornecidos por outras pessoas e analisados para gerar o resultado do estudo. Depois disso, poderão ser apresentados em eventos científicos ou constar em publicações, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos em revistas, livros, reportagens, etc.

6.8. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Em geral, não. O(A) pesquisador(a) tem a obrigação de garantir a sua privacidade e o sigilo dos seus dados. Porém, a depender do tipo de pesquisa, ele(a) pode pedir para te identificar e ligar os dados fornecidos por você ao seu nome, foto, ou até produzir um áudio ou vídeo com você. Nesse caso, a decisão é sua em aceitar ou não. Ele precisará te oferecer um documento chamado "Termo de Autorização para Uso de Imagens e Depoimentos". Se você não aceitar a exposição ou a divulgação das suas informações, não o assine.

6.9. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídas.

6.10. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Ambas podem ser encontradas facilmente na internet.

6.11. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

7. CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: ARTUR DE OLIVEIRA NETO

Endereço: Rua Floresta, 331 - Condomínio Vila das Pedras, Bl. 08 - aptº 203 - B. São Caetano - Itabuna/BA.

Fone: (73) 98115-0990 / E-mail: artur.neto@enova.educacao.ba.gov.br

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 18:00

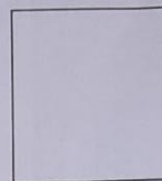
8. ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante)

Declaro que **estou ciente e concordo em participar deste estudo**. Além disso, confirmo ter recebido uma via deste Termo de Assentimento e asseguro que tive a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Itabuna-Bahia, Clique aqui para inserir uma data.

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Assinatura do(a) participante



Impressão Digital
(Se for o caso)

9. COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro conhecer todos os meus deveres e os direitos dos participantes e dos seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro, também, ter feito todos os esclarecimentos pertinentes a todos os envolvidos direta ou indiretamente na pesquisa, e reafirmo que o início da coleta de dados ocorrerá apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o protocolo do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa competente.

Itabuna-Bahia, 5 de maio de 2022

Assinatura do(a) pesquisador

Seja consciente: ao imprimir este documento, se necessário, use a frente e o verso do papel. :)

Página 5

Rubricas:

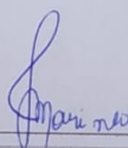
ANEXO 3**Autorização para Coleta de Dados.****AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS**

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

Eu, **JOSONITA DA SILVA MARINHO**, ocupante do cargo de *Diretora* do(a) **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM BIOTECNOLOGIA E SAÚDE**, **AUTORIZO** a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado **Percepção de Professores e Alunos sobre violência de gênero no Centro Estadual de Educação Profissional Biosaúde e Segurança, região Sul da Bahia.**, dos pesquisadores **Artur de Oliveira Neto** após a aprovação do referido projeto pelo CEP/UESB.

Em tempo, asseguro dispormos da infraestrutura e dos recursos necessários para viabilizar a execução do procedimento, conforme explicitado no projeto, em atendimento à alínea “h” do ponto 3.3, e do item 17 do ponto 3.4.1, ambos do título 3 da Norma Operacional CNS nº 001/2013.

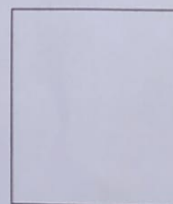
Itabuna- Bahia, 18/05/2022



Ass. do(a) responsável pela autorização da coleta

Carimbo:


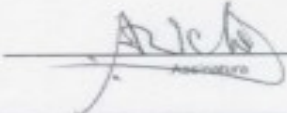

Jasonita da Silva Marinho
Diretora
Aut. 05.032-16



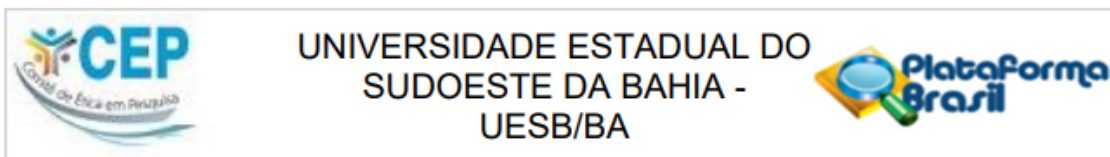
Impressão Digital
(Se for o caso)

ANEXO 4

MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de
Ética em Pesquisa – CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO
SERES HUMANOS

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: PERCEÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO SUL DA BAHIA			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 30			
3. Área Temática:			
4. Área do Confinamento: Grande Área 6, Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7, Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: ARTUR DE OLIVEIRA NETO			
6. CPF: 583.556.575-20	7. Endereço (Rua, n.º): FLORESTA SAO CAETANO Bloco 05- Aprº 203 ITABUNA BAHIA-45607090		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 73981150990	10. Outro Telefone:	11. Email: 2021n0052@uesb.edu.br
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>01.11.2022</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB		13. CNPJ: 13.069.489/0001-08	14. Unidade/Orgão:
15. Telefone: (73) 3525-6683		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumpro os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Benedito Eugênio</u>		CPF: <u>000.551.995-45</u>	
Cargo/Função: <u>Coordenador</u>			
Data: <u>07.11.2022</u>		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO 5



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO SUL DA BAHIA

Pesquisador: ARTUR DE OLIVEIRA NETO

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 60442422.1.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.926.611

Apresentação do Projeto:

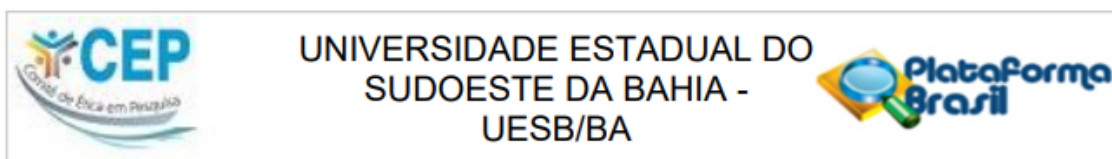
Nas palavras do autor:

"Este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a percepção de professores e alunos do Centro Público Estadual de Ensino Médio da Educação Profissional em BioSaúde e Segurança, sediado na Região Sul da Bahia, sobre as formas de violência de gênero, delimitando como recorte a homofobia nas relações de interações e sociabilidades entre alunos no cotidiano escolar, observando o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa sobre a homossexualidade, além de observar de que modo a escola investigada procura (ou não) combater preconceitos, discriminação contra pessoas em condições de exclusão por se assumirem homossexuais nas suas relações escolares com outros alunos e professores. Para tanto, recorreremos a Bourdieu (2003), Louro (2000), Foucault (1999), Lerner (2019), Saffioti (1987), dentre outros referenciais, para tratar de conceitos, concepções, definições e proposições relacionados entre si que apresentam uma visão sistemática dos fenômenos, especificando relações entre as categorias da pesquisa".

Objetivo da Pesquisa:

"Analisar a percepção de alunos/as e professores/as sobre violência de gênero (homofobia) entre alunos/as e professor-alunos no cotidiano do Centro Estadual de Educação Profissional Biossaúde e Segurança, observando o que dizem/falam/pensam os interlocutores da pesquisa sobre

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.926.611

preconceitos e discriminação contra homossexuais e de que modo as práticas pedagógicas e saberes docentes construídos sobre a homossexualidade na sala de aula influenciam (ou não) no combate às violências (homofobia) no cotidiano escolar".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa através das entrevistas poderá causar constrangimento e/ou inibição nos participantes da pesquisa. Para minimizar o risco de sentir-se desconfortável com a entrevista, será disponibilizado a senhora, caso necessite, escuta das respostas evidenciadas na entrevista ou a qualquer momento, caso deseje interrompê-la.

Benefícios:

Para minimizar o risco de sentir-se desconfortável com a entrevista, será disponibilizado ao participante, caso necessite, escuta das respostas evidenciadas na entrevista ou a qualquer momento, caso deseje interrompê-la. Ainda que este estudo não traga benefícios diretos aos participantes, acreditamos que as entrevistas, os diálogos poderão favorecer a reflexão direta sobre os participantes e a gestão da Unidade Escolar sobre a violência de gênero dentro dos espaços educativos, minimizando ou até evitando ações e atitudes que desencadeiem situações de riscos à manutenção harmonia e da ordem nessas Instituições

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

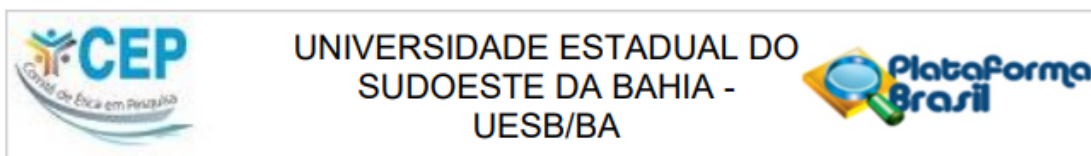
Trata-se de uma pesquisa de mestrado ligada ao PPGEn (UESB), cuja abordagem metodológica ocorrerá através da realização de observação direta, entrevistas semiestruturadas, conversas informais e análise das narrativas dos professores e alunos envolvidos na pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes documentos:

- 1) PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1953419 (OK)
 - 2) TALE_CEP_12_a_17_anos (OK)
 - 3) TCLE_CEP (OK)
 - 4) folha_de_rosto_Artu_de_Oliveira_Neto (OK)
 - 5) Roteiro_das_entrevistas_semiestruturadas_e_formularios (OK)
 - 6)
- AUTORIZACAO_PARA_COLETA_DE_DADOS_PROJETODEPESQUISA_ARTURDEOLIVEIRANETO(OK)

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.926.611

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO PARA PESQUISAS COM SERES HUMANOS PROJETO PESQUISA ARTUR DE OLIVEIRA NETO (OK)

8) Projeto de Pesquisa de Artur de Oliveira Neto (OK)

9) DOE_BA_Designação_coord_PPGen(ok)

Recomendações:

Ver conclusões.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências éticas.

Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

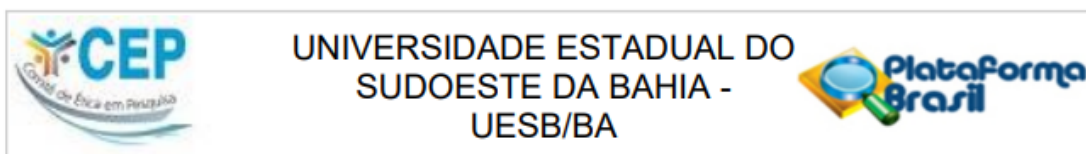
Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião por videoconferência, autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB autorizou a liberação do parecer do relator por ad referendum.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	DOE_BA_Designação_coord_PPGen.pdf	23/02/2023 17:22:04	Leandra Eugenia Gomes de Oliveira	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1953419.pdf	10/02/2023 10:33:24		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_CEP_12_a_17_anos_para_o_Projeto_de_Pesquisa_de_Artur_de_Oliveira_Neto.pdf	10/02/2023 10:31:43	ARTUR DE OLIVEIRA NETO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_Artur_de_Oliveira_Neto.PDF	10/02/2023 10:30:47	ARTUR DE OLIVEIRA NETO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP.pdf	11/11/2022 10:25:02	ARTUR DE OLIVEIRA NETO	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	Roteiro_das_entrevistas_semiestruturadas_e_formularios.pdf	07/09/2022 16:11:36	ARTUR DE OLIVEIRA NETO	Aceito
Declaração de concordância	AUTORIZAÇÃO_PARA_COLETA_DE_DADOS_PROJETO DE PESQUISA ART	27/05/2022 16:14:41	ARTUR DE OLIVEIRA NETO	Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 5.926.611

Declaração de concordância	EOLIVEIRANETO.pdf	27/05/2022 16:14:41	ARTUR DE OLIVEIRA NETO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAODECOMPROMISSOPAR APESQUISASCOMSERESHUMANOSP ROJETOPESQUISAARTURDEOLIVEIR ANETO.pdf	27/05/2022 16:14:28	ARTUR DE OLIVEIRA NETO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisade_ArturdeOliveiraNeto.pdf	27/05/2022 15:55:51	ARTUR DE OLIVEIRA NETO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 06 de Março de 2023

Assinado por:

**Leandra Eugenia Gomes de Oliveira
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br